

**BRASIL 2016:
A OLIMPIÁDA E OS IMPACTOS DESEJADOS
NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E
LAZER DAS CIDADES BRASILEIRAS**



**9º SEMINÁRIO NACIONAL DE
POLÍTICAS PÚBLICAS DE
ESPORTE E LAZER**

ORGANIZADORES:

LEILA MIRTES SANTOS DE MAGALHÃES PINTO

RICARDO RICCI UVINHA

EDUARDO TADEU COSTA

SÃO BERNARDO DO CAMPO / SP





**9º SEMINÁRIO NACIONAL DE POLÍTICAS
PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER**

**9º SEMINÁRIO NACIONAL DE POLÍTICAS
PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER**

**BRASIL 2016:
A OLIMPÍADA E OS IMPACTOS DESEJADOS
NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E
LAZER DAS CIDADES BRASILEIRAS**

Organizadores

Leila Mirtes Santos de Magalhães Pinto

Ricardo Ricci Uvinha

Eduardo Tadeu Costa

São Bernardo do Campo

São Paulo

2010

Presidente da República
Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro do Esporte
Orlando Silva de Jesus Júnior

Secretária Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer
Rejane Penna Rodrigues

Prefeito de São Bernardo do Campo/São Paulo
Luiz Marinho

Secretário de Esportes e Lazer de São Bernardo do Campo/São Paulo
José Luís Ferrarezi

Coordenador do 9º Seminário Nacional de Políticas Públicas de Esporte e Lazer
Eduardo Tadeu Costa

Organizadores
Leila Mirtes Santos de Magalhães Pinto
Ricardo Ricci Uvinha
Eduardo Tadeu Costa

Capa
SECOM / PMSBC

Diagramação/Impressão
DOMAGUIL ARTES GRÁFICAS LTDA.

Brasil 2016: A Olimpíada e os impactos desejados nas Políticas Públicas de Esporte e Lazer das cidades brasileiras.

São Bernardo do Campo/SP: Domaguil Artes Gráficas Ltda, 2010. 248 p.

Organizadores: PINTO, L.M.S.M, UVINHA, R. & COSTA, E.T.

Conteúdo: 1: Exposição e debates temáticos do 9º Seminário Nacional de políticas Públicas; 2: Apresentação da 3ª Conferência Nacional de Esporte e da Conferência Livre de São Bernardo do Campo.

ISBN: 978-85-64518-00-1

Tiragem: 1000 exemplares

Distribuição Gratuita.

Os textos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores que os assinam.

9º SEMINÁRIO NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER

REALIZAÇÃO

Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo/SP

APOIO

Ministério do Esporte - Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer (SNDEL-ME)

Universidade Metodista de São Paulo – São Bernardo do Campo/SP

COMISSÃO ORGANIZADORA

Alan Jonas de Freitas Silva
Carolina Schenatto Gutierrez
Eduardo Lazzuri
Juliano Mendonça
Marcos Warschauer
Meire Vila Domingues
Paulo Henrique dos Santos
Renata Laudi de Abreu Caldeira

COMISSÃO DE RELATORIA DA CONFERÊNCIA LIVRE

Eduardo Granja – Recife/PE
Georgino Jorge de Souza Neto – Montes Claros/MG
Gilmar Toldin – Porto Alegre/RS
Jamerson Antonio de Almeida da Silva – Recife/PE
Leila Mirtes Santos de Magalhães Pinto – Ministério do Esporte/DF
Lerson Fernando dos Santos Maia – Natal/RN
Luis Carlos Dantas – São Bernardo do Campo/SP
Paulo Henrique dos Santos – São Bernardo do Campo/SP
Pedro Osmar Flores – Brasília/DF
Sandra Rindeika – São Bernardo do Campo/SP

COMISSÃO DE AVALIAÇÃO

Ana Rosa da Fonseca – Salvador/BA
Marcos Warschauer – São Bernardo do Campo/SP
Silvana Regina Echer – Caxias do Sul/RS

COMISSÃO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO

Eduardo Tadeu Costa – Prefeitura de São Bernardo do Campo/SP
Leila Mirtes S. M. Pinto – Ministério do Esporte/DF
Marcos Warschauer – Prefeitura de São Bernardo do Campo/SP
Paulo Henrique dos Santos – Prefeitura de São Bernardo do Campo/SP
Rejane Penna Rodrigues – Ministério do Esporte/DF
Ricardo Uvinha – USP Leste - São Paulo/SP

SUMÁRIO

PREFÁCIO	11
Luiz Marinho - Prefeito de São Bernardo do Campo/SP	
MENSAGEM DOS ORGANIZADORES DA OBRA	13
Dra. Leila Mirtes Santos de Magalhães Pinto – Diretora do Departamento de Ciência e Tecnologia do Esporte da Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer/Ministério do Esporte. Dr. Ricardo Ricci Uvinha – Docente da Universidade São Paulo – USP Leste. Ms. Eduardo Tadeu Costa – Secretaria de Esporte e Lazer da Prefeitura de São Bernardo do Campo/SP e Docente da UNINOVE.	
HOMENAGEM AO PROFESSOR NELSON CARVALHO MARCELLINO	15
Leila Mirtes Santos de Magalhães Pinto e Eduardo Tadeu Costa	
INTRODUÇÃO AO SEMINÁRIO	17
Eduardo Tadeu Costa – Coordenador do 9º Seminário Nacional de Políticas Públicas de Esporte e Lazer - Prefeitura de São Bernardo do Campo/SP	
INTRODUÇÃO À III CONFERÊNCIA NACIONAL DE ESPORTE	19
Rejane Penna Rodrigues - Secretária Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer/Ministério do Esporte/Brasil	
CONFERÊNCIA LIVRE DE SÃO BERNARDO DO CAMPO	25
Paulo Henrique dos Santos – Prefeitura de São Bernardo do Campo/SP	
MESA TEMÁTICA 1	30
Políticas de Esporte e Lazer no País Olímpico: os Legados esportivo, social e urbano ambiental.	
Moderador: Alfredo Luiz Buso - Secretário de Desenvolvimento Urbano e Ação Regional da Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo/SP.....	30
Palestrantes:	
Dr. Ferran Brunet – Docente da Universitat Autònoma de Barcelona.....	32
Dr. John Locke – Docente da East London University.....	56
Ricardo Leyser - Secretário Nacional de Esporte de Alto Rendimento/Ministériodo Esporte.....	64
Debate	76

MESA TEMÁTICA 2	83
A Olimpíada e os impactos desejados nas políticas públicas de esporte e lazer das cidades brasileiras: perspectiva acadêmica.	
Moderador: Prof. Dr. Rogério Gentil Bellot - Diretor da Faculdade de Saúde da Universidade Metodista de São Paulo.....	83
Palestrantes:	
Dr. Lamartine Pereira da Costa – Docente da Universidade Gama Filho/Consultor do Comitê Olímpico Internacional.....	85
Dr. Fernando Mascarenhas - Docente da Universidade de Brasília....	96
Dr. João Paulo Medina – Docente da Universidade do Futebol.....	109
Debate	115
MESA TEMÁTICA 3	121
A Olimpíada e os impactos desejados nas políticas públicas de esporte e lazer das cidades brasileiras: perspectivas de representantes das três instâncias de governo.	
Moderadora: Ms. Cláudia Regina Bonalume – Diretora do Departamento de Políticas Sociais de Esporte e Lazer da Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer/Ministério do Esporte.....	121
Palestrantes:	
José Luis Ferrarezi - Secretário de Esporte e Lazer de São Bernardo do Campo/SP.....	134
Rogério Aoki Romero – Secretário Adjunto de Esportes e da Juventude de Minas Gerais (SEEJ) - Presidente do Fórum Nacional dos Secretários e Gestores Estaduais de Esporte e Lazer (FONSEEL)..	127
Rejane Penna Rodrigues - Secretária Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer/Ministério do Esporte.....	122
Debate	143
Reflexão da debatedora: Cláudia Regina Bonalume – Diretora do Departamento de Políticas Sociais de Esporte e Lazer da Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer/Ministério do Esporte.....	149
MESA TEMÁTICA 4	153
A Olimpíada e os impactos desejados nas políticas públicas de esporte e lazer das cidades brasileiras: perspectivas da sociedade civil organizada.	
Moderador: Dr. José Roberto Gnecco - Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento/Ministério do Esporte/Docente da Unesp Rio Claro.	153

Palestrantes:	
Jorge Steinhilber - Representante do CONFEF e da Academia Olímpica.....	156
Deputado Vicente Cândido/SP – Presidente da Comissão de Esporte da Assembléia Legislativa de São Paulo.....	172
Dr. Oswaldo Massambani – Diretor da Agência USP de Inovação.....	165
Debate	178
MESA TEMÁTICA 5	200
A Olimpíada e os impactos desejados nas políticas públicas de esporte e lazer das cidades brasileiras: perspectivas da sociedade civil organizada.	
Moderador: Eduardo Tadeu Costa/Secretaria de Esportes e Lazer da Prefeitura de São Bernardo do Campo/ SP.....	200
Palestrantes:	
Eloir Edilson Simm – Gerente Executivo de Cultura, Esporte e Lazer - Departamento Nacional do SESI.....	201
Fernando Dysarz - Gerente de Esporte e Lazer do Departamento Nacional do SESC.....	208
Silvio Kaloustian – Representante Programa Plataforma Urbana/ UNICEF.....	223
Debate	228
Impactos das Olimpíadas 2016, segundo a visão dos participantes do 9º Seminário Nacional de Políticas Públicas de Esporte e Lazer	
Autores:	
<i>Ana Rosa da Rosa Fonseca</i>	
<i>Mestre em Gestão Estratégica</i>	
<i>Silvana Regina Echer</i>	
<i>Especialista em Educação do Movimento</i>	
<i>Marcos Warschauer</i>	
<i>Mestre em Educação Física</i>	237

PREFÁCIO

É com grande satisfação que a Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo, por meio de sua Secretaria de Esportes e de Lazer, divulga a presente obra produzida em parceria com a Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer do Ministério do Esporte, a Universidade Metodista de São Paulo e a interlocução de representantes de diferentes contextos sociais participantes do 9º Seminário Nacional de Políticas Públicas de Esporte e Lazer. Este Seminário foi realizado nesta cidade no ano de 2010 desenvolvendo o tema: *Brasil 2016: a Olimpíada e os impactos desejados nas políticas públicas de esporte e lazer nas cidades brasileiras.*

Esperamos que esta produção possa contribuir com a construção de políticas de esporte e lazer no Brasil que fomentem o desenvolvimento de legados qualificados e sustentáveis, que gerem impactos significativos na qualidade de vida de todos brasileiros e brasileiras.

Esperamos também que esta obra, em sua versão impressa e digital a ser difundida pelo site do Ministério do Esporte, chegue às mãos dos gestores, pesquisadores e profissionais da Educação Física, do Esporte e do Lazer do Brasil, assim como dos agentes comunitários e outros atores sociais co-participantes da construção e qualificação de nossas políticas públicas, desencadeando um amplo diálogo nacional que envolva a população.

A discussão aqui proposta é muito bem vinda neste momento histórico no qual o país se prepara para sediar os megaeventos esportivos internacionais mais importantes, culminando com os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016. Momento oportuno para a abertura de espaços educativos para a opinião pública. Espaços educativos que coloquem em pauta a importância do esporte e do lazer na agenda de inclusão social da nação.

A todos, desejamos que a leitura desta obra possa ser instigante e mobilizadora de transformações em nossas políticas públicas de esporte e lazer!

Luiz Marinho

Prefeito de São Bernardo do Campo/São Paulo

MENSAGEM DOS ORGANIZADORES DA OBRA

O *Seminário Nacional de Políticas Públicas de Esporte e Lazer* vem se consolidando como fundamental espaço de discussões sobre a gestão pública do esporte e lazer no Brasil, reunindo gestores, acadêmicos e profissionais dos mais diversos setores.

A nona edição desse evento foi realizada em São Bernardo do Campo no ano de 2010, com o tema *Brasil 2016: a Olimpíada e os impactos desejados nas políticas públicas de esporte e lazer nas cidades brasileiras*. Angariou um qualificado grupo de especialistas que debateram esse relevante tema por diversas sessões ao longo dos quatro dias do evento.

O tema do *Seminário* trouxe à tona uma importante discussão sobre a gestão de políticas públicas atreladas não somente aos Jogos Olímpicos de 2016, mas também aos demais megaeventos que serão realizados na presente década no país, como a Copa do Mundo de Futebol 2014. Permitiu, entre outros, um profundo debate sobre os impactos desejados nas políticas públicas das cidades-sede desses megaeventos, tendo como base experiências similares em outras conjunturas socioculturais e buscando criar perspectivas quanto aos principais legados a partir da realização dos mesmos.

O *Seminário* foi realizado pela Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo – SP e teve como principais apoiadores o Ministério do Esporte/ Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer (SNDEL-ME) e a Universidade Metodista de São Paulo.

A publicação aqui apresentada reúne, portanto, os principais elementos oriundos das discussões apresentadas nesse *Seminário*. Esperamos que esse trabalho possa simbolizar uma oportunidade fundamental para lançar especial olhar à necessária discussão sobre os megaeventos no Brasil.

Desejamos a você uma atenta e aproveitável leitura desse rico material.

Dra. Leila Mirtes Santos de Magalhães Pinto

Diretora do Departamento de Ciência e Tecnologia do Esporte da Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer/Ministério do Esporte

Dr. Ricardo Ricci Uvinha

Docente da Universidade São Paulo – USP Leste

Ms. Eduardo Tadeu Costa

Secretaria de Esporte e Lazer da PMSBC e Docente da UNINOVE

HOMENAGEM AO PROFESSOR NELSON CARVALHO MARCELLINO

Estamos muito emocionados por estarmos, neste momento, representando os Organizadores e Apoiadores do 9º Seminário Nacional de Políticas Públicas de Esporte e Lazer na homenagem que queremos prestar ao Professor Nelson Carvalho Marcellino.

Estamos aqui também como amigos e parceiros do Professor Marcellino, com o qual tivemos a honra de estudar e trabalhar juntos, em vários projetos ao longo de nossas trajetórias pelas Políticas Públicas de Esporte e Lazer.

O professor Nelson Carvalho Marcellino, como todos devem conhecer, é Sociólogo, Mestre em Filosofia, Doutor em Educação e Livre Docente em Estudos do Lazer, sendo que, atualmente, é professor da Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep) e Líder do Grupo de Pesquisa em Lazer (GPL) desta mesma Universidade. É também integrante de grupo de estudo de lazer da UFMG e membro da Rede CEDES, rede de pesquisa do Programa Esporte e Lazer da Cidade do Ministério do Esporte.

O Marcellino, como nós o chamamos, tem renomada produção científica no campo do Lazer com expressiva experiência no campo das Políticas Públicas de Esporte Recreativo e Lazer, exercendo diferentes papéis.

Mas cremos que o principal papel desempenhado pelo Marcelino tem sido o de educador, um educador por excelência, que mobiliza diferentes ações socioculturais seja como professor, consultor e parceiro nas políticas públicas participativas, com várias experiências vividas com pesquisadores, formadores e gestores de municípios, estados e, também, do governo federal brasileiro.

Transitando há mais de vinte anos no campo de Educação Física, com indiscutível competência acadêmica e pedagógica, ele foi o idealizador do 1º Seminário Nacional de Políticas Públicas de Esporte e Lazer, realizado na Unicamp, Campinas, no ano de 2001.

No campo das Políticas Públicas de Esporte e Lazer, além de pesquisador e docente de Cursos de Graduação e Pós Graduação, o professor Marcellino ao longo de sua trajetória profissional sempre estimulou o intercâmbio de ideias, experiências e conhecimentos, com

participação ativa em vários Seminários, Cursos, Encontros e Consultorias. Além disso, atuou em inúmeras militâncias culturais e educativas articuladoras de relações entre gestores, pesquisadores, formadores, professores, lideranças comunitárias e de entidades corporativas, com destaque para o seu trabalho realizado junto ao Serviço Social do Comércio (SESC).

Parte da sua obra está registrada nas numerosas publicações que o Marcellino tem a honra de ser autor ou organizador. É bom que todos saibam que ele tem hoje um acervo invejável de cerca de 450 publicações registradas no seu Currículo Lattes (CNPq).

Em todos os papéis que desempenha, Marcellino é incansável na luta pelo reconhecimento ao direito do lazer para todos os brasileiros e todas as brasileiras. É incansável também na luta pelo reconhecimento do lazer como objeto e veículo de educação, que sempre nos ensinou. Uma educação transformadora, crítica, lúdica, humanizada, consciente de seus limites e das possibilidades que temos, no nosso dia-dia, de superar os problemas e construir melhorias para nossas vidas e de nossas cidades.

Esse é um grande legado do Professor Marcellino para o campo do Lazer e, especialmente, para as Políticas Públicas de Lazer no Brasil. Uma grande experiência a ser lembrada e homenageada neste momento.

*Leila Mirtes Santos de M. Pinto
Eduardo Tadeu Costa*

INTRODUÇÃO AO SEMINÁRIO

A ideia de sediar o 9º Seminário Nacional de Políticas Públicas no ABC Paulista surgiu durante o último Encontro Nacional de Recreação e Lazer (ENAREL), realizado em novembro de 2008 na cidade de Florianópolis. Portanto, há exatos quatro meses. Construída neste espaço de debates interessado no estudo e na gestão do Lazer, a temática proposta neste Seminário em, em sua gênese, a dimensão do desenvolvimento do esporte de lazer como preocupação central.

A clareza nesta orientação agregou três instituições na realização deste Seminário: a Universidade Metodista de São Paulo, parceira imediata que nos acolhe com tamanha gentileza e hospitalidade, o Ministério do Esporte, por meio da Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer que, mais do que incentivar e fomentar esta iniciativa, divide o protagonismo nesta produção e a Prefeitura de São Bernardo do Campo/SP, que nesta realização encontrou um qualificado instrumento para refletir sobre as políticas municipais de Esporte e Lazer, alçadas a marca de governo neste município.

Neste curtíssimo período de 120 dias, somente o esforço concentrado dos líderes e funcionários dessas três instituições pôde conceber, organizar e implementar essa complexa atividade. Cientes das dificuldades que enfrentamos, riscos que corremos, problemas que superamos para chegar até a realização do Seminário, agradecemos a todas as pessoas que se envolveram na organização deste evento, verdadeiros recordistas!

Agradecemos também a presença de todos os participantes!

Foram inscritas 831 pessoas, oriundas de diferentes localidades da região metropolitana de São Paulo, do interior paulista bem como representantes de 16 estados da nação. Entendemos que tamanha participação é decisiva para alcançarmos um resultado condizente com a responsabilidade que assumimos.

Além disso, este Seminário foi inscrito como Conferência Livre no processo da III Conferência Nacional de Esporte e, por conta disto, mesmo sem a possibilidade de elegermos delegados, a eleição e formulação de novas ideias para o Esporte e Lazer no Brasil, agora sob a influência da realização dos Jogos Olímpicos de 2016, se configurou como a grande força deste evento.

Tomando como desafio a busca de ideias consistentes e inovadoras

para o tema em pauta, convidamos várias autoridades e especialistas para conosco contribuir nesta empreitada. A partir das perspectivas de acadêmicos, gestores e agentes da sociedade civil organizada, realizamos cinco mesas temáticas, nos propondo a apresentar respostas à questão central deste Seminário, por meio dos debates com nossos convidados e dos trabalhos em grupo previstos.

Como resultados, contamos com a construção de Relatório endereçando contribuições à III Conferência Nacional do Esporte, organizamos esta publicação pensando em difundir o conhecimento aqui produzido e torcemos por possibilidades intangíveis de transformação no cotidiano daqueles que trabalham com esporte e lazer.

Mirando os benefícios que podem ser alcançados com a realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, que a nosso ver devem ser revertidos para toda a sociedade das cidades brasileiras, é que desejamos a todos uma excelente leitura da produção deste Seminário.

Eduardo Tadeu Costa

Coordenador do 9º Seminário Nacional de Políticas Públicas de Esporte e Lazer
Prefeitura de São Bernardo do Campo/SP

INTRODUÇÃO À 3ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE ESPORTE

Queremos dar as boas vindas aos participantes e leitores das experiências vividas neste 9º Seminário Nacional de Políticas Públicas.

No início deste Seminário, nosso objetivo é dar alguns informes sobre a 3ª Conferência Nacional de Esporte, esperando motivar a todos para participar e acompanhar os resultados das suas etapas estadual, regional e a nacional - que já aconteceu em Brasília no mês de junho de 2010. Todos os resultados desta Conferência estão disponibilizados no site do Ministério do Esporte (site: www.esporte.gov.br).

É importante lembrar que a 3ª Conferência Nacional de Esporte tem um chamamento “por um time chamado Brasil”, estabelecendo como tema central o “Plano Decenal do Esporte e do Lazer”, com dez pontos que focam dez anos para projetar o Brasil entre os dez mais.

O Brasil vive num momento ímpar, marcado pelo fortalecimento da sua economia, pelo sucesso das políticas de inclusão social, pelo amadurecimento democrático e por conquistas muito importantes na área do Esporte. Nos últimos sete anos, construímos a Política Nacional de Esporte, fundamentada em quatro eixos: inclusão social, melhoria da infra-estrutura, incentivo ao esporte de alto rendimento e de inclusão social no Brasil, integrando o seleto grupo de países que se credenciaram a promover megaeventos esportivos internacionais. Com o sucesso dos Jogos Pan e Parapanamericanos Rio 2007, o Brasil teve sua competência reconhecida e entrou na rota dos grandes eventos esportivos. Nós vamos sediar os maiores eventos do planeta, como a Copa do Mundo de Futebol de 2014 e os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016. Ao mesmo tempo, os brasileiros têm hoje mais acesso à prática esportiva seja na área educacional, no alto rendimento ou no lazer.

Esse cenário é resultado de um conjunto de ações que tiveram início em 2003 com a criação do Ministério do Esporte. Desde então, programas como o Programa Segundo Tempo, o Programa Esporte e Lazer da Cidade e o Bolsa Atleta cresceram e se aperfeiçoaram. O futebol, paixão nacional, foi beneficiado com uma série de medidas para aperfeiçoar a segurança, aumentar a prática, o conforto dos torcedores nas arenas e garantir o fair-play. Todos os programas têm o objetivo de alçar a novos patamares a prática esportiva da população e

os resultados esportivos para o país. As respostas são visíveis. As ações do Ministério do Esporte têm impacto nacional e são referências para a cooperação internacional com outros países do mundo. Demos largos passos, assumimos grandes responsabilidades e agora precisamos assegurar as conquistas e a continuidade do desenvolvimento do esporte no Brasil.

É nesse ambiente desafiador que realizamos a 3ª Conferência Nacional do Esporte, espaço onde serão definidos os rumos futuros da Política do Esporte e do Lazer a ser consubstanciados no Plano Decenal.

Como diz o Ministro do Esporte Orlando Silva no vídeo de lançamento da Conferência: *“É com imensa satisfação que realizaremos a 3ª Conferência Nacional do Esporte. Nos últimos anos, presenciamos um enorme desenvolvimento em todos os níveis do Esporte no país. O brasileiro tem mais acesso à prática esportiva, seja no esporte educacional, no esporte de alto rendimento ou no lazer. O Brasil entrou na rota dos grandes eventos esportivos e tem se transformado em uma nação vitoriosa em todos os campos. Isso tudo é fruto do esforço conjunto. Atletas, técnicos, gestores, profissionais de Educação Física e esportistas, que incentivam e são exemplo no Esporte, além do trabalho de pessoas apaixonadas pelo desafio de gerar campeões da vida e de formar cidadãos. A Conferência é hora de elaborar políticas públicas, aprimorar nossas ações e realizar o controle social sobre o que temos feito. Vamos arregaçar as mangas e trabalhar. Afinal, quem trabalha para o esporte não pode ficar parado. Conto com a participação de todos vocês e espero vê-los na 3ª Conferência Nacional do Esporte”*.

Neste vídeo, os depoimentos destacam que a Conferência Nacional do Esporte entra na sua terceira edição. Assim como nas outras duas, o interesse é grande e pode ser medido com o número de participantes crescentes nas duas primeiras edições. A expectativa para essa edição é de que teremos maior participação da esfera municipal e da sociedade civil organizada, com representantes do Brasil inteiro. Nesse ano, a discussão se dará em torno do Plano Decenal de Esporte e Lazer. São dez linhas estratégicas que serão debatidas, buscando alternativas em ações e metas para o desenvolvimento do Esporte e Lazer. Para o Sistema Nacional de Esporte e Lazer, traçamos a meta de encaminhar ao Congresso um Projeto de Lei. As questões de financiamento, infraestrutura, ciência, tecnologia, informação são de fundamental importância para o país que receberá a Olimpíada e a Paraolimpíada em 2016. O esporte como fator de inclusão ganhará força com os debates sobre os programas Segundo Tempo e Esporte e Lazer da

Cidade. A rede nacional de treinamento é um dos principais pontos para o esporte de alto rendimento. Serão integradas ações do esporte, do lazer, da educação e da saúde para a promoção da qualidade de vida da população. E, no futebol, tratará dos direitos do torcedor, incluindo os preparativos para a Copa de 2014. Com o Plano Decenal, se ampliará o impacto do esporte na economia. O conjunto dessas ações buscará, com a ampliação do acesso do esporte e lazer, oportunizar a elevação da cultura esportiva do povo brasileiro.

Veja algumas das políticas implantadas, fruto do debate nas conferências anteriores: Lei de Incentivo ao Esporte; Time mania; fortalecimento dos Programas Sociais; ampliação do Orçamento do Esporte e Lazer e criação do Prêmio Brasil de Esporte e Lazer de Inclusão Social. Mas, muito ainda temos a fazer. Venha construir conosco essa proposta. Tudo se dará de forma prática e visando resultados nos próximos dez anos.

Outro depoimento do vídeo ressalta que o Ministério do Esporte acredita que a Conferência Nacional já entrou na agenda político-esportiva do país, no sentido do planejamento e estruturação do setor. Temos demonstrações do muito que foi conquistado nas edições anteriores. Como exemplo, a Lei de Incentivo ao Esporte. O Plano Decenal do Esporte, que será debatido e aprovado pela 3ª Conferência Nacional tem o objetivo de definir rumos e metas para o desenvolvimento do esporte e do lazer para o próximo período, época em que as atenções do mundo estarão voltadas para o Brasil. O nosso trabalho aqui será refletido em pódios pelo mundo, em equipamentos e espaços esportivos por todo o país e na elevação da cultura esportiva do povo brasileiro, especialmente da nossa juventude.

Afinal, hoje no Brasil considera-se a Política Nacional de Esporte uma questão de Estado. Isso significa tratar o esporte como dever do Estado e direito dos cidadãos brasileiros. O Ministério do Esporte, criado pela Medida Provisória 113, de 1º de janeiro de 2003, tem como missão formular e implementar políticas públicas inclusivas e de afirmação de esporte e lazer como direitos sociais dos cidadãos, colaborando para o desenvolvimento nacional e humano. A Conferência Nacional do Esporte, instituída por decreto presidencial em 2004, tem um papel fundamental para a consolidação do esporte e lazer como direitos sociais.

Essa é uma tarefa de grandes dimensões porque passa pelo reconhecimento do papel que a atividade esportiva e de lazer

desempenha em nossas vidas. Trata-se de quebrar mitos e preconceitos e de assegurar maior transparência e participação popular no processo de gestão esportiva e do lazer.

O esporte e o lazer podem constituir fator de desenvolvimento sociocultural e econômico, gerador de emprego e renda, criando uma dinâmica econômica em cadeia, com efeitos na indústria que produz material esportivo, no comércio que o distribui, na realização de eventos, no turismo, na promoção comercial, nas empresas prestadoras de serviços, enfim, em todos os setores.

Também é um componente fundamental na afirmação da identidade nacional, fator de unidade de nossa diversidade cultural. Em todos os sentidos, é enorme a contribuição que as conferências nacionais do esporte podem dar ao país. Sua finalidade central é democratizar a elaboração de políticas na área de esporte e lazer, envolvendo e valorizando a participação de todos os segmentos da sociedade brasileira, com o fim de avançar na criação de mecanismos de controle e investimentos realmente eficazes e de uma política diferenciada para o desenvolvimento de regiões menos favorecidas.

Então, para que todos vocês possam detalhar as dez metas, dez ações construídas na 3ª Conferência acessem o site do Ministério, existe esse conjunto de materiais que podem ajuda-los, especialmente quatro cartilhas. Uma é a cartilha de Orientações para a Participação na 3ª Conferência; outra é a cartilha que trata do Esporte, Lazer e o Desenvolvimento Humano, resultado da 1ª Conferência; outra cartilha traz o resultado da 2ª Conferência: Construindo o Sistema Nacional de Esporte e Lazer; e, por último, o Desenvolvimento Institucional “O Esporte e o lazer: uma Política do Estado”.

Deixamos nosso convite para a participação e debate de todos e todas sobre as questões pautadas pela 3ª Conferência. Debate a ser ampliado com as discussões realizadas como Conferência Livre, como aconteceu neste Seminário de São Bernardo do Campo, cujos dados na íntegra estão disponíveis no site do Ministério do Esporte.

Lembramos que nas Conferências Livres nós não retiramos delegados, mas aprofundamos debates e coletamos a contribuição de todos e todas que discutiram os dez eixos propostos, dados encaminhados à Comissão de Organização da Conferência Nacional, levados como contribuição à grande plenária da Conferência Nacional.

Assim, o 9º Seminário Nacional de Políticas Públicas de Esporte e Lazer

se iniciou assumindo-se como um momento muito rico de participação, de valorização do espaço democrático que tem acontecido nas três conferências da nossa área, e tantos outros fomentados desde que o Governo Lula assumiu. Espaços que, em todas as áreas, tem incentivado a participação popular, a contribuição de todos os segmentos envolvidos nos diversos setores, e crescente integração com o Esporte e o Lazer.

Cumprimento a todos que estão de fato ajudando a construir um sistema que dê conta do estágio em que o Brasil se encontra hoje no desenvolvimento do esporte e do lazer!

Rejane Penna Rodrigues

Secretária Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer
Ministério do Esporte/Brasil

CONFERÊNCIA LIVRE DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

Este texto tem como objetivo registrar o processo de organização da Conferência Livre de São Bernardo do Campo.

O 9º Seminário Nacional de Políticas Públicas de Esporte e Lazer, realizado na cidade de São Bernardo do Campo - SP no período de 24 a 27 de março de 2010, abordou o tema: Brasil 2016: A Olimpíada e os impactos desejados nas políticas de esporte e lazer das cidades brasileiras.

Este seminário foi inscrito como Conferência Livre no processo da III Conferência Nacional de Esporte e, como tal, seu objetivo não era eleger delegados, mas, sim, reunir gestores e pesquisadores das diversas regiões do país para, em torno da discussão dos impactos dos megaeventos esportivos nas cidades brasileiras, refletir e formular ideias para o desenvolvimento do Esporte e do Lazer no Brasil. Este Seminário contou em sua programação com conferências e mesas de debates que abordaram esta temática a partir da perspectiva da academia, das instâncias de governo e da sociedade civil organizada.

A Conferência Livre de São Bernardo do Campo foi realizada no último dia do Seminário, tendo em sua programação três momentos de discussão.

Inicialmente, foi organizada uma mesa com a coordenação da atividade composta por Leila Mirtes Santos de Magalhães Pinto, da Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer/Ministério do Esporte, Jamerson Antonio de Almeida da Silva, do governo estadual de Recife/PE e Paulo Henrique dos Santos, da Prefeitura de São Bernardo do Campo.

Nesta mesa, a professora Leila fez a abertura dos trabalhos com uma saudação aos participantes e uma apresentação da expectativa de que a discussão dessa Conferência Livre apontasse indicativos importantes para o rumo da Política Nacional do Esporte, nos mobilizando a pensar um legado para o desenvolvimento do esporte em todos os seus campos, não só no alto rendimento e no educacional, mas, sobretudo, no esporte de lazer, que é aquele praticado por todos os brasileiros, como parte importante dos seus hábitos de vida e de suas culturas.

Logo em seguida, Jamerson evidenciou o espaço do 9º Seminário de Políticas Públicas de Esporte e Lazer como fórum para a realização

de uma Conferência Livre que poderia tirar resoluções para o debate da III Conferência Nacional do Esporte. Ele lembrou que, ao longo dos oitos anos do governo brasileiro, no mandato do presidente Lula, foi instituído em diversos setores de governo o dispositivo da participação social na construção das políticas públicas. No campo do esporte a construção de um Plano Decenal de Esporte e Lazer será o desdobramento prático operacional do acúmulo gerado pela realização das duas primeiras conferências que discutiram a Política Nacional de Esporte e o Sistema Nacional de Esporte e de Lazer. Portanto, esse plano para dez anos visa estabelecer ações e metas para que a política nacional que vem sendo implementada ao longo desses oito anos possa se tornar política de Estado.

Desta forma o Plano Decenal segue os quatro princípios que regem a política nacional do Esporte, que são: a universalização do acesso ao Esporte e o Lazer como direito; a garantia de acesso ao Esporte e ao Lazer como fator de desenvolvimento humano; a gestão democrática pautada na participação social, onde temos como instância máxima a Conferência; e a elevação do nível cultural e esportivo do nosso país, da nossa nação. Então, esses quatro princípios que regem a Política Nacional do Esporte passam a ser, também, balizadores do Plano Decenal de Esporte e Lazer.

Esse plano foi estruturado a partir de dez linhas estratégicas que são: 1- Sistema Nacional de Esporte e Lazer; 2- Formação e Valorização Profissional; 3- Esporte, Lazer e Educação; 4- Esporte, Saúde e Qualidade de Vida; 5- Ciência, Tecnologia e Inovação; 6- Esporte de Alto Rendimento; 7- Futebol; 8- Financiamento do Esporte; 9 - Infraestrutura Esportiva; 10- Esporte e Economia.

A partir da metodologia proposta pela III Conferência Nacional do Esporte, a Conferência Livre que realizamos neste Seminário Nacional de Políticas Públicas propôs a ideia de serem organizados grupos de trabalho para discutirmos as ações e metas para cada linha estratégica do Plano Decenal proposto.

Entendendo esta atividade como ação proposta que contém uma ideia força, que contemple iniciativas a serem materializadas, orientamos os grupos a elaborar os relatos das discussões de forma clara e “enxuta”. A meta era definir o que se espera alcançar qualitativa e quantitativamente em cada uma das dez linhas estratégicas, apresentando o indicador que balize a materialização de cada ação proposta, no período de dez anos.

Partindo desta introdução inicial Paulo passou a explicitar a metodologia escolhida para o segundo momento da Conferência Livre, quando aconteceram os debates em grupos. Este momento foi organizado a partir da divisão do plenário em quatro grupos de discussão, onde cada grupo ficou responsável pela discussão de quatro linhas estratégicas do Plano Decenal. Entendendo como estratégico para elaboração do plano, a coordenação desta atividade definiu que as linhas referentes ao Sistema Nacional de Esporte e Lazer e Financiamento do Esporte deveriam ser debatidas por todos os grupos de trabalho.

Para coordenar e relatar o trabalho dos grupos foram convidados gestores e pesquisadores com expressiva atuação na área do esporte e do lazer no Brasil. Desta forma, trabalhamos com a seguinte divisão de grupos:

Grupo I

Linhas Estratégicas:

- Sistema Nacional de Esporte e Lazer
- Financiamento do Esporte
- Formação e Valorização Profissional
- Esporte, Lazer e Educação

Relatores:

Pedro Osmar Flores – Brasília/DF

Cláudia Regina Bonalume – Brasília /DF

Grupo II

Linhas Estratégicas:

- Sistema Nacional de Esporte e Lazer
- Financiamento do Esporte
- Esporte, Saúde e Qualidade de Vida
- Ciência, Tecnologia e Inovação

Relatores:

Gilmar Toldin – Porto Alegre/RS

Leila Mirtes Santos de Magalhães Pinto – Brasília /DF

Grupo III

Linhas Estratégicas:

- Sistema Nacional de Esporte e Lazer
- Financiamento do Esporte
- Esporte de Alto Rendimento
- Futebol

Relatores:

Lerson Fernando dos Santos Maia – Natal/RN

Georgino Jorge de Souza Neto – Montes Claros/MG

Grupo IV

Linhas Estratégicas:

- Sistema Nacional de Esporte e Lazer
- Financiamento do Esporte
- Infraestrutura Esportiva
- Esporte e Economia

Relatores:

Eduardo Granja – Recife/PE

Luiz Roberto Malheiros Araújo - Brasília/DF

A partir desta divisão, a escolha para participação nos grupos pelo público participante da Conferência ficou livre. Foi reservado o período de três horas para o trabalho de discussão nos grupos, que se reuniram em salas equipadas com recursos de multimídia utilizados para facilitar o processo de discussão e registro das propostas. Nos grupos, os relatores apresentaram a dinâmica das discussões que consistiu inicialmente pela análise das ações e metas contidas no texto básico com aprovação integral, emendas substitutivas ou supressivas destes itens. Após a discussão das propostas do texto básico os grupos trabalharam na elaboração de novas ações e metas para cada uma das linhas estratégicas.

Terminado o trabalho em grupos, realizou-se o terceiro e último momento desta Conferência Livre com uma plenária onde os relatores apresentaram o resultado das discussões nos grupos. Nesta plenária todas as propostas de ações e metas construídas nos grupos foram validadas pelo plenário, após esclarecimentos e ajustes quando necessário. Estas propostas foram sistematizadas pela Comissão de

Relatoria da Conferência Livre de São Bernardo do Campo e enviadas por meio de relatório digital (site específico para este fim) à Coordenação da III Conferência Nacional do Esporte.

Enfim, esta experiência foi importante pelo fato de promover o encontro entre agentes locais, regionais e nacionais de esporte e lazer, focados no debate de um tema oportuno e atual para este campo de intervenção. Igualmente, possibilitou a mobilização de diversos atores sociais da cidade que, a partir do processo de diálogo estabelecido, obtiveram maior lastro para tratar da implementação conjunta das políticas públicas de Esporte e Lazer neste município.

Paulo Henrique dos Santos
Prefeitura de São Bernardo do Campo/SP

MESA TEMÁTICA 1:

POLÍTICAS DE ESPORTE E LAZER NO PAÍS OLÍMPICO: OS LEGADOS ESPORTIVO, SOCIAL E URBANO AMBIENTAL

Moderador

Alfredo Luiz Buso

Secretário de Desenvolvimento Urbano e Ação Regional da Prefeitura
Municipal de São Bernardo do Campo/SP

É com imenso prazer que abrimos as discussões deste Seminário com essa mesa temática que diz respeito às Políticas de Esporte e Lazer no país olímpico: os legados esportivo, social, urbano e ambiental.

Hoje, o Brasil vive um momento muito especial, muito estratégico, tanto na área do desenvolvimento econômico e social quanto na área do Esporte. Nós iremos sediar a Copa do Mundo de Futebol de 2014 e os Jogos Olímpicos e ParaOlímpicos de 2016. Esses são grandes desafios, não só para as cidades sede, como também para todos os estados e municípios brasileiros. É importante que as cidades se preparem desenvolvendo tanto o esporte como uma política de inclusão social como se preparando para realizar com competência esses grandes eventos.

Esse é o tema dessa nossa primeira mesa temática, que se inicia com a exposição do professor Dr. Ferrán Brunet, que é doutor em Economia Européia da Universidade Autônoma de Barcelona. Como especialista em Economia dos Jogos Olímpicos, o professor Brunet realiza sua exposição, nos colocando as experiências de Barcelona e nos apontando alguns caminhos que podem nos ajudar em nossos desafios também.

A experiência olímpica de Barcelona realmente é impressionante em todos os pontos de vista. Uma experiência que transformou uma cidade e a inseriu como uma capital europeia.

A escolha do Brasil como sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 apresenta desafios e oportunidades singulares aos gestores públicos brasileiros, sobretudo aqueles que atuam no esporte e no lazer. Nesse momento, vislumbramos processos transformadores que, em maior ou menor intensidade, poderão favorecer avanços na realidade esportiva do país. Quais seriam estes avanços no que diz respeito aos

legados esportivo, social e urbano ambiental? O diálogo com os especialistas internacionais convidados para este Seminário pode nos ajudar nessa discussão.

As ideias propostas pelo nosso segundo palestrante, o professor Dr. John Lock, diretor do Escritório 2012 da Universidade Londres Leste, apresentada a seguir, foi muito importante nesse sentido.

Posso dizer que foi um privilégio podermos dialogar com essas duas experiências europeias, tanto Barcelona quanto Londres, que nos mostram caminhos que podem ser seguidos.

Quero cumprimentar também o terceiro palestrante desta mesa redonda, o nosso Secretário Nacional de Esporte de Alto Rendimento, Ricardo Leyzer pela sua exposição, que nos dá certeza de que o Ministério do Esporte e o Governo Federal, em parceria com o Governo Estadual e a Prefeitura do Rio, estão atuando de forma competente e profissional na concretização desse nosso grande desafio que é a realização dos nossos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016.

A oportunidade deste debate no 9º Seminário Nacional de Políticas Públicas é muito importante, uma vez que aqui temos reunidos gestores dos setores público, corporativo e terceiro setor, assim como pesquisadores, profissionais e estudantes, de graduação e pós-graduação, interessados nas políticas públicas de esporte e lazer. Interessados na discussão de seus princípios, suas experiências e outros fatores que possam subsidiar o desenvolvimento das políticas públicas de esporte e lazer das cidades brasileiras articuladas ao nosso projeto olímpico.

Convidamos a todos a conhecer as exposições de os nossos participantes desta mesa redonda!

POLÍTICAS DE ESPORTE E LAZER NO PAÍS OLÍMPICO: OS LEGADOS ESPORTIVO, SOCIAL E URBANO AMBIENTAL

Palestrante

Dr. Ferran Brunet, PhD,

Universitat Autònoma de Barcelona/Espanha

Introducción

El sueño de Barcelona de organizar unos Juegos Olímpicos y que éstos alcanzaran la mayor calidad deportiva y humana se cumplió. Tras ese objetivo, la ciudad realizó una impresionante transformación urbana. Este proceso puso de relieve distintos aspectos:

- A. Los Juegos de Barcelona fueron excelentes en cuanto a organización y resultados deportivos.
- B. La transformación urbana producida por las inversiones propiciadas por la celebración de los Juegos tuvo un alto impacto económico y social.
- C. La capacidad de la economía de Barcelona para aprovechar el impulso de los Juegos y su legado capital ha sido: en 1990 Barcelona era la onceava ciudad europea en atractividad, en 2000 era la sexta, y la cuarta en 2010.

Por ello, los Juegos de Barcelona, su desarrollo y su impacto se han convertido en modelo desde el punto de vista deportivo, organizativo, económico, social y urbanístico. En este sentido, se analizarán:

- I. La organización de los Juegos Olímpicos de Barcelona 1992 desde el punto de vista de su modelo, formas y recursos en el periodo 1986-1992.
- II. Los impactos de las inversiones olímpicas en actividad, empleo, renta, construcción, turismo y transporte, con especial énfasis en el periodo 1992-2004.
- III. La capacidad de Barcelona para aprovechar el impulso olímpico y proseguir su potenciación, mejorando su posición estratégica en el período 2004-2020.

1. 1986-1992: Recursos

La preparación de los Juegos Olímpicos: idoneidad para el

fomento de inversiones y excelencia en la organización de los Juegos y la transformación urbana de Barcelona

En su pretensión de organizar unos Juegos Olímpicos, el deseo de Barcelona era desarrollar unas competiciones excelentes, según el espíritu olímpico, y promover una gran transformación urbana que mejorara la calidad de vida y la atractividad de la ciudad.

El modelo de Barcelona de organización de los Juegos Olímpicos

Sin duda, la clave del buen hacer y del éxito (SAMARANCH, 1992) de los Juegos Olímpicos de 1992 reside en la fuerza de los objetivos – excelencia organizativa e impacto urbanístico –, el consenso entre instituciones, la organización con entes especiales de gestión y economía mixta, así como en la gran capacidad de la economía de Barcelona para responder a los estímulos olímpicos y atraer inversiones.

Estas formas características y los excelentes resultados obtenidos (Ayuntamiento de Barcelona, varios años) componen, ciertamente, un «modelo Barcelona» de transformación urbana y de organización de grandes acontecimientos. En la figura 3 reunimos los elementos del modelo Barcelona de organización y renovación urbanística.

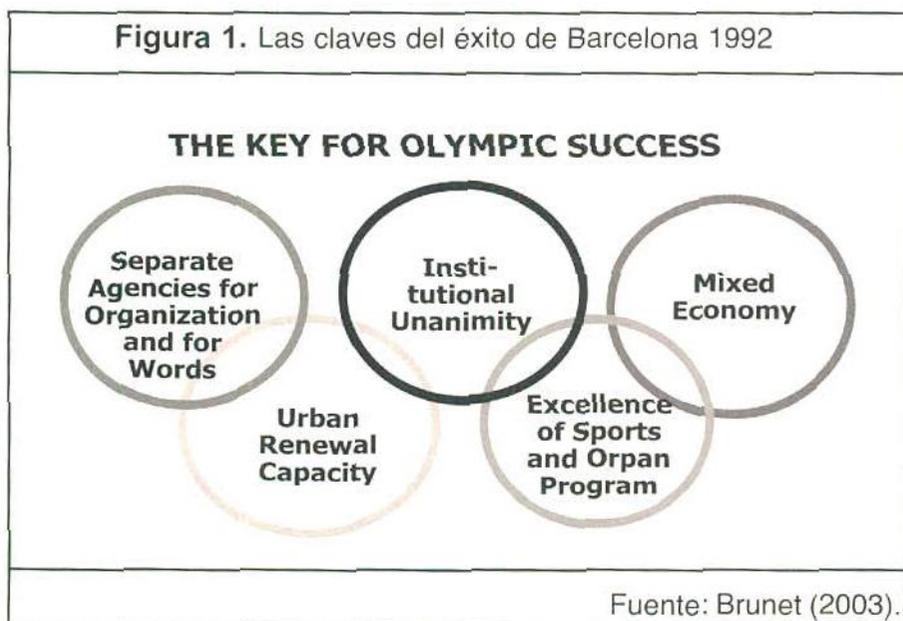


Figura 1. Las claves del éxito de Barcelona'92

Figura 2. Los Círculos Concéntricos de los recursos olímpicos

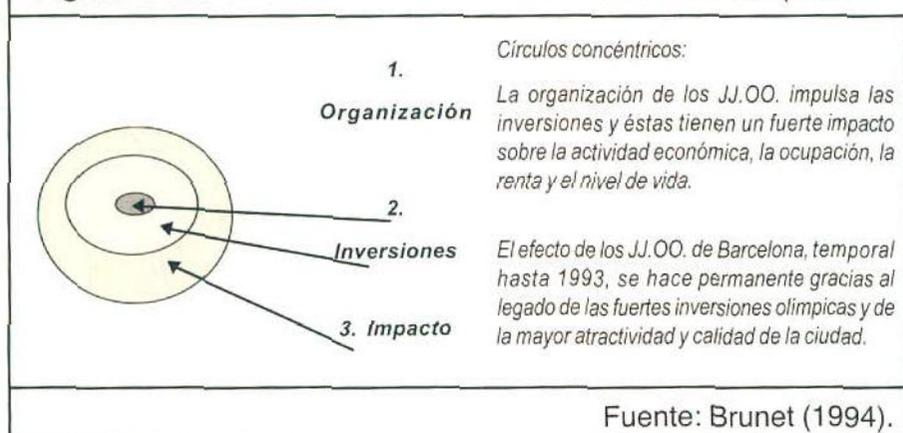


Figura 2. Los círculos concéntricos de los recursos olímpicos

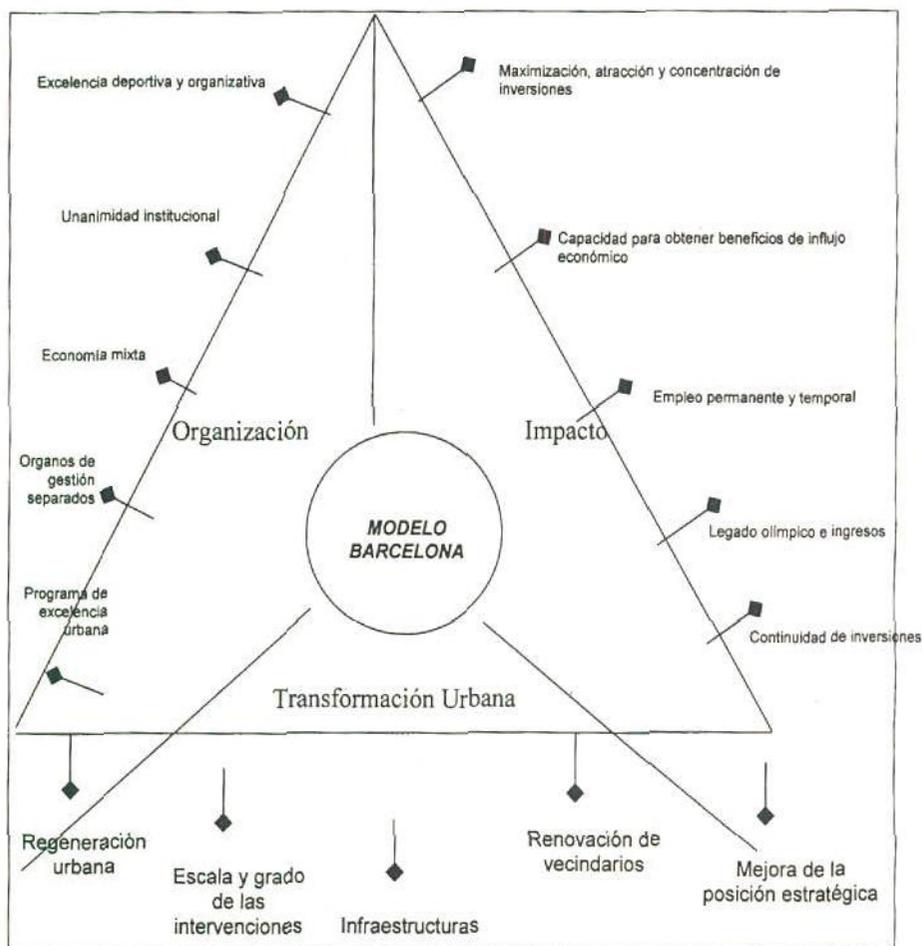
Los recursos económicos de Barcelona'92: coste de los Juegos Olímpicos y financiación de las inversiones

A propósito de los recursos económicos de los Juegos, debemos distinguir entre gastos de organización (no utilizables después del acontecimiento) e inversiones en obras (utilizables). Los gastos de organización son el auténtico «coste» limpio, ya que desaparecen con el acontecimiento. Por ello conviene minimizarlos. En cambio, la inversión es el legado, lo que permanecerá. Por lo tanto, conviene maximizarla.

Un Decálogo Olímpico
Por una estrategia de éxito en la organización de mega-eventos
I. The institutional agreement.
II. Mixing economy: public direction & private management.
III. Separate organs: to organize the Games (Sports) & to complete construction and investments (Stone).
IV. The concentric circles principle. Olympic Resources are not cost but investment.
V. Maximize investments & minimize costs.
VI. The excellence principle: in two weeks of excellence you match the past organizing efforts and especially all your new future.
VII. The first beneficiary of the Games is the State: at medium term always a fiscal surplus appears.
VIII. From a strategic perspective, the most important period begins after the Games!
IX. The olympic investments are the legacy.
X. Continuity in investments is needed to maintain and to profit from the new strategic position of the city and of the country.

Source: Brunet (2006).

Cuadro 1. Un decálogo olímpico



Fuente: Brunet (1994 y 2009).

Figura 3. El modelo Barcelona: organización, impacto y transformación urbana

Los recursos aplicados a organización e inversiones, así como su impacto, se desglosan en el cuadro 1. Existe una gran diferencia entre los gastos de organización (1.364 millones de dólares –en adelante, M\$ –, en su mayor parte autofinanciados mediante ingresos propios del Comité Organizador) y las inversiones en obras (8.012 M\$). Las inversiones representaron, por lo tanto, el 85,5 % de la totalidad de los recursos olímpicos (ver cuadro3).

Cuadro 2. Economía de los Juegos Olímpicos: Organización, inversiones e impacto, 1964-2016

En millones de US \$constantes de 2010	Organización directa de los Juegos	Inversiones aplicadas a los Juegos y atraídas por ellos	Impacto económico producido por la organización e inversiones 'olímpicas'
Tokio 1964	169	5.106	5.550
Munich 1972	617	1.652	..
Montreal 1976	451	3.123	..
Los Ángeles 1984	528	88	..
Seúl 1988	698	3.908	3.796
Barcelona 1992	1.678	10.330	20.007
Atlanta 1996	543	1.301	3.082
Sydney 2000	1.099	1.387	3.050
Atenas 2004	2.230	4.736	7.420
Beijing 2008	1.435	8.817	22.816
Londres 2012	1.742	2.078	9.035
Río de Janeiro 2016	2.815	11.617	..

Fuente: Brunet (1994 y 2009) y IOC (2002 y 2010).

Cuadro 2. Economía de los Juegos Olímpicos: Organización, inversiones e impacto, 1964-2016

En cuanto a la organización, el COOB'92 liquidó su presupuesto en julio de 1993: 195.594 millones de pesetas¹, es decir, 1.638 M\$ (equivalentes a 1.678 M\$ constantes de 2000), con un superávit de 3 M\$. Por otra parte, a medida que el proyecto olímpico avanzaba, las inversiones realizadas por los distintos agentes públicos y privados fueron superando claramente las esperadas: 1.984 M\$ en abril de 1985, 6.435 M\$ en marzo de 1991 y 9.376 M\$ en julio de 1993. El auténtico coste, los gastos de organización, se mantuvo fijo en pesetas constantes, mientras que las inversiones promovidas por los Juegos se expandieron extraordinariamente.

Entre los ingresos del COOB'92, sobresale el crecimiento de los ingresos propios, que alcanzan el 75,2 % del total. Así, las aportaciones de los patrocinadores y los derechos de televisión fueron los principales ingresos del Comité Organizador. En cuanto al destino de los gastos de organización, destacan las facilidades para televisión y prensa (centro internacional y tecnología), y las competiciones y atenciones

¹ Al integrarse España en la unión monetaria europea el 1 de enero de 1999, la peseta fue sustituida por el euro a un tipo de cambio de 166,386 pesetas por 1 €. Éste es el cociente aplicado al contar en €. Por su parte, en el período 1986-1993, el tipo de cambio medio entre la peseta y el dólar fue de 119,4 pesetas por 1 US \$. Éste es el cociente aplicado al contar en \$. (Cf. US fedStats, 2010)

a la familia olímpica (ver distribución en el cuadro 1 y la figura 2). El principal capítulo de gastos del Comité Organizador fue la adquisición de servicios (49,9 % del total), y el segundo, las inversiones (33,8 %). (Barcelona Holding Olímpico, 1990, y Comité Organizador Olímpico Barcelona 1992, 1993)

Ingresos de los comités organizadores olímpicos

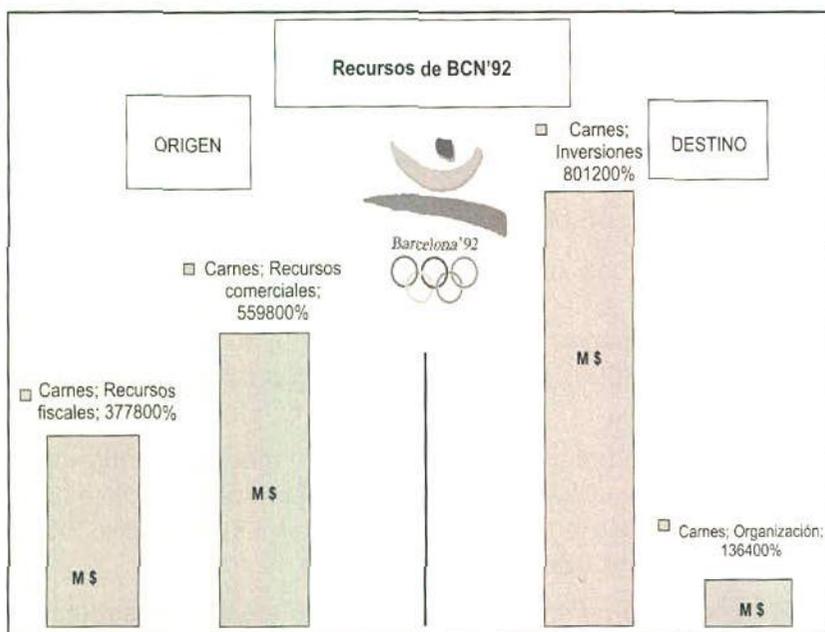
En comparación con otros Juegos Olímpicos, los de Barcelona destacan por el auge de los ingresos de organización, las inversiones olímpicas y su impacto (ver figuras 3, 7 y 9) (Comité Internacional Olímpico, 2002 y 2010). En efecto, los Juegos de Barcelona aún son actualidad:

- a) Desde una perspectiva global, como modelo de organización – el recuerdo de la excelencia de la organización y de los resultados deportivos permanece muy vivo (Marshall 2004 y Blake 2005) – y como modelo de transformación urbana.
- b) Desde una perspectiva local, por los efectos presentes de su gran esfuerzo inversor, por la magnitud del legado olímpico y el calado de su influencia en la mejora de la posición estratégica de Barcelona.

De ahí el interés del análisis de las inversiones fomentadas por Barcelona'92, el aprovechamiento del legado olímpico y la continuidad o no del proceso de inversión y renovación urbana (Brunet, 1996 y 2000).

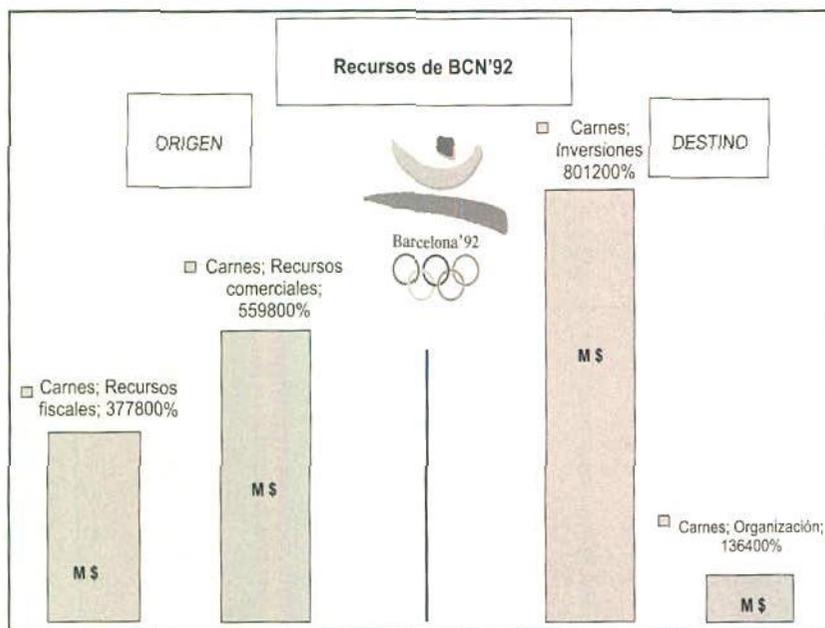
Cuadro 3. Recursos económicos de los Juegos Olímpicos de Barcelona 1992: origen, destino e impacto

Valores acumulados durante el período 1986-1993 (en 000000)	Pesetas corrientes	Dólares Corrientes	Dólares constantes de 2000	Euros constantes de 2000	Distribución (%)	
A. ORIGEN O FINANCIACION DE LOS RECURSOS (=B)	1.119.5109.376	11.532	12.474	100,0		
1. Recursos de origen comercial (Ingresos comerciales)	668.387	5.598	6.886	7.448	59,7	100,0
Inversiones de empresas privadas nacionales	204.697	1.714	2.108	2.280	18,3	30,6
Inversiones de empresas privadas extranjeras	108.320	907	1.116	1.207	9,7	16,2
Inversiones de empresas del Estado español	130.416	1.092	1.343	1.453	11,6	19,5
HOLSA: ingresos de sus empresas	42.306	354	435	471	3,8	6,3
COOB'92	182.648	1.530	1.882	2.036	16,3	27,3
• Derechos de televisión	54.164	454	558	604	4,8	8,1
• Patrocinadores: aportaciones en metálico	58.152	487	599	648	5,2	8,7
• Patrocinadores: aportaciones en especie	42.448	356	438	474	3,8	6,4
• Loterías	20.143	169	208	225	1,8	3,0
• Otros	7.741	65	80	87	0,7	1,2
2. Recursos de origen presupuestario (Ingresos fiscales)	451.123	3.778	4.647	5.026	40,3	100,0
Transferencias del Estado al COOB'92	12.947	108	133	144	1,2	2,9



Fuente: Brunet (1994) y Cuadro 3

Figura 5. Recursos de Barcelona 1992: origen comercial y presupuestario,



Fuente: Brunet (1994) y Cuadro 3
 cy destino en inversiones y obras

Las principales obras olímpicas se realizaron en:

- I. Infraestructura de vialidad y transporte.
- II. Viviendas, oficinas y locales.
- III. Telecomunicaciones y servicios.
- IV. Equipamiento hotelero.
- V. Equipamiento deportivo.
- VI. Infraestructuras medioambientales.

El 61,5 % de las inversiones olímpicas se produjo en obra civil, proporción que indica un aspecto clave de Barcelona'92: su efecto estructurador de la ciudad.² Por lo tanto, las repercusiones e impactos más profundos de las inversiones olímpicas son a largo plazo.

La construcción de las rondas de Barcelona – ejes viarios de circunvalación –, la reapertura de la ciudad al mar mediante la construcción de la Villa Olímpica y la creación de varias zonas de nueva centralidad y de las áreas olímpicas de Montjuïc, Diagonal y Vall d'Hebron son las principales actuaciones en Barcelona (HOLSA, 1990).

La magnitud de la transformación urbanística de Barcelona gracias a los Juegos debe precisarse en estas proporciones: en relación con las existentes en 1986, las nuevas obras de vialidad suponen un aumento del 15 %; el nuevo alcantarillado, el 17%, y las nuevas zonas verdes y playas, el 78%. Sin embargo, una de las características añadidas de los Juegos de 1992 fue la descentralización geográfica en numerosas poblaciones subse-des olímpicas: únicamente el 38,5 % de las inversiones de Barcelona'92 se realizó en Barcelona ciudad, por lo que el impacto inmediato es perceptible en toda la región.

Otro aspecto de las inversiones de los Juegos de Barcelona'92 ilustrará claramente la economía de esta olimpiada. Las obras deportivas únicamente suponen el 9,1% de la totalidad de las inversiones de los Juegos de Barcelona. Lo reducido de esta proporción se explica por la gran magnitud de las inversiones inducidas por el potente impulso que los Juegos ejercieron sobre Barcelona.

¹ En este pensamiento urbanístico sobresalieron Bohigas (1986), Busquets (1992) o Esteban (1999). Vid. Ayuntamiento de Barcelona (1999), Marshall (ed.) (2004) y Pareja y otros (2007).

Las obras olímpicas fueron promovidas en su 36,8 % por iniciativa privada, y un tercio de ellas correspondieron a capital extranjero. Las inversiones privadas se orientaron hacia viviendas, hoteles y centros de negocios. Las grandes inversiones privadas en obras relacionadas con Barcelona'92 fueron el fruto de las grandes expectativas creadas por una mayor atractividad de la ciudad (Roldán, 1992).

El balance fiscal de Barcelona 1992

Los Juegos Olímpicos necesitan recursos públicos que, a su vez, generan otros recursos públicos. La idea es que, si los Juegos se fomentan desde el sector público, las administraciones públicas obtendrán una compensación no tan solo justa, sino acaso mayor que la aportación realizada. Se intentará, quizá, minimizar la aportación pública en gastos de organización, y destinarla en mayor medida a inversiones en obras.

Puede que las aportaciones públicas en inversiones aumenten y sean mayores que las previstas inicialmente, las comprometidas por los responsables políticos o las anunciadas. Pero, en cualquier caso, cuanto mayor sean las aportaciones públicas en inversiones, mayores serán las inversiones privadas que las seguirán, y también mayores serán el capital legado, la actividad adicional desarrollada y el empleo creado. También, en consecuencia, serán más importantes los ingresos públicos procedentes de inversiones y actividades propiciadas con motivo de los Juegos Olímpicos.

El balance fiscal analiza la totalidad de los gastos de las administraciones públicas relacionados con los Juegos Olímpicos y la totalidad de los ingresos de las administraciones públicas derivados de actividades directamente olímpicas y de actividades generadas por los Juegos Olímpicos.

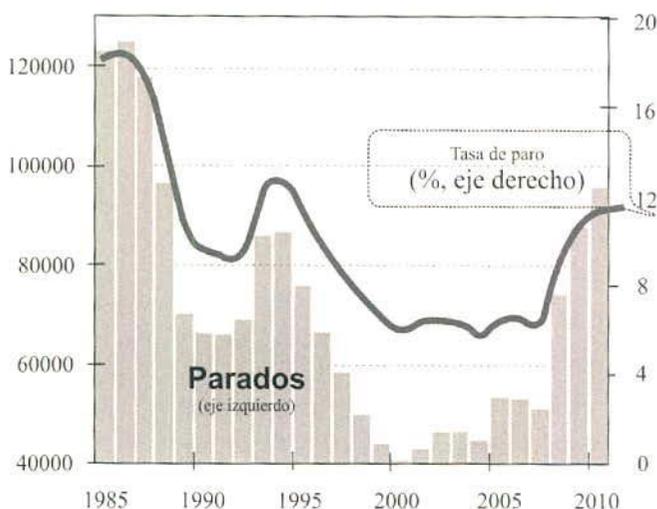
En el balance fiscal de los Juegos de Barcelona se consideran dos periodos: el de preparación de los Juegos, 1986-1992, y el posterior a los Juegos. Hasta 1992 son importantes los gastos en infraestructuras públicas, pero también lo son los ingresos públicos de actividades olímpicas no sujetas a deducciones fiscales. A partir de 1992, los gastos públicos relacionados con los Juegos se circunscriben al mantenimiento del capital público legado. Por otra parte, abundan los ingresos derivados del mayor capital privado y de la actividad económica adicional fomentada por los Juegos y las inversiones

olímpicas. Por lo tanto, en ambos periodos el balance fiscal es muy positivo.

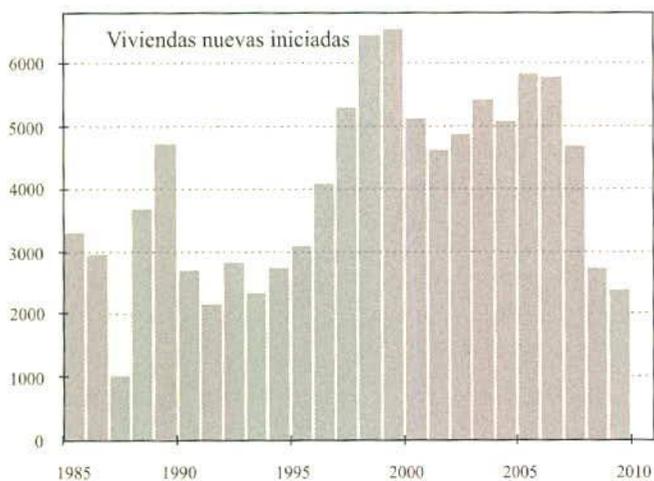
Así, ya en 2004 los saldos fiscales también compensaron creces las inversiones realizadas por empresas y entidades públicas en relación con Barcelona'92, como se aprecia en la figura 7. El balance fiscal presentado en esta investigación se estima con un margen de $\pm 15\%$. Por otra parte, no se incluyen los ingresos en concepto de cotizaciones sociales. Al incluirlos, los superávits de los saldos fiscales son: +6.835 M\$ corrientes para el periodo 1986-1992, +2.608 M\$ para el periodo 1993-2001 y +3.873 M\$ para el periodo 2002-2010.

Figura 6. Impactos de la preparación y del legado de los Juegos Olímpicos de Barcelona 1992

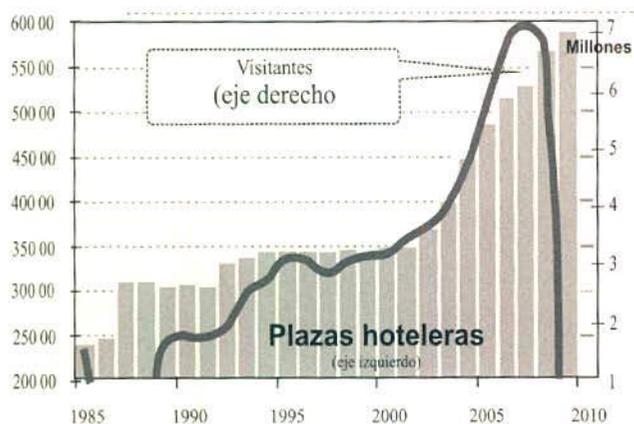
A. Dinámica de la ocupación en Barcelona



**B. Consumo de cemento y viviendas
construidas en Barcelona**



**C. Plazas hoteleras disponibles y visitantes
extranjeros en Barcelona**



Fuente: Brunet (1994 y 2006)
y Ajuntament de Barcelona (Varios años).

2. 1992-2004: Impacto

Capacidad de Barcelona para potenciar el impulso olímpico y expandir las inversiones y la actividad

El impacto de la nominación olímpica fue inmediato: el paro inició un acusado descenso, el mercado de la vivienda se reanimó y, por supuesto, la construcción alcanzó su punto máximo (Brunet, 1995; ver figura 6).

Pero sorprende la continuidad del impulso expansivo: 1993 fue peor que 1992 – como en toda la región, todo el país y toda Europa occidental –, pero en cada año posterior fueron batidos todos los récords de crecimiento en todos los indicadores, de empleo, inversión, renta, atraktividad, etc. Barcelona no únicamente reaccionó muy bien a los Juegos, sino que supo mantener, de forma inaudita, su expansión.

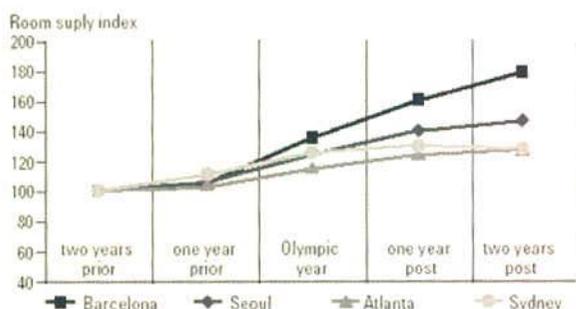
Dinámica económica e impacto de los Juegos Olímpicos

El mercado de trabajo de Barcelona y su área de influencia mejoraron sustancialmente en el periodo preparatorio de esta olimpiada. Sintéticamente, el número de parados descendió desde el máximo histórico de 127.774 personas, en noviembre de 1986, hasta un mínimo de 60.885, en julio de 1992 durante los Juegos (ver figura 6). La tasa general de paro de Barcelona cayó entre octubre de 1986 y agosto de 1992 desde el 18,4 % hasta el 9,6 %, cuando las tasas de España eran del 20,9 % y el 15,5 %, respectivamente. Durante el periodo preparatorio, los recursos olímpicos generaron un empleo anual medio de 35.309 personas.

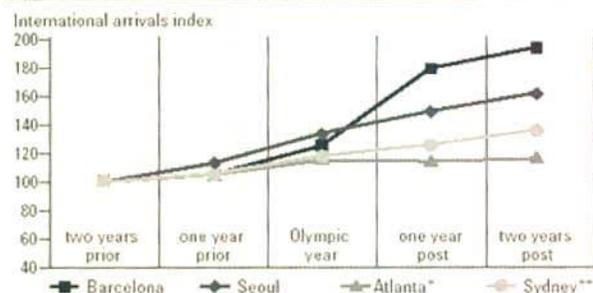
Por otra parte, las inversiones olímpicas producen un empleo permanente adicional en actividades promovidas por los Juegos que se estima en 20.019 personas. En suma, el efecto empleo anual medio 1987-1993 del impacto económico de Barcelona'92 fue de 59.328 personas. Así, se entiende que la reducción del paro registrado en Barcelona entre noviembre de 1986 y julio de 1992 de 66.889 personas esté causada, al menos en el 88,7 %, por la celebración de los Juegos de 1992.

Figura 7. Respuestas de ciudades olímpicas: aprovechamiento de sus nuevas capacidades

A. Oferta hotelera: aumento antes, durante y después de los Juegos Olímpicos



B. Visitantes extranjeros: aumento antes, durante y después de los Juegos Olímpicos



Fuente: Jones Lang LaSalle IP (2002).

Tras los Juegos, el paro en Barcelona aumentó en 21.000 personas, valor parecido al empleo anualizado del COOB'92. Durante los años sucesivos, el paro se redujo ostensiblemente (ver figura 6). Las inversiones creadas por los Juegos actuaron como un colchón ante la depresión general. La economía de Barcelona mostró mayor capacidad de resistencia ante la crisis y, a partir de 1994, creó puestos de trabajo. Hasta 1993, el empleo se incrementó en 41.450 puestos de trabajo, lo cual redujo la tasa de paro a la mitad. En 1993 y 1994,

el paro aumentó en unas 18.000 personas, pero a partir de 1995 siguió reduciéndose, gracias, en parte, a los 20.230 puestos de trabajo permanente legados por las inversiones olímpicas (956 mil millones de pesetas de capital social legado; ver figura 8, más abajo).

Los restantes indicadores económicos certifican el progreso de Barcelona en los años posteriores a los Juegos. Es el caso, especialmente, del sector de la construcción. El gráfico B de la figura 6 presenta el auge en el consumo de cemento, que se multiplicó 2,5 veces entre 1986 y 1992 y siguió creciendo hasta un total de 3,5 veces en 2001. También se expandió la construcción de viviendas, incluso en una ciudad relativamente finalizada como Barcelona.

Cuadro 4. Posición estratégica y competitividad de las ciudades europeas: valoración de las facilidades para hacer negocios

Cuadro 4. Posición estratégica y competitividad de las ciudades europeas: valoración de las facilidades para hacer negocios				
City	2010	2005	2000	1990
London	1	1	1	1
Paris	2	2	2	2
Frankfurt	3	3	3	3
Barcelona	4	4	6	11
Brussels	5	5	4	4
Madrid	6	7	8	17
Munich	7	9	10	12
Amsterdam	8	6	5	5
Berlin	9	8	9	15
Milan	10	12	11	9
Geneva	11	20	12	8
Hamburg	12	16	18	14
Zurich	13	10	7	7
Birmingham	14	19	-	-
Düsseldorf	15	14	17	6
Manchester	16	21	14	13
Lisbon	17	15	16	16
Dublin	18	11	13	-
Lyon	19	24	20	18
Stockholm	20	17	15	19
Prague	21	13	21	23
Rome	22	26	25	-
Warsaw	23	18	27	25
Leeds	24	28	-	-
Copenhagen	25	27	24	-

Budapest	26	22	22	21
Istanbul	27	29	-	-
Vienna	28	23	23	20
Glasgow	29	25	19	10
Bucharest	30	29	-	-
Helsinki	31	30	26	-
Moscow	32	31	30	24
Oslo	33	33	28	-
Athens	34	32	29	22
<i>Source: Brunet (1997) y Healey & Baker (2010).</i>				

La capacidad de respuesta de las ciudades olímpicas: la excepcionalidad de Barcelona

Las plazas hoteleras disponibles en la ciudad de Barcelona se incrementaron extraordinariamente y a ello siguieron el número de visitantes (panel C de la figura 6). Podemos comparar los resultados de las cuatro ciudades olímpicas: los resultados de Barcelona siempre son los mejores y, a menudo, mucho mejores, especialmente en oferta hotelera y visitantes extranjeros (figura 7).

La respuesta de Barcelona al estímulo olímpico fue mucho más intensa y más sostenida que la de otras ciudades organizadoras. De ahí que Barcelona' 92 sea un modelo de impacto. Esta es la excepcionalidad de Barcelona, su extraordinaria y sostenida capacidad para aprovechar el impulso olímpico.

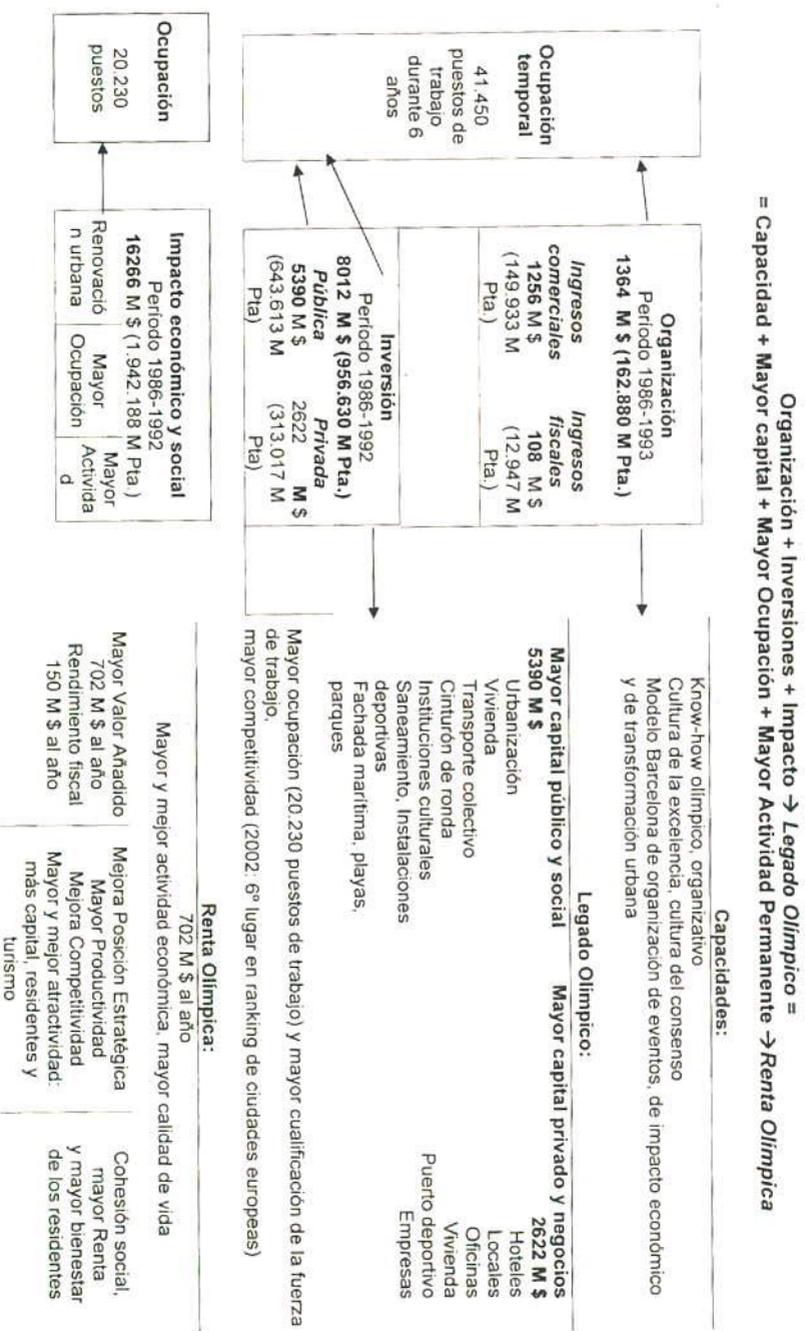
El «modelo Barcelona» de impacto económico de los Juegos Olímpicos

La organización de los Juegos y sus inversiones tuvieron un impacto inmediato muy sensible. Pero lo más sorprendente será descubrir ahora el calado del impacto del legado olímpico permanente y la continuidad del impulso olímpico en el periodo subsiguiente, 1992-2004. El «modelo Barcelona» de impacto de los Juegos Olímpicos y sus principales resultados se sintetizan en la figura 1.

El elemento clave del «modelo Barcelona» de impacto de los Juegos Olímpicos son las inversiones, por cantidad y por calidad. Pero el modelo de impacto presupone un modelo de organización de los Juegos e implica un modelo de transformación urbana de la ciudad.

El modelo de impacto económico se basa en la maximización de inversiones, en su atracción y concentración temporal. Debido a la profundidad perseguida en la transformación urbana, la continuidad de las inversiones es esencial, como sucede precisamente en Barcelona.

Figura 8. Impacto, legado y renta para la ciudad de la organización de los Juegos Olímpicos de Barcelona 1992



Fuente: Brunet (1997 y 2000).

Barcelona muestra una gran capacidad para aprovechar el impulso olímpico y el impacto de las inversiones; en este sentido, es idónea para el cambio. Los recursos aplicados en inversiones urbanas se concretan en empleo temporal para su instalación y, posteriormente, en empleo permanente para su explotación. En ambos casos se produce una mayor actividad económica, aunque no toda se centra en la propia ciudad. La mayor capitalización y actividad redundan en mayor renta y bienestar, cohesión social y atraktividad.

Impactos comparados de los Juegos Olímpicos: la excepcionalidad de Barcelona

Se ha elaborado una base de datos para comparar los impactos de varios juegos olímpicos, a través de la siguiente secuencia: organización, inversiones e impacto económico inducido (ver el cuadro 1 y la figura 10).¹

La excepcionalidad de Barcelona se observa claramente. Las inversiones olímpicas y su impacto económico no tienen comparación con ninguna otra ciudad organizadora de juegos olímpicos. Únicamente Tokio, en el pasado, alcanza la mitad del esfuerzo inversor de Barcelona. En Seúl, las inversiones fueron notables, pero en Atlanta y Sydney las inversiones olímpicas fueron muy limitadas. Atenas lo intentó y Beijing siguió el modelo Barcelona de impacto urbano y económico profundo (Brunet y Xinwen, 2009), como Río lo hará. Londres 2012 se mueve por mejorar su posición estratégica entre las regiones creativas de Europa (Poynter y Macrury, eds., 2009).

3. 2004-2020: Valorizando el legado olímpico

El legado olímpico y la continuidad inversora impulsan la nueva posición estratégica de Barcelona

Inversiones en infraestructuras y transformación urbana

Las inversiones son la clave de los recursos económicos movilizados para Barcelona'92, de su impacto económico, de la transformación urbana y del subsiguiente incremento de la actividad, renta y bienestar.

¹ A propósito del impacto de los Juegos, además de IOC (2002 y 2010), ver, para Seúl, Jong-Gie y otros (1989) y Pyun (1999); para Atlanta, Humphreys y Plummer (2002); para Sydney, Centre for Regional Economic Analysis — Arthur Andersen (1999) y Preuss (2000); para Atenas, Organising Committee For The Olympic Games Athens 2004, S.A. (2002); para Beijing, Organising Committee for The Olympic Games Beijing 2008 (2007) y Brunet y Xinwen (2009); para Londres, Thornton y otros (2006); y para Río, Río 2016 BID (2009).

Buena parte del éxito y del carácter modélico de Barcelona'92 se debe a las inversiones, a su calidad (infraestructuras) y su cantidad (10.660 millones de euros). Si las inversiones son importantes para el impulso olímpico, también lo serán para completar su impacto y dar continuidad a la labor de transformación urbana y mejora estratégica de Barcelona. Las inversiones en transformación urbana posteriores a la fase olímpica se organizaron en dos ejes: los proyectos vinculados al Fórum Universal de las Culturas Barcelona 2004 y el plan Poblenou 22@BCN.

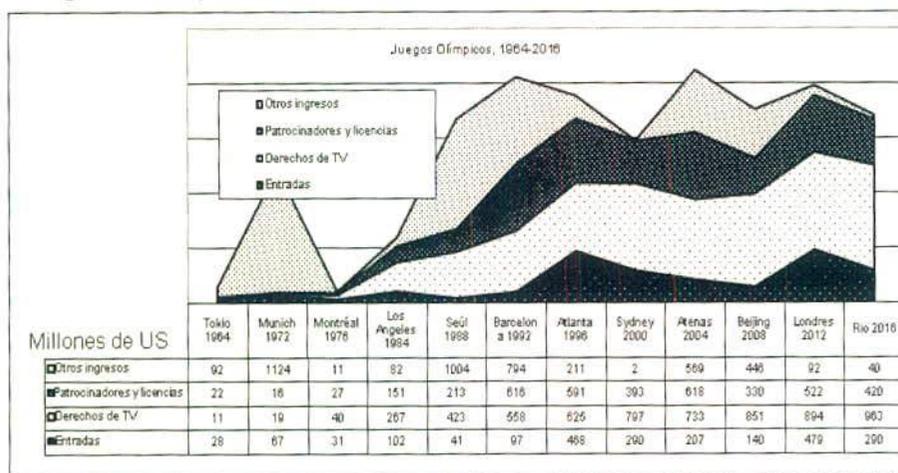
En el primer caso, se trata de transformar el levante de Barcelona, completando así el frente marítimo de la Villa Olímpica (Brunet, 2009). De modo parecido a los Juegos, el Fórum sería el pretexto para culminar proyectos urbanísticos de envergadura, algunos de ellos de difícil realización en un contexto corriente. Las inversiones son sustancialmente públicas. En el segundo caso, se trata de renovar intensivamente el barrio de Poblenou (Brunet, 1995), contiguo a la zona del Fórum. Las inversiones son sustancialmente privadas. Para completar el cuadro de la renovación urbana de Barcelona hasta 2004 deben señalarse los proyectos de renovación interior de varios distritos de Barcelona: Ciutat Vella, Eixample, Gràcia o Nou Barris. Las inversiones forman, pues, el legado olímpico que explica buena parte de la bonanza económica y social de la Barcelona desde los Juegos.

Legado olímpico y perspectivas estratégicas de Barcelona

El nuevo capital público y privado y el nuevo empleo permanente, fruto de las inversiones olímpicas, constituyen el legado de los Juegos de Barcelona'92. Este legado se sintetiza tanto en la transformación urbana de Barcelona y en los cambios en su estructura económica como en su mayor capitalización, terciarización, internacionalización, atractividad, centralidad, productividad y competitividad. Son de sobras conocidas la idoneidad y capacidad de Barcelona para potenciar y mantener el impulso olímpico, incrementar su actividad y su renta, su calidad de vida y su cohesión social, y avanzar en su posición estratégica.

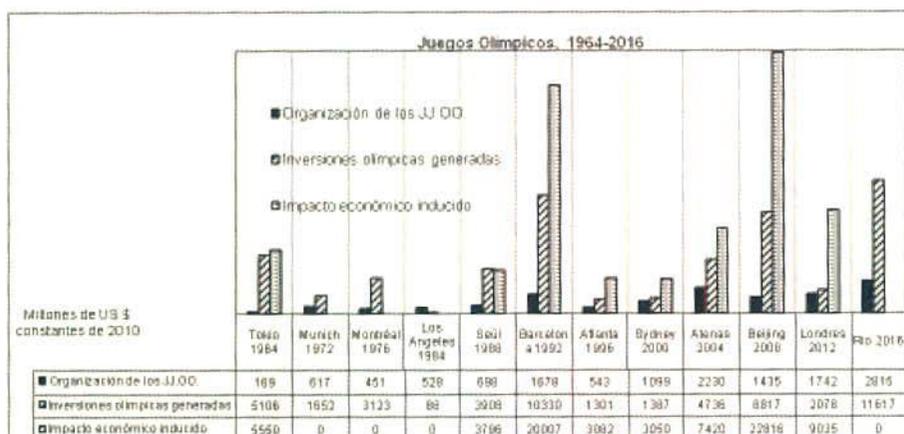
El grado de confianza en Barcelona expresado mediante la preferencia de las empresas por instalarse en una ciudad (indicador sintético de su atractividad, disponibilidad de servicios, trabajadores y mercado y, en fin, de su competitividad) (Healey y Baker, 2001) mejoró notablemente tras la celebración de los Juegos.

Figura 9. Ingresos de los Comités Organizadores de los Juegos Olímpicos: dinámica y estructura, 1964-2016



Fuente: Brunet (1994 y 2009) y CIO (2010).

Figura 10. Recursos económicos movilizados por los Juegos Olímpicos: organización, inversiones e impacto, 1964-2016



Fuente: Cuadro 2.

La capacidad de Barcelona de aprovechamiento del impulso olímpico le ha permitido esquivar limitaciones, como la disensión entre administraciones públicas, limitar el impacto negativo del retraso en la construcción de infraestructuras, como el tren de alta velocidad (AVE), y no naufragar en la indefinición, más que cultural, de proyecto urbano y fachada marítima. Y, pese a contar con algunos elementos no excesivamente atractivos (no es capital de Estado, no acoge la sede central de muchas empresas multinacionales, no anda sobrada de transporte público, ni de formación en idiomas, ni de movilidad laboral, ni de suelo, etc.), Barcelona mantiene su capacidad cautivadora y emprendedora.

Barcelona, modelo y realidad

Nos referimos al «modelo Barcelona» al menos en tres sentidos:

- Modelo de organización de los Juegos Olímpicos (ver figura 3).
- Modelo de impacto económico de la organización y celebración de unos juegos olímpicos, en particular de las inversiones en obras de uso no directamente olímpico (ver figura 2).
- Modelo de transformación urbana en mejora de la atraktividad y de la posición estratégica de la ciudad (ver figura 8 y cuadro 4).

En los Juegos Olímpicos de Barcelona'92, los objetivos fueron muy claros (excelencia y transformación urbana de Barcelona), así como los procedimientos (unanimidad institucional, economía mixta, etc.). Y como los resultados de este «modelo Barcelona» fueron tan positivos, el modelo es usado también a menudo en su acepción de ejemplo para los demás, para otras ciudades organizadoras de grandes acontecimientos. Así, los Juegos de Barcelona se convirtieron en un modelo para otros mega eventos y para otras ciudades.

Conclusiones

Barcelona es otra ciudad gracias a los Juegos. Los organizó de la mejor manera, se fomentaron enormes inversiones y, gracias al buen uso del legado olímpico, del mayor capital y de la mayor atraktividad de la ciudad, el proceso de fomento urbano tuvo continuidad después de 1992.

La organización (ver figuras 1, 2 y 3, y el cuadro 1), las inversiones realizadas (ver cuadro 2 y las figuras 4,5 y 6), el impacto económico y social (ver cuadro 3 y figuras 5 y 10), la transformación urbana y el aprovechamiento del legado olímpico (ver figura 8) han sido altamente positivos, en formas y resultados. Por ello se hace referencia a un «modelo Barcelona» de preparación de grandes acontecimientos, de impacto económico, de transformación urbana.

Existe, por lo tanto, calidad en los objetivos y excelencia en su implantación, tanto en la fase de preparación de los Juegos como después. Pero también existe capacidad e idoneidad de la ciudad para aprovechar el impulso olímpico. En una comparación con juegos precedentes y posteriores (1964-2008), apreciamos una mejor respuesta de Barcelona a los estímulos olímpicos y el hondo calado de su impacto (ver figuras 6 y 7 y cuadros 2 y 4).

La continuidad del proceso inversor, impulsado por eventos como el *Forum 2004* y con trabajos como la *conversión de Poblenou en distrito* de actividades de alto valor añadido aplicadas al conocimiento y la tecnología, fue clave para mejorar la posición de Barcelona entre las ciudades europeas.

Desde 1986 hasta 1992, y desde 1992, los éxitos han sido gigantescos. Pero los actuales retos están a la altura de los éxitos pasados, son muy altos y exigentes. Las inversiones en proyectos de transformación urbana no pueden flaquear. La integración europea y la globalización favorecen el nuevo lugar de Barcelona, mientras no se contrarie el espíritu olímpico, el «modelo Barcelona».

Referencias bibliográficas

AYUNTAMIENTO DE BARCELONA (Varios años): *Barcelona economia. Indicadors econòmics de Barcelona i de la regió metropolitana*. Barcelona: Ayuntamiento de Barcelona [en línea]. <<http://www.publicacions.bcn.es/bcneco>>

^ (1999): *Barcelona, 1979-2004. Del desenvolupament a la ciutat de qualitat [Catàleg de l'exposició]*. Barcelona: Ayuntamiento de Barcelona. Ver también <<http://www.bcn.es/expo1979a12004>>

BARCELONA HOLDING OLÍMPICO (1990): *Barcelona, la ciutat i el 92*. Barcelona: HOLSA.

BLAKE, Adam (2005): The economic impact of the London 2012 Olympics Nottingham, *Christel DeHaan Tourism and Travel Research Institut*, wp. n. 2005/5.

BOHIGAS, Oriol (1986): *Reconstrucció de Barcelona*. Madrid: MOPU.

BRUNET, Ferran (2009): The economy of the Barcelona Olympic Games, in Gavin Poynter y Iain Macrury (eds.) *Olympic cities: 2012 and the remaking of London*, Hants, UK: Ashgate, pp. 97-119.

- (2006): *An economic analysis of the Barcelona'92 Olympic Games: resources, financing and impact*. Bellaterra: Centro de Estudios Olímpicos y del Deporte [en línea] <http://blues.uab.es/olympic.studies/pdf/OD006_eng.pdf>

- (2003): *Anàlisi de l'impacte econòmic dels Jocs Olímpics de Barcelona, 1986-2004*, in Miquel de Moragas y Miquel Botella (eds.) (2003), *Barcelona: l'herència dels Jocs (1992-2002)*, Barcelona, Editorial Planeta, pp. 209-243.

- (1997): The economic impacts of the Olympic Games. In: Ferran Brunet, François Carrard & Jean-Albert Corrand (dirs.). *The centennial president*. Lausana: International Olympic Committee, p. 1-10.

- (1996): *Anàlisi econòmica de les actuacions urbanístiques a ciutat Vella*. Barcelona: Procivesa.

- (1995): *Dimensió econòmica i posició estratègica del Poblenou*. Barcelona: Instituto Municipal de Urbanismo.

- (1994): *Economy of the 1992 Barcelona Olympic Games*. Lausana: International Olympic Committee.

- y ZUO XINWEN (2009): "The economy of the Beijing Olympic Games: an analysis of prospects and first impacts", in Gavin Poynter y Iain Macrury (eds.) *Olympic Cities: 2012 and the Remaking of London*, Hants, UK: Ashgate, p. 163-180.

BUSQUETS, Joan (1992): *Barcelona. Evolució urbanística de una ciutat compacta*. Madrid: Mapfre-América.

CENTRE FOR REGIONAL ECONOMIC ANALYSIS – ARTHUR ANDERSEN (1999): *Economic impact study of the Sydney 2000 Olympic Games. Full Report*.

COMITÈ ORGANITZADOR OLÍMPIC BARCELONA 1992 (1993): *Memòria oficial dels Jocs de la XXVa Olimpíada Barcelona 1992. Volum*

II. Els mitjans. Escenaris, objectius i recursos [i] Volum III. L'organització. La preparació dels Jocs. Barcelona: COOB'92.

ESTEBAN, Juli (1999): *El projecte urbanístic. Valorar la perifèria i recuperar el centre*. Barcelona: Fundació Bosch i Gimpera – Aula Barcelona.

HEALEY & BAKER (2010): *European cities monitor* [en línia] <<http://www.healey-baker.es/servlets>>

HORNE, John y WOLFRAM Manzenreiter (eds.) (2006): *Sport mega-events: socialScientific analyses of a global phenomenon*, Hoboken, NJ, Wiley-Blackwell.

HUMPHREYS, Jeffrey M. y Michael K. Plummer (2002): *The economic impact of hosting the 1996 Summer Olympics*. Georgia: Selig Center for Economic Growth, Terry College of Business, Universidad de Georgia – IRE Advisors [en línia]. <<http://www.selig.uga.edu/forecast/olympics>>

INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE (2010): *Marketing fact file*. Lausanne: International Olympic Committee [en línia] < http://multimedia.olympic.org/pdf/en_report_344.pdf>

– (2002): *100 years of olympic marketing evolution of olympic marketing during the 20th Century* [en línia] <http://www.olympic.org/uk/organisation/facts/introduction/100years_uk.asp>

JONES LANG LASALLE IP (2002): *Reaching beyond the gold. The impact of the Olympic Games on Real Estate Markets* [en línia] <www.joneslanglasalle.com/hot_globalinsights.html>

JONG-GIE, Kim y otros (1989): *Impact of the Seoul Olympic Games on national development*. Seúl: Korea Development Institute.

MARSHALL, Tim (ed.) (2004) *Transforming Barcelona*. London: Routledge.

ORGANISING COMMITTEE FOR THE OLYMPIC GAMES ATHENS 2004 (2002): *Annual Report 2000-2001*. Atenas: ATHOC 2004. Ver también <<http://www.business2005.gr>>.

ORGANISING COMMITTEE FOR THE OLYMPIC GAMES BEIJING 2008 (2007): *Finance* [en línia]. <<http://www.beijing-2008.org/eolympic/ztq/5-5/5-5.html>>.

PAREJA EASTAWAY, Montserrat y Otros (2007): *The city of marvels? Multiple endeavours towards competitiveness in Barcelona*. Pathways

to creative and knowledge-based regions, Amsterdam, University of Amsterdam, Institute for Metropolitan and International Development Studies, ACRE Report 2.2.

PREUSS, Holger (2000): *Economics of the Olympic Games: Hosting the Games 1972-2000*. Sydney: Walla Walla Press.

PYUN, Do Young (1999): *Economic Impact of the Seoul Olympic Games* [en línea]. <http://www.geocities.com/olympic_seminar7/papers/pyun.html>.

Rio 2016 BID (2009): *Rio 2016 candidate city. Dossier de candidature de Rio de Janeiro à l'accueil des Jeux olympiques et paralympiques du 2016*, Rio de Janeiro, Rio 2016 BID.

ROLDÁN, Santiago (1992): *Barcelona Olímpica. La ciutat renovada*. Barcelona: HOLSA.

SAMARANCH, Juan Antonio (1992): Discours d'ouverture par le président du CIO et Pasqual Maragall, Maire de Barcelone, président du COOB'92, en *Revue Olympique*, No. 300, octobre, p. 473.

THORNTON, Grant, Torkildsen Barclay y The Christel DeHaan Tourism - Travel Research Institute (2006): *Economic Impact Study of the London 2012 Olympic Games and Paralympic Games. Final Report*, London, East of England Development Agency.

US FED STATS <<http://www.fedstats.gov>>

SPORT AND LEISURE POLICIES IN THE OLYMPIC NATION: SPORT, SOCIAL, URBAN AND ENVIRONMENTAL LEGACIES

Palestrante:

John Locke

East London University /Inglaterra

Thank you for inviting me. It's a great privilege to be here. I'd like to thank your city, São Bernardo, Rejane Penna Rodrigues and my friend professor Lamartine Da Costa, who is a visitant professor on my university.

I just want to say to start that I think the 2014 World Cup will be quite boring. I think the 2016 Olympics in Rio will be very interesting. I'll come back to that in a moment.

This is just, to put my talk in contex. To begin, let me show a picture from London. It is the Olympic Park there, and the University of East London is there and there, so very close. The Olympic Park is in the middle of London. It's not, as Sidney was, on the outskirts of the city. It is *in* the city, close to the heart of it. It makes some of the dynamics of the London Games very different to take place at 2012.

Just a quick word about my university. My office coordinates all aspects of our engagement with the Games. We have engagement to education, sports, environment, culture and the olympic policy through research at different levels. And, unusually for an university during the Olympics in Games time, we will host the United States olympic team high performance center. It was announced last month, after the 2010 Vancouver Winter Games. In Sidney, the contribution of higher education was to shot down and go away. In London, we're going to play an active part.

This view is from the Olympic Stadium also located at the Olympic Park. The time is November 2009. It has a capacity of 80 thousand seats. If England wins the right to host the 2018 Football World Cup, this will stay as an 80 thousand seats stadium. If we don't, there is an argument about how big it will be, but will be smaller. Just a note: visit at Internet the site London2012.com; there is a lot of information on this website, many photographs which you can download.

Here we can see the Aquatic Center. Again, it is a huge construction;

this has perfectly completed the roof in something like nine months, very fast construction in timetable.

This is a visualization of the Olympic Park as it will look like at 2014, after the Games has gone, after conversion from Games' time into legacy mode. But, to note here, this stadium, the Velopark, here, the Stratford City, a huge shopping and leisure development next to the Olympic Park, the biggest in Europe, when it opens, in 2011.

Just there, there's the Millenium Dome, the most successful entertainment venue in Europe. That will host events in 2012. Just off the slide there, the XL Exhibition Center, the biggest in United Kingdom. That will host more olympic events than the Olympic Park.

There, in very open view, you can see Canary Wharf, a huge financial-service-business center; behind that, the city of London. This keeps you an impression of the fact that the Olympics in the Olympic Park are *in the middle of a huge urban regeneration effort. In London those changes are being going on for thirty years, and we'll go along for another thirty years.* The Olympics is not a thing, not separated, it is a milestone, a symbol of regeneration. It's not the greatest cost, it doesn't produce the most jobs, but its function has the highest profile. It is the globalization of East London, if you like. And we look forward how the Olympics and the Paraolympics will change this regeneration process, and that value and momentum to drive it forward again.

In short, this is just to remind us that the Olympics do not belong to London, they didn't belong to Barcelona, they won't belong to Rio. The Olympics are the property of the International Olympic Movement, so London is renting the Olympics and the Paraolympics for a period, and won't then give them back. So it is important that the conceptualization of the Olympics is owned in London, and of course, owned in Rio. It's a separated thing. The Olympic Movement has its idea of the Olympics and the Paraolympics, the city of London has its own idea of what this means. And the Olympics and Paraolympics are intellectual property. Before there are sports, before there are regeneration, before there are anything else, *before their business, their intellectual property.* And they keep changing because of the nature of the Games and the role of the whole city changes with these Games. It is invention, not just repetition. The city reinvents the Games, the Games reinvent the city. And that also includes the idea of sport in the city.

Now we can take a look at some organizational bodies bringing about the delivery of the Games in London. The Olympic Delivery Authority

and the London Development which are reclaiming the land, building the Olympic Park, building other olympic facilities. Then you have LOCOG, the organization body which is running the Games as a private company. Their tasks are a huge enterprise and to some people in London, although it's peace time, it feels like a military occupation, and the impact is not to be underestimated. It's very big impact.

Let's have an idea of this gigantic accomplishment examining the Olympic Park; the Olympics is mainly public money, but it is intended the redevelopment the Olympic Park after the Games will pay back much of this public investment. And that follows the model and the slide I'll show you is the visualization of 2014, which is long term public-private partnership. Often the public money goes in first, but the private money comes back, to pay back. The Olympics 2 billion is mainly playful; London is been very good in raising sponsorship. There are, of course, more work to be done, then. The frame refers to the economic impact just the building of this overall commitment.

It has generated 6 billion pounds of contracts, building related contracts, 98% of those contracts have been won by UK businesses. There is a website called Competefull which puts emphasis on the supply chain in the UK, and insuring that there is a significant business impact nationally, not just in London.

Sustainability is an important part of this effort. The Olympic Park area that I've showed you had quite a lot business in it, but also much degraded polluted land. Some land was radioactive. There's been a huge clean-up effort. Enormous: 1,5 million tons of soil washed. But much recycling of all of the material. A company buy policies for sustainable procurements, sustainable management, and of course sustainable use of the Olympic Park. And for health. That comes back to health.

The governance: there is a minister for the Olympics, Tessa Jowell, who is also, I think, in Brazil now, or will be shortly. And there is an Olympic Board with the Minister, the Mayor of London, the presidents of local British Olympics Association. Reporting to the Minister, who reports to Parliament, there is a government Olympics executive. And the olympic executive is the part of government that looks that the Games is being on time and on budget and delivering value for money. There's lots of money, big issues in the media about the amount of money, so this is a very important political emphasis.

In this overall concern, we may identify the Olympic Park Legacy Company, established last year. It will be fully operational this year. That's five years ahead of the same kind of body that was in Sydney. It follows the emphasis of 2005 bit, but legacy has to be a really important part of the Olympics. The Prime Minister Blair and the Mayor of London said in 2005 both that, over and above the games, the other purpose of hosting the London Games was the regeneration of East London. So it's not just spending money, it's an investment in place and community. The other important body and that company which is parting by government part by the area of London. They have founded a partnership, a joint venture with the Mayor of London and with Government.

Again in this picture this is the London area where the Five Burroughs are. The Olympic Park is just there. It's mainly new. If this was a city like São Bernardo within São Paulo, this is a city of 1.25 million people; it would be probably the most deprived city in Europe. This is the most deprived area in the United Kingdom, along with some parts of Glasgow, in Scotland. But, due to the scale and the intensity of the privation here, is very great, but there is unemployment, child poverty, lack of skills, and it relates to the fact that this area, forty years ago, very strong in manufacturing, logistics, it all collapsed. Hundreds of thousands of jobs disappeared. So this is the area of London that is in London, but excluded from London. So an important part of the history of the London Games is continuing that process of regeneration. So this is within London and apart of London, apart the London economy, apart the London society. It's a huge challenge.

I will approach now to some aspects of the Games with a small pin of politics. There is a common political legend connecting the regeneration of East London to right-wing governments/left-wing governments for the last thirty years. There are nuances in both styles of management, there are differences, but the same objectives, the same approaches. A shift from a socialist Mayor of London to a conservative Mayor of London has not made an important difference to the approach to the Olympics. And the Olympics is not an issue to our general election. Costs, maybe, but the Olympics is not an issue.

A big issue is the relationship between London and the rest of the UK. There is a perception that London is the UK's only world city. You have in Brazil two world cities in a much bigger country. We have one world city in a small country. And it's a saying that London is the richest area and it gets the Olympics, it gets the investment. We have to remember of it, also there is a divergence between London and the south-east

region of the UK, which is steadily getting more affluence compared to the rest of UK. There is a divergence. But, within that, the East of London is not like London. So the case with the Olympics in London is about the economic and social status of East London. And there is an issue and the diverting of the investments, lottery money is national money. It is going to London and to East London, and not the rest of the UK. So some people believe it is coming out of charity, it is coming out of the art, is coming out of sport and going into London. There are political issues there. And there are issues related to London, the centre of the most developed part of the UK economy, the most value added with some other parts. So, as a result, this is a tension.

Thus far, there are big tensions between politicians and the media. The political sensitivity is about the costs of the Games against the benefits of the Games. And the media likes negative stories. The media doesn't like spring stories that say "the sun is shining, everyone is happy". The media likes stories that say politicians have screwed up. And a case study for the Millenium Dome which is seen in this slide, focus on the year 2000 when the project was heavily criticized. Nevertheless, it was a great success for the media, that had a really good story. It was a failure for the politicians although 6 million people went there. But the Millennium Dome, ten years on, is the most successful entertainment venue in Europe, one of the most successful in the world, so it's a political failure, but it's an economic and cultural success. So there are ironies in here about the difference between the way politicians see things, the public see things and the media see things.

Moreover, the divergences come back to the point about the relationship between the city story and the Olympic and Paralympics story. Baroness Valentine is a major, is an important business leader in London, supported by most of the big corporation businesses. She in our House of Lords, in our Parliament, had a conflict with Lord Coe, who is the president of the LOCOG, and a former Olympian. He has won gold medals, he is in favor of the Olympics, also Baroness Valentine is in favor of the Olympics but they disagree in public about who can use the olympic brand to tell stories about success. Because, in the end of the day, the IOC and the International Paraolympic Committee own the brands, they go to LOCOG to use that cannot be used generally, and this is a big tension, because many people would like to associate themselves with the Games and cannot do so. The contrast is that London LOCOG has innovated as a way of responding this: there is a new olympic mark, for the first time called in inspire, and it's an olympic

mark that not for profit organizations can apply for where they are doing work related to olympic and paraolympic values. And this is been successful, this is a good thing. But nonetheless that tension around the commerce and the olympic intellectual property goes on.

Coming to an end of my presentation, I would like to make some remarks.

The first is, whatever else happens, London must have a great Games. Legacy will not be seen positively if the London Games is a failure. We have to have a great Games, in a way that, in Sidney, there was lots of negativity about the Olympic Games until the opening ceremony, and then, in Sidney, a great Games came out. So in July-August 2012, the world will comes to London and has a great time, and there is great sport. We see this as interconnected, there is the delivery, there is the Games, there is legacy, all hangs together, they are not separated.

In terms of sports, the government is investing in national sports governing bodies, there are, I think, 46 main ones. The Olympic Park Legacy Company will be looking at the use and then using the Olympic Park in a priority or other of the community sports, lead sports, and the visitor economy. The Five Burroughs, the host Burroughs, have been galvanized, they are focusing on take up sports, particularly of the young people and physical activity, and focusing on the growth of clubs and teams. And that's what the Olympics and Paralympics have created. In our area of East London, we have some of the lowest levels of physical activity in the UK, and some of the worst health and some of the worst diet. So the public does not participate of the Olympics, but we want to use the Olympics as a means of motivating and incentivating people to become more active, to be healthier. Policy is making that connection very directly.

In terms of immediate impacts, there is the Games themselves, there is a public expectation that a degraded place will be a renewed place. This will be high quality public space in legacy as part of the opened fabric of London. The public transports, much transport investment has been brought forward for the Games, to enable it to happen, because there will be half a million people a day coming to that little bit of London. That is a public benefit. There will be 70 thousand volunteers, many young people. The intention is those voluntary supporters will have a good experience, so it should help them finding work, help them be proud of their participation on the Olympics.

The political public opinion, are also jobs, we know the public and the

five Burroughs highest expectation is that the Olympics will deliver jobs. There will be some jobs immediately after the Games, because there will be venues to run, but it is the development process of the Olympic Park after the Games, as Ferran Brunet emphasizing here before, that there is very big expectation. So that is the importance of setting up the Olympic Park Legacy Company now to begin to focus on what happens after the Games.

Furthermore, the five host Burroughs and the Mayor of London and Government have signed an agreement, the strategic regeneration framework, and that is the strategic objective. Within 20 years, the communities who host the 2012 Games will have the same social and economic chances as their neighbors across London. This is enormously ambitious but if we don't set our targets, perhaps we don't reach them.

I also think there are some knowns and unknowns about this observation of the London Games here, that the 2012 Games will probably be the first Internet games. By 2016, the pace of technological change, there will be further ways to look at and to understand the Games through the media, but also technology is now embedding sports. If you were watching the Vancouver Games in real time, it is not just about technology of the Olympic Park before the Games, it's technology to access what athletes are doing as they are actually competing. Just as there are real time technologies in formula one motor racing. So there are opportunities there for universities in research, for business in commercialization.

Who knows what there will be in six years time when the Games reaches Rio? That keeps changing. It is very obvious that from 13 or 14 years ago that these mega-events like the Olympics, the Football World Cup, build a community that links the local to the global. Links different nationalities across the Globe. And it feels to me is that London is joint a global club by hosting the Olympics. And I am here, Ferran is here because we're a part of the club, part of the dialogue, and it should continue. It's just a way of saying that there are things about the London Games that will be new. The inspire in the mark is one. There will be things about the Rio Games that will be different. And it is important to look for those aspects and not just see things in terms of the Olympics. It will be like London, it will be like Sidney, it will be like Barcelona. There will be parts of the Rio Games that are new for the Olympic City and for the Olympic Movement. So the potential for a dialogue, that is us, that is you, that is you and, possibly, that is us again. I do not think this is happened before with mega-events. So there is an enormous learning

opportunity in here, I think. We can swap, we can share information which will make your development experience richer and make our development experience richer.

Just as a remind that, in the end of the day, this does come back down to the people, individual people. It's not just all of the big strategies, the huge building programs, and LOCOG has issued a special edition of lapel badges, one for each London Burroughs (there are 32 across the city of London). This badge, for instance, came from a place which is just the east of the Olympic area, as it was designed by a local artist. And this fine artist works in my university.

And that is that. I said at the beginning that the 2014 World Cup will be quite boring. That's because you're going to win it. I think it is that. The football will be wonderful, you will win, there's no risk. 2016 is different. There will be many, many sports. And Brazil, historically is not an Olympic Nation, but is a great athletic nation. So you have an opportunity to bring together your athletic heritage and olympic opportunity to shine on the world stage in a way I hope London will do in 2012, as you have not done before. So I think 2016 can be surprising, and I very much look forward to being surprised.

Thank you.

POLÍTICAS DE ESPORTE E LAZER NO PAÍS OLÍMPICO: OS LEGADOS ESPORTIVO, SOCIAL E URBANO AMBIENTAL DO RIO 2016

Palestrante

Ricardo Leyser Gonçalves

Secretário Nacional de Esporte de Alto Rendimento

Ministério do Esporte - Brasil

Quero começar agradecendo aos nossos convidados pela participação neste Seminário. Vocês não sabem a importância que tem para a vitória do Rio de Janeiro a contribuição de Barcelona e de Londres.

Quando nós estávamos ainda na Secretaria de Esporte de São Paulo e disputávamos com o Rio o direito de sediar a candidatura dos Jogos Olímpicos, nós baseamos todo o nosso projeto no conceito de Barcelona. Na época fomos auxiliados muito pelo Enric Trunõ e nos baseamos no livro *A chave do sucesso*.

O projeto Rio 2016 foi vitorioso para o Ministério do Esporte. Nós transformamos a proposta do Rio em função da influência de Barcelona. A candidatura do Rio para 2012 era uma candidatura que dialogava muito pouco com a cidade. Era muito concentrada numa área, a Barra, e sem grandes legados para a cidade. Nós do Ministério, em parceria com o pessoal do Rio de Janeiro, mudamos o projeto muito inspirados por Barcelona. E todo o nosso modelo de governança, de organização dos Jogos, de estruturação, hoje inspirado pelo modelo de Londres.

O prefeito Eduardo Paes, o governador Sérgio Cabral e o presidente Lula já estiveram em Londres visitando o Parque Olímpico. Este é uma grande inspiração para nós, por isso eu desejo registrar o agradecimento do Brasil à contribuição tanto da Espanha, de Barcelona em especial, quanto de Londres e da Inglaterra.

Eu vou falar um pouco genericamente sobre o nosso projeto, baseando-me no dossiê de nossa candidatura Rio 2016. Por que eu estou fazendo esse destaque? Porque nós, alguns meses após a vitória, estamos revendo, principalmente, o nosso projeto de legado. O projeto de legado no dossiê já era consistente, mas o projeto de legado que nós vamos entregar, ele ainda é superior ao que foi proposto no dossiê. Nós preparamos um documento, que podemos disponibilizar e que chamamos de *Cadernos de legado*.

A partir do dossiê, que é mais focado na operação dos Jogos, nós fizemos a nossa proposta paralela de legado, proposta que está sendo revista, ampliada, preparando uma grande revitalização da cidade do Rio de Janeiro por ocasião dos Jogos.

Por isso, chamo a atenção para o fato de que o que nós vamos mostrar aqui é “menor” do que será a realidade. Porém, como a realidade ainda está sendo construída, estamos analisando e não temos como antecipar algumas decisões de investimentos, até porque envolvem negociações com o município e o Estado do Rio de Janeiro, que solicitam ao Governo Federal alguns investimentos adicionais. Eu não posso antecipá-los, mas vou comentá-lo, fazer menção a eles, reafirmando que essa nossa apresentação ainda está baseada no projeto que atualmente está aprovado.

Começando esse debate, que dizer que nossos Jogos Olímpicos serão em agosto de 2016 e, em setembro, os Paraolímpicos, numa condição meteorológica excelente. Começamos, assim, por dizer de que não só falamos do Rio de Janeiro, mas de uma época do ano muito adequada para a realização deste megaevento.

Além disso, estamos trabalhando numa visão de investimentos de longo prazo. A primeira incursão do Brasil nesses megaeventos foram com os Jogos Sul-Americanos de 2002, que foram realizados com muito improviso. Três meses antes da sua realização, nós herdamos a sede por uma impossibilidade da cidade que tinha se candidatado. E três meses antes da sua realização, o Comitê Olímpico aceitou assumir o desafio de organizá-lo no Brasil. Nós realizamos os Jogos em quatro cidades, porque não tínhamos nenhuma cidade com condição de os receber integralmente. Tivemos jogos no Rio, São Paulo, Curitiba e São Bernardo do Campo. Aqui fizemos o handebol. Não tínhamos em São Paulo nenhum ginásio com condição de receber o handebol, só em São Bernardo do Campo. E essa foi a nossa primeira experiência que foi fundamental para que pudéssemos conquistar, em 2007, os Jogos Pan-Americanos. Assim, ao decidirmos realizar os Jogos Sul-Americanos, demos um passo político importante. Assumimos um risco, mas que foi recompensado com a candidatura vitoriosa para os Jogos Pan-Americanos.

Hoje temos um processo vivido de quase 14 anos, em que é possível reconstruir a marca internacional do Brasil por meio deles. Principalmente a partir do Pan, que é um evento mais significativo que os Sul-Americanos. Então, estamos trabalhando um processo de

transformação do esporte, um processo de construção da nossa marca, da imagem do Brasil no exterior a partir dessa integração.

E todos esses Jogos estão interligados. Por exemplo, por ocasião dos Jogos Pan-Americanos, nós ganhamos 50% dos equipamentos necessários para os Jogos Olímpicos. Os Jogos Mundiais Militares não consomem nenhum equipamento esportivo e já acontecem baseados nos Jogos Pan-Americanos. Para os Jogos Mundiais Militares, estamos construindo vilas que serão utilizadas depois como residenciais das Forças Armadas. Os estádios da Copa do Mundo de Futebol, da Copa do Mundo Fifa, serão os estádios a serem utilizados para o futebol nas sedes dos Jogos Olímpicos. Então, todos os investimentos estão encadeados e seguem uma certa linha norteadora que foi traçada, principalmente, a partir dos Jogos Pan-Americanos de 2007.

Outro aspecto a destacar refere-se ao tamanho dos nossos Jogos Olímpicos. Falando em números oficiais, em Pequim, por exemplo, foram 22 mil os jornalistas credenciados. Outros 20 mil não foram credenciados. Então, neste exemplo, os Jogos reúnem 42 mil profissionais de mídia. É um dado impressionante, de profissionais circulando em nossas cidades. Esse é apenas um aspecto do nosso projeto, do que foi preciso preparar para ganharmos os Jogos. Mais de 300 questões técnicas, mais de 52 categorias de garantias com 100 garantias, 17 temas técnicos.

O dossiê em si reúne 538 páginas. Nós trabalhamos como conceito uma integração que se fortaleceu, desde o Pan, entre os três níveis de governo, mas, principalmente, uma integração entre o Projeto Olímpico e as Políticas Públicas que já existiam no Brasil. Com isso, as demandas para o Plano Diretor da cidade do Rio de Janeiro, ou o Plano de Aceleração do Crescimento, por exemplo, se encontram nesse dossiê. Fizemos um dossiê que atende ao Comitê Olímpico Internacional (COI) e atende às questões técnicas? Sim, fizemos de forma absolutamente alinhada com o planejamento estratégico do município do Rio de Janeiro, do Estado do Rio de Janeiro e do Governo Federal ao longo do tempo.

Então, quando falamos no dossiê Rio 2016 não estamos tratando de um projeto alienígena em relação à política pública atual. Há um diálogo entre os dois e isso deu muita força ao nosso projeto, porque tratava de políticas que já estão sendo desenvolvidas. Isso deu muita credibilidade ao COI. Para vocês terem noção, para responder às

questões postas para elaboração do dossiê, apenas no Governo Federal, nós mobilizamos 50 técnicos. Apenas no Governo Federal: fora o Município, o Estado, o Comitê Olímpico, consultores.

Qual foi o nosso conceito para os Jogos?

Primeiro: a excelência técnica em todas as áreas. Isso era fundamental ao Rio de Janeiro. Obviamente todo mundo quer vir ao Brasil, quer vir ao Carnaval, quer vir à festa, mas era preciso saber se nós conseguiríamos demonstrar capacidade de entrega. Entregar com qualidade os Jogos: essa era a grande dúvida. Vir para o Brasil, todos os membros do COI queriam, mas entregar os Jogos para que a gente organizasse era uma dúvida. Então, nós focamos muito na organização, e tivemos os melhores consultores do mundo; tivemos consultores espanhóis, ingleses, norte americanos. O consultor da nossa comunicação era o mesmo do grupo de 2012, o Mike Leigh. Estrategicamente, também, o Michael Paine, que nos ajudou muito. Todas as questões da cidade nos baseamos na experiência de Barcelona. As cerimônias foram baseadas em um consultor que fez a cerimônia de abertura e encerramento do Pan, um norteamericano que foi vice-presidente da Disney, que trabalhou para o COI. Enfim, trouxemos os melhores consultores do mundo trabalhando junto com a nossa experiência.

Segundo, *estamos falando de uma experiência única*, das pessoas que vêm ao Brasil, se deslocam a outro continente: esta é outra motivação. Barcelona e Londres têm o principal mercado, o mercado europeu, a uma distância de uma viagem de trem, a um voo curto. Nós estamos num outro continente.

Terceiro, é preciso, para construirmos um legado futuro, que *essa experiência seja uma experiência única, seja algo marcante para o país*. Algo que provoque a transformação da cidade e da nação em diálogo com as nossas duas experiências anteriores.

Esses são os três conceitos que basearam a nossa candidatura.

Quais são as premissas da construção do nosso projeto olímpico?

Utilização de todas as instalações dos Jogos Pan-Americanos. Óbvio! A gente tem dito muito que hoje o principal legado do Pan-Americano são os Jogos Olímpicos. É muito claro para qualquer um que tenha acesso aos documentos do COI, às avaliações. A mudança entre a avaliação que o COI faz da candidatura de 2012 para a de 2016, o impacto que o Pan-Americano tem isso. O Brasil deu um pequeno

passo. Os Jogos Pan-Americanos, podemos dizer que muito a “grosso modo”, são um terço dos Jogos Olímpicos, mas isso não vale para qualquer área. O COI viu muito bem isso, quer dizer, você dá um passo menor, depois você dá um passo maior. O alinhamento, como eu disse, com o plano de longo prazo da cidade, eu diria da cidade, do Estado e do país. Então, o que está no projeto está de acordo com o planejamento municipal, estadual e federal. Todos os investimentos sofreram um estudo de viabilidade. O Ministério do Esporte, por meio de suas consultorias, estudou a viabilidade de cada investimento do ponto de vista da sustentabilidade econômica, urbano-ambiental e social. Nós entramos nessa candidatura com isso muito bem estudado, muito mais estudado do que entramos no Pan-Americano.

Integração total entre Jogos Olímpicos e Paraolímpicos. Essa é uma questão que o próprio presidente Lula trata de forma muito importante. No Governo Federal tudo o que fazemos para o Esporte Olímpico fazemos também para o Paraolímpico. Se o presidente recebe a delegação olímpica, ele recebe também a delegação paraolímpica. Quer dizer, na nossa visão, é preciso ter uma igualdade entre esses dois temas. A temática da inclusão social, vocês sabem, é uma temática muito importante no nosso governo.

Transformação social: uma ação social, o engajamento da juventude e todo um plano de legado social que nós estamos construindo são fundamentais. A secretária Rejane nos ajudou muito no início desses conceitos. Nós estamos com algumas metas ousadas, como, por exemplo, a universalização do Programa Segundo Tempo na cidade do Rio de Janeiro, grandes movimentos que nós vamos fazer nessa área social.

A promoção internacional do Rio e do Brasil. Aqui, a questão da disputa entre o local e o nacional é um pouco menor. Na questão turística, o Rio é a porta de entrada do turismo brasileiro. Se o turista europeu, americano, asiático, ele vem ao Brasil, se ele está no Rio de Janeiro, depois quer ir a Manaus ou outra cidade, porque ele já se deslocou para um outro continente e ele quer explorar ao máximo as possibilidades dessa viagem. E todas as pesquisas da Embratur demonstram que o Rio de Janeiro ainda é a principal chave de entrada. E o mais complicado, a situação do Rio de Janeiro principalmente em termos de segurança, é um grande limitador do desenvolvimento do turismo brasileiro. O turismo é um mercado muito competitivo. Vocês talvez fiquem surpreendidos, mas, sempre que nós temos um problema de segurança, alguns competidores nossos no mercado internacional

se encarregam de fazer a distribuição das imagens, dos problemas do Rio de Janeiro. É um mercado muito duro. Por isso, resolver essa questão, transformar essa situação do Rio de Janeiro, também é fundamental para transformar o turismo no Brasil. E, como falamos, a questão é que lidamos com uma experiência única para os clientes dos Jogos e, aí, nós estamos falando dos jornalistas à família olímpica, dos atletas aos técnicos, dos patrocinadores aos visitantes, são vários clientes. Nós trabalhamos integradamente, os três níveis de governo, para construir esse plano diretor, e, junto com o Comitê Olímpico, que trouxe a visão do COI e a visão dos eleitores na seleção da cidade sede.

Quanto às instalações, o Pan-Americano nos deixou um grande legado, como eu já disse. 56% das nossas instalações já existem. 20% estão previstas para serem construídas - estamos falando aqui do Centro de Treinamento, que é uma previsão de construção que existe independente dos Jogos, para articular o que nós estamos chamando de uma "Rede Internacional de Treinamento", que eu vou falar um pouquinho depois. Os outros 24% são instalações provisórias ou específicas para os Jogos. Todas essas instalações estão em acordo com os cenários naturais e a promoção do Rio de Janeiro. Fizemos uma escolha dos locais de competição em função das imagens que iam ser geradas e do potencial de promoção turística que vão ser. Vou dar um exemplo simbólico: o final da maratona, que é a última prova, um dos picos de transmissão da Olimpíada, ela acontece no Sambódromo, quer dizer, em um local que é um ícone do carnaval, um equipamento com importância turística no Rio de Janeiro. Então, a última grande competição, a última grande medalha das Olimpíadas vai acontecer no Sambódromo. O Sambódromo não tem nada de especial para ser a final da maratona, mas, do ponto de vista da promoção turística, nos pareceu uma ideia interessante.

Nas palavras do vídeo que vamos passar agora, vamos tentar demonstrar o nosso Plano Diretor das instalações:

"Bem-vindos à apresentação do projeto dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016. Todos os esportes serão disputados na cidade do Rio de Janeiro, com instalações esportivas em toda a cidade. Na bucólica área de Deodoro, no entorno do lendário estádio do Maracanã, ao longo das belas praias da Zona Sul do Rio e no vibrante bairro da Barra da Tijuca. Todas as instalações estarão ligadas por um anel de transporte de alta capacidade e por uma rede de faixas exclusivas de

tráfego olímpico. Daqui a sete anos, a Barra terá sido completamente transformada, abrigando a Vila Olímpica e Paraolímpica dos Jogos Rio 2016. Financiada integralmente como parte do plano de desenvolvimento do Rio, esse complexo inclui uma grande área de entretenimento, a Rua Carioca e uma praia olímpica privativa de uso dos atletas visitantes. A região Barra irá sediar cerca de 50% das competições dos Jogos Rio 2016. Tudo isto num lugar em que a paixão das pessoas torna todos os eventos inesquecíveis! Os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016 irão transformar a cidade, inspirar nossos jovens e dar energia para os movimentos olímpico e paraolímpico por muitas gerações. Venha se juntar a nós no Rio de Janeiro e viva sua paixão. Rio 2016!"

Esse é o vídeo que utilizamos na campanha, ele apresenta um resumo da distribuição dos Jogos na cidade e um pouco do que eu falei, também, quanto ao local de competição *versus* a paisagem local e imagens do turismo brasileiro, para a promoção do Rio de Janeiro. Enfim, eu não vou entrar em todos os detalhes de todas as áreas, para a gente poder também debater um pouco. Mas, obviamente, nós temos um projeto em cada área com um foco.

Na Barra da Tijuca, que é uma região importante, está todo o potencial privado que nós podemos ter na Vila Olímpica, por exemplo. Isso porque ela é uma região que, do ponto de vista imobiliário, está desenvolvendo bastante. Você tem um potencial privado de investimento interessante. Deodoro é a região mais jovem e mais pobre do Rio de Janeiro. Então, nós fizemos um deslocamento de esportes e criamos esse conceito de Parque Radical. Propomos o Maracanã dialogando com toda a renovação do Porto. Em reunião, na semana passada, no Rio de Janeiro, com uma grande delegação espanhola e lideranças do Projeto Olímpico de Barcelona, tratamos muito a fundo das questões do Porto e essa inspiração para o Rio de Janeiro. Esse é um dos projetos que vai ser anunciado com mais força no legado: toda a revitalização do Porto do Rio de Janeiro e toda aquela área central, a visão muito integrada de desenvolvimento econômico, social e turístico é muito interessante. Copacabana também é outro cartão postal do Rio de Janeiro. Nós vamos também anunciar alguns projetos do ponto de vista ambiental para as praias do Rio de Janeiro, com diálogo muito grande com a questão turística.

Nós vamos ter Jogos também em Brasília, São Paulo, Belo Horizonte e Salvador no caso do futebol. E aí a ideia é aproveitar os estádios

remodelados da Copa do Mundo de 2014. Não vamos precisar fazer nenhum investimento. Vamos ter cinco grandes estádios, que, dois anos antes, sediaram a Copa do Mundo de Futebol, sediando os jogos de futebol dos Jogos Olímpicos. Toda essa sinergia construída, não só do ponto de vista de estádios, mas também de segurança, aeroportos, treinamento de pessoas, nós estaremos tratando de forma bem integrada. As linhas e as pessoas que estão trabalhando os dois projetos são as mesmas. Nós podemos somar um conhecimento dos dois eventos.

O nosso orçamento é separado em organização dos Jogos e os outros investimentos – terminologia usada pelo COI. Então, um orçamento é o do Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos que, no nosso caso hoje, se chama Rio 2016. Aqui vai ser Rio 2016 e não “Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro”. Todo o investimento de infra-estrutura vai ser realizado pelos governos. O número de 2.8 bi de dólares é mais ou menos um número atual, real de custo de Jogos. Esse número ainda vai ser maior. Nós vamos fazer um projeto de legado mais consistente. Até na candidatura uma parte das cidades apontou um número entre 2.6, 2.7, 2.8 bilhões, esses foram os números de Madrid, Tóquio e Rio de Janeiro. Então, há variações pequenas, e o que varia é a sua infra-estrutura.

No nosso caso hoje, dessa previsão, um terço já está contemplado em execução. São obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em execução. Por exemplo, ampliações do Aeroporto Galeão, o programa de despoluição da Baía de Guanabara, dentre uma série de investimentos já colocados. Sete bilhões são investimentos já previstos, eles iriam acontecer com ou sem Olimpíada. E sete bilhões são os investimentos em infra-estrutura adicionais aos Jogos. Quer dizer, se não tivesse Olimpíada no Brasil, nós teríamos que tirar em torno de sete bilhões, sete bilhões e meio de reais desse investimento, os outros dois terços aconteceriam de qualquer forma, já estavam previstos.

Sobre estes impactos e legados, nós, como falamos, nos baseamos, como em Barcelona, no aumento do fluxo turístico. Nós tivemos muitos consultores australianos, que acabaram estabelecendo um pouco o padrão operacional dos Jogos. Do ponto de vista de operação dos Jogos modernos, dos últimos Jogos, Sidney foi uma referência e todos têm aproveitado um pouco essa estrutura de organização dos Jogos. Os Jogos têm crescido muito e Sidney é uma inspiração hoje. Pequim é um problema, até para comparar com Londres, porque os Jogos de Pequim são de uma dimensão assustadora. Quer dizer, creio que hoje

ninguém tem condições de repetir Jogos tão grandes? O regime político, claro, tem uma influência nisso, na lógica de investimento. Mas, algumas experiências são muito interessantes: a cerimônia de abertura; os esforço que os chineses fizeram em aprender inglês e outras línguas que eles não falavam; a felicidade dos voluntários. Algumas coisas são impressionantes, para além da questão de instalações, de toda grandiosidade dos Jogos, mas o investimento em meio-ambiente que eles fizeram, embora investimentos muito significativos, ainda é muito insuficiente para tornar a China uma referência em sustentabilidade.

Em Londres, é a ideia do nosso Parque Olímpico, mas, eu diria hoje que a principal inspiração é em termos de gestão. Tanto na organização dos Jogos, a organização do Olympic Delivery Authority, autorização do governo, como na promoção também. Os ingleses estão sendo muito competentes desde agora em promover suas empresas, sua capacidade de construção e de operação dos Jogos. Nós estamos sendo abordados desde Pequim pelas empresas que estão trabalhando em Londres. Este é um trabalho muito interessante de promoção econômica.

Outro dado interessante, analisando o total de investimentos público e privado e o Comitê Organizador, temos um estudo que aponta que os 14.4 bilhões de dólares aplicados irão gerar um impacto na economia brasileira de 51.1 bilhões de dólares. Esse nosso estudo já é o terceiro realizado: testamos esse modelo em eventos menores, como para o impacto da Fórmula Um na cidade de São Paulo, dos Jogos Pan-Americanos e, agora, em relação da previsão de gastos dos Jogos Olímpicos. Ele aponta um multiplicador de produção de 4.26. Ou seja, para cada dólar que nós vamos investir irá gerar pela cadeia econômica, cadeia produtiva brasileira, outros 3.26 dólares. Esse é um impacto fenomenal.

É um impacto medido ao longo do tempo, o impacto no PIB. Mas o que eu queria falar mais é o impacto no mercado de trabalho. Quer dizer, nós estamos falando aqui, da previsão de 120 mil pessoas contratadas direta e indiretamente ao ano, por ano, empregos equivalentes ao ano entre 2000 e 2016. E, como já mencionado, o impacto posterior às vezes é melhor, isso aparece no nosso estudo, entre 2017 e 2027 é uma previsão de 130 mil, 131 mil empregos equivalentes, ano, fruto de toda essa movimentação. Acreditamos que isso possa ser até maior, porque ainda é um estudo estimativo. Nós vamos ampliar investimentos. Existem investimentos privados que ainda não estavam mapeados. Essa é uma ideia de como os Jogos influem na economia do Brasil e

do Rio de Janeiro, especialmente. Os setores que são afetados, obviamente, são a construção civil, os serviços mobiliários, de aluguel, enfim, temos que prever a distribuição dentro da cadeia produtiva brasileira dos impactos esperados.

Falando um pouco dos legados, estamos pensando na transformação da cidade do ponto de vista ambiental, de segurança, transporte e em renovação urbana. Vocês viram que nós temos quatro grandes áreas, e nós teremos grandes investimentos em termos de corredores de ônibus e de metrô. Desses investimentos novos, que já estão colocados, já se iniciou a ligação Gávea-Barra pelo metrô, linha 4. Nós estamos estudando outros corredores. Esse é o corredor que liga a região da Barra à região de Deodoro. O que liga a região da Barra, ele foi prolongado já até o aeroporto. Então, ele liga até o aeroporto. Estamos também trabalhando na revitalização dos trens urbanos do Rio de Janeiro, num corredor na Avenida Brasil, num corredor que vai dali para a Zona Oeste do Rio de Janeiro. Ampliaremos um pouco o investimento em transporte. Então, esses três grandes projetos, vão se somar a outros três corredores e a ampliação de uma linha de metrô que não estava prevista. O BRT, baseado lá num modelo de Curitiba, foi a solução nacional mais barata, aprovada pelo COI.

Uma ideia é a revitalização da Zona Portuária com as destinações residenciais e comerciais. Nisso nós estamos aprendendo muito com Barcelona. Será mais um grande projeto de revitalização dessa área, com museus e habitação social, substituindo favelas. É um grande investimento que está sendo planejado e que vai ser realizado para os Jogos, e que não estava integralmente detalhado no nosso dossiê. Teremos uma visão do Porto a partir da Praça Mauá, revitalizada. Quem conhece o Rio de Janeiro sabe que a Perimetral está se tornando subterrânea. Enfim, há uma grande revitalização da área central e histórica do Rio de Janeiro.

Do ponto de vista social, projetos estão em estudo. O Presidente da República anuncia segunda-feira a segunda fase do PAC e já temos um crescimento significativo para a reurbanização de favelas, parques de habitação no Rio de Janeiro, em algumas áreas. Estamos trabalhando também na capacitação da mão-de-obra. O empreendedor que tem o direito de construir a Vila Olímpica e a Vila de Mídia, ele estima que só os dois empreendimentos dele serão suficientes para esgotar a mão-de-obra existente no Rio de Janeiro hoje. Então, é preciso qualificar, e nós vamos trabalhar com o Ministério do Trabalho, alguns programas de qualificação para isso.

Temos o mapeamento de todos os projetos sociais nessas comunidades, todas as principais comunidades no entorno dos Jogos. A ideia é incluir todos os locais. Todo o entorno dos Jogos vai ser incluído nos Jogos: todas as favelas, não só as comunidades próximas. Vamos dar um exemplo: a Mangueira, próxima ao Maracanã, será revitalizada, terá um investimento de centenas de milhões de reais e todo um pacote de programas sociais que vão, sob a bandeira dos Jogos, adentrar aquela comunidade. Para isso, nós temos mapeadas aproximadamente 67 comunidades prioritárias, que, em maior ou em menor grau, irão receber esses investimentos.

Jovens. Aqui nós vamos ter um trabalho muito grande com o Programa Segundo Tempo, as Olimpíadas Escolares, a atuação da Educação Física Escolar. Como eu disse, a nossa meta é universalizar o acesso ao Segundo Tempo para todas as crianças da cidade do Rio de Janeiro.

A hotelaria. Vários projetos já estão em curso. Há uma linha do BNDS específica para os hotéis e já há um alinhamento nosso com o Plano Aquarela, que também contou com a consultoria dos nossos amigos de Barcelona, já prevendo as metas para 2020 no turismo brasileiro, tudo isso está alinhado com o nosso projeto olímpico.

Nós estamos preparando uma mega-mudança na governança do esporte de alto rendimento do Brasil. Estamos com uma proposta. Vamos alterar a Lei Pelé, a Lei Agnello Piva e a Lei do Bolsa Atleta para fazermos um grande programa de investimento no alto rendimento. Esses são alguns desses pontos. E vamos estar anunciando em breve, essas grandes mudanças. Um dos programas que vão estar sendo lançados, e que talvez vá ter que mudar de nome por causa da propriedade intelectual do COI, é chamado de Cidade Olímpica, que é a ideia da especialização de alguns polos locais e regionais em certas modalidades. Já estamos trabalhando um pouco nessa ideia e estamos com um Projeto de Lei aportando mais 460 milhões de reais ao esporte tramitando e já com o apoio do governo. A nossa ideia é que o alto rendimento esse ano vá sair já de 70 milhões de reais para algo em torno de 200 milhões ou algo mais. 200 milhões já estão garantidos.

Assim como nós falamos da construção de uma estratégia de país nesses eventos, nós também estamos pensando que o esporte brasileiro pode ser transformado com a realização desses eventos multidesportivos. A nossa meta é desenvolver o esporte de alto rendimento de forma a elevar o Brasil à condição de potência esportiva reconhecida mundialmente. Esse é o tema da 3ª Conferência Nacional

do Esporte, quer dizer, nós achamos que o Brasil tem que estar entre os dez primeiros países, uma analogia com a nossa posição na economia. E nossos próximos pontos de controle: Londres e depois o próprio Rio de Janeiro. Estamos falando na criação da agência antidoping, também. Dentro das necessidades olímpicas nós vamos instituir uma agência brasileira de controle de dopagem. E vou terminar com nosso filme, nosso último filme apresentado em Copenhague sobre o conceito mais geral dos nossos jogos.

They come from a new land. They come from countries large and small, arriving at the promising shore of the new land. They come as olympians, carrying the dreams of nations, but, together in Rio, they unite the world as never before...

MESA TEMÁTICA 1:

POLÍTICAS DE ESPORTE E LAZER NO PAÍS OLÍMPICO: OS LEGADOS ESPORTIVO, SOCIAL E URBANO AMBIENTAL

Debate

Moderador: *Alfredo Luiz Buso*

Secretário Ricardo Leyzer, existe a necessidade de compararmos melhor os investimentos entre a Copa do Mundo e a Olimpíada, de discutirmos os recursos do COB, porque apenas 5% são destinados ao Esporte e 10% desses ao Esporte Educacional. Temos condições de alterar essa situação? Quanto a discriminação entre o futebol e outras modalidades, qual a posição do Ministério do Esporte em relação ao Projeto de Lei 5.186, de 2005. E o desafio do Brasil tornar uma potência olímpica, um país com diversas regiões, qual a opinião do senhor a respeito do fomento de infra-estrutura pelo país todo: de ginásios, piscinas, etc. Uma questão que hoje está em pauta, a questão do pré-sal, coloca em risco a concretização das Olimpíadas?

Ricardo Leyser Gonçalves

Como o tempo de resposta dado pela mesa é muito pequeno, só cinco minutos, eu vou responder parcialmente, porque as questões são um pouco genéricas sobre o Esporte e sobre o Ministério. Havendo tempo disponível podemos voltar novamente a tocar nesses temas. Eu vou falar um pouco mais focado nas questões relacionadas aos Jogos e a preparação esportiva brasileira.

Primeiro, vamos começar pelo final, o pré-sal. Obviamente houve uma grande comoção no Estado do Rio de Janeiro com a aprovação da Emenda Ibsen mudando a distribuição de royalties. E os royalties do petróleo, hoje, são uma parte muito significativa da capacidade de investimento do Estado do Rio de Janeiro. E o próprio governador chegou a colocar que achava que Copa, que Olimpíada podiam estar ameaçados. Nossa visão é a seguinte, quer dizer, o Governo Federal é o garantidor desses eventos. Então não existe a menor possibilidade de uma ameaça à realização dos Jogos. Os Jogos serão realizados, serão financiados. A nossa preocupação é com a capacidade de

investimento do Rio de Janeiro. É preciso que o Estado esteja em condições, esteja operando normalmente para sediar os dois eventos. Mas, enquanto capacidade de investimento, se existisse um problema tão significativo, como é dessa ordem, o governo federal obviamente assumiria, honraria os compromissos, e nós teríamos os Jogos sem nenhum problema. O que nós acreditamos que vai acontecer é que o Senado Federal vai pactuar essa questão dos royalties, vai manter um equilíbrio principalmente na questão da receita já prevista anteriormente. Quer dizer, não do pré-sal, mas dos royalties do petróleo já existentes, e isso vai ser solucionado dentro do pacto federativo. O Ministério aposta nesta solução. O ministro esteve no Senado Federal, tem mantido um diálogo com o governador, e a gente acredita que isso não vai ser uma grande questão. A questão é importante agora é política, mas não é uma questão para os Jogos ou para a Copa do Mundo da FIFA.

Segundo, falando do desenvolvimento em geral do esporte, nós estamos preparando um grande projeto. Nós estamos tentando fugir um pouco de uma discussão que eu acho agora já antiga sobre o financiamento, porque nós precisamos entender o seguinte: estamos indo para um outro patamar de financiamento, e os Jogos nos ajudam muito nisso. Quando da aprovação da Lei Agnello Piva, essa questão de alocação de recursos, se isso vai para o estudantil, se isso vai para o escolar, ela tinha alguma relevância, porque aquele era o único recurso disponível na época. Hoje nós estamos falando de orçamento de outra dimensão. Quer dizer: a própria Secretaria de Esporte de Alto Rendimento, este ano, deve fechar com um orçamento que é o dobro da Lei Agnello Piva, como um todo, para não falar no Ministério como um todo. O Ministério hoje mesmo deve ser dez ou onze vezes maior do que a Lei Agnello Piva. Então essa discussão de se a distribuição é mais para lá ou mais para cá, deve ser feita, mas ela perde um pouco da relevância nesse momento. Eu, particularmente, acho que é um equívoco da lei atribuir ao COB papéis para o esporte universitário, escolar. Particularmente acho isso equivocados. Não é uma questão de mais ou menos recursos da Lei Agnello Piva para isso, acho que não é o local de discutir esse investimento. Acho que essa responsabilidade do esporte e da escola na universidade é do poder público, é da própria escola, é da própria universidade, não é do sistema confederativo, não é do COB, não é necessariamente do sistema de alto rendimento. Então, eu acho conceitualmente já um equívoco, mas, de qualquer maneira, sempre é bom discutir a alocação dos recursos, a aplicação, se está melhor ou pior, mas ela não tem a mesma relevância que tinha no passado, não

acho mesmo. Nós ainda temos um grande problema de infra-estrutura no Brasil. E nós temos que superar a nossa famosa briga, dualidade de esporte de alto rendimento e de inclusão, onde começa um, onde começa outro, se alguém vai propor que o esporte na escola esteja subordinado à lógica do rendimento. Quer dizer, eu acho que nós temos que superar essa discussão, construir um modelo nosso que tenha uma visão mais integrada do esporte. Às vezes eu acho que a gente faz certos recortes metodológicos para entender o todo e fica refém desses recortes metodológicos, acho que a manifestação esportiva é algo mais integral, tem suas peculiaridades, tem suas nuances. Nós não podemos subordinar nunca à lógica da competição toda a parte esportiva, mas também não podemos esquecer do esporte de rendimento.

Terceiro, sobre a questão da infra-estrutura, ela, hoje, no meu entendimento, vive uma situação muito complicada. Por que? A minha impressão geral é que, onde nós temos prática esportiva adequada, nós não temos infra-estrutura e, onde nós temos infra-estrutura, nós não temos a prática. Então, não é só a questão de não ter a infra-estrutura. Nós temos uma infra-estrutura razoável, mas não a utilizamos. E infelizmente nós temos muitas experiências exitosas de práticas, muita gente se esforça, não é, Magnólia? Mesmo não tendo muitas vezes a condição de infra-estrutura necessária. Como resolver isso? Ter projetos que eu falei como por exemplo da Cidade Olímpica é um pouco da ideia justamente de articular isso. Porque também não é possível ter a infra-estrutura para todos os esportes em todos os locais. Então, a ideia também é de começar a fomentar vocações regionais e aí alinhar essa infra-estrutura a essas vocações. Há um problema, nós temos muito dinheiro para infra-estrutura no Ministério do Esporte. No ano passado, eram 660 milhões de reais em emendas parlamentares individuais, porém essas emendas, essas propostas de investimentos, elas não estavam linkadas a uma visão integrada de esporte. Então elas geram um investimento disperso, um investimento nem sempre de qualidade técnica. Nós já cansamos de brigar. Tinha uma grande cidade aqui em São Paulo que, com recursos nossos, começou a construir um centro que ela chamava de Centro Olímpico, e nós fomos ver ela tinha uma piscina de 20 metros. Aí nós fomos discutir o fato: “mas você quer fazer uma piscina de 20 metros para que tipo de investimento?”, Porque se ela tem três metros de profundidade, ela não é adequada para o lazer. Se ela tem 20 metros, ela não serve para nada, não é isso? Para quê você vai fazer uma piscina de 20 metros?

Ou ela tem 25 ou ela tem 50, 20 metros nunca. Nós ainda temos essa questão do alinhamento dessa infra-estrutura com a utilização do projeto de sua utilização, mas isso vai estar contemplado nesse projeto que devemos apresentar. Eu acho, Secretária Rejane, que depois nós podíamos a nos comprometer a voltar, explicar, apresentar, porque, infelizmente, aqui terminam os meus cinco minutos de resposta. Encerro minha fala agradecendo minha participação com os meus colegas de mesa.

Moderador: *Alfredo Luiz Buso*

Para os nossos convidados Lock e Brunet, separei as perguntas a eles dirigidas em quatro temas. O primeiro é sobre o legado olímpico. Nas experiências de Barcelona e na futura experiência de Londres, como que eles veem esse legado na prática da atividade física contra o sedentarismo? E na formação da juventude? Tem uma pergunta a respeito dos investimentos: como as duas cidades estão pensando que os investimentos tanto do Governo Federal quando do Estado e da Prefeitura, continuarão depois das Olimpíadas, tanto para manter o turismo como para manter todas as atividades econômicas em função? Como eles veem os problemas sociais do Rio, se isso pode ser um risco ao legado olímpico? Várias perguntas comparam a Copa de 2014 com as Olimpíadas de 2016: como eles também, nos seus países estão vendo essa questão? Como planejaram e estão planejando os Jogos de modo que as demais cidades de seus países possam planejar ações e serem beneficiadas pelas Olimpíadas, mesmo sem ser cidade-sede?

Jonh Lock

Obrigado! Em termos do legado, como nós pensamos na questão da atividade física, essa é uma questão importante. Eu fui para Barcelona três anos atrás... O Ferran Brunet disse antes que o “ar” em Barcelona, parte da expansão da cidade, é um legado muito importante. É uma história diferente em outro lugar. O dia em que eu fui lá era um dia frio de sol em janeiro e tinha umas quatro pessoas em toda área de esporte. Não tinha vida. Tinha mais vida no cemitério do que na colina oposta, que era o Centro de Esportes. Com certeza é diferente no verão, que é mais quente, mas, não é automático, não é só porque você cria Centros de Esportes, que vai ter muita atividade física ali. Existem várias questões nesse contexto, principalmente porque o nosso Parque

Olímpico vai ser próximo ao Centro de Londres, ele vai ser muito funcional. Assim estamos adotando a frase “estádio vivo”, “parque vivo”. A empresa que gerencia o Parque quer criar um espaço animado, um parque vivo. Esta é uma visão bastante diferente do legado, da organização e realização dos eventos. Mesmo assim precisamos ter uma parceria com a educação. A minha universidade fazia parte de uma associação que participava desta articulação. Os órgãos de esporte têm o papel dos órgãos nacionais do governo, de esportes. Isso é fundamental para o esporte ser organizado no país. Mas não temos modelos bons na Inglaterra, e portanto teremos que inovar numa época de controle de financiamento, de financiamento reduzido. Então alguns problemas surgiram: alguns anos atrás aumentou o déficit do governo, uns 75 bilhões de libras. É muito dinheiro que está em déficit. Depois dos Jogos, quando os financiamentos específicos acabarem, é nesse ponto que nós queremos que os investimentos funcionem, que o legado funcione. É então um dos riscos do legado. Eu acho que a resposta vai estar não só em procurar um dinheiro extra, mas também esclarecer como estão sendo gastos os principais orçamentos das universidades, das escolas, das autoridades locais. Como podemos mudar esses gastos, o modo como são aplicados, mudar os tipos de gastos, que antigamente eram separados, como é que a gente pode fazer isso juntos, em políticas integradas? Por exemplo: como relacionar Saúde Pública, os esportes como prioridade, e a educação. Este é um desafio bem grande nas nossas expectativas.

Em relação aos problemas sociais no Rio, primeiro eu não conheço bem os problemas sociais no Rio, mas o que eu diria é que um desafio público. É um risco para qualquer megaevento. É importante termos estratégias que sejam mais do que publicidade. As pessoas precisam estar envolvidas, participando. Isso é psicologia: você não precisa ser rico para estar entusiasmado com os Jogos. Você precisa sentir que é uma parte disso, autor um pouco disso, é sobre a sua vida, está relacionado com a sua vida e com você. Na Inglaterra é diferente, temos problemas na Inglaterra que vão ser diferentes do Rio.

Também eu não tenho muito a dizer sobre a comparação entre a Copa de 2014 e os Jogos de 2016. Eu só sei que vocês vão ganhar a Copa de 2014. Fora isso, eu não sei muito como comparar. Em termos das cidades que estão próximas, o futebol está bem difundido na Inglaterra, tem vários estádios. Agora os outros esportes estão bem distribuídos. Mas a principal parte das atividades está no leste de Londres, como eu mostrei para vocês. Por isso, é que há um grande esforço dos governos

locais para que algumas das atividades culturais das Olimpíadas, para que algumas atividades das comunidades sejam distribuídas no país inteiro. Nós vamos tentar incluir voluntários no país inteiro. Então, o restante dos desafios, se nós conseguirmos concluir isso, vai ter um impacto muito grande nas comunidades, a empatia com os Jogos das comunidades vai ser maior. Acho que é isso que posso dizer como colaboração. Obrigado!

Ferran Brunet

Muito obrigado. As perguntas são bem concretas e eu posso dizer que o principal nós já falamos, então vamos aos detalhes. Quanto à primeira questão sobre o legado, que efeito no sedentarismo e na juventude, sem dúvida a prática esportiva cresce, porque agora mesmo vocês estão vivendo momentos em que pulsam que se realçam esses valores olímpicos e o interesse que existe no esporte e na competição para todos. Mas, sem dúvida, é necessário acompanhar os investimentos com programas sociais para impulsionar isso. Eu creio que vocês verão a necessidade de criar equipes que se encarreguem de ver a questão depois dos Jogos, dos usos depois das instalações na cidade. Como é a vida? A vida continua e é necessário manter a propriedade pública. Se for uma instalação completamente nova, é possível promover a aliança entre clubes privados para o desenvolvimento de ações; é possível que empresas privadas assumam a gestão destas combinações. Não há que inventar muito, é importante saber intercambiar, saber falar com as pessoas de diferentes países.

Sobre os jovens, eu acredito que é de máximo interesse. Nós que estamos falando de esportes, vamos falar das questões mais sensíveis e, sem dúvida, o esporte é uma chave para a socialização e para evitar riscos para o desenvolvimento da saúde dos jovens. Eu acredito que não há o risco de oposição entre os legados olímpicos e os ramos sociais. Eu acho que quase todos nós vemos que o melhor para a sociedade é que haja uma economia que funcione. Então, não há oposição entre uma finalidade econômica e social. E para que a sociedade funcione, para que haja dinheiro e para que as pessoas estejam confortáveis e com possibilidades futuras, é necessário que a economia funcione.

Nesse sentido, em relação à segunda pergunta, eu acredito que o importante não é a manutenção das instalações, porque o fundamental do legado não são as instalações esportivas. Isso é uma pequena parte. O que importa são os 90%, não os 9%. Os 90% são o importante. Os

outros 90% estão relacionados às empresas que promoveram isso. Então eu acredito que uma das conclusões do documento para a 3ª Conferência Nacional do Esporte, que podemos incidir logicamente é: o importante do legado não é tanto o legado tangível e menos ainda o legado de instalações esportivas. Isso tem que ser resolvido, mas o legado intangível, a marca Brasil, é isso o que a gente tem ressaltado aqui: em 2017, 2018, 2019, e assim conseguiremos que haja mais dinheiro. Obviamente haverá mais dinheiro. O futuro será de conquistas se fizermos as coisas direito agora. Os economistas dizem muito isso: o futuro será melhor do que o passado. Com essas instalações, com maior visibilidade da marca Brasil que estamos criando agora turistas virão, investidores virão, e obviamente as administrações públicas terão que manter aqueles 9% do investimento público, são somente 9%. Agora as instalações, algumas serão temporárias e serão fechadas, e após alguns investimentos elas estarão terminadas, mas o importante é o intangível, é a marca Brasil, e é aí que eu acho que vocês entram em jogo, que vocês terão uma grande oportunidade que não se repete. Sem dúvida eu acho que o legado é necessário prever. Porque o legado físico vocês já vão ter. Agora, o legado intangível em 2017, continuar com a marca, isso, sim, é o importante.

Em relação à participação das demais cidades, eu acredito que atrás do Rio, o que está ao lado do Rio, o que está ao redor do Rio, o leste do Brasil, o conjunto do país, obviamente tudo é importante. E quando o investidor, vendo a qualidade como foi melhorada a regulamentação no Brasil, também amplia suas ações. A propósito, isso é muito importante também. Ele não vai investir onde as coisas serão mais caras que no Rio, obviamente. Eles irão a outros lugares em outras regiões. O que eles vão pensar? “Olha, tem mercados?” Tem. “Tem estabilidade política?” Sim. “Tem segurança econômica?” Sim, então o retorno dos investimentos é realmente um pouco secundário embora fundamental. Esse é o meu ponto de vista.

Moderador: Alfredo Luiz Buso

Agradeço a presença dos nossos palestrantes, agradeço a presença de todos vocês e espero contar com a atenção de todos para as demais discussões deste Seminário. Parabenizo o Ministério de Esporte e a Secretaria Municipal de Esportes de São Bernardo do Campo por essa iniciativa, que nos proporcionou um debate de alta qualidade e de tão grande importância no momento histórico que vivemos. Obrigado a todos vocês.

MESA TEMÁTICA 2:

A OLIMPÍADA E OS IMPACTOS DESEJADOS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER DAS CIDADES BRASILEIRAS: PERSPECTIVA ACADÊMICA

Moderador

Dr. Rogério Gentil Bellot

Diretor da Faculdade de Saúde da Universidade Metodista de São Paulo/São Bernardo do Campo/SP

Senhoras e senhores sejam todos muito bem-vindos e bem-vindas, de volta à nossa universidade. Os trabalhos que se iniciam neste momento têm como tema *As Olimpíadas e os impactos desejados nas Políticas Públicas de Esporte e Lazer das cidades brasileiras: perspectiva acadêmica*.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados palestrantes desta mesa, desejamos lembrar que os megaeventos esportivos, como os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos do Rio 2016, apresentam-se como grande oportunidade, não somente para o aprimoramento e a evolução de infra-estrutura e recursos tecnológicos no nosso país, como especialmente para a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Em relação à academia, este momento representa estímulo à estruturação de propostas de novos grupos e projetos que considerem a importância da indissociabilidade do tripé sustentador do aprendizado ensino-pesquisa-extensão, um desafio para todas as Instituições de Ensino Superior do país. As oportunidades estão lançadas e cabe a nós, da academia, estimularmos a participação de nossos docentes, discentes e da própria comunidade.

Para iniciarmos essa discussão, fico muito honrado em apresentar três professores convidados a participar do debate desta mesa redonda.

Primeiro, o professor que irá iniciar esse debate é o Dr. Lamartine Pereira Da Costa, professor da Universidade Gama Filho, em especial dos programas de mestrado e doutorado em Educação Física, professor convidado da Universidade East London.

Dando continuidade a esta reflexão, iremos ouvir o professor

Dr. Fernando Mascarenhas, Docente da Universidade de Brasília (UnB), Coordenador do Grupo de Pesquisa e Formação Sociocrítica em Educação Física, Esporte e Lazer – Avante. Ele foi presidente do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte e membro do Conselho Nacional de Esporte entre 2005 e 2009.

O terceiro componente desta mesa é o professor Dr. João Paulo Subirá Medina, Docente da Universidade de Futebol.

A OLIMPÍADA E OS IMPACTOS DESEJADOS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER DAS CIDADES BRASILEIRAS: PERSPECTIVA ACADÊMICA

Palestrante

Dr. Lamartine Pereira Da Costa

Docente da Universidade Gama Filho/Brasil

University of East London

Consultor do Comitê Olímpico Internacional

Cumprimento a todos. O título dessa minha intervenção é *Pesquisa, conhecimento e inovação em megaeventos esportivos*. Não tenho pretensões de gerar ideias novas. Na verdade, vim apresentar apenas um relatório do que está acontecendo em torno de pesquisa, produção de conhecimento e, no final, uma relação desses empreendimentos com este município, pois um dos focos é, justamente, o governo local.

O roteiro é muito simples: focalizar a tríade pesquisa-conhecimento-inovação, que é tipicamente acadêmica, como todos sabem, relacionando à produção do conhecimento em megaeventos no Brasil como também alguns projetos de pesquisa em desenvolvimento - pelo menos os que eu tenho tido acesso em algumas universidades - como exemplos práticos.

Começando pela produção de conhecimento em megaeventos no Brasil, lembro que essa discussão é muito recente entre nós. Só para termos uma ideia, a produção de conhecimento olímpico, até onde eu constatei, como base dos megaeventos atuais, começou em 1937 na Universidade de São Paulo-USP, aqui do Estado de São Paulo. Trata-se de um estudo muito prematuro, um dos mais antigos do mundo. Na Europa, há poucos exemplos similares, principalmente surgidos na Alemanha e na Inglaterra.

O título daquela obra é “Jogos Olímpicos de Ontem, de Hoje e de Amanhan” de autoria de Américo R. Netto (sic), professor de história e jornalista então atuante na cidade de São Paulo. Além deste estudo precursor, houve um livro coletivo sobre os Jogos Olímpicos do México 1968, publicado pelo Ministério de Educação – MEC (Brasília) em 1969 (DaCosta, L. – Editor), focalizando a organização e gestão dos Jogos

Olímpicos e avanços no treinamento das modalidades esportivas então representadas no evento em pauta. Entretanto, neste estudo analítico, também pioneiro, não se assumiu a denominação Estudos Olímpicos-EO com uma área típica de pesquisas.

Mais recentemente os EO teve uma contribuição de vulto, consolidando iniciativas menores que se iniciaram em 1991 com a formação de um Grupo de Pesquisas em EO na Universidade Gama Filho-UGF, Rio de Janeiro. Trata-se neste caso do livro *Legado de Megaevento Esportivos*, produzido em parceria da UGF com o Ministério do Esporte (ME) e o CONFEF. A Secretária Rejane Penna Rodrigues do ME, como também Leila Mirtes Pinto do mesmo Ministério atuaram como Organizadores desta obra datada de 2008 e agora integram a organização do presente evento. Ambas se associaram nesta empreitada com um grupo de alunos de doutorado da Universidade Gama Filho sob minha coordenação ao longo de 2007, ao final reunindo 75 autores de 35 universidades do Brasil e do exterior, com textos em português e em inglês.

Esse livro elaborado pelo Ministério do Esporte, provavelmente seja um dos melhores livros no tema, com o envolvimento de várias universidades e do conhecimento feito no exterior. Eu sugiro que vocês acessem no endereço WWW.confef.org.br, para obter uma versão em PDF. É um livro gratuito e que dá uma oportunidade a todos a se adaptarem ao nível de discussão que nós estamos tendo no presente evento.

Por que tantos autores? Porque essa área é nova e tem muita informação que está chegando de fora do país, de outros produtores do conhecimento, como vocês viram anteriormente neste Seminário. Existem também os produtores nacionais mas poucos estão aqui presentes. A maior parte desses especialistas, se podemos chamar assim, pertence aos Grupos de Estudos Olímpicos que são 13 no Brasil, dentro do modelo do CNPq. Ao todo, são mais ou menos umas cento e poucas pessoas, entre doutores e mestres. Eu dirijo um desses grupos, que é sediado na Universidade Gama Filho, mas envolvendo pesquisadores de várias universidades.

Enfim, o livro sobre o qual falo é genérico e demonstra a fase em que nós estamos: a tradição é muito antiga, mas o conhecimento ainda está sendo desenvolvido. Afinal, megaevento é um conceito recente. O próprio legado que nós discutimos aqui e que as pessoas estão usando como uma expressão comum é um termo que precisa de um

aperfeiçoamento conceitual. Nós estamos numa fase de produção e de conhecimento ainda exploratório.

O segundo livro representa o impacto dessa produção brasileira no exterior. Há vários livros feitos com outros países. O último foi elaborado na China, com a Universidade de Esportes de Beijing e a Universidade Gama Filho associadas e financiadas pelo Comitê Olímpico Internacional-COI. Possui dois volumes, sendo que o volume 2 deve ser lançado até o final deste ano de 2010, e também segue a mesma técnica como foi feito o livro brasileiro sobre legados. O tema é o multiculturalismo, com o título de *Olympic Studies Reader*. É uma coletânea de textos produzidos com ênfase nos múltiplos significados culturais do esporte, que é um dos desafios que existem na temática dos Jogos Olímpicos.

A Universidade Gama Filho se envolveu no projeto com a universidade chinesa citada a partir de 1997 por convocação do COI. Antes, em 2002 foi publicado, em dois volumes, um outro livro que tem 1.300 páginas de trabalhos feitos no Brasil, na área de Estudos Olímpicos. Essa produção brasileira da fase dos anos de 2000 foi muito associada a contribuições internacionais, daí os resumos ou mesmo textos integrais em língua inglesa.

Em resumo, nós temos um corpo de conhecimento sobre EO na área acadêmica brasileira, com tradição e continuidade, num desenvolvimento bem posicionado em termos científicos. O problema então é de utilização prática, ou melhor “de desenvolvimento”.

Há também outras obras para exame das questões de políticas públicas no esporte em geral além da temática olímpica. Eu participei de algumas delas. Temos um livro sobre o *Sport for All (Esporte para Todos)*, de 2002, que só está publicado em inglês, e não tem disponibilidade na internet. E, finalmente, temos o Atlas do Esporte no Brasil, que possui 300 capítulos não somente sobre EO, mas sobretudo sobre esporte e suas relações com instituições, por vezes alcançando as políticas públicas. Este livro de 410 autores está disponível em <WWW.atlasesportebrasil.org.br>

A relação das políticas públicas com a nossa área de conhecimento, motivo desse Seminário, não se mostra, contudo muito clara. Nesse sentido, trazermos contribuições para transformar este tema em discussão com os participantes.

Pondo-se o foco outra vez nos legados – expressão hoje considerada

com síntese dos estudos sobre megaeventos – vale relembrar a experiência passada da UGF com a Universidade de Barcelona, num acordo de 2006 entre o nosso Conselho Nacional de Pesquisas, o CNPq, e o Ministério da Educação da Espanha. Esse livro binacional é muito significativo do ponto de vista metodológico desde que também reúne muitos autores e muitas universidades, buscando convergências temáticas mais tarde consolidadas no livro do ME sobre megaeventos.

A partir de 2007, ainda se focalizando a produção nacional, o SESI passou a apoiar a dimensão de valores na perspectiva dos Estudos Olímpicos. Valores no esporte é uma discussão muito antiga no Brasil e no exterior, mesmo assim os EO o colocam como prioridade. É uma das bases para a organização dos Jogos Olímpicos e, portanto, dos megaeventos.

Já existe um Manual do SESI sobre valores (“Fundamentos”, 2007) e há outro previsto para ser publicado ainda em 2010 (“Diretrizes”), incluindo pesquisas de campo sobre a temática de valores do esporte e do Olimpismo. Essas investigações foram feitas com trabalhadores, porém se adaptando questionários do grupo-alvo adolescentes e jovens ao perfil de adultos atuantes com atletas de Jogos do SESI.

Temos aqui um modelo que dá uma ideia de como é que se trabalha com esses valores, pois que buscam as percepções dos respondentes por meio de atitudes identificadas como representativas de valores (amizade, persistência, cooperação etc). Nos EO, uma maneira de entendê-los, é por meio de diálogos axiológicos no estilo da investigação filosófica.

Além dos valores das tradições olímpicas, os megaeventos se revelam, outrossim, por dados econômicos, sempre relevantes. Ou seja: o megaevento é, sobretudo, um fenômeno econômico. Por isso, nós temos que ter um pouco de cuidado quando abordarmos as questões comunitárias, sociológicas, até mesmo antropológicas ou filosóficas, desde que são visões necessárias, mas não suficientes para entendimento dos eventos esportivos de grande porte e alcance continental e mundial.

Mas voltando ao viés axiológico, nós temos aqui esporte e olimpismo, valores que nos levam à sociedade e à educação, que, por sua vez, se voltam para o esporte e olimpismo. Alguns filósofos importantes da França, Luc Ferry, por exemplo, têm estudos sobre o Barão de Coubertin e os valores envolvidos em suas propostas sobre os Jogos Olímpicos, alcançando uma postura republicana e por consequência,

em meu entender, na necessidade de políticas públicas. Essa massa de informações está sendo reunida por mim e meus alunos em EO e creio que teremos disponibilidade dela em 2011.

Aqueles que trabalham na área de Esporte Olímpico já sabem que o grande caminho são os valores. Isto porque o valor entra na Educação como parâmetro de referência. E o nosso papel é de educadores no *uso destes referenciais valorativos. Nós não somos homens de empresa*, pelo menos uma parte aqui. Não é que a empresa esteja equivocada, mas é necessário dar prioridade aos aspectos que importam para a sociedade, esse é um compromisso acadêmico de base.

Há perspectivas variadas para quem trata da área de estudos olímpicos quanto aos eventos de 2016 e 2014. Foi uma surpresa para essas pessoas que estavam envolvidas com estudos olímpicos cair no Brasil esses eventos, mas já que estão aí vamos trabalhar. Esse movimento começou com o Rio 2007, os Jogos Panamericanos, e depois passou para a proposta de Rio 2016.

Neste novo âmbito da EO, há um encontro necessário com o urbanismo, que é uma dimensão importantíssima quando se fala em megaeventos. Há que atentar por outro lado com as necessidades de meio ambiente e suas relações com as intervenções advindas dos megaeventos, quase sempre produzidas em meio urbano.

Em outro livro no mesmo estilo metodológico dos demais, eu participei como editor com a Ana Cristina de Almeida, da Universidade Federal do Pará. Nós tínhamos oitenta e poucos autores tratando do meio-ambiente no Brasil relacionando com o lazer, que é um aspecto que o Ministério de Esporte esta estudando no âmbito dos megaeventos. Aqui há muita informação a respeito, que, de certa forma, nos leva à discussão que está sendo realizada aqui nesse Seminário.

Então, o vínculo dos megaeventos passa muito, sim, pelo meio-ambiente, o esporte, o lazer, e o turismo. A discussão de esportes de alto nível é muito pequena numa Olimpíada. Acontece em 15 dias. As próprias instalações, sob o ponto de vista de legado, elas modificam para outros usos, como é o caso de Londres 2012. E a nossa área de conhecimento relacionado ao lazer e ao esporte nos conduz naturalmente ao estudo de megaeventos se nós nos associarmos aos estudos urbanísticos.

O livro Almeida & DaCosta que foi apresentado está disponível num

site da Universidade Federal do Pará, Núcleo de Estudos de Meio Ambiente daquela universidade. Dele podemos destacar os 103 estudos e 86 autores nacionais. É uma área bem explorada no Brasil e com autores brasileiros publicando no exterior. A linha de pesquisa mais antiga dessa área é também a mais antiga do Brasil na área esportiva. Eu a criei em 1962. Vai fazer, em 2012, 50 anos. Então será um grande motivo de comemoração e um motivo de orgulho para a Educação Física, embora ninguém planejou isso: simplesmente aconteceu por ter mantido a continuidade, uma exigência da boa ciência.

Bem, apresentados estudos que existem e demonstram que nós não estamos na “estaca zero”. Então temos que discutir: o que vamos pesquisar? Por que pesquisar? Para implementar ações, corretamente, é bom trabalhar a partir de pesquisa e desenvolvimento, como as empresas avançadas fazem.

Nesse caso, como resposta por meio de boas práticas, vou apresentar a vocês cooperações e parcerias entre pesquisadores e universidades. Uma lista não esgota todas as opções, entretanto já é possível citar o caso da UFRGS que é muito avançado, provavelmente o mais avançado grupo de estudos olímpicos do Brasil, com grandes programas de cooperação fora e dentro do país, inclusive com a Secretaria da professora Rejane. Também o da USP é muito avançado, no mesmo estilo. E eu pertenço como consultor na parte da USP correspondente à arquitetura (NUTAU), e à Universidade Gama Filho, onde atuo como docente.

Destaco, nesta oportunidade, o acordo entre a USP e o Instituto de Pesquisa da Universidade East London, que já foi apresentado aqui, na mesa anterior. O Nutau é o Núcleo de Tecnologia Urbana da USP, que estuda os megaeventos esportivos quanto à regeneração urbana. Esse grupo, que tem seus segmentos em Londres e aqui no Brasil, na segunda-feira passada participou de uma videoconferência com as 12 cidades da Copa, que nós vamos relatar à frente.

Apresentada estas linhas de cooperação, abordemos o programa olímpico da Universidade Gama Filho, que foi lançado em dezembro, e inclui vinte projetos. Explicando rapidamente o que é que nós estamos fazendo: temos aqui as áreas do Rio de Janeiro onde irão acontecer os eventos dos Jogos Olímpicos; nestes locais – “pólos” na expressão do projeto do RJ - a Universidade Gama Filho, por acaso, tem instalações, e onde não tem - área militar, preparada para os Jogos Mundiais Militares de 2011 e evento 2016 -, está sendo organizado em

um laboratório a ser proposto em projeto para a FAPERJ, entidade de pesquisa do Estado do Rio de Janeiro.

A ideia é que os alunos de mestrado e doutorado de várias universidades - meu grupo de pesquisa tem 25 pessoas, dos quais apenas oito pertencem à Gama Filho e uns três de fora do país – serão distribuídos em projetos diversos. Nosso propósito é ter uma base de conhecimento produzido no Brasil. Não se pode repetir os critérios dos Jogos Panamericanos, que importou especialistas do exterior. Eles disseram o que queriam e foram embora. Os estrangeiros só têm validade se trabalharem com os nacionais. De outra parte, o know-how não fica no país. Então todos os nossos projetos têm uma projeção no exterior, mas em associação com nacionais.

Nesta linha de conta, há que se distribuir também de modo adequado os doutores nacionais vinculados aos projetos, para criar base científica em todos eles, com força de publicação e também a equiparação ao conhecimento que vem do exterior.

Então, dando um exemplo, aconteceu na segunda-feira um evento, a ser desdobrado em outros. Quem liderou é o professor Fernando Dysarz do SESC Nacional, sediado no Rio de Janeiro. O projeto foi feito com instalações do SESC, num acordo com a Universidade Gama Filho e o Confef. O Confef foi a entidade que promoveu localmente contatos com as sedes das prefeituras das 12 cidades da Copa. O suporte nacional desta videoconferência com a Universidade de East London foi a UGF e o NUATAU da USP.

O evento viabilizou o acesso dos participantes, pessoas de governo, num contato com acadêmicos para receber informações que eles não dispõem. É um assessoramento das universidades brasileiras à Copa de 2014 de modo preliminar e informal. Então nós pretendemos fazer pesquisas para aprender como tratar dos megaeventos e passamos diretamente para quem vai utilizar o conhecimento, relação que não é nenhuma novidade para quem está no mundo acadêmico e que trabalha com pesquisa. É até uma forma de obrigação e não uma 'venda'.

Outro projeto que posso dar destaque, "joia da coroa" de nossas iniciativas atuais, com possível impacto internacional, é o do "Engenhão". O Engenhão é muito bonito como estádio, porém um crime social no seu entorno. Foi gasta uma fortuna da cidade do Rio de Janeiro *de modo irresponsável: nada tem lógica com nada no Estádio João Havelange*, apelidado de Engenhão. Assim o nosso projeto implica em criar situações de usos adaptados dos defeitos à feição renovação.

Isto porque este estádio foi um dos maiores “legados” dos Jogos Panamericanos, pelo menos nominalmente.

Então a própria Universidade Gama Filho vai adotar o entorno e transforma-lo numa questão de meio ambiente se assim for possível. Recentemente a população local foi consultada e deu sugestões. Os dois shoppings da área se interessaram também, porque eles podem ganhar dinheiro com a revitalização de toda aquela obra. Em síntese, as autoridades governamentais e os líderes esportivos estão decodificando os megaeventos, sobretudo como grandes instalações e isso é uma contradição com políticas públicas. Se vocês virem os projetos de Londres 2012 ou Barcelona 1992, teremos bons exemplos de legados de regeneração urbana.

Vamos aos outros projetos. Temos também o “Projeto Linha Verde”, que a Secretaria Rejane gostou muito, porque começa na Baixada Fluminense do Rio de Janeiro, que é uma área de pobreza dominante como algumas pessoas aqui sabem, e criou um caminho de bicicletas que passa pelo Engenheiro e chega ao estádio do Maracanã. Então, é a própria população que precisa ser organizada, mas com benefício para ela. A definição melhor de megaevento é então: benefício para a população.

Isso é que resume um megaevento esportivo. A gente não pode olhar um helicóptero da polícia e dizer: isto aqui é o legado. Isso é classificação. Não é isso que é legado. A pergunta que tem que ser feita é: qual é o benefício para a população.

Então no projeto ora em destaque a ideia é focar a área verde que há na Baixada Fluminense, reabilitando as conexões de ruas que já foram levantadas e levam aos dois estádios. É possível transformar em ciclovias essas vias e chegar aos estádios. Isso é tão importante que a FIFA não gosta de automóveis perto dos estádios. Então, a ideia é semelhante ao que fizeram na Alemanha com a Copa do Mundo. É dar mais acesso às bicicletas. E, sobretudo, partindo-se das áreas mais pobres da região, senão o projeto torna-se elitista.

Em São Paulo, por exemplo, na opção atual o estádio fica numa área de elite. E provavelmente vai ter transporte urbano para aquela área pago com recursos do Governo Federal. A grande pergunta é o seguinte: aquele transporte vai ficar para quem depois da Copa? Essa pergunta eu não respondo, deixo a vocês.

De qualquer forma, nós que estamos trabalhando em pesquisa

queremos ver alternativas. Vamos trabalhar com alternativas, vamos estudar. A ciclovia é uma delas, talvez a mais cabível, sustentável e econômica.

Temos a seguir uma elaboração de projeto de pesquisa em relação a valores olímpicos em escolas no Rio de Janeiro, coordenado por uma doutora e dois mestres. Os três têm mais de quinze anos de experiência em Estudos Olímpicos e se acredita que sejam as pessoas mais capacitadas a fazer trabalhos nesse sentido para as escolas no Rio de Janeiro. Esse é o livro do SESI que trata de valores e que tem parte das pesquisas desses autores (DaCosta, Miragaya, Gomes e Turini). Todos trabalham só com educação. Então, é uma grande oportunidade para melhorar a própria educação física escolar. Enfim, o impacto de megaevento e de Jogos Olímpicos pode servir para a própria Educação Física.

Outro projeto é sobre doping, de maior sofisticação científica. Cumpre lembrar que o doping está mudando de natureza, os Jogos de 2016 terão outro foco em relação ao doping diferente do atual. Há um especialista do meu grupo, doutorando, que pretende então re-mapear toda essa questão de doping, já preparando o ambiente de gestão dos Jogos para os próximos anos, via produção nacional.

Esse aqui é outro realizado com o SESI: Jogos Olímpicos da Juventude, do COI 2010. Aqui nós vemos de novo Marta Gomes, Márcio Turini e Ana Miragaia, que trabalham no grupo de pesquisa de Estudos Olímpicos. Está entrando no Grupo a pesquisadora mestre Ana Flávia Paes Leme, que deverá se deslocar para Cingapura a fim de aplicar questionário de avaliação dos tais primeiros Jogos Olímpicos da Juventude.

Este Grupo está elaborando projeto de pesquisa do programa “Atleta do Futuro”, promovido pelo SESI com adolescentes e jovens. Programa de iniciação esportiva para crianças e jovens, cuja proposta que foi desenvolvida, deve ser implementada agora, por meio de outro esquema que vai ser testado em Cingapura agora em agosto, nos Jogos Olímpicos da Juventude.

Assim, nós estamos nos aproximando dos Jogos Olímpicos por meio de estudos e se aproximando também de experiências que estão sendo feitas no exterior no mesmo sentido.

Para terminar, eu gostaria de me referenciar ao Secretário de Esporte aqui de São Bernardo do Campo, que ontem contou a história de que,

no mesmo dia que saiu o anúncio do Rio de Janeiro como sede Olímpica, ele foi cobrado por um melhor resultado esportivo. Isso é um símbolo e que deve ter ocorrido pelo Brasil todo. Então, há um grande engano em achar que a questão do megaevento se concentra só no local onde ele se desenvolve. Os Jogos Olímpicos não são só do Rio de Janeiro.

A própria organização desse evento aqui é do Brasil todo. Por quê? Nós todos vamos para trabalhar para o Rio de Janeiro? Não: é que o impacto é diferente. Provavelmente, em algumas áreas fora do Rio será maior. Isso aconteceu em outras sedes. Há estudos inclusive sobre essa situação. Então, o que há no Rio de Janeiro é a instalação e o evento maior. Mas é preciso saber como lidar com a motivação que ocorre nos locais dentro do tsunami que vem por aí, desses megaeventos, como diz o pessoal do Confef aqui presente. A nossa proposta para debate é de inovação, sim. É procurar produzir um novo conceito, tornando o megaevento uma realização local, com impactos regionais e nacionais – regionais locais, evidentemente.

Os projetos relacionados à Copa do Mundo de Futebol de 2014 são bons para fazer esses exames. Provavelmente será o caminho para se entender melhor esse novo conceito até agora citado e discutido, mas não amplamente assumido. Já o Ministério do Esporte deveria se concentrar, e isso pode ser motivo para item da conferência, na informação básica. Informação básica para quem? Para as escolas do Rio de Janeiro? Sim, pode ter esse projeto, como nós vimos aqui. Nós estamos tentando elaborar esse projeto e implementá-lo. Mas pode ser informação básica para todos os municípios do Brasil. É possível acontecer tal repercussão. A própria educação física escolar, que vemos por várias fontes, pode se valorizar muito com a questão dos megaeventos.

O último item que poderia ser incluído no tema da inovação é algo sempre esquecido e que faz a grande diferença da educação física no Brasil: dados estatísticos. Se vocês olharem para os levantamentos do IBGE, tem de tudo, até quilombolas. Só não tem uma coisa: o esporte. Essa é a grande falha que nós temos. Nós fazemos reuniões com milhares de pessoas de todo o Brasil, numa conferência nacional. Ou seja: queremos fazer políticas públicas e não temos dados da população sobre atividade física. Sabe o que é que significa isso? Nós não olhamos para a população. Nós olhamos para a nossa intervenção. O nosso interesse está desfocado. Nós estamos vivendo no esporte com olhar de burocratas. Está na hora de pensar em estatísticas básicas para se

saber o que que é o esporte no Brasil e a própria educação física.

Nós estamos dizendo que a educação física é isso, é aquilo, baseado em quê? Opinião? Nós precisamos do que os outros já têm: a economia tem, a área de saúde tem, a educação tem até demais hoje! Nós não temos!

Muito bem. Essa seria, digamos, a inovação que poderíamos acoplar da parte de pesquisa e desenvolvimento para nos aproximar dos desejos do próprio Governo Federal, que é o grande líder agora dos megaeventos no Brasil. Para também melhorar a situação de operacionalização desses megaeventos. São coisas grandiosas demais para serem burocratizadas por estimativas. Nós precisamos de gente especializada, e a universidade tem um papel muito importante nessa situação, e o profissional de educação física também, se nós envolvermos todos em formação básica, em projetos, em relação com os problemas dos megaeventos.

Se assim não for teremos simples arremedos de políticas públicas e este é o risco que me faz concluir minhas palavras sob forma de questionamento.

Muito obrigado!

OS MEGAEVENTOS ESPORTIVOS E OS IMPACTOS DESEJADOS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS: PERSPECTIVA ACADÊMICA*

Palestrante

Dr. Fernando Mascarenhas

Docente da Universidade de Brasília (UnB)

Coordenador do Grupo de Pesquisa e Formação Sociocrítica em Educação Física, Esporte e Lazer – Avante

Introdução

As políticas públicas de Esporte e Lazer em curso no Brasil, desde a realização dos Jogos Panamericanos de 2007 e a consequente candidatura da cidade do Rio de Janeiro a sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, oficializada ainda naquele ano, têm sido influenciadas pelo objetivo de projetar o país, tanto na área do esporte, como no plano político e econômico. Em junho 2008, anunciada como cidade candidata a sede dos Jogos, ao lado de Chicago, Tóquio e Madrid, pela primeira vez o Rio de Janeiro chegou a fase final do processo de avaliação. Desta vez, o apoio governamental aprofundando os investimentos necessários foi decisivo. Assim, a sede dos Jogos, após votação realizada pelos membros do COI, foi anunciada em Copenhague em outubro de 2009, em meio aos aplausos e muita emoção por parte da delegação brasileira. Como se não bastasse, o Brasil sediará ainda a Copa do Mundo de Futebol de 2014, candidatura consensuada no âmbito da CONMEBOL e ratificada pela FIFA em outubro de 2007, depois de apresentadas também as mesmas garantias governamentais para sua realização.

Nesta direção, os grandes eventos esportivos passam definitivamente a pautar a agenda de Esporte e Lazer do país. No caso específico dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, a despeito dos legados anunciados – quais sejam: transformação da cidade; inserção social:

* Este texto reflete o conteúdo da palestra "As Olimpíadas e os impactos desejados nas políticas públicas de esporte e lazer das cidades brasileiras: perspectiva acadêmica", proferida no 9º Seminário de Políticas Públicas de Esporte e Lazer, realizado de 24 a 27 de março de 2010, em São Bernardo do Campo-SP.

habitação, treinamento e emprego; juventude e educação; e esportes –, o que parece mesmo mobilizar os atores envolvidos, autoridades públicas e grupos particulares da sociedade – isto é, entidades esportivas, mídia e mercado – menos que necessidades sociais, são os interesses da rentabilidade econômica e do capital político a ser agregado. Não por acaso, a motivação principal anunciada para a realização dos Jogos, conforme o Dossiê de Candidatura (COB, 2009), está baseada no financiamento público, nas potencialidades de um empreendimento esportivo de tal monta para o desenvolvimento econômico do país e na criação de um ambiente favorável aos investimentos e geração de lucros.

Quanto à opinião pública, segundo o relatório da postulação do Rio de Janeiro como cidade candidata a sede olímpica, 78% dos cariocas apoiavam a realização dos Jogos, enquanto 46% dos jovens entre 16 e 24 anos manifestaram o desejo de ser voluntários (COB, 2007). Tais dados reforçam, portanto, a construção de um consenso simbólico-cultural em torno dos benefícios trazidos pelos Jogos, reforçado, sobretudo, pelo sentimento de orgulho nacional despertado. O discurso nacionalista, aliás, sempre esteve associado ao esporte. Manhães (2002), numa abordagem histórica das políticas esportivas no Brasil, analisando-as desde sua configuração corporativa na década de 1930, até a instituição de medidas liberalizantes por meio da “Lei Zico” e “Lei Pelé” no contexto pós-1988, chama atenção para as permanências em torno deste discurso. Ao que parece, mais uma vez, generalizam-se interesses particulares sob uma noção abstrata de desenvolvimento nacional.

O fato é que há uma enorme dificuldade, por parte das autoridades públicas, de superar a visão hegemônica do esporte de rendimento e de espetáculo, que tem como razão primeira a obtenção de resultados, porque é dessa forma que o retorno em termos de mídia, capital político e rentabilidade econômica se efetivam (BRACHT, 1997). O desafio primeiro que se coloca para as políticas públicas do setor passa, portanto, pela afirmação do direito ao Esporte e Lazer como uma questão de Estado, priorizando ações e programas voltados ao esporte educacional e participativo, o que é, inclusive, um preceito constitucional. Em outros termos, mais do que investimentos em infra-estrutura e apoio à organização esportiva verticalizada pelo alto a partir dos comitês olímpicos e paraolímpicos, das confederações, das federações, das ligas esportivas e dos grandes clubes, como é o que historicamente

tem sido prioritário no país, necessitamos ampliar e qualificar os programas sociais de Eporte e Lazer, isto é, ampliar e qualificar a cidadania esportiva, apoiados no princípio maior de universalização, inclusão social e desenvolvimento humano.

Neste sentido, a produção científica na área do Esporte e Lazer pode se constituir como um importante fator de desenvolvimento, qualificado experiências e programas junto à juventude, idosos, escolares, populações em situação de vulnerabilidade social, povos indígenas, *quilombolas etc, repercutindo na consolidação do Esporte e Lazer como direitos e demandas legítimas da sociedade brasileira*. Ademais, o sedimento de grandes eventos esportivos no país também deve estar sintonizado com um processo de democratização da cultura esportiva, possibilitando o seu amplo acesso à população. Destarte, sob o enfoque da ciência, a Copa de 2014 deve mobilizar o desenvolvimento de pesquisas diversas sobre o futebol, projetos de documentação e memória da Copa, eventos técnico-científicos, avaliação do Estatuto do Torcedor, etc. Por sua vez, os Jogos de 2016, além de toda a pesquisa e avanço na teoria e prática do treinamento desportivo, no acompanhamento de atletas, nas tecnologias e inovação de equipamentos, avaliação dos legados etc, deve promover a cidadania esportiva e a educação olímpica.

Haverá, portanto, necessidade de ampliação da estrutura e fomento à produção científica e tecnológica voltada ao Esporte e Lazer. O propósito deste texto é justamente esse, além de argumentar e defender uma Política de Ciência, Tecnologia e Inovação em Esporte e Lazer, busca sistematizar algumas contribuições para sua materialização, desta forma, construindo um breve levantamento sobre as bases para sua formulação, identificando os principais desafios para sua implementação e apontando algumas propostas para o seu desenvolvimento.

As bases nacionais para a formulação

Para a formulação de uma Política de Ciência, Tecnologia e Inovação em Esporte e Lazer, o ponto de partida deve ser a estrutura de Sistema Nacional de Esporte e Lazer, consubstanciada nas resoluções da II Conferência Nacional de Esporte, realizada, em 2006. Conforme *documento produzido pela Reunião dos Especialistas sobre o Sistema Nacional de Esporte e Lazer*, organizada pelo Ministério do Esporte e pela Comissão de Acompanhamento da Conferência Nacional de

Esporte, em 2007,⁴ os órgãos e entidades que compõem o Sistema são assim identificados:

- *Estado*: Ministério do Esporte e Conselho Nacional de Esporte e Lazer; Comissão Desportiva Militar do Brasil, Criação do Conselho Nacional Antidoping, Órgãos Estaduais de Esporte e Lazer e Conselhos Estaduais de Esporte e Lazer, Órgãos Municipais de Esporte e Lazer e Conselhos Municipais de Esporte e Lazer;
- *Órgãos da justiça esportiva*: Superiores Tribunais de Justiça Desportiva, Comissões Disciplinares Nacionais, Tribunais de Justiça Desportiva, Comissões Disciplinares Regionais, outros órgãos judicantes previstos pela codificação esportiva;
- *Entidades jurídicas de direito privado de finalidade esportiva e de lazer*: COB, Comitê Paraolímpico Brasileiro, Entidades Nacionais de Administração do Desporto – CBDE, CBDU etc, Ligas Nacionais, Confederação Brasileira de Clubes, Organização Nacional das Entidades do Desporto, Entidades Regionais de Administração do Desporto – Federações, Entidades de práticas esportivas;
- *Entidades jurídicas de direito privado que se relacionam com o esporte*: ONGs, OSCIPS, Sistema S, Redes Sociais, Associações;
- *Entidades científicas do Esporte e Lazer*: Instituições de Ensino Superior, Institutos e Colégios Científicos, Grupos e Núcleos de Pesquisa, Laboratórios de Ciências do Esporte;
- *Instituições de educação básica e educação superior*: Escolas, Instituições de Ensino Superior;
- *Entidades de profissionais do Esporte e Lazer*: Entidades de representação – associações profissionais, sindicatos e federações, conselhos das profissões regulamentadas e vinculadas ao esporte.

⁴ Este documento consta do Caderno II que integra a Coletânea organizada pelo Ministério do Esporte como subsídio à III Conferência Nacional do Esporte. Ver: Brasil (2010b, p. 72).

Na tentativa de ampliar nossa leitura e avaliando a estrutura apresentada, identificamos os órgãos do *Estado* e as *Entidades científicas do Esporte e Lazer* como atores privilegiados para exercerem o protagonismo de formulação de uma Política de Ciência, Tecnologia e Inovação em Esporte e Lazer. No caso do Estado, vale ressaltar as ações do Ministério do Esporte em curso e que devem ser consideradas para os fins da política almejada, quais sejam: Redes de Pesquisa, Centros de Memória, Centro de Documentação e Informação, Prêmio Brasil de Esporte de Inclusão Social, apoio a eventos e publicações. No bojo destas ações, as Redes de Pesquisa – CEDES e CENESP –⁵ merecem atenção especial. Instituídas como programa de fomento à produção em ciência e tecnologia voltada ao Esporte e Lazer, configuram ações organizadas de modo descentralizado e em parceria com universidades, institutos, núcleos e grupos de pesquisa de todas as regiões do país, o que se faz através da produção e transferência de conhecimento no âmbito da Educação Física e Ciências do Esporte, com a realização de pesquisas, diagnósticos, formulação e avaliação de projetos, capacitação profissional, assessoria pedagógica, organização de eventos técnico-científicos, apoio a periódicos e publicações especializadas, desenvolvimento de novas tecnologias de informação e documentação científica, etc.

De outro lado, observando as instituições e entidades científicas do Esporte e Lazer, que conferem forma ao campo acadêmico da Educação Física e Ciências do Esporte, junto aos núcleos, grupos e laboratórios de pesquisa, os vinte Programas de Pós-Graduação em Educação Física ocupam lugar de destaque, estimulando sobremaneira a produção científica e formando pessoal de altíssima qualificação para atuação no setor do Esporte e Lazer.³ Ressalta-se ainda a importância dos programas de iniciação científica também vinculados às Instituições de Ensino Superior, formando jovens pesquisadores, da pós-graduação na forma de cursos *lato sensu*, formando pessoal especializado, das publicações e eventos científicos, contribuindo para a difusão do conhecimento produzido pelo campo, e das associações científicas, com destaque para o Colégio Brasileiro

⁵ A Rede CEDES – Centros de Desenvolvimento de Esporte Recreativo e de Lazer, contando com 55 núcleos ligados à Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e Lazer, tem contribuído com a inclusão social pelo Esporte e Lazer, produzindo conhecimentos, tecnologias e pedagogias sociais aplicados a projetos de ampliação da cultura e da cidadania esportiva. Por sua vez, a Rede CENESP – Centros de Excelência Esportiva, contando com 9 núcleos vinculados à Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento, ajuda no desenvolvimento de talentos e desempenho de atletas profissionais, qualificando a teoria e a prática do treinamento desportivo.

de Ciências do Esporte – CBCE que, desde 1978, vem congregando pesquisadores que possuem interesse pelo desenvolvimento dos estudos e pesquisas relacionadas ao campo da Educação Física e Ciências do Esporte, mantendo intercâmbio com entidades nacionais e internacionais com interesses em áreas afins e de caráter similar.⁴

Ao considerar tais bases, a Política de Ciência, Tecnologia e Inovação em Esporte e Lazer deve constituir-se como referência planejadora para as diferentes ações em curso, bem como as futuras, promovendo maior sinergia entre Estado, instituições de ensino, associações científicas, núcleos, grupos e laboratórios de pesquisa, articulando ainda ações de outros atores estatais – MCT, MEC, Ministério da Saúde, Finep, CNPq, Capes, etc – que possuem interlocução com os propósitos de qualificação do setor. Isto sem descuidar da capilaridade, envolvendo órgãos específicos das intâncias de governos estaduais e municipais, fazendo com que a produção científica em Esporte e Lazer esteja também ligada às demandas locais e regionais, conferindo ainda um caráter democrático à gestão desta Política, com a participação dos vários segmentos representativos do setor e considerando as diferentes manifestações esportivas: rendimento, educacional e de lazer.

Os obstáculos e desafios para implementação

O primeiro desafio para a implementação de uma Política de Ciência, Tecnologia e Inovação em Esporte e Lazer seria o de criar um ambiente favorável para tal, o que pressupõe um conjunto de requisitos prévios para o melhor aproveitamento da capacidade instalada para a pesquisa em Esporte e Lazer no país, com a produção de conhecimentos voltados à qualificação de ações, programas e projetos ligados ao setor. Embora a I Conferência Nacional do Esporte, a Política Nacional do Esporte e a II Conferência Nacional do Esporte (BRASIL, 2004; 2005; 2007) tenham recomendado a promoção do desenvolvimento científico e tecnológico no setor, a instabilidade da estrutura, do calendário e do financiamento tem comprometido a organização e manutenção das Redes de Pesquisa fomentadas pelo Ministério do Esporte, gerando dificuldades na sua consolidação. Neste caso, o desafio posto é de

⁴ Os vinte Programas de Pós-Graduação em Educação Física estão sediados nas seguintes Instituições de Ensino Superior: UCB-RJ, Universo-RJ, UNESP-Rio Claro, UFRGS, UDESC, UFMG, UnB, UCB-DF, UFES, UFV-UFJF, UFPR, UEL-UEM, UGF-RJ, UFPel, UFSC, USP, Unicamp, Unimep-SP, USJT-SP e Unicsul-SP.

⁷ Vale destacar que o CBCE integra o Conselho Nacional do Esporte – CNE. Criado pelo Decreto 4.201, de 18 de abril de 2002, o CNE é um colegiado de assessoria ao Ministro do Esporte no desenvolvimento de políticas para o setor, congregando gestores, entidades e personalidades representativas do setor esportivo.

aproveitar o ambiente que está dado frente à realização da Copa do Mundo de Futebol de 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 no Brasil, pautando sim a necessidade de que a ciência e tecnologia ocupem mais espaço na agenda esportiva, mas buscando *estruturar a Política de Ciência, Tecnologia e Inovação em Esporte e Lazer* como uma política de Estado.

Seguindo esta linha, o segundo desafio é justamente o de ampliar e expandir a base de desenvolvimento de Ciência, Tecnologia e Inovação *em Esporte e Lazer*. *Ante tal desafio, atenção especial deverão receber* as questões do financiamento, de pessoal qualificado e da infraestrutura, explorando as oportunidades de cooperação e parceria entre os diferentes órgãos do Estado, instituições de ensino, associações científicas, núcleos, grupos e laboratórios de pesquisa. E atenção mais especial ainda merece o tema do financiamento. Isto, pois não há no Brasil recursos orçamentários vinculados para o fomento das políticas públicas de Esporte e Lazer. O modelo de financiamento público para o setor combina recursos provenientes do orçamento da união, dos estados e dos municípios, concursos prognósticos, renúncia fiscal e patrocínio das estatais. Assim, a exemplo de outras áreas, reforça-se aqui a necessidade de criação de um Fundo Setorial, com recursos que devem ser aplicados para estimular a produção de Ciência, Tecnologia e Inovação em Esporte e Lazer.⁸

Outro desafio, o terceiro, é o de consolidar e aperfeiçoar o aparato institucional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Esporte e Lazer. A efetividade de uma Política Nacional específica sobre o tema dependerá da existência de organizações, normas e práticas adequadas ao seu desenvolvimento, com a reconfiguração e modernização democrática do marco estrutural e regulatório envolvendo o setor e maior integração

⁸ Em 2009, frente a rediscussão da “Lei Pelé” e “Lei Agnelo-Piva” no Congresso Nacional, por ocasião da 18ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Esporte, o CBCE apresentou a proposta de criação do Fundo Setorial do Esporte e Lazer, com fonte vinculada a partir de 10% do total dos recursos destinados ao fomento do esporte provenientes do repasse dos concursos prognósticos previstos pela “Lei Agnelo-Piva”. Embora não tenha encontrado tal acolhimento, a proposta foi pautada pela III Conferência nacional do Esporte, entretanto, com fonte vinculada a partir de 2% dos recursos provenientes de projetos captados por meio da Lei de Incentivo e 100% dos recursos provenientes de projetos captados e não utilizados (BRASIL, 2010a). Para saber mais sobre a proposta de criação do Fundo Setorial do Esporte e Lazer, acessar: <http://www.cbce.org.br/br/acontece/materia.asp?id=701>.

⁹ O Ministro do Esporte pode instituir, a qualquer tempo, comissões temporárias ou permanentes destinadas a examinar questões relevantes do esporte nacional. Atualmente, estão constituídas as seguintes comissões: Comissão de Futebol e Marketing Esportivo, Comissão de Combate ao Doping, Comissão de Estudos Jurídicos Esportivos, Comissão de Clubes Esportivos Sociais, Comissão de Esporte de Aventura, Comissão de Acompanhamento da Conferência Nacional do Esporte.

¹⁰ Disponível em: <http://www.cnpq.br/estatisticas/index.htm>. Acesso em: 3mar. 2010.

com as demais políticas setoriais, com o setor privado, terceiro setor, entidades esportivas, clubes, bem como a cooperação internacional. Isto envolve, por exemplo, a criação de uma Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação no âmbito do Conselho Nacional do Esporte⁹ e um Comitê Gestor para o proposto Fundo Setorial, a ser constituído por representantes do Ministério do Esporte e ministérios afins, do Conselho Nacional do Esporte, do CBCE, da Rede CEDES, da Rede CENESP, além do FINEP e do CNPq, o que garantirá transparência na aplicação dos recursos e na avaliação dos resultados. Ademais, faz-se necessária a reorganização do próprio organograma do Ministério do Esporte, com o deslocamento do departamento de Ciência e Tecnologia do Esporte – atualmente, vinculado à apenas uma área finalística, através da Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e Lazer – de modo que possa dirigir uma ação transversal a todas manifestações esportivas.

O quarto desafio passa pela necessidade de integração de todas as regiões no desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Inovação em Esporte e Lazer. É imperiosa a construção de uma política integrada e diferenciada que identifique os limites e valorize as potencialidades de cada região do país, reduzindo disparidades com estratégias de indução e dotando-as com financiamento, pessoal e infra-estrutura adequados. O atual quadro de disparidade regional pode ser traduzido pelos números relativos ao fomento à pesquisa. Dados de 2009 revelam que as regiões sudeste e sul concentram 65,5% dos investimentos realizados pelo CNPq.¹⁰ Nesta perspectiva, a política de fomento deve estar articulada a uma política de integração nacional, reservando pelo menos 30% dos recursos disponíveis às regiões norte, nordeste e centro-oeste, buscando promover a desconcentração das atividades de Ciência, Tecnologia e Inovação em Esporte e Lazer com a consequente disseminação de seus benefícios.

A maior dificuldade talvez seja encontrada no enfrentamento do quinto desafio, que passa pela necessidade de se construir o envolvimento de outros segmentos da sociedade – e não apenas o acadêmico e o governamental – na Política de Ciência, Tecnologia e Inovação em Esporte e Lazer. É preciso transformar o tema em pauta permanente de debate, promovendo seu melhor entendimento e mobilização junto aos atores e instituições esportivas, bem como a sensibilização e mobilização de diferentes setores, órgãos e instâncias de governo, dos parlamentos e da sociedade civil organizada, buscando ampliar as bases de legitimação para o seu desenvolvimento. Tendo em vista o

ambiente forjado pela Copa e pelos Jogos, bem como pela discussão em torno do Plano Decenal do Esporte e Lazer, é urgente a organização de uma agenda de discussão visando a construção e legitimação de um Plano de Ciência, Tecnologia e Inovação em Esporte e Lazer.

O sexto e último desafio consiste em transformar a Ciência, Tecnologia e Inovação em Esporte e Lazer em elemento estratégico de desenvolvimento humano. Isto, pois a produção científica pode desempenhar um papel em todas as dimensões do esporte. Deve potencializar os resultados esportivos do país, mas precisa, sobretudo, ocupar-se das políticas sociais voltadas a inclusão, buscando contribuir com a construção da cidadania esportiva e educação olímpica, materializando o preceito constitucional de priorização do esporte educacional e de lazer, repercutindo na consolidação do Esporte e Lazer como direitos e demandas legítimas da sociedade brasileira, democratizando seu acesso e efetivação com qualidade social.

Propostas iniciais de desenvolvimento

Para conferir concreticidade à Política defendida, doravante disponibilizamos para o debate um conjunto de propostas que pode servir como referência à implementação de um Plano de Ciência, Tecnologia e Inovação em Esporte e Lazer. Certamente, não esgotam o tema e as necessidades postas para o setor, mas buscam contribuir no sentido de superarmos os limites, avançarmos nas possibilidades e forjarmos novas condições de desenvolvimento para o Esporte e Lazer no país, com a efetiva participação da comunidade acadêmica no esforço de organização e qualificação social dos grandes eventos esportivos que se avizinham.

Por uma Ciência, Tecnologia e Inovação em Esporte e Lazer, dentre outras, apresentamos as seguintes propostas iniciais de desenvolvimento:

- Ampliar e superar discontinuidades das ações de fomento à pesquisa em Esporte e Lazer existentes no Ministério do Esporte, Secretarias Estaduais, CNPq, Capes, FINEP e Fundações de Amparo a Pesquisa;
- Promover maior articulação das universidades, núcleos, laboratórios e grupos de pesquisa com as entidades voltadas ao esporte de rendimento, visando o desenvolvimento de talentos

e desempenho de atletas profissionais, qualificando a teoria e a prática do treinamento desportivo;

- Promover maior articulação das universidades, núcleos, laboratórios e grupos de pesquisa com a cadeia produtiva do esporte brasileira, sobretudo de arranjos produtivos organizados a partir dos princípios da economia solidária;
- Aumentar o investimento nas pesquisas científicas direcionadas ao esporte de lazer, fomentando a formação de grupos de estudo e pesquisas envolvendo gestores, professores e agentes comunitários dos projetos sociais de esporte, em especial de regiões economicamente menos favorecidas;
- Apoiar o desenvolvimento de pesquisas voltadas ao esporte educacional realizadas nas escolas, tendo o professor e os demais agentes da comunidade escolar como colaboradores, participantes e produtores do conhecimento, em parceria com professores e estudantes de universidades, núcleos, laboratórios e grupos de pesquisa;
- Criar linhas de investimentos que favoreçam a divulgação de estudos e experiências voltados à pedagogia do Esporte e Lazer, com a produção de material digital e impresso a ser difundido junto aos projetos sociais de esporte;
- Expandir a ação dos Programas de Pós-Graduação em Educação Física e sua interlocução com as Políticas Públicas de Esporte e Lazer;
- Valorizar as especializações em nível de pós-graduação *lato sensu*, bem como estimular a criação de mestrados profissionais, na área da gestão do Esporte e Lazer;
- Criar melhores condições e implantar cotas de bolsas para que os professores de Educação Física com atuação junto aos órgãos estaduais e municipais de Esporte e Lazer realizem cursos de pós-graduação;
- Incentivar a pesquisa e a formação de professores relacionadas ao tema das diversidades sociais, de gênero, de raça-etnia, sexuais, das condições especiais etc;

- Incentivar a pesquisa e a formação de professores relacionadas ao tema da educação olímpica;
- Fomentar a realização de eventos acadêmico-científicos das diversas dimensões do esporte;
- Produzir e utilizar novas Tecnologias de Informação e Comunicação na área do Esporte e Lazer, de modo que as mesmas se constituam em ferramentas de acesso a conhecimentos de ponta e de inclusão social;
- Incentivar projetos de catalogação, conservação e disponibilização do patrimônio histórico sobre o Esporte e Lazer brasileiro e sua divulgação por meio de exposições sobre variados materiais – equipamentos, vestuário, utensílios, objetos esportivos, livros etc;
- Estimular a divulgação de conhecimento científico e das boas práticas e experiências em Esporte e Lazer por meio de exposições e dos diversos meios de difusão, comunicação e informação existentes;
- Estimular o desenvolvimento Tecnologias Sociais de Esporte e Lazer, com a sistematização de metodologias de avaliação de projetos e ações de inclusão social pelo esporte e de novas pedagogias do Esporte e Lazer;
- Estimular e fomentar o acompanhamento e avaliação da gestão, do impacto e dos legados produzidos pelos megaeventos esportivos a serem sediados no Brasil. Levando em conta a experiência de outros países;
- Fomentar tanto as investigações de levantamento das necessidades de formação e produção do conhecimento demandadas pelo Sistema Nacional de Esporte e Lazer, quanto de avaliação do impacto das pesquisas científicas na qualidade dos programas e ações esportivas e a respeito da implementação das recomendações do Plano Decenal de Esporte e Lazer.

Conclusão

Por fim, há de se dizer que o campo acadêmico da Educação Física e Ciências do Esporte, no sentido assinalado por Bourdieu (2009), é um campo de forças, com lutas internas que conferem dinâmica às práticas políticas, científicas e formativas protagonizadas por seus agentes e instituições, lutas estas radicadas nos conflitos de origem, nas crises de legitimação e movimentos de expansão vividos (BRACHT, 2003). Como o que o Estado tem priorizado na relação com a organização esportiva é sempre decorrente do conceito de esporte hegemônico, ou seja, da visão que se tem desse campo de atividades, a relação dos atores estatais com o campo acadêmico da área não é diferente, priorizando políticas científicas dirigidas à pesquisa de base ou aplicada ao desempenho e rendimento esportivo. É importante que se registre tal alinhamento, pois qualquer ação ou não-ação envolvendo o fomento à produção científica e tecnológica em Esporte e Lazer tende a desequilibrar a correlação de forças interna ao campo, cujas lutas ancoram-se em distintas formas de fazer científico e visões do fenômeno esportivo.

Insistimos, portanto, que o objetivo de uma política dirigida à Ciência, Tecnologia e Inovação em Esporte e Lazer vai além de garantir a estabilidade de recursos para a área e criar um novo modelo de gestão, com a participação de vários segmentos representativos do setor, promovendo maior sinergia entre ações de governo, as universidades, núcleos, laboratórios e grupos de pesquisa. É também o de garantir tratamento isonômico a todas as dimensões do esporte – rendimento, educacional e de lazer –, compreendendo que os estudos e pesquisas sobre o fenômeno esportivo, isto é, as Ciências do Esporte, possuem vieses epistemológicos distintos e incorporaram novos e diferentes objetos e temáticas, como por exemplo: atividade física e saúde, comunicação e mídia, corpo e cultura, epistemologia, escola, formação profissional, memórias, movimentos sociais, políticas públicas, recreação e lazer, inclusão e diferença, desempenho e treinamento etc. Interagir com este universo, potencializando as possibilidades de articulação dos conhecimentos produzidos com as políticas em curso, incluso a realização da Copa do Mundo de Futebol de 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, é o que deve estar no horizonte de ação política de acadêmicos, gestores e todos aqueles envolvidos com a organização esportiva.

Referências

- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.
- BRACHT, Valter. *Sociologia crítica do esporte: uma introdução*. Vitória: UFES; CEFD, 1997.
- BRACHT, Valter. Identidade e crise da Educação Física: um enfoque epistemológico. In: BRACHT, Valter; CRISÓRIO, Ricardo (Orgs.). *A Educação Física no Brasil e na Argentina: identidade, desafios e perspectivas*. Campinas: Autores Associados; Rio de Janeiro: PROSUL, 2003.
- BRASIL. *I Conferência Nacional do Esporte – Documento Final*. Brasília: Ministério do Esporte, 2004.
- _____. *Política Nacional do Esporte*. Brasília: Governo Federal, Ministério do Esporte, 2005.
- _____. *II Conferência Nacional do Esporte – Documento Final*. Brasília: Ministério do Esporte, 2007.
- _____. *III Conferência Nacional do Esporte: texto básico*. Brasília: Ministério do Esporte, 2010a.
- _____. *III Conferência Nacional do Esporte: caderno II*. Brasília: Ministério do Esporte, 2010b.
- COMITÊ OLÍMPICO BRASILEIRO. *Demande d'acceptation de la candidature de Rio de Janeiro à l'organisation des Jeux Olympiques et Paralympiques de 2016*. Rio de Janeiro: COB, 2007.
- _____. *Rio 2016: cidade candidata. Dossiê de candidatura*. v. 1. Rio de Janeiro: COB, 2009.
- MANHÃES, Eduardo Dias. *Políticas de esportes no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

A OLIMPIÁDA E OS IMPACTOS DESEJADOS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER DAS CIDADES BRASILEIRAS: PERSPECTIVA ACADÊMICA

Palestrante

Dr. João Paulo Medina

Docente da Universidade do Futebol

Boa tarde a todos. Me sinto honrado, e confesso também que um pouco surpreso até, com o convite para participar deste Seminário que me foi feito pelo Ferrarezi, o Dantas, todo o pessoal simpático e competente da Secretaria de Esporte de São Bernardo, uma vez que não estou vinculado a nenhum projeto específico relacionado aos Jogos Olímpicos de 2016. Meu envolvimento é mais na área do futebol, e não tenho, como disse, nenhum projeto específico de envolvimento. Talvez tenha entendido isso até como uma mensagem, no sentido de eu poder, por não estar envolvido em nenhuma instituição ligada especificamente aos Jogos Olímpicos, possa exercer aqui uma função de fazer alguns contrapontos em relação a como eu vejo a realização não só dos Jogos Olímpicos, especificamente, mas dos grandes eventos esportivos.

Quero, antes de entrar detalhadamente em alguns temas que eu gostaria de colocar, mais no sentido de uma reflexão crítica sobre os megaeventos, agradecer as palavras do Fernando Mascarenhas, e também lembrar que, ontem estava confidenciando ao professor Lamartine, a exemplo do Fernando, que teve o meu livro como um dos primeiros livros na área da Educação Física, eu tive um livro do professor Lamartine como um livro que me marcou muito na carreira, quando era preparador físico, e o professor Lamartine, sob a coordenação dele, lançou um livro que foi durante muitos anos uma referência para mim como preparador físico no futebol. Depois disso, depois desse meu percurso pela preparação física, a gente foi se envolvendo em outros projetos e que resultou em alguns trabalhos que nós fizemos. Depois da Educação Física, fui fazer o meu mestrado na área de Filosofia da Educação, que gerou uma crise existencial que me fez quase desistir até da própria Educação Física. Mas depois, me recompondo, acabei tirando proveito desse curso de Filosofia da Educação, que, como todos sabem, a Filosofia é uma área que questiona, que discute, que faz a reflexão crítica sobre os problemas da realidade.

Usando desse momento da minha carreira, de militar um pouquinho na área da Filosofia, uma área que eu até hoje curto bastante, tanto quanto as questões mais ligadas à área do esporte, do futebol, do meu vínculo profissional que é mais na área do futebol nos últimos tempos, eu gostaria de fazer algumas reflexões aqui, muito em cima de coisas mais, até, operacionais, do que o próprio Fernando Mascarenhas colocou em sua fala. Espero poder propiciar a todos vocês presentes um momento de reflexão.

Acho muito importantes esses movimentos que, a partir da criação do próprio Ministério do Esporte, vêm surgindo no país. Ao mesmo tempo, participando de alguns deles, algumas coisas me preocupam. Nós temos aqui, por exemplo, o número de inscritos, ontem foi dito que eram 850, algo dessa natureza. No domingo passado, participamos do evento promovido pela Prefeitura Municipal de São Paulo, onde havia quase dois mil participantes. Tenho participado de alguns eventos, poucos ainda a bem da verdade, preocupados com a questão do megaevento Copa do Mundo 2014, e a participação nesses eventos tem me causado algumas preocupações. Na mesma medida em que é aberto o leque para o debate crítico, para a reflexão, a gente nota, dentro das próprias contradições e conflitos da sociedade, que alguns espaços são imediatamente ocupados por instituições e por grupos, talvez mais preparados, até, mas que, de uma forma muito explícita, faz a exclusão da participação de outras camadas da população.

Isso eu observei no último domingo participando de um debate onde questões são colocadas por algumas lideranças, de forma que tiram o espaço das pessoas, vamos dizer assim, menos preparadas ao próprio diálogo, ao próprio debate, ao embate. Fiquei ao lado, por exemplo, de uma agente comunitária que não teve coragem de abrir a boca. E na verdade percebi, depois em conversa particular, que ela teria uma contribuição enorme, tão grande quanto os universitários e formados que estavam presentes na reunião poderiam dar.

Esse é um ponto que eu coloco, até ao mesmo tempo, enalteço e reconheço o trabalho que vem sendo feito pelo próprio Ministério do Esporte, por meio da 3ª Conferência Nacional, que está gerando 'n' outros encontros que propiciam essa reflexão crítica. Mas, ao mesmo tempo, promove, talvez inconscientemente, essa exclusão no próprio debate das questões mais caras a um país com as características nossas do Brasil.

Eu pego um pouco a palavra do professor Lamartine, que falou com todas as letras, que um megaevento é uma atividade essencialmente

econômica. Não há como se discutir. Esse é o modelo que nós temos. Agora, nós não podemos permitir que um megaevento seja apenas um mecanismo de grandes negócios. Que é isso, a gente sabe. Concordo também que o megaevento seja um evento de características econômicas muito consistentes, latentes. Porém, eu acho que o megaevento esportivo num país desenvolvido é um, e num país com as características do Brasil devem ter outro tipo de abordagem. Tenho analisado um pouco mais de perto o próprio evento da Copa do Mundo, a ser realizado agora na África do Sul. Com as demandas de um país com as características da África do Sul, acho que este evento vai servir de um belo laboratório para a própria Copa do Mundo de 2014. Notamos que muitos colocam seus olhos em relação ao que está acontecendo, o que vai acontecer na Copa do Mundo de 2010, para que sirva de base à experiência que vai ser realizada no Brasil, mas é evidente que as demandas sociais e educacionais são bastante diferentes.

Nesse sentido, até notei algumas das bibliografias apresentadas pelo professor Lamartine, que muitas delas eu desconhecia, para poder estudar, mas eu acho que essa experiência dos Jogos Olímpicos no Brasil tem que criar, dentro daquela ideia da inovação e da criatividade, novas bibliografias dos megaeventos, como é que esses megaeventos podem trazer benefícios ao desenvolvimento social de países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento.

Temos uma grande oportunidade, eu acho ótimo, de todos nós comemoramos. Hoje o Brasil parece o país da moda. No mundo todo há vários representantes de diversas esferas internacionais que veem com bons olhos, elogiam o Brasil, mas nós não podemos nos iludir e esquecer a nossa realidade. Não sei qual a exatidão dessa informação, mas há dados disponíveis que mostram que nós temos um grau de analfabetismo funcional em torno de 70% da população – 68%, alguns dados. Ou seja, o analfabetismo funcional se caracteriza como a pessoa que não é capaz de redigir, pelo menos eu prefiro usar esse critério, de redigir uma frase ordenada, expressando um conceito ou uma ideia. Verdadeiro ou não, esse número, que não tenho a confirmação, de qualquer forma a gente vê no dia-a-dia do nosso trabalho, quando convivemos com diversas camadas da sociedade. Esse é um problema bastante grande e presente entre nós.

Então, quando falamos que um megaevento pode ser uma alavanca de transformação da nossa realidade, isso não pode ficar restrito apenas ao discurso. A questão da operacionalização – o Fernando citou vários

exemplos de diversas frentes, onde existe uma proposta, onde existe um discurso bastante progressista –, no sentido da superação dessas exclusões que nós vemos no nosso país, concretamente é um trabalho que ainda estamos muito longe de avançar.

A questão de ter o esporte como instrumento de saúde, educação, cultura, transmissão de valores morais, cidadania, que está embutido no nosso discurso, principalmente dos profissionais da área de Educação Física, tem que ser vista mais criticamente. Eu posso dizer que o esporte também pode ser instrumento de alienação, violência, discriminação e reprodução de injustiças sociais, que é também verdade, não é mesmo? O esporte, por si só, ele não é nem benéfico e nem maléfico. É preciso que haja um processo para que esse rico instrumento que é o esporte, que é a atividade do lazer nas suas diferentes dimensões seja realidade em nosso dia a dia. Mas essa é outra discussão.

Quando discutimos a questão do esporte e do lazer, a gente encontra divisões ainda intensas. Eu acompanho o trabalho do professor Néelson Carvalho Marcellino, fizemos inclusive o mestrado em Filosofia da Educação juntos, e eu vejo a luta que existe, ainda hoje muito presente, por buscas de poder e de espaços que muitas vezes inviabilizam até um bom projeto social. Ele acaba se perdendo nesse emaranhado de disputas e de divisão e proteção a determinadas profissões. Eu vejo isso muito nos eventos que tenho participado e acho que isso é uma questão a ser superada, mas não tenho fórmulas para isso. Eu queria colocar – com certeza muitos de vocês têm proposições muito mais objetivas do que eu seria capaz de formular –, aqui nesse fórum, essa questão para debate.

É inegável, não estamos negando o caráter mobilizador do esporte, e já enfatizei o papel que tem a própria conferência. Não tinha atinado porque não participei das outras duas Conferências, mas o Fernando relata essa questão da descontinuidade. É muito provável, porque a gente nota realmente essas questões. Às vezes uma questão aparece, ela mobiliza, daqui a pouco ela já começa a ter outros rumos, porque há o interesse, realmente, econômico, financeiro, que acaba sutilmente abafando, e não permitindo que as questões mais caras de inclusão social sejam enfrentadas, atacadas. Eu entendo perfeitamente, e aqui temos presentes pessoas que militam na atividade política, social, e a gente entende perfeitamente que, muitas vezes, quando a gente se insere numa instituição, ficamos meio engessados, porque já não é mais a gente. Temos que fazer aquilo em que acreditamos, mas também

temos que fazer aquilo que somos obrigados a fazer. Eu entendo essas limitações, mas, de qualquer forma, nós temos aí uma grande oportunidade.

Como todos sabemos, não é a Educação Física, não é o Esporte, não é nem a Educação, tida de forma isolada, que vai mudar uma sociedade, mas todos esses elementos são importantes para que a gente possa avançar. E eu sou daqueles que acreditam que esses megaeventos, num país com as características do Brasil, podem, a partir até dessas oportunidades que estão se multiplicando – talvez possa ter maior influência em relação aos Jogos Olímpicos do que a Copa do Mundo. Esse, pelo menos, é um primeiro sentimento que eu estou tendo, frequentando já alguns encontros com a preocupação dos Jogos Olímpicos e outros com a preocupação da Copa do Mundo de Futebol. Ainda o foco está voltado muito no discurso, nas arenas, nos equipamentos, e muito menos na realidade do futebol brasileiro. Numa análise, não sei quando nós vamos discutir, por exemplo, a realidade das crianças e jovens que querem se tornar jogadores de futebol. É uma calamidade. E nós não discutimos essa questão. A gente fica naquele discurso da mídia, de que jogador de futebol é isso, é aquilo, quando a nossa realidade – aí, professor Lamartine, nós já temos dados, algumas pesquisas realizadas, e que a gente sabe o estágio do futebol brasileiro nesse aspecto social, vamos dizer assim. Nós temos, falando do próprio analfabetismo funcional, nós encontramos, muitas e muitas vezes, meninos que estão no quarto, quinto ano da escola fundamental e que são analfabetos. Eles não sabem, não digo nem escrever um bilhete, mas coisas mais simples que deveriam estar já assimiladas no primeiro, segundo ano da escola, e que não são.

Nessa primeira parte da minha fala, eu fiz algumas considerações mais macro, mas eu gostaria de atentar um pouco à questão de que esse processo de exclusão se dá não só nesse ambiente macro, mas também como ambiente micro. Notamos, por exemplo, a questão da própria confusão que ainda existe entre o esporte de alto rendimento e o esporte educacional.

Há milhares de escolinhas de futebol no Brasil, como todos vocês sabem. E o que se vende é a ilusão de esses meninos possam se tornar jogadores de futebol. Essa ainda é uma tônica muito presente. Alguns vão argumentar que é porque falta o professor de Educação Física lá. Mas muitas vezes esse trabalho é feito por ex-jogadores que têm um discurso que não trata das questões pela raiz. Nós temos muitos professores de Educação Física que contribuem também, da

mesma forma em relação a essa questão, de que as crianças vão se tornar jogadores de futebol, quando a gente sabe que mais que 99% dessas crianças não serão jogadores de futebol.

E o que foi feito para essas crianças? Eu diria que a grande maioria as escolas de futebol é muito mais fábricas de frustração do que escolas de futebol. Essa é uma questão importantíssima para a gente discutir nesse momento, em que todo mundo está falando ou vai falar de futebol, até 2014, vai falar sobre o Movimento Olímpico, vai falar sobre a área que nos é cara e que nos vai dar, sim, oportunidade para que a gente possa fazer alguma coisa. Não acredito também que, depois de 2014 e 2016 vamos ter um novo mundo no Brasil. Não! Mas é preciso que a gente trabalhe e aproveite da melhor forma possível esse período para que as nossas reivindicações possam ser mais ouvidas.

Eu estou muito interessado no andamento da discussão do Plano Decenal. E o vejo como mais um instrumento privilegiado de definição de políticas públicas para o desenvolvimento do Esporte e Lazer com preocupações bem amplas e interdisciplinares. Acho, por exemplo, que essa questão da interdisciplinaridade vai um pouco na contramão do corporativismo que acontece muito na Educação Física. O debate da questão dos Jogos Olímpicos na perspectiva acadêmica é uma contribuição em relação a questão da integração de áreas, da interdisciplinaridade, do processo de multidisciplinaridade evoluindo para o processo de interdisciplinaridade e depois para aquilo que chamamos de transdisciplinaridade. Questão que eu acho que a gente poderia estar discutindo mais profundamente, permitindo, no planejamento desse plano, o diálogo com todas as áreas que contribuem para a construção da cidadania, para o índice de desenvolvimento humano, para o índice de felicidade humana, conceito que acho que a gente devia pensar mais seriamente para todos os brasileiros sem exclusões de qualquer ordem, no âmbito macro e no âmbito micro, como eu citei há pouco.

É isso, gente. Eu agradeço a oportunidade e a honra do convite e espero ter levantado algumas questões para uma reflexão crítica de todos ou de alguns de vocês.

Muito obrigado!

MESA TEMÁTICA 2

A OLIMPÍADA E OS IMPACTOS DESEJADOS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER DAS CIDADES BRASILEIRAS: PERSPECTIVA ACADÊMICA

Debate

Moderador: Dr. Rogério Gentil Bellot

Quero, em primeiro lugar, agradecer à palavra de todos. Nós não temos muito tempo, mas temos algumas questões e eu tentarei organizá-las por palestrante. Em primeiro lugar, nós temos algumas questões para o professor Lamartine, duas questões que na verdade tratam de aspectos semelhantes: os problemas, tanto na área de saúde quanto nas outras áreas, vão ser solucionados? Sabemos que as Olimpíadas são passageiras, mas os problemas não são. Na verdade, quais são as perspectivas de solução de problemas que agora estão, podemos dizer, dependendo das Olimpíadas? E uma segunda questão, existe um projeto pós-Olimpíada para que as instalações não fiquem abandonadas como ocorreu no Pan-Americano de 2007?

Lamartine Pereira da Costa

A primeira pergunta é de grande importância e trata de problemas de saúde versus organização dos Jogos Olímpicos. Em todos os países que organizam megaeventos surgem essa questão. Há problemas mais sérios a ser resolvidos em todo país, em qualquer nível da economia. Se existem muitos problemas sociais ou de outra natureza, por que fazer Jogos Olímpicos? Durante muitos anos eu me coloquei do lado que havia um limite para determinados países a se envolverem com esse tipo de gastos e realizações. E, com o passar do tempo e com o contato com as personalidades estrangeiras, inclusive o professor Hoger Prouss, da Universidade de Mainz, da Alemanha, que é um economista que esteve no evento que a Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e Lazer organizou, em 2008, com o Confef no Rio de Janeiro. Esse economista explicou, que em qualquer situação administrativa, não se pode justificar um gasto com outro. Um plano do desenvolvimento de um país tem prioridades. Por exemplo: educação é indiscutível. Então, o dinheiro para educação é para a educação. Como poderá ter dinheiro para vários outros destinos e seus retornos, de

acordo com esses destinos. No caso dos Jogos Olímpicos, é um dos melhores retornos de investimentos que existem hoje, por isso a luta entre cidades para sediar Jogos Olímpicos. Então nós não podemos transferir os recursos que sejam dos Jogos Olímpicos, dizer que aquilo vai eliminar problemas da Saúde. Não é bem esse o caso. Eu também me enganava com isso, e, nesse encontro do Rio de Janeiro, se discuti muito isso, que não era bem claro para aqueles que não eram economistas. O professor Ferran Brunet, que está aqui presente, da Universidade de Barcelona, tem a mesmíssima posição. Então isso é um consenso entre os economistas. O que eu aprendi também, eu que não sou economista, é que, se nós partirmos desse princípio: “não, não se pode colocar dinheiro nessa plataforma de petróleo, que existe analfabetismo no Brasil”. Existem investimentos em qualquer país com expectativas de retorno, que levam o país para a frente. No caso dos Jogos Olímpicos, por ser um grande fator econômico, os megaeventos transformam o país, porque geram riquezas, criam empregos, atraem investimentos. A lista é enorme. Só há vantagens. Se nós partirmos do princípio de que Jogos Olímpicos se justifiquem assim no todo, realmente não há como ser contra, e nem nós podemos jogar contra a Saúde, a Educação, etc. Os problemas surgem nas particularidades. Nessas particularidades surgem as contradições que precisam ser resolvidas. Então, na área da economia, se aprende que aplicar recursos nos Jogos Olímpicos pode ser válido para a África do Sul, a Argélia, o México ou o Brasil, dependendo dos retornos que esse investimento são feitos, e que tenham adequados retornos e contribuições financeiras, como legados com benefícios socioculturais, econômicos, etc.

A segunda questão, essa pergunta é preciso ser feita ao Ministério do Esporte, às autoridades do Ministério do Esporte: se existe projeto pós-Olimpíadas. Existem declarações. Agora, uma grande preocupação para os especialistas da área, internacionais, e que olham para o exemplo brasileiro, é que até agora nós não fomos claros quanto aos legados dos Jogos Olímpicos. Não há clareza nisso. Houve uma corrida muito rápida para vencer. Vencemos. Agora surgem os problemas. E o maior deles, o maior problema, é o legado. É só ver o discurso das pessoas que vêm de Londres, os especialistas, que se nota, nitidamente, que esta é a questão: o que fica como legado? Senão, vai haver prejuízo, e, então, a primeira pergunta está certa: para que gastar tanto dinheiro para não dar em nada, num país que não tem educação bem organizada, não há cobertura de saúde e vários outros problemas

de natureza social. Então, os Jogos Olímpicos são bons, e são sempre bons, quando são bem organizados, quando oferecem a possibilidade de legados. A primeira pergunta devia ser uma pergunta talvez de política pública: onde estão os legados? Atualmente, autoridade brasileira, quando fala, seja lá de qualquer organização, do governo ou do COB, é sempre “olha, isso aqui é legado”. Eu pego um copo e classifico: “isso é o legado!” Não é isso. Legado não é herança mas sim um processo de ganhos que precisa ser administrado. Precisa ser definido do ponto de vista de significados e respectivos retornos. Muito obrigado.

Moderador: *Dr. Rogério Gentil Bellot*

Ao professor Fernando Mascarenhas, pergunto: você fala da escassez de estudos, de pesquisas sobre políticas públicas de Esporte e Lazer, o que concordo, e aponta a necessidade de fomento do Ministério à área. Este é o único caminho? Não corremos o risco de falta de autonomia acadêmica? Ou de falta de qualidade nas produções em função do financiamento, como ocorre em alguns casos na Rede CEDES?

Fernando Mascarenhas

Não, eu acho que não se faz pesquisa sem financiamento. Não se forma um aluno na universidade pública brasileira sem financiamento. Portanto, o financiamento é necessário. Ocorre que, no sistema educacional, assim como no sistema de Ciência e Tecnologia, tradicionalmente o aporte de financiamento à pesquisa vem da Capes, vinculado ao MEC, do CNPQ, do Finep e alguns outros órgãos de fomento vinculados à secretarias estaduais, que possuem as suas fundações de amparo à pesquisa. As linhas de financiamento construída pela Rede CEDES e CENESP, sendo a Rede CEDES com maior transparência e regularidade, constituem um plus “a mais” que contribui para o desenvolvimento do setor. O que é necessário, como, inclusive, faz o Ministério da Saúde e o Ministério da Cultura é que essa ação é necessária, no sentido de potencializar o debate sobre as políticas públicas. Há de se dizer, também, que o debate sobre as políticas públicas é um tema incipiente no cenário acadêmico da Educação Física e das Ciências do Esporte, mas ele vem se desenvolvendo ao longo dos últimos anos. Nós temos alguns indicadores nessa direção. O próprio Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte aponta para isso, com a consolidação do Grupo de Trabalho Temático sobre Políticas

Públicas de Esporte e Lazer. Agora, o que eu chamei atenção é que, no âmbito da pós-graduação, dos programas de mestrado e doutorado, nós temos programas com poucas linhas dedicadas ao tema das políticas públicas. Poderia aqui localizar: A Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Universidade de Brasília, Universidade Federal do Paraná, Universidade Federal do Espírito Santo, a Unicamp de Campina e outros programas se dedicam muito mais aos estudos da biodinâmica do movimento humano, à discussão sobre Educação Física escolar. Eu quero chamar atenção que são poucos os professores que se dedicam, no âmbito da pós-graduação, a esse tema. Agora já vem se fazendo muita pesquisa. E eu acho que a autonomia do campo, ela tem menos a ver com o financiamento e com o nível de qualidade das pesquisas que são produzidas. O grau de autonomia de um campo se deve muito mais à capacidade desse campo re-significar as políticas que estão na órbita desse campo. E eu acho que a Educação Física, no campo da Ciência do Esporte, já avançou, e muito, a despeito de várias outras políticas, se diversificou. Um campo que nasce, originalmente, estudando a performance e o treinamento, que se diversificou no que diz respeito ao seu olhar, se dedicando à investigação de vários outros temas, e que hoje, nesse cenário, a Rede CEDES é um “a mais”, como eu já disse. Trabalha com um edital que induz pesquisas na área de políticas públicas, e eu acho que isso é necessário, sobretudo por parte do Ministério, e eu acho que, com relativa autonomia, o campo tem respondido também a essa demanda, que é legítima por parte do Estado brasileiro, de cobrar das instituições de ensino superior respostas aos problemas nacionais. Nesse caso, a necessidade de desenvolvimento de novos conhecimentos e tecnologias aplicadas à qualificação das políticas de Esporte e Lazer. Se essas pesquisas têm ou não qualidade, eu acho que uma outra iniciativa da própria Rede CEDES é o desenvolvimento de uma pesquisa que começa a avaliar o impacto da construção da rede sobre as próprias universidades. Mas, como dirigente do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, e tendo a oportunidade de circular boa parte das instituições de ensino superior desse Brasil, eu posso arriscar a dizer que, pelo menos do ponto de vista intuitivo, o impacto da Rede CEDES é muito positivo. Não só sob o ponto de vista pragmático, do produto das pesquisas. Mas do ponto de vista da estruturação de laboratórios, do ponto de vista da formação de novos pesquisadores em nível de iniciação científica, e, sobretudo, do peso que a Rede CEDES joga no jogo e nas relações de hegemonia interna do campo de força que é a Educação Física e Ciências do Esporte no Brasil. Sem a Rede CEDES,

eu ousar dizer que as pesquisas de cunho social voltadas ao Esporte e Lazer ainda estariam com desenvolvimento muito tímido em relação às pesquisas voltadas à biodinâmica do movimento, à performance, ao treinamento esportivo. Nós, das ciências humanas e sociais, somos muito críticos inclusive com relação a nós mesmos, e às vezes a gente corre o risco de dar um tiro no pé fazendo a crítica da Rede CEDES. E a gente não ousa a fazer a crítica da Rede CENESP, uma rede que existe há mais de década, cujos produtos são invisíveis, cujo controle social inexistente. Acho que a política da Rede CENESP tem que ser pensada também, assim como a da Rede CEDES. Mas uma e outra devem existir, uma e outra devem contribuir para o desenvolvimento da Ciência e Tecnologia no campo do Esporte e Lazer. Com continuidade, editais públicos com transparência e, sobretudo, com a criação de um comitê gestor mais amplo, plural e democrático, a fim de conferir ainda mais transparência a essa ação, que, do ponto de vista de um ex-dirigente de unidade científica e de um coordenador de pós-graduação, é muito bem-vinda à universidade brasileira. Para finalizar, num dado momento, o ministro Orlando, numa visita à Universidade Federal de Goiás, foi muito feliz, ao dizer que ele, enquanto ex-dirigente da União Nacional de Estudantes, sabia que qualquer real investido na universidade pública brasileira é muito bem utilizado. Porque a universidade pública brasileira sempre funcionou com muito pouco recurso. Portanto, a gente sabe gastar bem, a gente sabe utilizar bem esse recurso. Mas é preciso mais, no sentido de avançar na construção daquilo que eu já defendi aqui, de uma política mais orgânica de Ciência e Tecnologia voltada ao Esporte e Lazer.

Moderador: Dr. Rogério Gentil Bellot

E, para que possamos finalizar, ao professor Medina, pergunto: qual será o papel do profissional da Educação Física até 2016? Sabendo que as políticas públicas de inclusão e inovação não possuem uma difusão massiva.

João Paulo Medina

Bom, eu entendo que o papel do professor de Educação Física tem que ser no sentido, primeiro, de participação, de envolvimento, sem visões corporativistas – eu acho que esse é um ingrediente importante para um trabalho dentro da área, de qualquer área do conhecimento humano, mas citando especificamente a nossa área, que é a Educação

Física. E há muito o que se fazer nessa direção. Nós temos hoje cerca de setecentas e tantas escolas de Educação Física no Brasil e que a gente sabe que não garante os requisitos, às vezes mínimos, para uma atuação nessa área social, principalmente nessa área social, que requer não só conhecimentos específicos na área de ciências humanas e sociais, que é muito carente. A visão ainda das escolas de Educação Física é muito na linha biológica, infelizmente essa é uma luta que a gente trava há 30, 40 anos na área da Educação Física. Há inegável evolução. Mas a distância para aquilo que a gente possa considerar ideal é muito grande, e não vejo como, se você não se instrumentalizar através de conhecimentos e de certos valores que permeiam uma atuação de um professor, como avançarmos. Então acho que essa é a questão essencial na formação do professor de Educação Física.

Moderador: Dr. Rogério Gentil Bellot

Eu quero agradecer imensamente a participação e a colaboração dos senhores professores nesse momento. Muito obrigado a todos pelo evento.

MESA TEMÁTICA 3:

A OLIMPIADA E OS IMPACTOS DESEJADOS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER DAS CIDADES BRASILEIRAS: PERSPECTIVAS DE REPRESENTANTES DAS TRÊS INSTÂNCIAS DE GOVERNO

Moderadora:

Mestre Cláudia Regina Bonalume

*Para dar início à mesa temática *A Olimpíada e os Impactos desejados nas Políticas Públicas de Esporte e Lazer das Cidades Brasileiras: Perspectiva de Representantes das Três Instâncias do Governo* tenho o prazer de convidar três palestrantes.*

Começamos pela Secretária Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer, *Rejane Penna Rodrigues*, que é formada em Educação Física, com especialização em Desporto Coletivo, e mestranda de Educação Física na linha de pesquisa Lazer e Políticas Públicas aqui em São Paulo pela Unimep.

Chamamos também *Rogério Aoki Romero*, que é formado em Administração e foi um grande atleta da natação. Atualmente, ele é Secretário Adjunto de Esportes e de Juventude de Minas Gerais. E é também o presidente do Fórum Nacional dos Secretários e Gestores Estaduais de Esporte e de Lazer.

E o nosso terceiro palestrante é o *José Luiz Ferrarezi*, que é o nosso anfitrião, o Secretário de Esportes e Lazer de São Bernardo do Campo. Ele é professor de Educação Física, pedagogo, com pós-graduação em Psicopedagogia e Especialização em Futebol.

Vamos às suas falas!

A OLIMPIADA E OS IMPACTOS DESEJADOS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER DAS CIDADES BRASILEIRAS: PERSPECTIVAS DE REPRESENTANTES DAS TRÊS INSTÂNCIAS DE GOVERNO

Mestranda Rejane Penna Rodrigues

Secretária Nacional de Desenvolvimento de Esporte
e de Lazer Ministério do Esporte

Meus cumprimentos a todos da Prefeitura de São Bernardo do Campo e participantes deste seminário. Quando nós nos propusemos a falar sobre algum legado deixado para a cidade sob o ponto de vista da Política Nacional de Esporte, optei por fazer um recorte em função da Educação Olímpica. Isso porque tenho certeza de que meus colegas de gestão municipal e estadual vão abordar outros enfoques possíveis, dando continuidade ao que falavam os participantes da mesa anterior sobre as contribuições da universidade, onde a questão do conhecimento e da educação são fundamentais.

Eu diria que a discussão da Educação Olímpica, como um dos desafios das Políticas Públicas de Esporte e de Lazer, traz ao centro do debate que ora realizamos o desafio a integração da educação formal, que a gente chama mais a educação escolar, e a educação informal, que acontece nos diferentes tempos e espaços educativos não sistematizados, especialmente vividos nas práticas de esporte e lazer das cidades.

Nossa sociedade passa por intensos e rápidos processos de transformação em praticamente todos os campos da organização. Tanto na área econômica quanto na política social, desafia uma nova sociedade do conhecimento, que valoriza o bem público e o pacto social ético, com vistas à qualidade de vida dos cidadãos, direito proclamado a todos os brasileiros. Na nossa Constituição Federal de 1988, o Esporte e o Lazer são direitos sociais. Sendo assim, cabe às políticas públicas assegurar o provimento desses direitos. Nós precisamos democratizar as oportunidades de acesso ao conhecimento, ao esporte, às atividades físicas e à vasta gama de possibilidades de vivências do lazer; a busca da superação da desigualdade no acesso ao patrimônio histórico cultural. Precisamos dar voz às reivindicações

e experiências de inclusão de pessoas de todas as idades, sexos, grupos sociais e étnicos com diferentes habilidades corporais e potenciais expressivos e educativos.

É nesse contexto que falamos em Educação Olímpica, colocando em jogo outros desafios. Isso porque desde a criação dos Jogos Olímpicos, no ano de 776 a.C., esses Jogos têm se revelado capazes até de interromper guerras entre as cidades, num ritual conhecido por “trégua sagrada”. Mas, quais são os valores dos Jogos para uma sociedade?

Há que começar por valorizar uma competição leal e sadia, que valoriza a atividade física. Nós sabemos que também não é só isso. O barão de Coubertin, que introduziu as Olimpíadas nos tempos modernos, era também um educador. E, como educador, ele sempre acreditou numa reforma social por meio de uma pedagogia esportiva. Para o Barão de Coubertin, os Jogos Olímpicos representam a institucionalização de práticas de atividades físicas que transformam o esporte em empreendimento educativo, moral e social, com reflexos nos indivíduos, nas sociedades e nas nações.

Repensando o entendimento do olimpismo, lembramos que a carta magna do Comitê Olímpico Internacional não é bem precisa. Me parece que é uma filosofia que ainda está em processo. Eu diria que, hoje, o olimpismo é um conjunto de valores pedagógicos e filosóficos do *movimento olímpico*. Esses valores, do olimpismo, que são a universalidade, a diversidade e a multiculturalidade, contribuem para a formação de uma sociedade melhor e em paz. Há outros valores também envolvidos no Esporte, que são os valores como turísticos, educativos, recreativos, financeiros, ambientais, culturais, da saúde e o da performance – embora às vezes este é o único foco atribuído às *competições realizadas*.

Os jogos não podem perder suas dimensões como educação, cultura, humanismo, respeito aos próprios valores olímpicos, tantas vezes tão pouco valorizados pela visão midiática atual do esporte. Então, tudo o que era concebido num outro tipo de sociedade, hoje na sociedade informacional e midiática está, às vezes, secundarizado e esquecido enquanto valores olímpicos. E esse resgate que precisa acontecer a partir de processos educativos específicos, aproveitando oportunidades históricas como o Brasil tem pela frente até 2016. Temos, assim, que construir não só infraestruturas esportivas, não só garantir a qualidade técnica dos nossos atletas, mas também contribuir para

mudar o senso comum tanto da mídia quanto da população, em relação aos Jogos e aos valores olímpicos implicados. Esse é um desafio para a Educação.

Como eu vinha dizendo, a sociedade moderna é uma sociedade burocrática, de consumo dirigido, que pensa muito nos bens materiais, influência que atinge toda a nossa população e que passa pela dimensão do consumo, e que provoca transformações em todos os campos, inclusive nas áreas do esporte e do lazer.

A sociedade também tem mudado com relação à cultura. Mas, o que é a cultura de um povo? Ela envolve seu modo de viver, seu sistema de valores e de crenças, seus instrumentos de trabalho, seus tipos de organizações sociais, as dimensões éticas e estéticas, seus modos de pensar e fazer. Os projetos de Jogos Olímpicos que vão acontecer em Londres e no Rio de Janeiro permeiam toda essa diversidade, mas, o que são mesmo para nós os Jogos Olímpicos?

Sem dúvida, falamos do mais importante evento esportivo do planeta. Um espetáculo ímpar. Uma das maiores possibilidades de lazer global – lazer aqui considerado sobretudo em termos de espectadorismo, de assistência, de contemplação. Evento que envolve milhões de espectadores, leitores de jornal, de revista, que acompanham pela televisão; alto investimento em infra-estrutura. Nesse momento, todos buscam conhecimento e integração com novos sujeitos, lugares e culturas, buscam oportunidades esportivas, sociais e artísticas. Aqui, eu chamo a atenção para os próprios espetáculos de abertura dos Jogos, normalmente muito focados na questão da cultura do país. São espetáculos artísticos, mas também ações educativas e informais que podem contribuir para a formação de valores de convivência dos sujeitos em relação ao esporte e ao lazer.

Afinal, o que o esporte olímpico busca na essência? Um acordo e encontros, que podem contribuir com a redução da violência, da marginalidade, da discriminação. Ele pode auxiliar nas tarefas educativas, virtudes que estão na base moral do país. Então aí nós não estamos vendo o esporte só pela competição e performance, mas nós estamos vendo algo a mais, e chamando a atenção os Jogos implicam também bens intangíveis, subjetivos, relacionados com o crescimento que uma nação pode construir a partir deles. E aí me lembro da questão do índice da felicidade humana colocada pelo Medina. É mais ou menos nesse sentido que estou falando.

A Educação Olímpica deveria ser integrada à vida, com foco tanto na educação formal como nos processos educativos desenvolvidos nos vários campos da ação social. Ela teria uma função educativa das políticas públicas de esporte e lazer, alcançando o resultado político de mudança de produto e processo. Seria integrada a política de esporte e lazer, colocando em destaque a dimensão humana e cultural, provocando uma ressignificação de mundo. Essa ressignificação, aqui no Brasil, não se daria apenas no Rio de Janeiro, não se daria apenas nas cidades-sedes da Copa do Mundo. Essa ressignificação de mundo se dá a partir da população brasileira, da nação como um todo.

Então, para nós, o que está posto enquanto uma política – que no caso está sendo aqui discutida – é, sobretudo, o desafio educativo, que incluir a Educação Olímpica na educação formal e informal. E esse é um processo longo, complexo e multiplicador, sendo importante não só o papel do Ministério do Esporte e da Educação, como também de todos os demais Ministérios envolvidos. Porém, sabemos que ainda há uma distância muito grande entre as dimensões da Educação Formal e Informal, mesmo com iniciativas importantes como o programa chamado “Mais Educação”, que busca a ação integrada entre Educação, Esporte e do Lazer, incluindo alguns movimentos já realizados nessa direção na construção do dossiê para ser apresentado na candidatura Rio 2016. Essa proposta integrada prevê não só a implantação do Programa Segundo Tempo nas escolas públicas que possuem o “Mais Educação” e a construção de equipamentos de infraestrutura nas escolas. Estamos começando também a falar e a dialogar em função da Educação Física, da formação e das universidades, lembrando que, pela Constituição Brasileira, os municípios são responsáveis pela Educação Básica. Os estados são responsáveis pela educação no Ensino Médio, e as universidades têm autonomia. Portanto, quando se cobra, às vezes, do Ministério da Educação determinadas coisas, se cobram coisas que o Ministério não tem condição de responder, dada a maneira mais democrática e descentralizada em que está consolidada a educação atualmente no país.

Assim, como desafio político, eu diria que nós temos que garantir a participação da sociedade na concretização dos direitos sociais proclamados na lei. Esses direitos sociais estão definidos na Constituição, que estabelece que: “são direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos nossos

desamparados". Isso é a fala da nossa carta magna, da Constituição Federal de 1988. E o que nossas políticas públicas tanto fazem? Deveríamos nos preocupar em superar as desigualdades e incluir nas políticas públicas as crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos, como também os segmentos que socialmente são diferenciados, como os indígenas, os quilombolas, as pessoas portadoras de deficiência etc.

As políticas públicas, no meu entendimento, deveriam valorizar a participação em massa da população, mas uma participação com reflexão crítica, cooperação e ludicidade; uma ocupação consciente de espaços e de equipamentos. Quantos municípios nossos até dispõem de equipamentos, mas, por falta de uma animação sociocultural, por falta de profissionais da área, por falta de oferecer algo mais, inclusive a questão da segurança desse espaço, estão lá para serem vistos e não serem utilizados. Muitos espaços estão subutilizados ou não estão sendo utilizados, por esses vários fatores. O Esporte e o Lazer são fenômenos sociais e vão além da concepção da prática física e do tempo disponível. Como direitos, devem ser acessíveis a todas as faixas etárias e para todos.

O que é possível através do esporte olímpico? Dar ênfase aos esforços necessários para harmonizar a diversidade de estruturas com que o olimpismo se manifesta no mundo. Integrar a sociedade e setor privado. Estabelecer planos empreendedores para uma sociedade em constante mudança. Dar resposta adequada à evolução cultural e à social, que, de forma mais rápida, muda nosso entorno.

Então, eu não trouxe respostas a este Seminário. Trouxe uma reflexão no sentido de reforçar a importância educativa do esporte e do lazer, no caso especialmente a Educação Olímpica, pelos seus valores e trajetória do que possibilita para uma nação. Coloco-me à disposição para o debate dessas ideias.

Muito obrigada.

A OLIMPIADA E OS IMPACTOS DESEJADOS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER DAS CIDADES BRASILEIRAS: PERSPECTIVAS DE REPRESENTANTES DAS TRÊS INSTÂNCIAS DE GOVERNO

Palestrante:

Rogério Aoki Romero

Secretário Adjunto de Esportes e da Juventude de Minas Gerais (SEEJ)
Presidente do Fórum Nacional dos Secretários e Gestores Estaduais de
Esporte e Lazer (FONSEEL)

Obrigado. Eu quero agradecer o convite e colocar a nossa impressão sobre o tema tratado nesta mesa enquanto Secretária de Estado e representante dos gestores estaduais de Esporte e Lazer. Por isso, lembro, no início de minha fala, o conceito que está na nossa Constituição Federal de 1988 sobre a finalidade de uma Secretaria de Estado. Está diz: “planejar, dirigir, executar, controlar, avaliar as atividades setoriais a cargo do Estado, que visam o desenvolvimento social, por meio de ações relativas ao Esporte, ao Lazer, ao protagonismo juvenil, à prevenção do uso de entorpecentes e à recuperação de dependentes”.

A partir daí eu listei dez oportunidades que nós vemos, como Estado, ao ter uma Olimpíada aqui, não só no Rio, mas no Brasil.

Maior visibilidade do esporte. Esse é o primeiro ganho do momento em que estamos vivendo. Estaremos em evidência na Copa do Mundo de Futebol, Copa das Confederações, Jogos Olímpicos e Paraolímpicos. Então, Desde os Jogos Panamericanos, nós temos uma década que estamos em evidência. Esse é o momento oportuno, realmente, para e do esporte.

Uma nova legislação. Nós temos todo um marco legal, tanto no âmbito federal, estadual, municipal, que fortalece um pouco esse movimento esportivo. Nós temos a Lei de Incentivo ao Esporte, a do Bolsa-Atleta, a mudança proposta agora na Câmara da Lei Pelé. São revoluções da nossa legislação esportiva necessárias para acompanhar esse movimento novo.

Conhecimento acadêmico. Que foi bem posto aqui pela nossa mesa anterior. E nós precisamos também do conhecimento acadêmico e,

principalmente, do conhecimento aplicado. Ele tem que ter alguma aplicação prática. Quanto mais a academia se ligar ao chão de quadra, mais estará contribuindo com os gestores e a qualidade das políticas.

Um maior profissionalismo. Isso eu estou colocando como uma oportunidade, que pode vir a ser a nova realidade nossa. Temos grande necessidade desse profissional da gestão esportiva. Vimos neste Seminário que também não existe Mestrado de Gestão Esportiva. Essa é uma demanda do país. E, realmente, vai ser um mercado muito interessante.

Preocupação com a qualidade de vida. As pessoas estão vivendo mais e elas querem viver melhor. O esporte e o lazer têm uma grande parte de responsabilidade na qualidade de vida das pessoas. E é lógico que, com advento das Olimpíadas e maior visibilidade do esporte, nós também temos um ambiente melhor para a promoção da qualidade de vida de todos.

Maior contato com os atletas. Por quê? Acho que essa nova realidade também traz, então surge naturalmente mais atletas nestes quatro, oito anos, desde a candidatura até a realização dos Jogos Olímpicos, então aí vão surgindo aqueles talentos locais, e isso é muito importante para você ter uma identidade local.

Desenvolvimento da cadeia produtiva. Também remetendo um pouco do que falava a mesa anterior, nós precisamos da tecnologia, do know-how do esporte, precisamos ter aqui. Buscar lá de fora é muito fácil, muito cômodo. Realmente, os estados, os municípios e o Governo Federal têm que induzir um pouco nesse sentido. Existe demanda para equipamentos de esporte de alto rendimento? Não. Economicamente, se a gente pensar só no senso econômico, ele não é viável. Mas eu acho que a demanda maior sempre ocorre pelo Estado. A gente pensa também “não há demanda para papel reciclado. Não. Ele é mais caro. Vamos comprar só papel branco”. Mas o Estado, ele induz. Então hoje, lá, Minas Gerais, nós temos que comprar 70% de papel reciclado e, com isso, estamos induzindo a indústria a um maior movimento - o Estado é um grande consumidor - para que ela se adapte e os preços automaticamente caiam.

A tecnologia, envolvida com os itens anteriores.

Movimento político favorável. Acho que é favorável sim, na medida em que a população sabe mais, a política também é favorável. Fica mais

fácil de convencer os dirigentes, investidores, promotores no Esporte.

E novos equipamentos, que eu deixei por último, não por acaso. Eu acho que o equipamento, esse que todo mundo acha que é, realmente, o legado, não, eu acho que o legado maior são todos esses itens anteriores.

Mas nós temos o contra-senso, nós temos as ameaças.

Eu acho que parte do legado social vai ser perdido *se faltar articulação com a saúde e educação*, principalmente. Nós temos que sentar e dialogar. Acabamos de ouvir aqui a Secretária Rejane. A dificuldade realmente de conversar com estas pastas existe. É fato. Mas, como ex-atleta, eu acho que o desafio, quando você consegue pequenas conquistas, também às vezes é até mais prazeroso.

Outra ameaça: *priorização do alto rendimento*. É uma ameaça, sim. Porque o alto rendimento, ele aparece mais. Então, a hora que você fala do esporte, a primeira coisa que vem à cabeça é futebol. Depois vêm medalhas, troféus, recordes. E, na verdade, aqui, o professor Medina falou anteriormente, 90% daqueles que estão na escolinha de futebol não vão chegar a time algum. Eu acho que essa é uma estimativa ótima, vamos dizer assim. Eu diria que 99,99% da população nunca irá alcançar uma competição de alto rendimento. Mas é importante você dar oportunidade para eles experimentarem. Se gostarem, podem promover o esporte como um estilo de vida saudável. Você pode começar cedo e não acabar. Temos aí exemplos de atletas centenários. E também até para valorizar aquele que chegou lá. Isso é importante também, essa cultura esportiva.

Federações esportivas estaduais sem fluxo de caixa. Então, criou-se ali um abismo. Existe hoje um financiamento para as confederações nacionais e, ao mesmo tempo, para as federações estaduais não existe uma legislação que garanta isso aí. E vou dizer: já existiu no passado, que foram os bingos. A realidade não mudou muito. É uma autocrítica que acho que, de repente, as próprias federações têm que fazer.

Falência da maioria dos clubes esportivos e sociais. Que foi, num passado, não muito distante, o grande celeiro de formação de atletas de alto rendimento. Então, o modelo mudou. As pessoas hoje estão cercadas, estão presas em seus domínios. Não existe mais aquele clube social, onde todo mundo ia lá para aquela congregação. E isso é sentido também na promoção do esporte, porque as pessoas iam como família. Esse número também, importantíssimo para qualquer coisa,

ele está um pouco perdido nisso aí. A educação está cada vez mais terceirizada.

Carência de profissionais competentes no mercado emergente. Por quê? Exatamente por isso: por falta de cursos específicos ou falta até da demanda. Às vezes até abrem-se cursos específicos, mas o pessoal não se interessa.

Visão fragmentada do esporte. Aí, realmente, “eu quero isso”, ou “é só isso”. Uma visão um pouco de tudo para um, pouco para muitos.

E o planejamento de curto prazo. Aquela questão de, realmente, vamos deixar lá, 2015 a gente vê o que acontece e pega o final da onda, vamos ver se a gente pega uma marolinha. Então, realmente nós temos que ter essa visão de futuro, que não é tão futuro assim, já são seis anos, é médio prazo.

Inexistência de uma base de dados confiável. O professor Lamartine já nos alertou aqui sobre a falta de indicadores em que realmente possamos confiar: para quê? Para fazer uma política realmente pautada em não achismo, não é? Em indicadores que representem fatos realmente que possam ser confiáveis. Porque cada um tem uma opinião, mas essa questão realmente dos confiáveis que é o “pulo do gato”. Então, quem é o nosso público? O que eles querem? O que eles precisam? Onde nós estamos? Isto tudo faz parte do nosso planejamento: aonde queremos chegar, e como?

Assim, aqui estão algumas possíveis respostas. Quem é o nosso público? No nosso caso, é na sociedade exatamente. Eu não posso falar assim: “não, são os atletas de alto rendimento”. Não. O nosso público, como Secretaria de Estado, são todos os habitantes das 853 cidades mineiras. Então o desafio é desse tamanho. O que eles querem? Aí eu vou, sim, fazer pesquisa. O que eles precisam? Depois da pesquisa, “ah, eles precisam, eles querem tudo!” Mas, do que eles realmente precisam é que vai ser um pouco essa análise e a sensibilidade do gestor. Onde estamos? Novamente, aí precisamos de dados para subsidiar isso. Aonde queremos chegar e como são parte deste planejamento.

Aqui eu vou falar rapidamente um pouco sobre a nossa visão, já considerando todas essas premissas anteriores, e as restrições orçamentárias e dificuldades da administração pública. Nós estamos aí com o “Saúde na Praça”, um projeto implantado em parceria com a Secretaria de Saúde e as prefeituras municipais. Parte de lei de incentivo

nacional para disponibilizar um grupo de profissionais reunindo profissional de Educação Física, fisioterapeuta, nutricionista, enfim, realmente uma cadeia toda para viabilizar um equipamento público de atividade física.

“Aprimoramento do Esporte Escolar”. Todo mundo fala que o esporte tem que começar na escola. Mas, esta é uma grande dificuldade. Os gestores sabem melhor do que eu a implantação dessa proposta, para muitos isso não dá voto. É uma coisa ali para descerrar a placa. Daí, felizmente o nosso governador teve a sensibilidade e deu a autonomia para a gente poder implantar esse projeto. E, com especialistas, com a academia, nós criamos dois Cadernos Pedagógicos que estão disponíveis em nosso site para download. Disponibilizamos um impresso por escola que trabalham em tempo integral.

Existem outras ações que fazemos. Nós “qualificamos mais de mil professores destas escolas de tempo integral” para terem subsídios no contraturno escolar, para poderem trabalhar de maneira planejada junto com o projeto pedagógico da própria escola.

Nós temos as “oficinas do esporte”, e, aí sim, não é falar que o grande vilão é o esporte de alto rendimento. Não. Você também não pode limar aquele talento. E o talento, no Brasil, nasce em qualquer lugar. Então, Minas Gerais, como sendo uma mini-Brasil, tem diferenças regionais, distâncias e todas as dificuldades, como no Brasil, nós temos realmente essa dificuldade também lá. E criamos juntos, novamente com parceiros, ali, prioritariamente, mais da metade desses pólos – são 30 – são feitos com o SESI. Por quê? Porque eles têm equipamentos esportivos, têm pessoas qualificadas e estavam subutilizados. Então, a nossa estratégia foi realmente de não construir nada do zero, mas, sim, aproveitar o que já estava em andamento.

“Nova Geração” seria o nosso projeto esportivo e social. Hoje ele atende cerca de 25 mil meninos em 170 cidades, de maneira continuada. Vamos publicar, provavelmente ainda este ano, um manual de 100 boas práticas desses núcleos.

“Qualificação de agentes esportivos”, qualificamos neste ano, nestes últimos quatro anos cerca de 6 mil agentes esportivos. Então, são exatamente para tentar criar essa rede, para descentralizar o máximo possível o desenvolvimento do esporte.

Os nossos “Jogos do Interior”, que estão no nosso vigésimo sexto ano, também é uma maneira do município desenvolver, e a gente tenta ser

rigoroso no regulamento para que o desenvolvimento seja cada vez mais do município. É melhor você ter uma equipe própria do que importar aqueles atletas que não têm identidade nenhuma com o seu município.

Os nossos “Jogos Escolares” esse ano bateram recorde de 657 municípios inscritos, mais de 160 mil alunos. Uma parceria, aí, com a Secretaria de Educação. Nós temos ainda em estágio não integral, um “sistema integrado de gestão esportiva”, que é onde nós temos toda essa base de dados que procuramos cruzar para nos dar um subsídio maior sobre aonde e como aplicar o raro recurso público que temos para o esporte.

Temos o novo Mineirão, que está em reforma.

E temos outras ações, que já foram faladas aqui: fomento à preservação da memória e sistematização de informação, fomento à criação de conselhos de esporte, a lei de incentivo ao esporte estadual. E nós temos já consolidado o “Índice Mineiro de Desenvolvimento do Esporte” também. Pena que não são dados primários são dados secundários, mas já é um início. E também o “Plano Mineiro do Esporte”, além das “Conferências do Esporte”.

E, para finalizar, temos a construção de uma “Política Pública Transformadora”, parte do reconhecimento aos vários aspectos do esporte. O esporte como manifestação da busca humana pela superação de limites e pela competição, que é o caso do alto rendimento. O esporte como instrumento para educação e a formação do homem – que pode ser qualquer um. A relação entre o esporte e a atividade física e a saúde como meio para a inclusão e o bem estar social, bem como lazer, entretenimento e espetáculo. O esporte como atividade econômica, que engloba a indústria, o comércio e os serviços. E a relação entre o esporte e a nacionalidade, e a identidade cultural e a auto-estima individual e coletiva.

Por tudo isso, nós gostamos de ter o Brasil e o Rio de Janeiro como sede das Olimpíadas.

Nesta nossa fala, somente colocamos dificuldades, posições ideológicas, formação acadêmica e as origens dos gestores públicos ligados ao esporte – não só ao esporte, eu acredito – que muitas vezes determinam a priorização absoluta de alguns desses aspectos. Seria natural, talvez, falar assim: “ah, o Rogério entrou lá porque ele veio da natação e vai priorizar a natação dele e o alto rendimento”. Eu não vejo

dessa maneira. Mas, de repente, pode ter mais este risco a considerar.

Coloco, sim, um pouco do contexto do esporte que está em constante evolução. Sabemos de avanços nas últimas décadas, e que estão em curso esforços para uma gestão mais organizada, sistemática e pautada em ações continuadas. É assim que esperamos. Entendemos que uma gestão será mais eficaz na medida em que avançar na articulação e sinergia entre os vários atores do esporte: poder público, confederações, federações, comitês, ligas, clubes, conselhos, empresas e atletas.

Por fim, deixo aqui como desafio exatamente identificar, entender e trabalhar as novas dimensões do esporte enfrentando seus desafios e riscos.

Obrigado pela atenção de todos!

A OLIMPÍADA E OS IMPACTOS DESEJADOS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER DAS CIDADES BRASILEIRAS: PERSPECTIVAS DE REPRESENTANTES DAS TRÊS INSTÂNCIAS DE GOVERNO

Palestrante:

José Luis Ferrarezi

Secretário de Esporte e Lazer de São Bernardo do Campo/SP

Cumprimento a todos e a todas. De início, para tratar do tema desta mesa, peço licença aos vários gestores municipais que estão aqui, que têm a sua vida muito focada, é óbvio, na sua cidade, no seu bairro, na sua rua, para falar do meu município. É nele, concretamente, que acontece tudo que nós estamos aqui debatendo, é a partir dele que analisamos o que mudar, e como a mudança vai melhorar a vida de todos os cidadãos, na verdade de todos nós.

Retomando o breve relato da nossa cidade, que comecei a fazer na abertura deste Seminário, embora creia que todos aqui têm alguma informação sobre a nossa cidade, destaco São Bernardo do Campo como uma propulsora de riquezas do Brasil; um berço de avanços democráticos e de direitos sociais, notadamente no final dos anos de 1970, começo dos anos 80, época da redemocratização do país. Cidade estratégica por sua localização, pela proximidade a cidade de São Paulo e pela proximidade ao porto de Santos. Município que tem uma vocação de trabalho espetacular. A capacidade de produção dessa cidade se dá desde os anos de 1950, e vem, historicamente, sendo propulsora da economia desse país.

A caminho do mar, não há como não passar por São Bernardo. Não falo só do caminho das rodovias, a Via Anchieta e Rodovia dos Imigrantes, mas o caminho da História também passou por São Bernardo. O começo também passou por aqui, e não tem como você exportar se não passar por esse caminho, que é o caminho do mar. E também ao litoral paulista, mesmo porque a cidade de Santos está a 40 quilômetros daqui. Muito perto! E aí todos os paulistas e paulistanos que queiram ir à praia também têm que passar pela cidade de São Bernardo do Campo.

Dois terços da cidade de São Bernardo estão ocupados por Mata Atlântica, ainda. Nós temos uma represa, a Billings; O Parque Estadual

da Serra do Mar, que constitui uma grande alternativa, não só de lazer, mas também para uma intervenção sustentável. E, como eu falei ontem, uma cidade com forte gastronomia, não só, mas fortemente determinada pela colonização histórica de italianos, o frango com polenta é uma tradição em nossa mesa. Quem não conhece, quem está vindo a São Bernardo pela primeira vez, merece conhecer a rota do frango com polenta e do vinho. Nós somos conhecidos aqui como batateiros, assim como, Santo André, os ceboleiros. Fica a dica!

Entre vários índices positivos, seja em número de habitantes, de indústrias, etc, chamo atenção para o número de crianças na escola e no ensino fundamental. Nós temos na cidade 163 escolas, da educação infantil a educação básica. Nós somos o quinto PIB do Estado de São Paulo, o 15o maior PIB municipal do Brasil e o quarto maior poder de consumo do país. Esta é a nossa cidade!

Porém, é importante também frisar aqui, uma questão: o índice paulista de vulnerabilidade social. Embora nossos índices econômicos sejam relevantes, nós temos graves problemas sociais. A visão que se tem de São Bernardo, de quem é de fora, é uma. Nós somos uma cidade diferente daquela que é apresentada ao país. É importante ter isso em mente para a gente poder entender de que forma nós vamos planejar as nossas ações.

Também temos os nossos equipamentos esportivos. São ginásios poliesportivos, estádios de futebol, campos de futebol espalhados por toda a cidade para o acesso democrático dos cidadãos. Temos um total de 42 campos de futebol, que estão em todos os lugares, desde o pós-balsa até os bairros mais centrais. Temos quadras de tênis, locais para prática de xadrez e damas, centros recreativos e esportivos, piscinas, quadras poliesportivas, ginásio de esportes, quer dizer, nós temos toda uma malha de equipamentos esportivos.

Também temos os nossos atendimentos, e neste sentido cada cidade tem a sua denominação, seus projetos, suas ações. Nós promovemos a formação esportiva, onde trabalhamos com crianças e adolescentes. *Temos projetos para terceira idade, trabalhos com mulheres, práticas corporais para pessoas com deficiência.* Em todas essas ações nós atendemos, diretamente, a pessoa que se inscreve, que procura nossos centros esportivos, e assim atendemos aproximadamente 50 mil pessoas, numa prática direta. Claro que nós temos outras ações, mas essas são de atendimento direto.

Sobre o esporte na cidade, temos destaque para o esporte e lazer

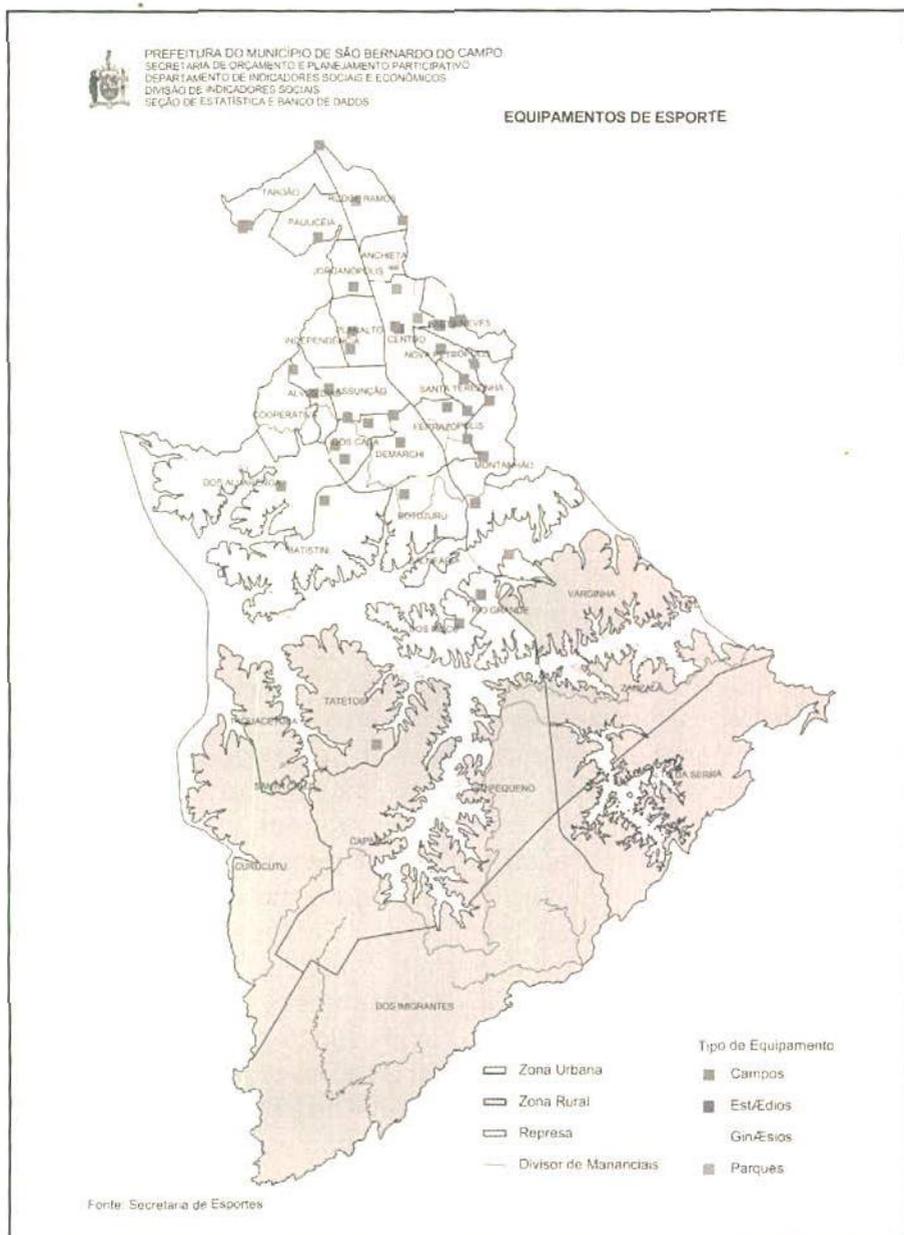
como traço forte da cultura da população em todas as suas manifestações e dimensões. Uma malha de infra-estrutura esportiva e de lazer, que já foi apresentada. A questão do futebol toma uma dimensão muito grande, porque, além dos campos de futebol, temos uma Escola de Futebol, com 5 mil jovens de 9 a 16 anos; uma liga de futebol que tem quatro divisões, 90 times filiados a essa liga, e mais de 200 times não filiados. Tudo isso demanda, e todos nos cobram, enquanto poder público, uma atuação. Tanto que nós estamos agora finalizando uma parceria com a Universidade do Futebol, do professor Medina, para poder melhor entender essa questão, e assim planejar e atuar de forma coerente com o futebol da cidade.

Em nosso trabalho do PPA Participativo, que é o Planejamento Plurianual 2010-2013 com a participação da população, nas 28 regiões administrativas da cidade fomos demandados. Quer dizer, o tema “Esporte e Lazer” apareceu em todas as regiões. Isso nos remete a ter um planejamento sobre aquilo que vem da população. A Secretaria de Esportes, em 2009, não possuía estrutura para tratar da questão do lazer. Numa mini reforma administrativa municipal, incluímos o lazer. Sabemos que não é apenas criar “uma caixinha” para colocar o lazer. Temos que ter ações concretas para as questões do lazer. E já estamos nos estruturando para isso.

Dois grandes programas cuidam do fomento ao esporte representativo, da mobilização do esporte comunitário e da gestão da atividade esportiva. Como nós temos muitos equipamentos, à primeira vista parece até que São Bernardo é uma cidade privilegiada nesse sentido. Porém, eu digo sempre que isso é para o bem e para o mal, porque a gestão de tudo isso, o custeio e manutenção de todos esses espaços nos demandam muitos recursos. E muitas vezes somos obrigados, para mantê-los, a usar o orçamento de outras ações. Isso é uma dificuldade muito grande. A questão do lazer, a realização e apoio a eventos, os grandes eventos que acontecem na cidade, a promoção do lazer comunitário e a gestão intersetorial do lazer são ações desenvolvidas não só pela Secretaria dos Esportes. Fortemente nós estamos integrados a outras Secretarias.

A partir de 2009, nós procuramos ter um alinhamento a Política Nacional de Esporte. Pensamos que estar próximo àquilo que acontece no país nos facilita agregar várias ações na cidade. Temos em São Bernardo o Programa Segundo Tempo, o PELC, o PELC-PRONASCI, Praça da Juventude, projetos incentivados, modernização de infraestrutura, eventos como este, além de vários outros projetos.

Entre alguns desafios que temos pela frente, como gestores municipais, destacamos a descentralização dos equipamentos de esportes. O mapa da cidade mostra que os equipamentos, embora descentralizados, são escassos nas regiões de maior vulnerabilidade social.



E nós somos cobrados para atender toda a cidade. E com o orçamento que temos, nós não conseguimos concretamente atingir todos os bairros com tudo que é proposto. Mas estamos buscando alternativas, mesmo porque nós estamos sendo demandados para isso. Essa questão é um grande desafio, de estar presente em toda a cidade.

A gestão dos equipamentos requer intervenções diferentes: na programação, manutenção, segurança e administração. São muitos os equipamentos, porém nossa Secretaria de Esporte e Lazer não tem ainda essa possibilidade de pessoal e capacidade de gestão para atender tudo isso com qualidade. Isso nos obriga a interagir e estar muito próximos a população, a comunidade, para que eles possam também, numa co-gestão, dar sua contribuição nessa questão.

O Esporte e o Lazer, eu digo sempre que, por si só, numa cidade, não criam marca, não criam possibilidades. Isso nos remete a ter ações integradas fortemente com a Educação, com a Cultura, a Gestão Ambiental e outros setores da administração municipal.

A ampliação do “Programa de Esporte Comunitário”, principalmente por meio das questões do lazer, é uma ação extremamente difícil aqui em São Bernardo do Campo. O Rogério Romero falou dos “Jogos Abertos de Minas”. Aqui em São Bernardo nós temos os “Jogos Regionais”, os “Jogos Abertos”, e nós, gestores municipais, somos muito pressionados por resultados. Historicamente, temos que nos “dar bem” nos “Jogos Regionais”, temos que nos dar bem nos “Jogos Abertos”. Criou-se um senso comum nesse Estado, que gestão boa é aquela que conquista posições em Jogos Regionais e Jogos Abertos. Nós herdamos uma cidade que ocupava o segundo lugar no Estado, em Jogos Abertos. E nós chegamos. Não dá para assumir uma Prefeitura e mudar esse foco. Nós criaríamos para nós muitas dificuldades. Estamos conseguindo manter a cidade como referência no esporte representativo por meio do orçamento de 21 milhões, só que, desses 21 milhões, 54% são custeio. Então, vejam bem, de 21 milhões, 54% nós temos como custeio. E, desse montante que nos sobra, nós temos que desenvolver todas essas ações que somos ousados em propor. Sabem qual o significado de 21 milhões de reais em São Bernardo? Zero vírgula oito por cento do orçamento municipal. O orçamento de São Bernardo está em torno de 2 bilhões e 600 milhões de reais. E nós temos 21 milhões, porém, não esquecendo que 54% são para o custeio. Mas também me parece que o orçamento do governo da União, pelos últimos dados, queridas amigas do Ministério, é de

0,25, sem as emendas: 0,25. Do Governo Estadual, vale a pena dizer, do Governo do Estado de São Paulo, está em zero vírgula zero um (0,01)! Significa 120 milhões no Estado de São Paulo.

Então, nós estamos aqui falando, debatendo o Esporte e o Lazer, porém nós precisamos ter claro o nosso tamanho, a nossa dimensão nesse debate. Claro que nós temos perspectivas nessa discussão. E, aqui na cidade de São Bernardo do Campo, valorizamos o patrimônio cultural e esportivo da cidade. Nós já dispomos de uma ampla grade de serviços em Esporte e Lazer, que será ampliada e qualificada no âmbito do projeto “São Bernardo Olímpica”.

Se não tivéssemos a Olimpíada em 2016, talvez não tivéssemos esse debate. É óbvio, porém, que os gestores dos municípios teriam que estar pensando apenas sua cidade. Eu disse ontem que, nos cinco minutos após o Rio de Janeiro ser escolhido como cidade sede em 2016, na comemoração em que nós estávamos, o meu prefeito já me ligou querendo saber qual era a proposta de São Bernardo para ser uma cidade olímpica. Nós estávamos comemorando e ele perguntando: qual é a proposta? E eu creio que muitos de vocês, aqui presentes, gestores municipais, se não foi naquele momento, num outro dia, na primeira reunião de secretários, talvez tenha recebido esse mesmo questionamento: onde a nossa cidade vai “se encaixar” nesse debate? Nós fomos. Nós estamos formulando, e esse seminário vem concretamente nos ajudar nessa formulação, uma proposta para ser apresentada a administração.

Um dos equipamentos que já compõe essa proposta é o Estádio de Atletismo, a ser construído com recursos do Governo Federal e também do município de São Bernardo do Campo no antigo Volkswagen Clube. Será o melhor do país, quando estiver pronto. São Bernardo tem pretensões, sim, em ser uma cidade olímpica. E vale a pena ressaltar aqui o quanto isso demanda. Amanhã, às onze e meia da manhã, o Governo do Estado vai lançar o “Projeto São Paulo Olímpica”, e vai apresentar as propostas do Estado de São Paulo para o tema. Vejam como todos nós estamos sendo demandados para essa questão!

Nós queremos, aqui em São Bernardo, ser cidade para a aclimação de seleções durante os Jogos de 2016. Nós temos, concretamente, uma possibilidade com a seleção brasileira de Handebol, de sediar o Centro Nacional de treinamento das seleções, está aqui o presidente da Confederação Brasileira de Handebol. Com o Estádio de Atletismo nós podemos, também, ter a possibilidade nesta modalidade, assim

como outras modalidades que são históricas nessa cidade, que não devem e não serão esquecidas. O Handebol é doze vezes campeão nacional no masculino. Então não tem como não falar do Handebol; O Voleibol, que tem duas equipes na liga nacional; Tênis de Mesa, o Hugo Hoyama, atual campeão sul-americano é daqui de São Bernardo do Campo; a Ginástica Artística; a Canoagem, por conta da represa Billings; a Natação, num projeto que está sendo desenvolvido com o SESI, e o Paradesporto, que precisamos também inserir nesse debate.

Não dá para falar em um tema só, no Esporte e Lazer. Nesse debate, temos que ter aderência a outras questões prioritárias na cidade. Os projetos estruturantes dessa cidade, que foram definidos no Programa de Governo, no planejamento estratégico da cidade, passam pela Saúde, Habitação, Transporte, Educação, Segurança, Mobilidade Urbana. E nesses temas estruturantes da cidade, nós conseguimos, no debate, colocar o Esporte como uma das ações estruturantes da cidade nos próximos anos de governo. Temos o Esporte e Lazer como marca, porém, para que atinjamos os nossos objetivos, temos que agregar todos os segmentos, sejam públicos ou privados, neste projeto.

Algumas ações são estratégicas para atingir nossos objetivos: a implantação de Centros de Excelência, principalmente de Atletismo e Handebol. A modernização de nosso Ginásio Poliesportivo, a implantação de Núcleos de Esporte de Base, porque não adianta você trabalhar e ter equipes na cidade do alto rendimento, se você não investe, concretamente, no esporte de base. A ampliação e a diversificação dos recursos para o esporte de rendimento são necessárias, mas não cabe ao poder público tirar do seu orçamento para financiar o alto rendimento. Ele tem, sim, que ter instalações e formas concretas de manter essas instalações para que o esporte de alto rendimento possa concretamente aportar na cidade. A captação e a realização de eventos nacionais e internacionais, como parte dos grandes eventos, e o incremento do esporte escolar na cidade, justifica-se pela vasta rede de escolas, mas não conta com o professor de Educação Física nesta rede. Nós não temos o professor de Educação Física, em São Bernardo do Campo, nas séries iniciais. Temos que colocar essa questão em debate, para que a gente possa requerer esse selo de uma Cidade Olímpica.

Os impactos que esperamos em decorrência de tudo isso: a ampliação e a modernização da infraestrutura de Esporte e Lazer da cidade. A melhoria do entorno desses equipamentos. A mobilidade urbana da

cidade tem que ser melhorada nos locais onde nós temos esses equipamentos. E a potencialização de instalações esportivas e de lazer com interesses culturais e de turismo.

São Bernardo tem apenas dois hotéis de certa qualidade, só para vocês verem o tamanho dos problemas que nós ainda temos nessa cidade. Nós temos que ampliar a nossa rede hoteleira, ter a melhoria do sistema viário de acesso aos principais eixos de tráfego rodoviário, a qualificação do transporte público interno e modernização da sinalização viária da cidade.

Nós esperamos ter alguns impactos também nas áreas políticas e sociais, com ampliação da grade de serviços de Esporte e Lazer, com o incremento do calendário esportivo da cidade, a ampliação de alternativas de Lazer, Cultura e Turismo, o reposicionamento da cidade numa agenda governamental estadual, porque as cidades não se conversam, e isso cria uma dificuldade muito grande.

E precisamos do engajamento da classe política – de prefeitos, vereadores, deputados, senadores, todos – que abracem a ideia do Esporte e Lazer. Alguns impactos políticos, sociais e ambientais também, como já citei, são muito importantes. No econômico, a geração de receitas adicionais ao município, geração de novos negócios, novos empregos, novos empreendimentos, e a questão do turismo na cidade. Os programas da Secretaria de Esportes, hoje, estão sendo debatidos em outras secretarias, e isso é muito importante. As colônias de imigrantes, atuando nesse debate. E os parlamentares, que inclusive nós já estamos debatendo para que possamos tê-los como parceiros.

Nós temos uma potencialidade: o projeto olímpico já está no plano da cidade como projeto estruturante. Temos que ter a participação popular e controle social, uma capacidade operacional, ativos ambientais que nós temos que resgatar, e um parque tecnológico instalado na cidade, que tem que se voltar também para o tema do Esporte e do Lazer.

Nós temos uma comunidade empresarial que tem que comprar essa ideia – a retomada do crescimento econômico em São Bernardo é muito forte, e isso nos possibilita um potencial de consumo elevado da população de São Bernardo. A proximidade da capital, de portos e aeroportos, e agora a presença do Campus da UFABC, que possibilita acesso a estudos e pesquisas que podem nos auxiliar nesse debate.

Temos também necessidades. A formulação de indicadores de

impactos, para obtenção de dados concretos sobre os impactos do legado dos jogos. O desenvolvimento de um planejamento estratégico de longo prazo. A catalogação de resultados e o detalhamento de estudos, principalmente orçamentários, de como manter um projeto como este. O alinhamento do projeto olímpico aos desafios de gestão estabelecidos pelas secretarias de esporte municipais e estaduais. O alinhamento das Esferas de Governo. O alinhamento do projeto olímpico às confederações e o desenvolvimento de um planejamento municipal na órbita do marketing de lugares. Quer dizer, São Bernardo, com isso, pretende o quê? Que cara teremos a partir de um planejamento desses? E o desenvolvimento de estudos sobre gestão sustentável, lazer e a construção de grandes complexos esportivos.

Algumas considerações finais. Precisamos alinhar a política municipal com vistas aos impactos da Copa do Mundo de Futebol de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016. Buscar a convergência dos projetos estruturantes e dos projetos de vocação olímpica. São Bernardo tem trabalhado nessas marcas dos projetos estruturantes, e o tema Esporte e Lazer, felizmente, é um desses projetos estruturantes. E devemos buscar a efetiva concretização do legado esportivo e de lazer como o principal impacto desejado das realizações dos grandes eventos esportivos. Senão, a gente corre o risco de os grandes complexos esportivos, as grandes obras serem o impacto que sobra, e nós achamos que o legado esportivo tem que ser o mais valorizado.

Espero que todos nós possamos comemorar a elevação do nível cultural e esportivo do povo brasileiro em nossas cidades, e em todas as dimensões e manifestações do esporte, nos anos que virão. E tomara que a gente consiga de verdade, pois o que fica não é só ganhar medalhas, que todos nós sabemos que é importante. Mas esperamos que o nível de participação e de atuação do povo brasileiro, em ocupar esses espaços do esporte e lazer, seja o grande legado dos Jogos Olímpicos no Brasil.

Obrigado a todas e todos.

MESA TEMÁTICA 3:

A OLIMPIÁDA E OS IMPACTOS DESEJADOS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER DAS CIDADES BRASILEIRAS: PERSPECTIVAS DE REPRESENTANTES DAS TRÊS INSTÂNCIAS DE GOVERNO

Debate

Moderadora: Cláudia Regina Bonalume

Ao final deste dia com muitas intervenções, esta mesa apresenta experiências concretas de como se dá realmente essa relação da Olimpíada com as cidades brasileiras. Tratando-se de um Seminário Nacional de Políticas Públicas, com a participação de muitos gestores municipais, esta discussão é muito importante porque quando a gente está ocupando esse espaço, muitas vezes ficamos nos perguntando: qual é o nosso papel? De que forma podemos contribuir? Com certeza, os gestores participantes deste Seminário devem ter muitas experiências também, tão belas quanto as que foram apresentadas nesta mesa e que poderiam ser socializadas. Esperamos que vocês consigam fazer trocas de experiências ao longo deste evento. E com essa expectativa, temos aqui algumas perguntas.

A primeira pergunta é para todos e é uma questão para reflexão dos participantes da mesa. O autor da questão coloca que, estabelecendo uma relação entre o analfabetismo funcional e o movimento olímpico, considerando o discurso da educação olímpica e as demandas midiáticas que os Jogos Olímpicos promovem, e considerando o forte discurso sobre a condição de sermos uma potência olímpica, governantes, gestores esportivos e a mídia, de uma maneira geral, considerando também o discurso sobre os legados: que legado estamos passando para o país sobre essa grande onda esportiva? Imagem, medalhas, infra-estrutura, cultura esportiva, valores socioeducacionais? Até porque essas são dimensões que menos têm sido evidenciadas.

Segunda reflexão: se na Olimpíada os valores esportivos olímpicos fossem o objetivo dos Jogos, não seriam apenas fiscalizado o andamento das obras de infraestrutura, mas também os programas e projetos voltados à formação dos cidadãos e atletas. Isso aponta para a valorização do negócio.

Outra questão para a Rejane: Atualmente, existem muitos profissionais de Educação Física inativos ou trabalhando somente no setor privado. Qual seria a estratégia do Ministério de Esporte para a captação desses profissionais e incluí-los nos programas e projetos que serão desenvolvidos até 2016?

Rejane Penna Rodrigues

Eu tenho impressão que, pelo que foi colocado, a gente poderia reiniciar com uma nova palestra. Primeiro, eu repetiria o que foi dito na primeira mesa deste Seminário. Então não estamos falando de algo simplesmente do Brasil, mas do mundo. Palestrantes salientaram que a mídia ressalva muito as questões negativas. E eu acredito que, muitas vezes, principalmente os governos, eles ficam na defensiva, respondendo para a mídia, em vez de tocar nas reais demandas. Por isso a confusão se estabelece. Ou seja, o que nós estamos valorizando?

Bom, nós dos Ministérios, estamos valorizando todos os segmentos e os envolvimento. Desde a infraestrutura, que sem ela não irão acontecer os Jogos, até a questão das medalhas, passando pela questão da educação olímpica dos valores. Ocorre que, o que nós falamos aqui para cerca de 900 pessoas, não é o que os grandes jornais estão colocando aí o tempo todo. Então quem é que está pautando o debate? Ou quem é que não está fazendo as definições? Não somos nós. O Ministério, tenho certeza de que a Prefeitura de São Bernardo, outras Prefeituras, de outros Estados, têm uma linha programática, um planejamento estratégico, com um entendimento de tudo o que está acontecendo, que não pontuam em um desses aspectos. Eu acho que sim: nós queremos, sim, as medalhas. Ou alguém quer entrar nesses Jogos e não levar nada? Nós queremos melhorar a qualidade técnica dos atletas. Nós queremos os nossos aeroportos em melhores condições e muitas outras melhorias. E tudo é justo, é legítimo, um não contrapõe o outro. Então essa dicotomia, essa contraposição, não é o fato real! É um fato midiático, que era o que nós dizíamos anteriormente.

Nós temos que trabalhar na base da educação, e aí o papel dos profissionais de Educação Física, assim como dos demais profissionais, é fundamental, mas nós temos que ter o entendimento de que tipo de trabalho educativo nós vamos desenvolver. Por isso, a preocupação hoje na nossa Secretaria é com a produção e a difusão desse conhecimento. O reconhecimento do que é de fato um megaevento

esportivo. Nós não podemos olhar esse megaevento só sob o aspecto esportivo, assim como nós não podemos ver só sob o aspecto social. Ele é muito complexo, muito amplo. Enquanto nós não superarmos, tivermos uma massa crítica, nós não vamos desempenhar esses desafios que estão colocados. E este evento, assim como o que aconteceu em 2008 lá no Rio de Janeiro são tentativas de difusão de conhecimento plural com reflexão sobre experiências locais, brasileiras e também olímpicas internacionais em processo, em construção.

Então é isso: todos os aspectos foram abordados pelo Ricardo Leyzer, o que nós apresentamos aqui está publicado nos nossos livros, que os nossos companheiros estão trazendo. Todos são importantes, devem ser reconhecidos, devem ter uma expectativa de melhoria e de crescimento. Então, acho que temos que superar essa questão de que ou é uma coisa ou é outra, está tendo mais investimento aqui do que ali. Vejo a mídia atacar em alguns aspectos, e às vezes os governos e o próprio Comitê Olímpico se defender sobre o aspecto que foi atacado. Pouco vejo ser discutido sobre os programas sociais que existem, os legados sociais, que cada clube social, cada grupo comunitário, cada pessoa, os pesquisadores estão construindo, eu não estou vendo nessa repercussão na mídia do que está acontecendo.

Agora, o que me preocupa é quando nós mesmos não reconhecemos o que nós estamos fazendo. E, se o público aqui não tem clareza da complexidade do que nós estamos sendo desafiados, aí realmente fica difícil! Desde que comemoramos a questão dos Jogos, o Ministério do Esporte, as prefeituras, as confederações, o Comitê Olímpico, têm tentado divulgar uma série de informações para a população. Mas o gestor precisa também procurar, aprofundar, ampliar esse conhecimento. Eu posso responder pelo que a nossa Secretaria está fazendo. Não posso responder pelas outras. Creio que aqui foi colocado um leque de possibilidades e desafios que cada um pode responder de acordo com suas realidades locais e instituições. Nós estamos lidando até com essa questão de conceito e terminologia. “Cidade Olímpica”, que não podemos usar, mas, quando ouvi pela primeira vez, entendi o que significava. É mais ou menos essa caminhada que São Bernardo faz. Se trata da cidade que vai buscar desenvolver determinadas modalidades olímpicas, atraindo para ela um certo número de atletas, de participantes, de turistas, e se tornando um polo. Cada uma busca a sua vocação. São Bernardo, pelo que eu entendi, escolheu o Handebol, Atletismo, Natação, como seus legados. Para o Ministério, são importantes novas medalhas, melhoria na

democratização do acesso ao esporte, aos esportes olímpicos, que as comunidades participem. Então, a dificuldade é nós não enxergarmos qual é a proposta.

Moderadora: *Cláudia Regina Bonalume*

Uma pergunta para o Rogério Romero, além da questão geral: fale um pouco mais sobre o IMDE, Índice Mineiro de Desenvolvimento do Esporte.

Rogério Aoki Romero

Sobre a primeira questão, a respeito da dicotomia, eu acho que a secretária Rejane já respondeu com muita propriedade, eu queria só complementar um pouco. Quando falam de Olimpíada, a gente já vem na mente de todos os casos de sucesso de Barcelona, Sidney e agora também a boa gestão de Londres. E esquecemos, de repente, de Atlanta e Atenas, como exemplos dentre as últimas que não tiveram assim um sucesso, não deixaram um legado tão transformador como deveria ser. E que, na verdade, deveriam ser os maiores exemplos. Isso porque temos que aprender tanto com as boas quanto com as experiências ruins. Hoje temos em Atenas, e até em Pequim, algumas estruturas esportivas com custo alto de manutenção e que devem ser consideradas. Concordo com a Rejane quando diz que uma coisa não invalida a outra. Creio que dá para trabalhar tudo junto. A questão econômica, o Brasil está muito bem resolvido, é uma das dez maiores potências mundiais; na questão social nem tanto. Então talvez, realmente, o foco devesse ser no impacto social, como foi colocado aqui anteriormente, também. O foco tem que ser a população. O que a população quer? O que ela vai ganhar com isso, trazendo a Olimpíada para cá? E não uma festa que vem e vai e não deixa nada. Acho que essa realmente é a reflexão.

Sobre o Índice Mineiro de Desenvolvimento Esportivo, como eu disse, ele foi desenvolvido através de uma base de dados secundários, ou seja, com pesquisas já existentes sobre o esforço orçamentário das prefeituras municipais, os equipamentos esportivos que elas têm, se elas têm legislação própria de esportes, orçamentos municipais e conselho. Se participam de projetos e programas também da Secretaria Estadual e do Ministério do Esporte. Então nós fizemos um mapeamento grande, e aí realmente partimos dessa base de dados para tentar criar um marco a partir do qual possamos avaliar a evolução

das cidades e, principalmente, das regiões, para poder fazer um planejamento de esporte mais detalhado.

Moderadora: *Cláudia Regina Bonalume*

Eu vou fazer duas questões para o Ferrarezi: São Bernardo está pensando em criar uma Lei de Incentivo ao Esporte com base no ICMS? Mas, revendo essa pergunta, o ICMS é só o Governo do Estado que pode mexer, não é isso? Até 2016, São Bernardo do Campo vai ter algumas mudanças sejam humanas, culturais, educacionais. E a busca de atletas para a Olimpíada, se não fosse o acontecimento da Olimpíada no Rio, essas cidades envolvidas não fariam nada para a melhoria?

José Luiz Ferrarezi

Nós somos extremamente exigentes com a gente mesmo, no meu ponto de vista. É assim que tem que ser, até porque isso nos leva a nos mobilizar e buscar alternativas.

O ICMS é na verdade do Estado, portanto não dá para pensar numa lei que envolva o ICMS. Porém, quando nós pensamos numa cidade com aquilo que foi proposto, temos que ter atletas. Os atletas têm que ter formas de atuar, viver e trabalhar. Estamos, sim, pensando em propor algo ao governo. Eu, particularmente, quando se pensa em isenção, eu tenho alguma dificuldade nesta questão, porém temos uma Copa do Mundo de Futebol e uma Olimpíada pela frente. E para isso nós temos que propor concretamente uma forma de existência desses atletas. E vamos propor, sim, alguma coisa nessa cidade, nessa questão com o governo federal, o governo do Estado e outras cidades. Modelos já existem, e nós vamos buscar alguma alternativa para propor algo aqui em São Bernardo do Campo.

Eu quero dizer que, de tudo isso que foi proposto, o grande desafio é você ter o grande evento, vários grandes eventos acontecendo no Brasil. Nós somos exigidos, enquanto gestor, para propor algo para a cidade, que nos remeta ao que está sendo projetado lá na frente e, para isso, precisamos ter um planejamento de longo prazo, mas temos um dia-a-dia que nos cobra constantemente pelas ações do esporte e do lazer. Concretamente o cidadão está demandando e nós temos que dar conta dessa situação, com o orçamento que nós temos. E, também, temos que propor a longo prazo o que vem lá em 2014 e 2016.

É claro que São Bernardo, independente de Copa do Mundo de Futebol

e os Jogos Olímpicos, no seu planejamento estratégico, daria conta de várias ações que estão aqui sendo discutidas. Porém, com o advento de Olimpíada, nós temos que qualificar, estar presentes nesse debate para termos uma educação física de qualidade, que nós não temos. Vão ser construídos sete CEUS nos próximos anos em São Bernardo. Nós, da Secretaria de Esporte, participamos concretamente da elaboração do projeto. 51 quadras das escolas, que eram abertas, estão sendo cobertas agora. Nós estamos participando desse processo. Por quê? Porque o tema Esporte e Lazer entrou como projeto estruturante da cidade. A cidade se transformaria independente disso. Mas, com isto, nós podemos ter uma cidade melhor, uma cidade voltada para os nossos anseios, os nossos desejos.

Nós não poderíamos deixar de aproveitar esse momento para nos inserir nesse debate. Felizmente, a Secretaria de Esporte de São Bernardo conseguiu que o Esporte e Lazer fosse um projeto estruturante. E aí eu penso que a cidade, com certeza, será melhor com a atuação do Esporte e Lazer.

Moderadora: *Cláudia Regina Bonalume*

Para concluir, eu só gostaria de reforçar aqui a fala dos participantes da mesa, no sentido que a gente tem uma ótima oportunidade de trabalhar e debater essas questões na Conferência Nacional do Esporte. Então, é importante que cada um de nós olhe para a sua realidade, pense se a sua comunidade está envolvida nesse debate, se essas questões que aqui foram levantadas estão sendo pautadas lá no nosso município, no nosso Estado. Se não estão, como a gente ainda pode se engajar? Como a secretária Rejane falou no início deste Seminário, no site do Ministério estão todas as orientações sobre as conferências. Vamos nos informar e se envolver, para que, de fato, possamos trabalhar a questão da política social e nela o esporte e lazer como direitos de todos.

Agradeço mais uma vez a participação de Ferrarezi, Rejane e Rogério, e de todos participantes deste debate.

A OLIMPÍADA E OS IMPACTOS DESEJADOS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER DAS CIDADES BRASILEIRAS: PERSPECTIVAS DE REPRESENTANTES DAS TRÊS INSTÂNCIAS DE GOVERNO

Moderadora:

Cláudia Regina Bonalume

Diretora do Departamento de Políticas Sociais de Esporte e Lazer da Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer
Ministério do Esporte

Esta mesa deu continuidade ao debate proposto para o 9º Seminário Nacional de Políticas Públicas de Esporte e Lazer. Como fui incumbida de refletir um pouco sobre a discussão aqui realizada, reflito a respeito da gestão pública do esporte e do lazer no Brasil, a partir da organização federativa, como foi proposto nesta mesa. Tivemos aqui a oportunidade de compartilhar das expectativas e planos do Governo Federal, com a fala da Secretária Nacional Rejane Penna Rodrigues; do Governo do Estado de Minas Gerais, representado pelo Secretário Adjunto de Esporte e da Juventude, Rogério Aoki Romero; e da Prefeitura de São Bernardo do Campo, nossa anfitriã, com a participação do Secretário de Esportes e Lazer, José Luiz Ferrarezi.

Partindo do desafio de refletir a respeito da temática, inicialmente vale falar um pouco a respeito de que política pública estamos tratando. Considerando a diversidade e complexidade de questões que demandam atitude e enfrentamento, por parte do Estado, a política pública constitui-se, na atualidade, a partir das demandas da sociedade, que traduzem uma gama de necessidades dos cidadãos, especialmente aqueles que têm mais dificuldade de acesso aos direitos sociais, por ações de qualidade, construídas de forma participativa e integrada. A intensidade dessa integração e o envolvimento da sociedade no processo são de extrema importância quando se busca dar conta da garantia universal dos direitos sociais. Levando em consideração que as disputas políticas e as relações das forças de poder deixam marcas nos programas e projetos desenvolvidos e implementados, principalmente as de caráter dinâmico e polêmico, como a realização de jogos olímpicos, é preciso considerar a interdependência entre os processos e os resultados das políticas e ter sempre presente a necessidade de, desde o início do processo de planejamento de ações com esta magnitude, ter sempre presente a gama de possibilidades e limitações que se apresentam.

Quando falamos isso não estamos nos referindo simplesmente a boa realização do evento em si e, sim, mas dos legados sociais que este precisa deixar no país, os quais vão muito além das obras de infraestrutura e dos equipamentos. Como nosso desafio na mesa é pensar estes legados para o esporte e o lazer, poderíamos nos perguntar, de que estamos falando mesmo? Das políticas que se bastam com a realização de alguns eventos esportivos e/ou recreativos? De políticas seletivas, que escolhem quem terá direito a elas, por interesses relacionados ao desenvolvimento, por si só? De políticas que visam estimular o consumo do esporte e do lazer enquanto produtos a serem buscados no mercado? Parece evidente que não, porém, se não tivermos atentos a e agirmos de forma consciente é muito provável que seja isto que estejamos construindo.

Podemos afirmar que o direito ao esporte e ao lazer continua ainda negligenciado, por questões como: a falta de consciência desse direito; responsabilidade individual e/ou coletiva, no cenário social para garantia do mesmo, insuficiente; exclusão de muitos das vivências de esporte e lazer, frequentemente gerada pela própria hierarquização das necessidades básicas do ser humano; falta de programas, espaços e equipamentos para que a população vivencie o esporte e o lazer; pouca qualificação da gestão para o desenvolvimento de ações qualificadas, participativas, integradas e transparentes; em nível de Brasil, falta de um sistema nacional que estabeleça pactos, adesões, articulações entre gestores, que atuam em diferentes âmbitos, com competências e papéis diferentes, formação adequada e elevação da qualidade das ações; falta de financiamento para prover a viabilização das ações de esporte e de lazer com equidade entre as diversas necessidades e interesses. Ou seja, os obstáculos para a vivência plena das possibilidades de práticas e conhecimentos vão desde as condições econômicas, que restringem o acesso do cidadão às atividades disponíveis no mercado, a falta de condições de transporte, de emprego, de alimentação, educação, saúde, moradia e segurança, a supervalorização da sociedade ao trabalho e o preconceito para com o esporte e o lazer, até a escassez de políticas universais nestes setores.

Os direitos sociais ao esporte e no lazer, dos quais estamos falando, no Brasil previstos pela Constituição Federal de 1988 em seus artigos 6º e 217, são também direitos humanos (ONU, 1948) a serem assegurados, sem qualquer distinção, na construção de uma sociedade mais justa e mais igualitária. Apesar das dificuldades mencionadas

pode-se dizer que estes vêm conquistando, passo a passo, espaço no conjunto dos direitos sociais. Já são muitas as reivindicações de grupos e pessoas, com vários interesses sociais, que articulam o esporte e o lazer ao conjunto de suas demandas e ações pela cidadania e pela qualidade de vida, justamente por sentirem-se excluídos do acesso a estes direitos.

Falar em políticas públicas de esporte e de lazer enquanto direitos sociais de toda a população, desafiados a pensar a relação entre estes e um evento da proporção dos jogos olímpicos, nos coloca a refletir, sobre o que disse o Professor Medina, em sua palestra neste mesmo evento: os Jogos tanto podem representar uma alavanca de transformação como um mecanismo para grandes negócios. Alves (2007) afirma que as boas respostas dependem de boas perguntas, neste sentido tentamos elaborar algumas para orientar nossa reflexão no sentido de buscar elementos para construir esta alavanca de transformação:

1. Como os projetos sociais de esporte e de lazer se integram a um evento do porte dos jogos olímpicos, nos diversos momentos do processo?
2. De que forma megaeventos esportivos, como os Jogos Olímpicos 2016, podem contribuir com o desenvolvimento de políticas públicas de esporte e de lazer, tratados como direitos sociais focados no desenvolvimento humano?
3. É possível evitar que os aspectos competitivo, seletivo e esportivizado do alto rendimento reforcem o desenvolvimento de políticas públicas que considerem apenas esta dimensão?
4. Se fôssemos estabelecer critérios para classificar uma cidade como “olímpica”, o que seria importante considerar, no sentido de garantir que este título representasse a conquista dos seus cidadãos em relação ao direito ao acesso universal ao esporte e ao lazer?

Feitas estas provocações deixo, como desafio àqueles que nos leem refletir sobre a temática, a partir destas e dos textos dos colegas de mesa do Seminário. Aproveito para sugerir, enquanto bibliografia, algumas referências que podem contribuir.

Fica o desafio de, enquanto militantes da causa do esporte e do lazer, fazermos do rico momento em que vivemos na área uma oportunidade de avanço!

Bibliografia

- ALVES, Rubem. *Filosofia da ciência: introdução ao jogo e a suas regras*. 12ª edição, Edições Loyola, São Paulo, 2007.
- BHERING, E. R. *Política social no capitalismo tardio*. 2ª Ed. São Paulo, Cortez, 2002.
- FREY, Klaus. *Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática de análise de políticas públicas no Brasil*. Planejamento e políticas públicas. Brasília, IPEA, n. 21, jun. 2000, p. 212-258.
- JOBERT, Bruno. *Estado, sociedade e políticas públicas*. Santiago: LOM Ediciones, 2004.
- MARCELLINO, Nelson C. (Org.) *Lazer e esporte*. São Paulo: Ed. Autores Associados, 2001.
- MARCELLINO, Nelson C. (Org.) *Políticas públicas de lazer*. Campinas, SP, Editora Alínea, 2008.
- MATUS, C. *Política, planejamento e governo*. Brasília: IPEA, 1996.
- MELO, Marcelo de Paula. *Esporte e juventude pobre: políticas públicas de lazer na Vila Olímpica da Maré*. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.
- MELO, Victor Andrade. *Lazer e minorias sociais*. São Paulo: IBRASA, 2003.
- PEREIRA, Potyara A. P. *Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais*. São Paulo: Ed. Cortez, 2000.
- PINTO, Leila M. S. et al. *Brincar, jogar, viver: lazer e intersectorialidade com o PELC*. Ministério do Esporte, Governo Federal, 2008.
- REZENDE, M. J. *As metas socioeconômicas denominadas objetivos de desenvolvimento do milênio da ONU: os percalços de um projeto de combate à pobreza absoluta e à exclusão social*. México, Toluca: Convergência Universidad, 2007.
- VIEIRA, E. *Democracia e política social*. São Paulo: Cortez, 1992.

MESA TEMÁTICA 4

A OLIMPÍADA E OS IMPACTOS DESEJADOS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER DAS CIDADES BRASILEIRAS: PERSPECTIVAS DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA

Moderador:

José Roberto Gnecco

Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento -
Ministério do Esporte / Docente da Unesp Rio Claro

Cumprimento a todos e agradeço ao convite da Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo e da Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer para coordenar esta mesa, que muito nos orgulha. Ela refere à importância e ao impacto do legado da realização dos Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro e no Brasil na sua relação com as Políticas Públicas de Esporte e de Lazer no Brasil.

Como todo mundo sabe, o Brasil tem projeção internacional hoje, através de uma série de políticas, sendo que, na nossa área de Esporte, nós conseguimos aquilo que, em termos de organização de eventos esportivos, é o máximo a que um país pode almejar, que é sediar a Copa do Mundo de Futebol, em 2014, e os Jogos Olímpicos em 2016. Essas conquistas são frutos de um trabalho desenvolvido desde 2002, quando o Brasil sediou os Jogos Sul-americanos; 2007, quando o Brasil sediou os Jogos Pan-americanos; e, nesse processo, em 2011, sediaremos os Jogos Mundiais Militares, e, em 2013, a Copa das Confederações.

A realização desses eventos, ligados à manifestação do Esporte de Rendimento, traz para a área da Política Pública de Esporte e de Lazer o olhar do brasileiro. Embora o cidadão comum aponte que esses eventos são do Esporte de Rendimento, muitos já estão percebendo que isso traz uma série de impactos, uma série de consequências nas demais manifestações do Esporte: o Esporte Educacional e o Esporte de Participação, de Lazer. Isso faz com que brasileiros que nunca tiveram tanto olhar assim para o Esporte passem a se preocupar com o que o setor público e o setor privado brasileiro fazem no Esporte.

E mais ainda: mobiliza toda a sociedade em torno da manifestação

esportiva, não apenas as torcidas, como nas Copas do Mundo, mas preocupados em como será a segurança, como será o trânsito e o turismo. Isso vai ser bom para o Brasil? Então é a realização desses eventos no Brasil que nos coloca num novo patamar.

Segundo a revista internacional *The Economist*, será em função da Copa, dos Jogos Olímpicos e do Pré-sal que o Brasil marcará sua posição internacional nos próximos 10 anos. E a Copa do Mundo, e mesmo os Jogos Olímpicos, vão mostrar a cara do Brasil ao mundo, como Barcelona fez, como Sidney fez. O Brasil terá a chance de fazer com que o mundo inteiro olhe para ele.

Eu lembro que ontem à tarde, o Ministro do Esporte, Orlando Silva, assinou, junto com a Ministra do Esporte do Reino Unido, Tessa Jowell, um termo de cooperação entre Londres 2012 e Rio 2016. Porque os Jogos Olímpicos se reinventam, e cada edição dos Jogos Olímpicos, ela é melhorada, ela é aperfeiçoada em relação à edição anterior. E realmente eles estavam explicando as tecnologias de Londres 2012. Os resultados que saem após cada competição, após cada evento, aquelas folhinhas que a gente recebe depois dos 100 metros, depois da prova de natação, tudo será via twitter agora. Ou seja, tudo é eletrônico, evitando o gasto de mais papel.

O BNDES no evento ontem já afirmou claramente que os investimentos na construção das arenas da Copa do Mundo de 2014, eles terão o mesmo perfil de financiamento que a construção de uma hidrelétrica, isto é, um perfil de financiamento de 50 anos, condicionado a que sejam ambientalmente sustentáveis. Ou seja, não haverá projeto de financiamento de um dos 12 estádios que receberão a Copa do Mundo de 2014 se ele não for ambientalmente sustentável. Esse impacto, que nós não estamos acostumados com ele, atrasou já um pouco o nosso cronograma inicial da construção das arenas.

Eu aproveito para lembrar a todos os participantes que São Bernardo também contribuiu para estas conquistas brasileiras e megaeventos esportivos. A final do Handebol nos Jogos Sul-americanos foi aqui no ginásio esportivo de São Bernardo – Adib Moisés Dib. Este foi o ginásio que sediou a final do Handebol nos Jogos Sul-americanos, por ser, na época, a única quadra coberta com essa magnitude, nas dimensões oficiais do handebol, aqui na região da Grande São Paulo.

Em função da importância deste momento, a Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer e a Prefeitura de São Bernardo,

junto com a Universidade Metodista, organizaram esse Seminário e convidaram para esta mesa, o professor Me. Jorge Steinhilber, o *professor Dr. Oswaldo Massambani e o deputado Vicente Cândido.*

O professor Jorge Steinhilber possui especialização em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas e mestrado em Ciência da Motricidade Humana pela Universidade Castelo Branco. É professor titular das Faculdades Integradas Maria Tereza, atua principalmente nos segmentos de mercado de trabalho e formação profissional. Ele é o presidente do Conselho Federal de Educação Física desde a regulamentação da nossa profissão e é o presidente da Academia Olímpica Brasileira, que congrega os estudiosos sobre as questões olímpicas.

O professor Pós Doctor Oswaldo Massambini é professor da Universidade de São Paulo. Ele é graduado em Física pela Universidade Presbiteriana McKenzie, foi onde o basquetebol chegou no Brasil. Tem mestrado em Física da Alta Atmosfera no próprio McKenzie; doutorado em Atmosphere Science pela McGill University e pós-doutorado em Censuramento Remoto pelo Grupo de Pesquisa de Teledetecção Ativa do Centro Nacional de Estudos de Telecomunicação do Ceneres (?). Atualmente, é diretor geral da Agência USP de Inovação, que é o órgão da USP responsável pela transferência de conhecimento da Universidade para a sociedade. É também vice-presidente do Centro Incubador de Empresas Tecnológicas, CIETec.

O deputado Vicente Cândido é deputado estadual há dois mandatos pelo PT de São Paulo. Foi vereador e subprefeito na cidade de São Paulo; é presidente da Comissão de Esportes da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo; é vice-presidente da Federação Paulista de Futebol e autor de vários projetos de lei relacionados ao esporte, inclusive o Fundo de Esporte da capital. A capital de São Paulo é uma das poucas cidades que têm um fundo fiscal de incentivo ao esporte, graças à iniciativa do deputado Vicente Cândido.

Passemos a palavra aos nossos convidados!

A OLIMPÍADA E OS IMPACTOS DESEJADOS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER DAS CIDADES BRASILEIRAS: PERSPECTIVAS DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA

Palestrante:

Me. Jorge Steinhilber

Presidente do CONFEF

Presidente da Academia Olímpica Brasileira

Muito obrigado, professor Roberto Gnecco. Agradeço a oportunidade de estar compondo esta mesa, cumprimento os demais integrantes da mesa e a Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo, pela realização desse Seminário, bem como o apoio da Universidade Metodista de São Paulo. Cumprimento o Ministério do Esporte, em especial a Secretária Rejane Penna por essa corajosa iniciativa de dar continuidade a esse trabalho e trazer este tema tão instigante para a nossa reflexão.

Concretamente, desde o ano passado estamos debruçados sobre esses impactos em forma de legados de megaeventos esportivos, quando realizamos, em conjunto com a Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer do Ministério do Esporte, um evento no Rio de Janeiro do qual resultou a publicação do livro de "Legados de megaeventos esportivos".

Legado, de acordo com o dicionário Aurélio, é o valor previamente determinado que alguém deixa a outrem por meio de testamento. Portanto, os legados precisam ser tratados em todas as fases de megaeventos esportivos, desde o planejamento, passando pela execução e articulando os benefícios. Conseqüentemente, é necessário falar em gestão de legado.

Os legados das Olimpíadas transcendem a questão do Esporte. O Comitê Olímpico Internacional propaga a importância do Esporte enquanto fator educacional e promocional de Saúde. Assim, não há como os legados não estarem inseridos nas políticas públicas. A sociedade civil e as entidades são as fiscais das ações governamentais. Assim, temos a obrigação de acompanhar em todas as fases se as gestões dos legados estão inseridas no contexto, em particular, dos legados socioeducacionais.

Portanto, o foco central é no planejamento dos legados. Os impactos são vinculados à intencionalidade e ao planejamento desses legados. Os legados socioeducacionais e culturais dos megaeventos são vistos como intangíveis, por sua característica imaterial. De modo geral, valorizam-se e destacam-se os legados tangíveis. Essa é uma questão visível nas políticas e programas públicos. No entanto, há um legado que precisa ser ressaltado, pois é mais permanente e perene, com repercussão nas próximas gerações. Trata-se do legado socioeducacional, que, por ser intangível, é pouco ressaltado e destacado.

Por exemplo: a educação é propalada como fator principal para o desenvolvimento do país. Em períodos eleitorais, é unanimidade entre os candidatos. Nas políticas públicas, é apontada como essencial. Contudo, na aplicação, nota-se o projeto tangível, qual seja, a construção de escolas, pois isso é visível. Cai no esquecimento a necessidade da valorização dos profissionais com salários dignos e condições de trabalho. Sem bons professores, como se educam as crianças? O país propõe e estimula que sejam criados novos cursos superiores, mas, e a qualidade desses profissionais? O Programa Mais Educação, do Ministério da Educação, é levado a efeito sem se respeitar o direito das crianças a um atendimento qualificado. Mais uma vez caímos no discurso da equidade social, porém com atendimento nas regiões menos favorecidas por pessoas com menos qualificação.

Possivelmente, na área das atividades físicas, este processo esteja sendo revertido, na medida em que o Programa Segundo Tempo, do Ministério do Esporte, está sendo inserido nas escolas em parceria com o Programa Mais Educação. Não nos cabe aqui apresentar críticas a este ou àquele programa, até porque o Mais Educação visa reter as crianças por maior tempo nas escolas, numa escala rumo ao tempo integral. Portanto, significa dizer que é possível e plausível o tempo integral, proposta inserida no Plano Decenal de Educação 2001-2010. Contudo, defendemos que todos têm direito a atendimento qualificado, e não apenas os mais abastados.

Na área das atividades físicas, estamos contribuindo para reverter essa lógica perversa. Introduzimos as políticas públicas nos planos de ações governamentais a prestação de serviços pelos profissionais de Educação Física. Os mais necessitados devem ter os melhores profissionais para atendê-los e orientá-los. Não é porque são carentes que podem ser atendidos por qualquer pessoa ou por qualquer ex-

atleta ou praticante. Nesse sentido, merece a reflexão a respeito dos discursos de que Esporte promove a paz, educação, a formação, a inclusão social, dentre tantos valores creditados ao mesmo. Como o Esporte promove esses valores?

O Esporte não é um fim em si mesmo; requer que seja ensinado. É necessário esclarecer que as atividades do Esporte não promovem milagres, ou seja, não proporcionam a inclusão social, não preservam a saúde nem, muito menos, formam cidadãos, pois são um meio, e não um fim em si mesmos. A prática pela prática pode levar à violência, causar danos – como lesões físicas e psicológicas –, além de outros malefícios. Os benefícios são possibilitados pela prática bem orientada, pela prática dinamizada por possuidores de formação em ensinamentos científicos, pedagógicos, técnicos e éticos, adquiridos nos bancos escolares dos cursos superiores. Essa é a questão crucial que precisa ser compreendida: não é a prática pela prática que leva aos benefícios, que promove saúde, que constrói cidadãos conscientes e críticos, e, sim, a orientação segura, competente, responsável e ética das atividades. Os benefícios abordados são alcançados, sim, quando as atividades são orientadas e organizadas por profissionais de Educação Física. Remédio: remédio cura? Não! Remédio só cura na medida em que a doença tenha sido diagnosticada, o médico tenha prescrito o remédio correto. Aí, evidentemente, o remédio poderá curar.

A atividade física em suas diversas manifestações – esporte, ginástica, dança, ioga, artes marciais, capoeira, musculação, entre outras – é a ferramenta mais adequada para a inclusão social, para a educação e ampliação da cidadania, para a prevenção de doenças e para a promoção da saúde, desde que orientadas por profissionais qualificados. As atividades físicas e o esporte ainda não são encarados como políticas públicas essenciais. Um grande desafio do Estado: transformar o Esporte em Política Pública essencial. A sociedade percebe a necessidade da busca de qualidade de vida e engaja-se nesse processo. Aumenta a cada dia o número de praticantes de atividades físicas, o que pode ser produtivo para o país se as autoridades – o Legislativo, o Judiciário e o Executivo – perceberem os impactos dessas atividades físicas, mormente na sua manifestação esporte, em todos os setores. E, se estiverem atentas para o fato de que, se as atividades não forem conduzidas de forma apropriada, científica, pedagógica, técnica e ética, as mesmas podem causar mais danos e prejuízos ao país do que benefícios. Pelos amplos e irrestritos que os benefícios das atividades físicas representam quando proporcionadas por profissionais de

Educação Física, deveria ser essa uma das prioridades do país, principalmente pelos baixos custos necessários ao seu fomento as elevadas demandas que produz.

Portanto, inseridas nas políticas públicas, e aproveitar as Olimpíadas e os megaeventos como instrumento para disseminar esses valores. Tudo isso tem relação com as Olimpíadas e com os megaeventos que serão realizados no Brasil. O Brasil será palco dos cinco maiores eventos esportivos mundiais, a partir de 2011, quando serão realizados os jogos mundiais militares, no Estado do Rio de Janeiro, em seguida o Brasil sediará a Copa das Confederações, no ano 2013; a Copa Mundial de Futebol em 2014, em 12 cidades brasileiras, culminando com o maior espetáculo da Terra, os Jogos Olímpicos de Verão e os Jogos Paraolímpicos de Verão na cidade do Rio de Janeiro em 2016. Sendo que, para a conquista deste último evento, foi necessário o esforço dos três governos – federal, estadual e municipal – juntamente com o Comitê Olímpico Brasileiro, e um trabalho de anos com um projeto muito bem elaborado para sediar os Jogos.

Novas leis serão criadas. Verbas serão liberadas para a construção de instalações esportivas, além de outras obras. Recursos para segurança, transporte e turismo e outros, relacionados ao compromisso assumido pelo Brasil, para que pudesse ser sede desses importantíssimos eventos. O esporte será o propulsor das políticas de infraestrutura. O Brasil dá mostras de seu potencial econômico e também influência mundial ao conquistar os Jogos e trazer os eventos, a festa, para o nosso país.

No entanto, Brasil Potência Olímpica, o que significa? Também ressurgem o discurso de que a Educação Física Escolar pode ser a solução para a descoberta e formação de atletas e conseqüente conquista de medalhas. Como? Estamos às voltas com um tsunami esportivo no Brasil. O desafio é a reflexão que devemos abraçar e como aproveitar esse tsunami em termos sociais. Como decolar, como surfar nesse tsunami, nesse emaranhado de interesses políticos e econômicos relacionados aos megaeventos? O esporte, a cada dia que passa, ganha mais espaço, importância e relevância. No Brasil, cresce a olhos vistos, tanto no discurso da mídia como em termos de resultado, tanto nos campeonatos mundiais como nos Jogos Olímpicos. No entanto, cabe uma reflexão se estamos dando a devida atenção ao desenvolvimento da Humanidade através do esporte.

Os Jogos Olímpicos idealizados pelo barão de Coubertin tinham como

ponto central as questões relacionadas à Educação, à Paz e à Justiça Social. Não surgiram para a simples exibição de superioridade e performance atlética, mas como um veículo de transformação social e educacional. No entanto, constata-se que a Educação olímpica dos atletas é geralmente vergonhosamente negligenciada pelos responsáveis e atores da área. Escolas, cursos de formação profissional de Educação Física, treinadores etc., enquanto há uma tremenda oportunidade de se agregar, nos treinamentos e nas competições, a Educação Olímpica. Deve-se aproveitar a oportunidade da mobilização da sociedade em torno dos eventos esportivos, da mídia e dos dirigentes esportivos e desenvolver os valores da educação olímpica também no contexto dos legados. Vemos a oportunidade de desenvolver propostas concretas na área da defesa dos valores do Esporte, como forma de transmitir valores sociais em todas as dimensões do esporte. Certamente não se trata de um desafio fácil, pois vai requerer quebras de paradigmas e mudanças culturais, o que não ocorre de uma hora para outra.

No entanto, o Brasil, e todos os megaeventos ao longo dos próximos anos, não pode perder a oportunidade de tratar com seriedade do assunto, vez que, ao longo desse tempo, é possível plantar semente fértil, e ser o Brasil mais uma vez exemplo para o mundo. Unesco, ONU, Comitê Olímpico Internacional e outras agências especializadas que atuam na promoção do desenvolvimento humano pelo esporte consideram o papel do esporte e da Educação Física para as políticas públicas como um meio de promover a educação, a saúde e o desenvolvimento da paz. Trata-se de aproveitar os espetáculos, o interesse populacional aos eventos e elaborar plano de ações e estratégias que possibilite, desde já, despontarem os legados socioeducacionais.

Os megaeventos são, na verdade, verdadeira festa esportiva, que deve atender aos anseios e necessidades da população, e não apenas aos atletas competidores. Uma política com plano de legados socioeducacionais para os Jogos Olímpicos e demais megaeventos passará pelas escolas, praças, políticas públicas, requerendo esforço de diversos atores e poderes públicos na consecução de seus objetivos, razão pela qual se deve realizar seminário o mais rapidamente possível para iniciar esse processo.

Percebe-se que a maioria das pessoas vê o esporte como uma competição ou como um evento competitivo, centrados apenas na

questão específica daquele momento, da disputa que enaltece o vencedor. Infelizmente chegamos ao patamar equivocadamente de que segundo lugar é o que perdeu a medalha de ouro, e não o que conquistou a segunda posição mundial. Não poucos desdenharam medalhas de bronze, o que demonstra falta de educação olímpica, e falta de preparo nas bases para a questão dos valores educacionais do esporte.

São essas questões que temos que estar atentos e difundindo para todos os quadrantes, inserindo nas políticas públicas municipais, estaduais e nacionais, a questão do Esporte como fator de desenvolvimento educacional e cultural. Devemos lembrar e identificar que o Esporte é muito mais do que competição. Precisamos iniciar uma revolução ética para reverter algumas práticas e retomar os valores. Precisamos impedir que o esporte seja conduzido com a mesma malícia que vemos na área educacional. Devemos impedir que o esporte se transforme em manipulação política e orientações inadequadas, em deseducação da cidadania e, principalmente, em atividades nocivas para as crianças, seja fisicamente, moralmente ou socialmente. O esporte é reconhecido como atividade que atrai as pessoas, além de ser necessário e reconhecido como possível promotor de saúde, com impacto na mídia e na sociedade. Prefeituras, ONGs, governos oferecem e divulgam, a cada dia que passa, projetos de atividades físicas e esportivas para jovens e idosos, bem como a criação de centros olímpicos ou construção de áreas esportivas.

Contudo precisamos refletir sobre os objetivos dessas ofertas e divulgações. Objetivo político? Difusão da imagem da Prefeitura ou governo, ou mesmo algum político? Objetivo comercial, financeiro, econômico, ou aferir lucro com as escolinhas? Objetivo de atrair patrocinadores e, desta forma, obter lucro? Atletas que atingem o patamar de alto rendimento são mercadorias e investimento. Procuradores de jogadores, empresas donas dos atletas, confederações e federações, clubes e patrocinadores têm lucrado muito com o investimento dessa mercadoria: atleta. Sim, nós temos banana. A venda de jogadores de futebol para o exterior tem sido mais rentável para o Brasil do que a exportação de frutas.

Os megaeventos atrairão a atenção da sociedade, da mídia, e devem ser uma medida de encorajamento e incentivo ao jovem da prática de exercícios físicos e esportivos. E a ensiná-los valores. Esporte ajuda as pessoas, especialmente os jovens, a escapar do cotidiano, a respeitar uns aos outros e a aprender que regras existem e como é

importante respeitá-las. Trata-se da compreensão de que um programa de educação olímpica utiliza esportes e valores no sentido de ensinar valores da vida e habilidades. Contudo, é necessário que todos estejam alertas de que isso não acontece apenas pela prática ou por assistir Jogos. Necessário que seja divulgado, que seja ensinado, que os valores sejam orientados para que sejam incorporados como valores da vida de cada um.

Aproveitar a mobilização em torno dos megaeventos e promover programas baseados nos valores olímpicos pode ajudar a transcender e diminuir diferenças, focando na aspiração comum que todos nós temos para o bem estar de nossa juventude e sociedade. Queremos uma sociedade fisicamente ativa e saudável, que jogue e viva de forma limpa e ética, que respeite uns aos outros e que cada um se torne o melhor que puderem. Valor é a palavra de ordem, e sua inclusão nas agendas, imperiosa. No ano de 2009, houve uma pesquisa denominada Brasil Ponto a Ponto, indagando o que precisa mudar no Brasil para sua vida melhorar de verdade. Após pesquisar meio milhão de pessoas, foi eleita como primeira colocada a Educação. Por um Brasil de Valor. Esse é o cartaz. O maior desejo dos brasileiros para o Ano Novo não é mais dinheiro, são mais valores. O Mostre o Seu Valor é uma campanha promovida pelo PNUD e seus parceiros para a promoção de valores da vida. A escolha de valores da vida surgiu após a campanha Brasil Ponto a Ponto. Portanto, o objetivo é os valores da vida, sendo valores humanos quando praticados, tais como respeito, responsabilidade, tolerância, convivência pacífica, entre outros.

No Brasil, a prática esportiva é um direito de cada cidadão. Segundo o artigo 217: “É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, como os direitos de cada um”. Pensamos e identificamos que os legados relacionados à infra-estrutura, segurança, ao turismo, ao desenvolvimento econômico, ao treinamento de atletas visando resultados esportivos; as construções de arenas, campos e locais para competições estão sendo ressaltados e divulgados. Porém, quanto aos legados socioeducacionais, ainda é incipiente. Portanto, devemos inserir na agenda este tema de suma importância: devemos aproveitar o tsunami esportivo e abordar o tema e fazer com que o mesmo não fique em segundo plano – ou seja, considerado como secundário.

Estamos insistindo na questão dos legados socioeducacionais, nos valores esportivos e na educação olímpica. É o momento oportuno para inserir na agenda as discussões de políticas públicas. Pois estamos em ano eleitoral. Portanto, precisamos inserir nas políticas

dos partidos e candidatos os valores dos legados socioeducacionais. Esse ano será elaborado o Plano Decenal de Educação 2011-2020. Portanto, precisamos inserir neste contexto a Educação Olímpica. Esse é o ano está da 3ª Conferência Nacional de Esporte. Portanto, outra oportunidade de apontar a importância dos legados socioeducacionais. Acreditamos que a Educação Olímpica deva ser, desde já, imediatamente implantada como política de Estado, aproveitando o tsunami esportivo que já está à nossa porta.

Dado o fato de que este Seminário está sendo uma conferência livre da 3ª Conferência Nacional de Esporte, queremos deixar registrados os três pontos cruciais relativos ao texto-base da 3ª Conferência. A linha estratégia sete refere-se ao futebol. No entanto, quando identificamos as ações e as metas, identificamos que elas não estão condicionadas ou reportadas apenas ao futebol. Efetivamente implantar uma política nacional de segurança e prevenção não seria apenas ao futebol, e, sim, a todos os esportes que estão sendo realizados no nosso país.

Propomos substituir efetivamente o futebol por esporte. Sem dúvida nenhuma é um absurdo privilegiar apenas um esporte, principalmente levando-se em conta que as metas e ações propostas que são comuns a todos os esportes. Dessa forma, propomos que a linha estratégica seja o esporte, e devem-se inserir nas metas alguns tópicos pertinentes ao esporte profissional.

Outro ponto que nos despertou a atenção localiza-se na linha estratégica seis – o Esporte de Alto Rendimento. Primeiro por dar a impressão de que a estratégia do Ministério do Esporte seja a de estatizar o esporte de alto rendimento. Segundo, por insistir em Potência Olímpica, Potência Esportiva, sem definir o seu significado. A questão da estatização consta na ação três: criação de uma instituição pública para a gestão do esporte de rendimento. Qual o objetivo de se criar uma instituição para a implantação e gestão na rede nacional de treinamento? Portanto, propomos substituir por: ampliar as funções da Secretaria Nacional de Alto Rendimento do Ministério, que já existe, objetivando que a mesma atue como agência reguladora do alto rendimento. A questão a potência consta na ação um: promoção do esporte de rendimento para projetar o Brasil como Potência Esportiva mundial, sendo que a meta é ficar entre os dez melhores colocados nas Olimpíadas do Rio em 2016. O que isso significa? Seguir o modelo adotado pela mídia de classificação por medalha de ouro, o que é um

absurdo, vez que não é esse o espírito nem o princípio dos Jogos Olímpicos? Adotar outro modelo, somando-se as medalhas de ouro, prata e bronze obtidas por modalidades esportivas? Ou criar e convencer a mídia a adotar um modelo mais democrático valorizando todas as medalhas distribuídas, ou seja, somatório de todas as medalhas – ouro, prata e bronze – igualando, assim, os esportes individuais aos coletivos, o que merece uma reflexão específica, considerando-se o espírito olímpico.

Qual o significado de melhores colocados nas Olimpíadas? O que é ser Potência Olímpica? Defendemos que se deve proceder a um fórum específico para tratar desse assunto. Debater a diferença entre Potência Olímpica e Potência Esportiva. Debater como identificar esse resultado, vez que hoje a mídia é que estabelece o ranqueamento por obtenção de medalhas de ouro. Não existe, nem por parte do Comitê Olímpico Internacional, nem por parte do Comitê Olímpico Brasileiro, a questão do ranqueamento de países. Mas será essa a melhor forma de estabelecer uma potência esportiva? Pensamos que se deva discutir se potência esportiva deva ser através do somatório de todas as medalhas por modalidade – ouro, prata e bronze – e, mais ainda, por medalhas distribuídas, vez que hoje a mídia estabelece peso diferente para modalidades individuais e coletivas.

Finalizando, ninguém nasce sabendo esporte ou praticando esporte. O esporte tem que ser aprendido, requer seja ensinado, orientado, dinamizado e treinado. O agente transformador, o agente criador e o agente dinamizador é o homem. Portanto, para que exista aprendizado e apreensão de valores, é indispensável que exista orientação devida e adequada que proporciona os benefícios do Esporte. A Educação Olímpica, conforme a secretária Regiane já se manifestou ontem, pode contribuir para a construção de um mundo melhor, mais pacífico e saudável, desde que a mesma seja orientada para tal.

Muito obrigado.

A OLIMPIÁDA E OS IMPACTOS DESEJADOS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER DAS CIDADES BRASILEIRAS: PERSPECTIVAS DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA

Palestrante:

Pós Doctor Oswaldo Massambani

Coordenador da Agência USP de Inovação

Cumprimentando a todos e a todas, eu queria primeiro agradecer à Rejane a oportunidade de estar aqui e agradecer ao Tadeu, pela oportunidade de estar nesse município para essa reunião. Saúdo o professor Gnecco, pelo seu importante papel no Ministério de Esporte, e aos meus companheiros de mesa o presidente do CONFEF, Jorge Steinhilber e o deputado Vicente Cândido.

Na realidade, vou falar de uma outra modalidade. Quero trazer para vocês um pouco da experiência que nós tivemos, eu e um grupo de 12 alunos da USP, numa competição internacional de plano de negócio, envolvendo uma Universidade dos Estados Unidos em Illinois, Urbana-Champaign, uma Universidade de Hong Kong, uma Universidade da Coréia, uma Universidade do Japão e uma Universidade de Londres, onde nós nos reunimos para discutir a sustentabilidade da Olimpíada 2012, de Londres. De modo que, o que trago para esse debate na realidade tem a ver mais com o contexto da criação de emprego e criação de riqueza na nação. Apoio-me um pouco nessa reflexão sobre o que fizemos em Londres no começo deste ano, com os nossos estudantes internacionais e trato, na realidade, do benefício de estarmos num ambiente de megaevento.

Tanto a Copa do Mundo de Futebol quanto a Olimpíada são oportunidades para tudo, na realidade. Oportunidade para criar riqueza, oportunidade para criar desenvolvimento social e econômico. E eu queria, na minha breve fala, trazer para os senhores o que eu penso sobre esta oportunidade importante, talvez única para a nação, de aproveitarmos dessa subida do desenvolvimento econômico e social que o país ganhou nesses últimos anos e que faz o Brasil ter perspectiva de ser uma das maiores nações do mundo num futuro muito próximo. Para isso, nós temos uma economia que já está muito melhor, nós

temos um sistema de ciência e tecnologia robusto, temos uma sociedade de brasileiros e brasileiras muito dinâmica, muito séria e muito comprometida com a nação. Nós temos a bênção de estarmos, no Hemisfério Sul, numa região protegida de fenômenos, de desastres *significativos, de modo que nós somos um país abençoado por Deus*. E nesse momento de desenvolvimento econômico, temos, de fato, um papel a zelar. A classe política, evidentemente, o Legislativo e o Executivo cuidam da nação como um todo, trabalhando para o desenvolvimento socioeconômico da nação, com uma educação muito forte, com políticas públicas muito robustas, no sentido de fazer com que a nação se desenvolva na direção que nós estamos querendo que caminhe sempre.

De modo que, na minha fala, eu quero abordar inovação, sustentabilidade e do legado duradouro. Esse aspecto é tratado com importância dentro do contexto das ações na Inglaterra associadas ao London 2012. O governo apoiou a iniciativa de um grupo de universidades reunirem jovens de graduação, das áreas de Engenharia, Administração de Empresas e área de Gestão de Meio Ambiente, para *pensar London e Olimpíada 2012, em Londres 2010*. Tivemos, no começo do ano, uma reunião com 12 estudantes dos Estados Unidos, 12 da USP - que selecionamos nas escolas de Engenharia: Escola Politécnica, Escola de Engenharia de São Carlos, FEA de São Paulo, FEA de Ribeirão Preto, Gestão Ambiental da USP-Leste, Gestão Ambiental da ESAUC. Nossa meta foi fazer um exercício de pensamento sobre as Olimpíadas de 2012 em Londres. E, nesse sentido, fizemos um esforço internacional de levar gente com um bom capital intelectual para olhar os aspectos da Olimpíada e pensar em desenvolvimento de negócios. Nós estávamos olhando para desenvolvimento de negócios na Olimpíada, apoiados pela administração da cidade de Londres. Gestores da administração direta do município estiveram presentes conosco, gente do venture capital e do private equity, investidores estiveram conosco para avaliar os projetos que os alunos desenvolveram olhando para a Olimpíada. E eu quero, nessa panorâmica, mostrar os projetos que foram desenvolvidos por alunos brasileiros, americanos, coreanos, japoneses e chineses de Hong Kong, *pensando no negócio da Olimpíada*.

Com isso, eu quero mencionar a importância das políticas públicas *com a visão de futuro, visão de estar na frente, atenta aos megaeventos* que vêm aqui, principalmente as Olimpíadas de 2016. Temos que pensar, hoje, o que nós temos que fazer hoje, porque é assim que a

gente consegue transformar desenvolvimento socioeconômico numa oportunidade de um megaevento, numa oportunidade onde nós vamos atrair recursos financeiros do mundo, nós vamos atrair empresários, nós vamos trazer o capital econômico. Mas nós precisamos valorizar o capital intelectual que está dentro das nossas universidades, o nosso capital intelectual que está entre nós, e para isso precisamos de política, governança e direcionamento nesse processo.

Quanto ao evento que nós fizemos em Londres, só para contextualizar, tivemos o apoio da Prefeitura do Município de São Paulo, que foi um parceiro desde o início, estimulando esse processo e querendo trazer esse esforço como o estudo de desenvolvimento de projetos para São Paulo e para as questões que dizem respeito a negócios na Olimpíada.

Em particular, foi uma oportunidade muito rica para os nossos estudantes. Estivemos imersos com toda a equipe técnica que elaborou o projeto do Leste de Londres. De modo que nos ofereceram exposições dos engenheiros que projetaram e desenvolveram tanto as pré-propostas como o projeto final de instalação do parque e de todas as áreas do Leste de Londres, reconstruídas para as Olimpíadas. Áreas que estão tendo uma intervenção significativa do ponto de vista de reforma. Quer dizer, estão mudando o lay-out, aproveitando o rio e aspectos importantes de engenharia construtiva para o desenvolvimento desse negócio, pensando na logística e no que vem depois, no legado que vai ficar para essa região, os benefícios para a comunidade local e para os negócios em Londres.

O estádio olímpico tem peculiaridades muito curiosas, porque ele aproveita uma topografia com um buraco importante e é construído ali. A parte superior é onde estarão as arquibancadas, que serão retiradas no dia seguinte após a Olimpíada. Ou seja, tem um grande investimento de recursos colocados nesse processo para atender ao megaevento e, depois da Olimpíada, isso vai ser desmontado. Na verdade é uma estrutura em aço, que será desmontada porque ela não terá mais utilidade no dia-a-dia da vida de Londres, na atividade esportiva que poderia usá-la. Então, ela é feita basicamente para atender esse megaevento. Assim, são investimentos cujo benefício e custos são enfrentados por uma estratégia dessa forma. De modo que essa equipe de engenheiros, gente com muita qualificação e, evidentemente, com uma relação muito importante entre o negócio que foi feito em Londres e o que se vai fazer aqui, e muita tecnologia sendo compartilhada nesse processo.

Os 12 alunos da Poli, alunos brilhantes, são fluentes em inglês, alunos exemplares, cuja participação na competição internacional elevou muito o nível da competição, mostrando que nós temos condição de fazer aqui o que é feito no nível internacional. Eu estava comentava com o Gnecco que, na realidade nós devíamos, e aí o deputado Vicente Cândido certamente podia aproveitar esse processo para que a gente construísse uma relação com a universidade a ponto de trazer a intelectualidade jovem para pensar tecnologias que pudessem contribuir com o desenvolvimento de negócios associados aos megaeventos realizados no Brasil.

O estádio olímpico de Londres, que conhecemos na primeira semana de janeiro deste ano, está em construção, mas já deixa claro que a obra é uma intervenção absolutamente gigante dentro da parte Leste de Londres.

Nossos alunos trabalharam com as equipes multinacionais, o que também é importante e estamos discutimos para que possamos ter todas essas equipes se reunindo em 2011 em São Paulo. São Paulo irá sediar um evento grande do C-40, que é promovido pela Fundação Clinton, e nós provavelmente estaremos desenvolvendo um esforço dessa natureza em São Paulo neste momento.

Rapidamente, apresento as tecnologias que foram desenvolvidas por essas equipes.

“Green network” é uma tecnologia de plano de negócios. Foi projetada uma empresa, avalizado pelos pesquisadores, gente do Governo e do Capital. “Green Network”, na realidade, é um sistema operacional para reduzir resíduos na cidade, aumentar a cultura da reciclagem, aumentar o processo de utilização e minimização de resíduos dentro da Olimpíada. Esse é um projeto muito importante, que foi desenvolvido nesse contexto de um esforço reflexivo sobre sustentabilidade de uma Olimpíada, que é um evento que envolve muita gente, muito resíduo, muito gasto de recursos naturais.

“Olimpíada Paperless”. A quantidade de papel que se produz numa Olimpíada é um algo absurdamente gigantesco. De modo que, focando os sistemas de plataformas de telefonia, aqui foi desenvolvido um projeto para que toda informação para o participante da Olimpíada estivesse dentro de plataformas de telefonia celular. Ou seja, o indivíduo com blackberry ou um i-iphone, tem toda a informação da Olimpíada como resultados, informações dos Jogos, enfim, informações de toda

essa atividade, que é gerada geralmente em papel e se acumula desde o aeroporto até o local das atividades específicas da Olimpíada. Para que isso possa ser minimizado esse projeto foi criado.

“Live Well” é um projeto também com uma natureza de orientação dos turistas, de informação de onde, por exemplo, é que tem restaurantes, de que tipo de restaurante. Ele aponta, acoplado com GPS, onde é que o indivíduo pode encontrar oportunidades que se adequem aos seus interesses. Ou seja, torna tecnologia da informação e comunicação uma ferramenta poderosa para minimizar impacto nos recursos naturais.

“Híbrido Green Charger” trata-se de um sistema de carregamento de bateria de celular – quem viaja muito sabe que você chega no aeroporto, cada um tem o seu computador e fica procurando onde tem uma tomada. A gente é viciado em corrente elétrica, não é mesmo? Aqui o problema era desenvolver um carregador que possa ser usado com célula solar, fotoelétrica; que possa ser carregado na bicicleta – ele realimenta a energia de um dínamo e joga no seu celular –, e mesmo no caminhar: tem um dispositivo que envia essa energia para o celular. Ou seja: desenvolvemos novos negócios a partir da demanda de consumo de energia.

“Simple Purê”. Aqui há um problema também que é muito grave nas grandes aglomerações, que é a questão do uso da água. Você usa os copinhos e garrafas de plástico e depois os jogam fora. Aqui foi desenvolvida uma garrafa que tem uma propriedade de você reciclar, mesmo porque, na Inglaterra, você toma água da pia, de qualquer lugar. Se você estiver no hotel, você pode tomar água, que é água limpa. Esse projeto é um sistema que tem múltiplo espectro, e inclusive pode trabalhar com água não purificada. Ou seja, ele tem um purificador na garrafa. Isso é um pouco de tecnologia que é dominada, sobretudo, pelos exércitos americano e britânico, que podem pegar uma garrafa, aonde estiver, pega qualquer água e dá uma chacoalhada e toma água potável. Esse projeto considera um pouco o princípio de que devemos evitar a produção de garrafas, que são um problema nos grandes eventos.

“G4S” é um sistema biodegradável, uma máquina, um sistema para geração de gás natural a partir de resíduos de comida. A quantidade de comida que gera nesses eventos é significativa. Portanto, aqui foi feita uma reflexão de como você constrói um equipamento biodegradável para gerar energia, gerar gás com o qual você usa para produzir energia. Ou seja, soluções de aproveitamento a partir de resíduos alimentares.

Para concluir, eu quero destacar que essas três dimensões - a inovação, a sustentabilidade e o legado duradouro - têm que estar no núcleo central desse negócio. No campo da inovação tecnológica estamos discutindo na universidade, com parceiros em São Paulo, o que podemos estimular na indústria de tecnologia da informação e da comunicação para desenvolvimento de novos negócios para os brasileiros. Quer dizer, discutimos articulações da indústria, empresas de serviços, e serviços desenvolvidos de inovação tecnológica baseada nessas plataformas.

Precisamos também aproveitar para que os megaeventos sejam exemplares em termos de sustentabilidade. O mundo é um mundo que caminha para a sustentabilidade. A sustentabilidade está na agenda mundial, tem que estar na agenda dos governos em todos os níveis, tem que estar minha e na sua agenda. De modo que sustentabilidade é algo que tem que estar no foco e isso tudo tem que estar articulado no legado duradouro. O legado tem que ser, na realidade, voltado para a Educação, para a valorização da capacidade do capital intelectual brasileiro, para maximizar os benefícios econômicos e fazer com que Brasil, em 2016, seja um ponto de inflexão para o desenvolvimento socioeconômico da nação.

Este é o plano de ação do “Legacy Action Plan” dos ingleses.

Eles consideram a Inglaterra como o “World Leading Sportin Nation”. Hoje nós estamos discutindo um projeto de cooperação entre a USP e a Universidade de Surrey, no Sul da Inglaterra, junto a Londres, para criarmos um diferencial de esportes, porque a Inglaterra está, atualmente, com foco no esporte. O foco, qual é? É um legacy. O legado tem que ser o melhor. É esporte de alto rendimento, para ganhar medalha, vencer, estar no topo. Esse é um foco que, certamente, o Ministério está cuidando. Esse plano foi construído em 2007, para que, a partir de 2012, ele faça a Inglaterra ser um líder mundial no esporte.

Outro desafio: transformar o coração da região Leste de Londres, East London onde está a Olimpíada - e eles vão transformar tudo! É um negócio de bruto impacto urbano.

Mais um desafio: fazer que a geração jovem tenha uma perspectiva de futuro muito mais energética, muito mais ousada, para inspirá-los, tanto na questão do esporte, da saúde, da prática, como também no negócio, nas tecnologias que vêm junto a ele. Fazer o Parque Olímpico, o Blue Print para Sustainable Living. Na verdade eles querem fazer esse Parque Olímpico ser um exemplo de sustentabilidade, um footprint

absolutamente adequado como um exemplo de práticas de sustentabilidade. Isso certamente tem que ser uma meta nossa também.

E demonstrar que a Inglaterra é criativa, inclusiva, e um lugar que dá boas-vindas a qualquer um, aos turistas e aos negócios.

É isso que a gente tem que fazer com o Brasil na Copa e Olimpíada. Na medida em que nos colocamos esses objetivos como nação, como meta a alcançar, nós conseguimos, pois temos os meios para fazer. Os megaeventos esportivos são mesmo oportunidades importantes de desenvolvimento!

Muito obrigado.

A OLIMPÍADA E OS IMPACTOS DESEJADOS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER DAS CIDADES BRASILEIRAS: PERSPECTIVAS DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA

Palestrante:

Vicente Cândido

Deputado Estadual São Paulo

Presidente da Comissão de Esporte da Assembléia
Legislativa de São Paulo

Cumprimento às senhoras e aos senhores, aos professores participantes desta mesa. Eu quero destacar aqui a presença do nosso anfitrião Ferrarezi, que é o nosso Secretário de Esportes deste município. Agradeço o convite dos organizadores.

Muito me alegra ver as universidades envolvidas nesse debate, colocando as inteligências ali produzidas em prol das políticas públicas. Isso não é muito comum nas nossas universidades brasileiras. Mas destaco as duas aqui representadas, em especial a USP, que tem estado muito presente na Assembleia, junto à Comissão de Esportes, colaborando, produzindo conhecimento, colocando à disposição a militância dos preocupados com políticas públicas, sobretudo nessa área. Acho que no dia em que as universidades se derem conta de que o que está ali produzido deve estar à disposição da sociedade, nós vamos melhorar muito a nossa qualidade da feitura das políticas públicas em todos os níveis.

Eu, professor Oswaldo, quando fui presidente do PT, do Partido dos Trabalhadores da capital, incentivei e ajudei a criar o Instituto Florestan Fernandes. E, investigando a vida do Florestan Fernandes para fazer uma homenagem a ele, descobri que ele já havia proposto, na década de 1940, acho que exatamente em 1940, que a USP adotasse a cidade de São Paulo como laboratório de políticas públicas. Certamente não deve ter sido ouvido, porque isso não aconteceu de verdade. Mas temos aí o esforço dos contemporâneos recentes, dos abnegados por essa evolução de políticas públicas.

Em relação ao tema colocado para essa mesa, eu já destacaria dois

legados que nós já podemos dizer que já são certos pelos eventos Copa do Mundo de Futebol e Olimpíadas.

O primeiro deles é a sensibilização que já ocasionou na sociedade brasileira o tema que está na pauta. Já tem uma camisa de força de toda a sociedade de que precisamos discutir o esporte. Não só até 2016, mas certamente essa discussão perdurará por mais algum período.

O outro legado que também acho que é incontroverso é a infra-estrutura a ser produzida. Se vai ser o suficiente, se vai ser feita dentro do planejamento adequado, aí vai depender muito dos gestores de agora para frente. Mas certamente teremos uma infra-estrutura colocada, já tem dinheiro à disposição, como o professor José Roberto estava dizendo, do BNDES. Tudo isso é muito novo e muito ousado para construir equipamentos esportivos. Então, o dinheiro estar à disposição, ter lá as regras e os programas à disposição, já é um grande avanço.

Mas, acho que pelo conteúdo, pelo propósito deste Seminário, eu tenho também provocado muito esse debate na Assembleia de São Paulo, como presidente da Comissão. Recentemente fizemos lá o Seminário sobre a Copa do Mundo, com a participação de muitos dos senhores aqui presentes, exatamente para debater e sensibilizar sobre o maior legado que nós podemos deixar com a passagem das Olimpíadas aqui no Brasil em 2016, que é a construção de políticas públicas, é a prática cotidiana dos nossos governantes, dos nossos gestores, dos nossos legisladores na produção das políticas públicas. Aqui já foi citado, já foi apresentadas algumas cidades que são exemplares nessa matéria, mas têm muitas no mundo, inclusive a minha querida Cuba, lá no Parque para o Panamericano de 1992, que estão lá muitas abandonadas, e todo mundo sabe do empenho, do investimento que Cuba faz ao esporte. Culturalmente talvez até se justifique um pouco, porque Cuba nunca se preocupou muito com o arsenal de infraestrutura. Nós fomos lá em 2000, a primeira vez que fui a Cuba, junto com o atual presidente Lula, e nós fomos no grande Centro Olímpico de Cuba, o Centro de Excelência de Cuba é um CDM natural, como qualquer CDM organizado aqui do Brasil, de São Paulo. Então acho que fazer toda aquela infraestrutura para receber o Panamericano não era muito do perfil dos cubanos, eles não ligam muito, mas também não deixa de ser um descuido do uso mais adequado dos equipamentos.

Essa é uma discussão que nós provocamos também em virtude do nosso Seminário sobre a Copa do Mundo: o que é mais importante

aqui? O que nós temos que permear até 2014 e 2016 e dar continuidade a essa preocupação?

Eu pergunto sempre nesses eventos, seminários que se fazem pelo Brasil afora, pelas cidades brasileiras, sempre falta um ente importante, uma instituição importante nesse debate. Eu até queria perguntar se tem algum vereador aqui presente, ou se participou nesses dias algum vereador, aqui. Alguém sabe? Alguém registrou a presença de algum vereador, ou algum outro parlamentar, deputado federal ou estadual? Eu acho que não. E isso é muito comum. Por exemplo, às vezes eu vou falar nas câmaras municipais de esporte, e nem lá os vereadores participam dos eventos. Às vezes organizam, seus assessores organizam, a sociedade organiza, mas é difícil ter ali presente, ter posição, ter a opinião de parlamentares. Não só de vereadores, mas estou falando dos três entes federativos. Nós não estamos vendo, por exemplo, o Congresso Nacional debruçado sobre essa matéria.

Aliás, estão na pauta do Congresso Nacional algumas deliberações importantes, como por exemplo, a alteração da Lei Pelé, que é conclamada por muitos, como polêmica e que também não anda. As iniciativas para produção de políticas públicas no Congresso Nacional hoje são advindas apenas do Executivo. A gente não está vendo iniciativa do Legislativo, e num momento importante. Programas nacionais, os eventos são nacionais, internacionais, então o Congresso Nacional deveria estar um pouco mais inserido nesse processo, como assembleias do Brasil inteiro. E estamos aí tentando inserir a Assembleia de São Paulo nesse contexto. Por que isso?

Porque ou a gente quebra os nossos velhos paradigmas, as nossas velhas culturas conservadoras, ou, então, nós vamos incorrer no erro, no risco de deixar apenas o legado do estádio, dos equipamentos, da infra-estrutura. A infra-estrutura, no geral, o Brasil precisa fazer independente dos eventos. A linha de crédito que o BNDS abriu para a Rede Hoteleira, por exemplo, pela primeira vez, ela é necessária independente dos eventos. Que se o Brasil cresce 3, 4, 5%, ao ano, 6%, como está previsto esse ano, nos próximos 4 ou 5 anos essa infra-estrutura é necessário, como é necessário metrô, já estamos atrasados nesse cronograma há muitos anos.

Mas o que mais me preocupa é exatamente a infra-estrutura esportiva. Que vai ser feita, tem que ser feita, e depois o que vai acontecer com isso. É só dar uma passeada pelo interior do Estado de São Paulo, para não dizer pelo Brasil afora. Nós temos cidades aqui no Brasil,

aqui em São Paulo, que têm 60 mil habitantes e têm um estádio que cabem 40 mil pessoas. O estádio, quando foi feito, na década de 1960 cabiam duas cidades dentro dele. E esse estádio nunca recepcionou um evento com mais de 5 mil pessoas. Então para perceber o quanto de dinheiro nós jogamos fora, sempre em prol das políticas públicas para o esporte. Então é essa a grande preocupação: quanto desperdício nós fizemos.

E ganhamos Copa do Mundo de Futebol. Às vezes até o pouquíssimo empenho do poder público brasileiro nas Olimpíadas, até que a gente vai razoavelmente bem. Porque os nossos atletas, vitoriosos nas Olimpíadas, nossas delegações, pelos dados, por exemplo, da cidade de São Paulo, que é uma cidade que devia ser exemplar – pelo orçamento, pela pujança econômica, pela importância social dela, 85% dos atletas são enviados pela iniciativa privada, pelos clubes, pelos patrocinadores. Apenas 7%, não chegam a ser os 15% para complementar os 100%, vêm de incentivo público, de produção de políticas públicas nos equipamentos públicos. Até porque, quando o garoto ou garota se projeta, a iniciativa privada vai lá e pega. Porque nós não temos política de continuidade, está aqui a proposta lida ali pelo professor Jorge, ter um ente estatal que também dê conta disso. Eu acho que o papel do estatal aqui é exatamente democratizar, é exatamente possibilitar que todos que queiram fazer esporte, independente de querer ser atleta ou não, terá esse direito sagrado e consagrado na Constituição Brasileira de 1988. Mas também não pode deixar só para a iniciativa privada, porque nem sempre o mercado dá conta de produzir essa ou aquela modalidade, de investir nesse ou naquele atleta que gostaria de ser um campeão, poderia ser um campeão e acaba não tendo a oportunidade.

Então fizemos um debate agora na quarta-feira com a Paula, para a Paula ir colocando os dados lá para nós. E alguns deputados e alguns membros participantes da comissão do debate cobrando que, para complementar a capacidade plena do Centro Olímpico de São Paulo, precisaria ter investidores, patrocinadores. Eu digo exatamente o contrário. Para complementar a plena atividade da capacidade do Centro Olímpico, precisa ter verba pública. Precisa ter mais investimentos públicos, porque lá faltam exatamente funcionários capacitados. É exatamente complementar o quadro de funcionários. Porque a iniciativa privada, pelos dados colocados na cidade de São Paulo, está até surpreendendo e superando a deficiência que tem na falta de políticas públicas aí dos vários governos.

Então, acho que o nosso grande empenho aqui, dos gestores, intelectuais, militantes aqui presentes, porque nós vamos fazer o debate pelo Brasil afora nesse período, é sensibilizar, sobretudo o Poder Legislativo, que poucas vezes usa da sua competência real, constitucional, para produzir políticas públicas, para construir agendas propositivas, que olhem com mais detalhes essa questão. Os prefeitos, governador, presidente mandam a peça orçamentária até dia 30 de setembro para cada legislativo. Na Assembleia de São Paulo ultimamente até que estamos tendo bastantes debates, emendas, projetos. Mas é comum, pelo parlamento do Brasil afora, o orçamento não receber nenhuma emenda sobre esportes, sobre cultura, é sempre sobre aquelas pastas que têm menos de um por cento no orçamento. Saúde, Educação, Transporte, Infra-estrutura, são mil emendas cada área.

Agora, para essas áreas que nós julgamos aqui importantes, estratégicas, para a construção da cidadania, para a integração da sociedade, e até para os negócios, como foi demonstrado aqui, para as Olimpíadas de Londres, nós não vimos aqui nenhuma sensibilização, nenhuma iniciativa desses que têm autorização constitucional de dar a última palavra numa peça orçamentária, que é o produto mais importante produzido pelo parlamento. Às vezes por pressão do Executivo, às vezes por submissão, ou seja, tem vários motivos. E não basta ter tido apoio do eleitorado, da torcida organizada, desse ou daquele setor, daquela confederação. Eu sempre cito um exemplo: na gestão da Luiza Erundina, nós tivemos, na Câmara Municipal, em 53 vereadores, 8 vereadores oriundos do Esporte – principalmente do futebol, mas tinha cronista esportivo, ex-atleta, professor, gestor. Nós tínhamos lá Juarez Soares, Zé Maria, Biro-biro, Walter Abraão. Éramos oito, grupo bastante completo em termos de espectro do setor do esporte. E nem por isso a cidade de São Paulo saiu daquela legislatura dotada de Políticas Públicas do Esporte.

Então não basta apenas gostar do setor, não basta apenas amar o setor, porque aí tem um problema que é anterior a isso, que são os próprios eleitores. Somos nós que somos dirigentes, que somos militantes; que são as entidades que apoiam, que dão espaço, que promovem o debate. Que, na maioria das vezes, somos pouco exigentes. Dificilmente a gente vê aqui, numa reunião de correligionários, de militantes, de plenárias, que vai lá, que abraça um candidato, que organiza apoio, você exigir: olha, tá bom, nós estamos te apoiando, mas nós queremos que você defenda esse ou aquele

projeto num possível mandato teu dentro do parlamento. Nós queremos que, na peça orçamentária, você faça esse debate e faça pelo menos essa emenda, que vai dirigir recursos para esse ou aquele programa. Então, acho que tem um problema mais estrutural, que é da própria sociedade. Não dá para culpar só os eleitos, que os eleitos também são frutos da nossa cultura social, do nosso acúmulo social e político, que a gente constrói no dia-a-dia. Dessa forma, e com essas preocupações, é por isso que seminários como esse, com envolvimento de entidades, prefeituras, universidades, vai ter importância cada vez maior nesse processo agora, no dia-a-dia, no decorrer da organização desses eventos, da Copa do Mundo e Olimpíadas. Ou a gente – os preocupados, os abnegados, os sonhadores – se preocupa e provoca e organiza a partir de agora, inclusive dessas eleições, que são fundamentais nesse processo. Acho que são essas eleições de 2010 que vão dizer como nós vamos chegar na Copa de 2014, 2016, porque nas próximas nós já estamos muito em cima do calendário, acho que essas aqui são bastante estratégicas, bastante pontuais e marcantes nas nossas vidas, com o risco de a gente chegar mal organizado, não só na falta de políticas públicas, mas na política para o turismo, na preparação da cidade, no acolhimento, na visão de mundo. De como o Brasil vai se apresentar para o mundo nesses eventos. Acho que tudo isso terá que ser pauta constante daqueles que estão se preocupando, já que poder legislativo, como eu já citei, ainda não caiu a ficha para um evento e para uma modalidade tão importante nas nossas vidas, como vai acontecer no Brasil nos próximos anos.

Então quero, aqui, registrar essa preocupação. Tenho colocado isso no dia-a-dia do meu mandato, no dia-a-dia da minha vida parlamentar, da minha vida como cidadão, para que eu, pelo menos, não termine o meu mandato agora em 2010 e algum outro que eu possa conseguir, também com esse peso na consciência, também com essa dívida.

Quero agradecer muito pela oportunidade de participação e parabenizar mais uma vez aqui pelo evento.

Muito obrigado!

MESA TEMÁTICA 4

A OLIMPIÁDA E OS IMPACTOS DESEJADOS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER DAS CIDADES BRASILEIRAS: PERSPECTIVAS DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA

Debate

Moderador: José Roberto Gnecco

Muito obrigado, deputado Vicente Cândido. As suas palavras fazem lembrar que, temos muitos os Secretários de Esportes aqui presentes. Se não tem nenhum vereador aqui, todos são em potencial um futuro candidato a vereador em seu município. Porque o Secretário de Esportes é uma liderança natural em seu município. Não tem como ele fugir a essa responsabilidade, qual o partido que ele seja. Ele tem que se envolver, ele tem que se engajar e participar da gestão do município, inclusive no Legislativo, não só no Executivo.

Bom, vamos às questões.

Para o professor Jorge Steinhilbert, primeiro: como o Conselho Federal de Educação Física está se posicionando para que os professores de Educação Física tenham a capacitação para ensinar esporte específico – exemplo: tênis, esgrima etc.? E quanto à capacitação de gestores de Esporte? Não somente para modalidade futebol, e de modo acessível para os professores de Educação Física.

Segundo: Como formar atletas e descobrir talentos na Educação Física Escolar, quando há duas aulas de 50 minutos semanais, e normalmente com pelo menos 30 alunos nas escolas públicas?

Jorge Steinhilber

Vamos iniciar pela segunda. Nós entendemos que não há como formar atletas na disciplina Educação Física Escolar. Não é esse o objetivo da disciplina Educação Física Escolar, e é bom que firmemos esse compromisso e esse entendimento. Seminários realizados recentemente no Congresso Nacional e na Assembleia Legislativa aqui de São Paulo, na comissão presidida pelo deputado Vicente Cândido,

ficou claro que a escola deve oferecer a disciplina Educação Física Escolar com o objetivo da integração, da formação do aluno para a cidadania. E, evidentemente, deveria a escola, para complementar todas as políticas públicas que nós estamos conversando aqui, oferecer o Esporte na escola, no contraturno. Aí sim podemos ter outros objetivos de condicionamento físico, descoberta de talentos, esporte, formação de equipes para a participação em competições etc.

Quanto à questão anterior, estimulando a educação continuada. Isso é uma tônica em praticamente todas as formações. É necessário fazer as parcerias com as Instituições de Ensino Superior para as especializações, como acontece nas demais profissões seja na Medicina, na Engenharia. Em todas as áreas, o que se estimula é a especialização para que as pessoas possam realmente desenvolver o seu trabalho com competência, com segurança e atuar com ética naquilo que ela efetivamente sabe fazer, e sabe fazer bem.

Moderador: José Roberto Gnecco

Mais duas perguntas para o professor Jorge Steinhilber.

Primeiro, em face à total falta de cuidado e qualificação para os provisionados, categoria criada pelo CONFEF, que hoje atuam de maneira significativa nos trabalhos junto às comunidades mais carentes do país, suprimindo a falta de professores de Educação Física para atender a toda a demanda da nação, qual a proposta do CONFEF para a formação desses agentes, lembrando que muitos deles não têm ainda os pré-requisitos legais para ingressarem no curso superior?

Segundo, qual a melhor forma, em sua opinião, de se trabalhar a integralidade dos três setores da sociedade a fim de alcançar a tomada de consciência para a transformação social por meio das atividades físicas e o papel do educador físico nesse processo?

Jorge Steinhilber

Bem, quanto a questão do provisionado, é importante deixar claro que não foi o CONFEF, não foi o sistema do Conselho Federal, o Conselho Federal de Educação Física que criou essa categoria. Agradeço até a oportunidade para fazer esse esclarecimento, isso é uma questão

constitucional. Todas as profissões, no momento em que forem regulamentadas, em qualquer profissão – temos os rúbulas no Direito, temos os provisionados em todas as áreas –, as pessoas que atuavam naquelas áreas antes da regulamentação de cada profissão tiveram o direito de continuar exercendo essa atividade.

Evidentemente, em sendo uma questão constitucional, o Conselho foi obrigado a acatar essa situação. Deixando claro que, na nossa área, ele atua apenas na modalidade na qual ele comprova um exercício profissional anterior a 1998. E, sem dúvida nenhuma, pelo que nós temos percebido em todo país, pouquíssimos deles atuam em áreas carentes. A nossa atuação, estimulando cada vez mais não só as políticas públicas, mas os programas relacionados a essas comunidades menos carentes, que sejam sempre os profissionais de Educação Física, ou, evidentemente, alguma parceria com as Instituições de Ensino Superior, com os Cursos de Educação Física, para garantir aquela qualidade à qual eu me referi anteriormente.

Quanto à segunda questão, nós pensamos e propomos que haja uma gestão desses legados socioeducacionais. O Brasil conquistou a sede das Olimpíadas de 2016 pela integração dos três setores. Ou seja, foi uma belíssima demonstração de integração do setor federal, estadual e municipal. Esse foi um dos pontos – pelo menos a imprensa tem ressaltado isso e os gestores têm falado a esse respeito –, têm demonstrado que esse foi um ponto relevante para a conquista da sede de 2016. Portanto, essa tomada de consciência vai requerer ações consistentes em todas essas esferas. Nesse sentido, inserir em todos os debates a questão desses legados socioeducacionais, que têm sido pouco ressaltados, e uma gestão para esses legados – assim como nós temos uma gestão no transporte, uma gestão na infra-estrutura, a gestão dos legados relacionados à segurança, que seja inserida numa agenda, que seja pauta, efetivamente, a criação de uma gestão desses legados socioeducacionais, para que se possam envolver todos os níveis de governo. As três esferas de governo, bem como o poder executivo, o poder judiciário e o poder legislativo. E, sem dúvida nenhuma, a mídia, que é um poder fundamental para que as pessoas possam entender o significado e aferir alguns benefícios desses megaeventos que o Brasil está sediando.

Moderador: *José Roberto Gnecco*

Ao professor Oswaldo Massambani:

Primeiro, você fala do legado das Olimpíadas em Londres. Qual o legado

que o Brasil terá após os Jogos de 2016?

Segunda pergunta: como pensar Londres 2012 ou Rio 2016 somente com engenheiros, gestores etc., sem levar em conta os aspectos humanos envolvidos, a inclusão social, os benefícios e malefícios que a população urbana sofre? Esses estudos tecnicistas têm uma validade maior no contexto olímpico do que o significado social? É possível desvinculá-los, como foi feito em Londres 2012?

Oswaldo Massambani

Bem, acho que essa é uma questão muito importante. A questão do legado tem que ser, na minha percepção, o centro da atenção de um megaevento como esse. Por quê? Porque, veja, o deputado mencionou investimentos que foram feitos no passado, com muito dinheiro, que construiu um prédio muito grande, uma construção muito grande, que sequer tem sido usado ao longo do tempo. Quer dizer, na realidade, a questão do legado, ela tem que ser colocada à frente, primeiro, porque, como nós estamos tirando dinheiro para investir em infraestrutura, em estádios, esse processo não pode morrer na construção. Então o objetivo, evidentemente, do que eu mostrei em Londres é fazer com que os investimentos trabalhem para a criação de riqueza, e que você pode ver isso em Barcelona e outras nações. Porque este é um evento que tem uma duração curta e uma avalanche de pessoas que, depois que todo mundo for embora temos que pensar o que ficou para o país. Ele tem que ter uma estratégia de aproveitamento dos equipamentos. Evidentemente eu tenho certeza, e acho que o professor Gnecco pode apresentar melhor a preocupação do Ministério do Esporte com o legado no Brasil. Ninguém deixa essa questão de lado. Essa é uma questão fundamental: você não pode investir dinheiro sem pensar nos resultados eficazes disso, porque, senão, você tira de um caixa que já é pequeno, que devia e poderia estar trabalhando para o desenvolvimento básico da educação e condições básicas para a qualidade de vida, e drena para um negócio que virou um acumulado de concreto. O exemplo que o deputado deu é paradigmático, quer dizer: como é que você pode construir um estádio que precisa da população de várias cidades para entrar lá? Veja o que Londres está fazendo, tem uma solução de arquibancadas que serão desmontadas. Por quê? Para atender aquilo que é mínimo. Então tem um estudo de benefício-custo que tem que entrar aí. Mas benefício, não só benefício tangível como no benefício intangível, de modo que, essa questão certamente o professor Gnecco pode dimensionar sobre qual é a política do Ministério para o legado no

Brasil. Eu estou certo que existe essa preocupação, e tem-se que tê-la, porque, senão, não é nem compatível com as políticas que nós estamos vivendo no mundo contemporâneo.

Sobre a segunda questão colocada, eu acho que também é muito importante, porque, veja, o que eu mostrei aqui é uma faceta da complexidade que tem um evento dessa natureza, é um megaevento que envolve muita ciência, muita tecnologia, muita engenharia. Tem sim uma abordagem tecnicista, mas é evidente que as políticas públicas têm que ser inclusivas. Cada nação tem um padrão distinto. Quer dizer, quando você está falando da Olimpíada em Londres, você está falando de uma circunstância socioeconômica e de um patamar de nível do tecido social distinto de quando você fala da Grécia ou distinto de quando você fala da Espanha. Agora aqui também é muito distinto. Então, como você trabalha a questão tecnicista com a questão da inclusão social é um desafio absolutamente relevante da governança do país. E a governança não é só o setor público: é o Legislativo, é o Executivo, é a Sociedade Civil. Quer dizer, são todos que estão envolvidos com o desenvolvimento da nação. Tem que pensar a inclusão evidentemente. Eu acho que políticas têm que estar sendo olhadas sob o lado social. Porque, no frígir dos ovos, é só o lado social que interessa. E o lado social, o que é? É ter dinheiro para o pobre não passar fome. É ter dinheiro para fazer o tecido social ter condições de saúde, ter qualidade de vida, educação, emprego. E isso só se faz com políticas inclusivas, como política pública que olhe para o benefício econômico trabalhando para o desenvolvimento social.

Moderador: *José Roberto Gnecco*

Ao deputado Vicente Cândido, três perguntas relacionadas a recursos financeiros.

Primeiro: que percentual do orçamento do Estado de São Paulo é aplicado no Esporte e no Lazer?

Segundo: toda vez que há um corte no orçamento, por que o primeiro a ser cortado é o do Esporte e do Lazer?

Terceiro: por que não aumentar a porcentagem de um por cento da Lei de Incentivo ao Esporte – deve ser da lei nacional –, como também se estudar a possibilidade das empresas com faturamento de lucro presumido com estabelecimento barra fixação patamar para seu apoio financeiro ao esporte?

Vicente Cândido

Todas as perguntas são de bastante conteúdo, muito importantes. Primeiro, aqui em São Paulo, não é porque eu sou do PT, sou oposição, mas acho simplesmente vergonhoso: o desembolso orçamentário do ano passado não chegou a 0,1%. Foram desembolsados 88 milhões, o Estado arrecadou por volta de 115 bilhões, este ano está previsto arrecadar 130 bilhões, e também não vai superar o 0,1%. Tentamos fazer emendas ao orçamento, mobilizamos, está aqui o Valter, que é lá da bancada, que mobilizou, o professor Medina, que foi lá com os deputados, com o relator do orçamento, e mesmo assim não tivemos a capacidade de sensibilizar a Assembleia e o Governo de que precisaria colocar um pouco mais de dinheiro no Esporte, tendo em vista todos os acontecimentos. Aliás, o Estado está lançando, acho que hoje, um programa de Olimpíadas na Rede. E a gente vai verificar lá. Primeiro que há uma resistência muito grande da comunidade escolar, dos professores, gestores em investir também verba de Educação no Esporte. Não há conversas, entendimentos, entrosamentos da Secretaria de Esporte com a Educação, nem tampouco a Cultura. Tivemos até uma fala bastante polêmica do Secretário de Cultura do Estado nos jornais de ontem, dizendo que o negócio dele é estar preocupado com as artes. Não tem nenhuma integração com a Educação, é muito difícil integrar com a Educação, e eu acho muito lamentável é você não ter a escola como ambiente cultural, educacional e esportivo bastante integrado e construindo, ali, sinergia.

Para não dizer que estou só fazendo crítica, no ano passado aprovamos a Lei de Incentivo ao Esporte aqui no Estado. Aliás está sendo lançada hoje também a sua regulamentação. E já estão à disposição para esse programa R\$ 60 milhões, podem gastar até 3% da arrecadação do orçamento, que daria aí por volta de R\$ 160 milhões. A Secretária colocou à disposição R\$ 60 milhões, também nos moldes do financiamento à Cultura, do incentivo à Cultura, e nos moldes da lei nacional.

A terceira pergunta fala no 1% da lei nacional, que poderia abrir para o Lucro Presumido, que só a empresa de Lucro Real que pode fomentar a lei de incentivo nacional. Concordo. Acho que, pelo menos da minha parte, eu vejo com bons olhos, mas queria também alertar: acho que as leis de incentivo deveriam ser sempre um complemento de políticas públicas. Não pode ter política pública ancorada na lei de incentivo. A grande distorção da cultura no Brasil é a Lei Rouanet, que chega a despender mais de R\$ 1 bilhão por ano, às vezes R\$ 1,3 bilhão, que,

pela força do poder econômico, acaba aplicando no Centro do Rio e no Centro de São Paulo 80%. Periferia das grandes cidades, interior do Brasil jamais terão acesso a esses fomentos, porque tem que convencer lá o gerente de marketing, o presidente da empresa para fomentar esse ou aquele projeto. Então, eu diria que aqui são mais, acho que detalhes que você está colocando, mas eu brigaria por um grande Fundo de Esporte Público, de editais públicos, fomentando, sobretudo, a Sociedade. Se tem uma área – e eu, sendo do PT, sou privatista –, é a área da Cultura e do Esporte. Porque é nessas áreas que você tem que fomentar a sociedade. Porque o Estado não vai tocar violino, não vai jogar basquete, não vai escrever livro. Quem faz isso são os seres humanos. Então, você tem que fomentar, sobretudo, o ser humano; sobretudo as entidades que têm no seu escopo essa prática, e menos os programas de Governo, que tem que ter, ter o programa lá do Museu, de implantação do Museu, das bibliotecas, mas você tem que ter uma boa parte desse dinheiro destinado à sociedade, aos produtores, aos gestores de Cultura e Esporte. Eu centraria forças nisso, acho que tem que sair um Fundo de Esportes mais ousado no Brasil. O que nós investimos, no nível nacional, ainda é pouco. Nos estados nem se fala e nos municípios chega a ser vergonhoso porque muitas vezes o prefeito não tem nenhuma sensibilidade, como as câmaras também para que possa destinar um pouco os recursos para o Esporte. E muitas vezes não é falta de orçamento. Alguém duvida que a cidade que mais arrecada em São Paulo, se gasta, gasta errado, que, por exemplo, é Paulínia? Então não é falta de orçamento. Essas grandes cidades não têm quase prática esportiva, não têm fomento ao esporte. E é fácil resolver essa demanda, nós estamos falando de 1%, de 2%, não estamos falando de obras de R\$ 100 milhões, de R\$ 1 bilhão, e essa é a grande preocupação nossa. Acho que o legado da infra-estrutura, do business, da modalidade econômica, eu acho super importante, tem que ter, até porque o Brasil é deficitário em todas as áreas. Eu, na véspera do jogo do Flamengo e Grêmio, no Campeonato Brasileiro do ano passado, eu estava no Rio, querendo voltar para São Paulo à tarde, o aeroporto fechado, o de São Paulo fechado, o do Rio, tentei voltar para a cidade para dormir, não tinha hotel disponível, por causa do jogo do Flamengo, que é um time regional. Agora imagina Copa do Mundo, imagina Olimpíadas, vai ter que colocar navios dentro do mar de hotéis improvisados para recepcionar os nossos visitantes.

Então, tem que ter infraestrutura, tem que investir, até porque isso faz

parte do crescimento econômico. Agora, vamos colocar esse outro lado do debate. Precisa gastar mais racional, precisa ter mais cuidado do que, qual o legado prioritário que nós vamos deixar para as nossas gerações futuras.

Acho que está respondida a segunda pergunta. Por que corta? Por que o primeiro a entrar lá na linha de corte é a Cultura, o Esporte e o Lazer do que outras áreas? É por falta de força social nossa. Por falta de presença mais organizada nossa, no parlamento, nos governos, nas eleições. Olha que o esporte tem muita força social e política. Simplesmente o futebol faz o maior evento do planeta. Dificilmente tem alguém eleito, vereador, deputado, presidente da República, sem apoio de alguma forma do esporte. Dificilmente. Só que, no entanto, não é correspondido isso na hora das ações políticas, na hora de lembrar do orçamento, de fazer as leis, por descuido também cultural da sociedade, isso acaba sendo deixado a segundo, terceiro plano. Então acho que nós precisamos organizar melhor. Usar essa força social, representatividade que tem, e aplicar isso melhor na hora das eleições e depois, no acompanhamento dos mandatos.

Moderador: José Roberto Gnecco

Ao professor Jorge Steinhilber:

Primeiro: o CONFEF tem atentado para a ocupação dos postos de trabalho dos profissionais de Educação Física nos megaeventos que teremos no Brasil, nos Jogos Panamericanos de 2007 foram ocupados por leigos?

Segundo: o que o Conselho Federal de Educação Física está fazendo quanto ao projeto de lei 5.186 em trâmite no Congresso – hoje no Senado, acho que o Jorge vai explicar o Projeto de Lei – para que as distorções sejam corrigidas face ao regramento do esporte, coibir regras dirigidas apenas para o futebol?

A mesma pergunta é para o deputado, apenas destacando que – é, a mesma pergunta. E convido o deputado para o Fórum Nacional de Direito Esportivo.

Jorge Steinhilber

Bom, em relação à primeira pergunta, eu entendi que o posto de

trabalho, está se referindo aqui aos treinadores, no caso dos megaeventos, é o posto de trabalho direto. O posto de trabalho direto é aquele que nós estamos reivindicando aqui, é aquele que nós estamos propagando e lutando para que seja inserido no contexto dos legados socioeducacionais. Quanto à questão dos postos de trabalho direto em relação aos treinadores do Panamericano, eu vou ressaltar duas questões. A primeira é diretamente na questão: 85% de todos os treinadores eram profissionais de Educação Física. Apenas em atividades tipo Arco e Flecha, outras que são menos do cotidiano da nossa atuação é que não estavam registrados. E o interessante: no Para-Pan, 100% dos treinadores esportivos eram profissionais de Educação Física. Portanto, nesse processo de 11 anos de regulamentação da profissão, efetivamente não só as confederações esportivas, mas a própria sociedade vem cobrando essa qualidade ao exercício profissional, desenvolvida através dos profissionais de Educação Física.

Eu gostaria de ressaltar uma questão em relação ao Pan-Americano, que foi muito importante a mudança do próprio entendimento da mídia. Inicialmente a mídia estava com a intenção de ressaltar muito os atletas relacionados aos Jogos, ou às modalidades do Pan-americano. Quando tivemos um contato com a mídia, passou-se a desenvolver o projeto Pan Social, e aí, se todos recordam, em várias oportunidades a mídia ressaltava a atuação de profissionais de Educação Física em eventos sociais, como possibilitava a inclusão de crianças e jovens através do desempenho do profissional de Educação Física em diversas regiões do país. Penso que esse foi um grande ganho de mudança relacionada à mídia, o desenvolvimento desse Pan Social. Sem dúvida nenhuma é importante ressaltar que mudança cultural não se faz de uma hora para a outra. É de 1988 a questão do direito à prática da atividade física e o dever do Estado. Anteriormente a essa Constituição, o que se tinha em evidência era o esporte, era a performance, era a aptidão física, e não o direito. Então, na medida em que nós começamos a tratar desse direito, na medida em que o nosso saudoso professor Manoel José Gomes Tubino inseriu essa questão na discussão, ela virou pauta de todas as discussões, de todos os debates, e está sendo implementada, vem sendo implementada nas políticas públicas, efetivamente muda o contexto da forma como o esporte vem sendo encarado. Também há uma mudança de conceito na questão de que as atividades físicas, até bem pouco tempo atrás, eram uma questão de culto ao corpo. Hoje é uma questão de necessidade. Na medida em que ela se torna uma

necessidade, que a ferramenta para diminuir ou minimizar as doenças da humanidade, obesidade, sedentarismo e estresse, efetivamente há necessidade de que essas atividades sejam conduzidas por profissional de Educação Física para garantir a qualidade e, principalmente, a segurança do beneficiário. Então todas essas questões, elas vêm sendo progressivamente modificadas e tenho certeza de que o avanço vai se dar nesse momento, nesse tsunami que nós estamos vivenciando, e que mídia, sociedade, toda a sociedade, de modo geral, e como disse aqui o deputado, os parlamentares também estarão inserindo estas questões nas pautas, nas agendas e as discussões vão ser cada vez mais intensas.

A questão do Projeto de Lei (PL 5.186), que é a mudança da Lei Pelé, a mudança do Esporte, tem uma série de questões. Há uma discussão no Senado relacionada ao fato de que esta lei poderia estar beneficiando exclusivamente ou especificamente ao futebol, em detrimento de outros esportes, ela já vem sendo discutida há muitos anos. Vários deputados têm se manifestado, agora no Senado vai ser um outro embate muito forte nesse contexto. Acredito que, com a vinda das Olimpíadas, mude bastante a concepção, no sentido de não apenas beneficiar o futebol, ou legislar sobre o futebol, e sim sobre todos os esportes, e mais ainda: incluir também na questão os esportes não olímpicos, que hoje têm tido uma participação muito grande por parte da sociedade. Nós temos diversos esportes não olímpicos que hoje têm mais praticantes do que alguns esportes olímpicos. Então, à medida em que o nosso interesse é que haja essa prática, a qualidade de vida através de uma vida ativa, precisamos também alertar para esses esportes não olímpicos, os esportes de aventura, os esportes que vêm surgindo, que não só têm ganho espaço na mídia, mas que também possibilitam esse processo de educação, esse processo de formação e de inclusão social. Quanto especificamente às conquistas relacionadas à intervenção profissional e à garantia de a sociedade ser atendida com qualidade, nós estamos atentos e, sem dúvida nenhuma, há um mecanismo na democracia brasileira, de que, se for aprovado qualquer artigo dentro dessa lei que prejudique a sociedade, nós temos o recurso de ir ao Supremo Tribunal Federal e arguir a constitucionalidade de qualquer desses artigos. Esse é um processo democrático.

Moderador: José Roberto Gnecco

Ao deputado Vicente Cândido a mesma pergunta, sobre o projeto de lei que altera a Lei Pelé e a pergunta: por que a capoeira não foi inserida

dentro da Jornada Ampliada? Acho bom explicar também o que é isso, senão todo mundo fica desinformado – afinal, a capoeira é considerada patrimônio cultural brasileiro.

Vicente Candido

Em relação à Lei Pelé existe polêmica, espero que saia lá do Congresso, do Senado, agora, aquilo que seja sentimento médio dos setores envolvidos da sociedade. As federações estão acompanhando, já foram lá várias vezes debater. Os atletas também se mobilizaram, o sindicato dos atletas. O que eu acho, pelo menos na minha opinião, é que precisa mudar. Hoje tem o abandono geral dos clubes formadores de atletas, fora dessa prática porque economicamente não conseguem manter. E, quando investe no garoto, chega aos 16 anos, acaba perdendo porque alguém já acompanhou ali, já ajudou, fez contrato com o pai e com a mãe, e acaba tirando proveito daquele investimento sem nenhum real investido. Acho que isso precisa mudar. Precisa achar uma equação mais adequada. Acho que isso estaria muito dentro de um plano de fortalecimento econômico dos clubes. Está aqui o Pita, que pode dar um depoimento aqui, quanto um custa um time da primeira divisão, quanto custa um time da A2, da A3 aqui do Campeonato Paulista, e como é difícil manter, como é difícil você sensibilizar empresários, prefeitos, a ajudar a manter aquele projeto, que às vezes cumpre até o papel público, porque as Prefeituras muitas vezes não cumprem. Então mudança na Lei Pelé, adequação do calendário, como o presidente Lula já propôs, adequação do nosso calendário para o calendário europeu, e até as provocações que estão na pauta aqui, que nós fizemos a audiência pública quarta-feira na Assembleia sobre o chamado horário das onze e quinze, que a Jovem Pan elegeu um item para bater na Federação, para bater na Globo, e eu falo isso com todo o respeito, que eu tenho amigos lá dentro da Jovem Pan, também é importante. Acho que permite fazer um debate mais estratégico de como criar um programa de fortalecimento dos clubes do Brasil, não só do futebol, mas de todas as modalidades, para que a gente pare de exportar os nossos meninos. A gente viaja pelo mundo, a gente encontra com brasileiro em todos os campos do mundo. Por quê? Alguma coisa está errada na economia. Então nós precisamos debruçar muito, com muita atenção sobre essa questão. Não queremos trazer só o sub-35 de volta para o Brasil. Nós não queremos que os nossos garotos vão embora para pagar as contas das dívidas dos clubes. Eu duvido que o Santos, por exemplo, consiga segurar esse time agora, terminando o

Campeonato Paulista. Porque o Santos está endividado. Então vai aparecer lá a oferta, que é obrigado a vender. Primeiro porque o garoto quer ganhar a grana dele e segundo que precisa pagar a dívida do clube. Terceiro que o empresário, que às vezes é majoritário lá no passe do garoto, tem poder de comando, acaba vendendo também. É assim o Dentinho, é assim... Hoje, o empresariado do futebol está fora dos campos, fora dos estádios. Hoje são grandes empresas que são donas da metade do Santos, da metade do Paulista de Jundiaí, do Corinthians e por aí afora. Então precisa mudar isso, acho que é uma realidade a olho nu que estamos vendo e a Lei Pelé é um dos itens importantes. Não diria que seja panaceia e que vai resolver todo o problema do futebol no Brasil e do Esporte no Brasil, mas acho que tem que ser um debate saudável, um debate equilibrado, para que saia de lá o melhor que seja, contemple os sentimentos.

Em relação à capoeira, uma leitura aqui simples, eu acho que é por preconceito. A capoeira sempre foi a modalidade esportiva, cultural carregada de preconceito contra ela. Eu já vi coisas horrorosas dentro das escolas daqui de São Paulo em relação à capoeira. Está mudando, tanto é que já virou patrimônio cultural nacional. Uma lei recente, de dois anos atrás, acho que do deputado Zaratini. Isso é importante, estamos crescendo na concepção, no conceito, na importância e do que representa a capoeira na nossa cultura, na nossa expressão, na formação do Brasil. Mas eu acredito que seja um pouco disso ou até uma displicência de quem está organizando as Jornadas Ampliadas, mas vale a pena acompanhar e fazer esse debate também bem feito.

Moderador: José Roberto Gnecco

Para o professor Massambani: necessitamos mesmo de tantas consultorias internacionais ou temos técnicos capacitados aqui para as consultorias contratadas pelo governo?

Oswaldo Massambani

Olha, depende. Eu diria que depende da dose. Essa questão, evidentemente, ela é uma questão administrada pelo governo; é o governo que decide como que vai fazer esse processo. Nós temos a lei 8.666, temos um arcabouço jurídico, que estabelece uma série de regras, e evidentemente tudo é feito diante da legalidade da lei. Agora, na realidade o Brasil, o país cresceu muito, em termos de competência, em todos os setores. Se você olhar, por exemplo, para a Universidade

de São Paulo, ela tem 75 anos de existência. A produção científica que é gerada dentro da universidade ela é tão igual à produção científica da Universidade de Oxford, de Cambridge, na Inglaterra. Ou de Stanford, nos Estados Unidos. Isso significa que a ciência que nós fazemos na Universidade de São Paulo está nivelada no nível do conhecimento internacional. E na realidade a Universidade de São Paulo hoje está entre as importantes 100 primeiras ou entre as 150 universidades do mundo. Isso eu estou citando a Universidade de São Paulo, mas você pode citar a Universidade Federal de Minas Gerais, a Federal do Rio de Janeiro, a Unesp, a Unicamp e outras. O complexo paulista é extremamente poderoso em ciência. E aí vêm as privadas, todas as que estão cada vez mais crescendo. Então o nível intelectual do Brasil cresceu muito. Se você olhar no nível das empresas do setor de construção de estradas, as construções, nós temos excelentes engenheiros. Nós estamos construindo no mundo, você pode tomar qualquer uma das grandes empresas de construção, que elas estão no exterior. Agora, evidentemente, quando você olha para a Inglaterra, para a Espanha, para os Estados Unidos, você vê competências que estão à frente de nós. E evidentemente esse processo de definir uma construção, um processo de uma Copa, que não é um sistema simples de edifícios e infraestrutura. Ele tem governança, ele tem gestão, ele é complexo. Evidentemente você tem que aportar, sim, experiências da cooperação internacional. Nós temos que nos beneficiar da paz no mundo, onde a cooperação existe, é bom, faz bem para fazer o melhor, e nós queremos o melhor para as coisas que fazemos no Brasil. Então, em determinada dose, eu acho que é importante trazer, porque nós não tivemos experiência nenhuma na nossa História dessa magnitude de evento que o mundo contemporâneo nos permite. E existe uma população, uma mobilidade tremenda, de modo que isso tem aspectos multifacetados, que têm que se trazer especialistas do setor.

Agora, a sua pergunta induz outra questão, que é a questão da ética dos negócios. Esse é um domínio que evidentemente o Brasil precisa melhorar muito. E a magnitude de um evento desse fica difícil você controlar muitas das coisas que são negociações no processo. Mas eu diria: o Brasil, cada dia mais se torna melhor, os processos de controle estão crescendo, seja do setor fiscal, seja do setor jurídico, enfim: o Brasil está se tornando uma nação de Primeiro Mundo e todos os processos se aprimoram. Eu penso que o governo deve estar cuidando desse processo das parcerias, ao mesmo tempo que a Sociedade Civil tem que ficar de olho nas coisas que se fazem. Quer

dizer: é preciso ter observatório do processo de construção. Isso tem na Inglaterra, quer dizer, se fala nisso. Há controles, controle de natureza jurídica, controle de natureza fiscal, controle de natureza operacional e controle de natureza social, quer dizer, na medida em que a sociedade cresce em capacidade, esses processos se minimizam.

Moderador: *José Roberto Gnecco*

Tem duas questões aqui, que, embora eu seja moderador, e não palestrante, gostaria de responder. Vicente Cândido e o Massambani, se quiserem responder, também, estejam à vontade.

A primeira é: que políticas e ações estão sendo pensadas para que o legado da Copa e da Olimpíada não seja o mesmo dos Jogos Pan-americanos? Ou seja, desperdício e abandono?

A segunda é: parece-me que as instalações e equipamentos construídos para os Jogos Panamericanos são hoje sub-utilizadas. Quando se fala em legado, não seria este um mau exemplo de utilização? O que fazer para corrigir esta distorção?

Ora, os Jogos Pan-americanos foram realizados, por exemplo, em instalação particular no Rio de Janeiro, o Clube Marapendi recebeu o tênis de campo. Está lá sendo utilizado para o tênis, recebeu a Copa Davis, o Stalhilber é carioca quase da gema, ele pode dizer que continua em uso lá. O governo federal construiu o Deodoro, o Centro Nacional de Tiro – que é superior ao de Pequim –, o Centro Nacional de Hipismo, o Centro Nacional de Pentlato Moderno e os primeiros campos de Hóquei sobre a Grama no Brasil. O exército usa todo dia as instalações de Hipismo, Tiro, Pentlato Moderno, e a Confederação Brasileira de Hóquei sobre a Grama, que não tinha campo oficial no Brasil, dá graças a Deus, e todo fim de semana eles treinam lá, e o exército incluiu em seus treinamentos o Hóquei sobre a Grama. Do Governo Estadual, nós recebemos o futebol no Maracanã, o voleibol no Maracanãzinho, e a Lagoa recebeu o remo e a canoagem em velocidade. Eles continuam lá, continuam sendo usados, não são sub-utilizados. E do Governo Municipal, a Prefeitura do Rio de Janeiro construiu o Engenhão, que está arrendado ao Botafogo; construiu a Arena Multiuso, que hoje chama Arena HSBC, se não desse lucro, se não fosse utilizado, o HSBC não teria feito a sua locação; e o Parque Aquático e o Velódromo, que não foi bem planejada a sua utilização posterior, foram arrendados a preço simbólico para o Comitê Olímpico Brasileiro. E a Prefeitura ainda cedeu

o Rio-Centro e construiu instalação provisória para o beisebol e o softball.

Ou seja: de todas as instalações do Pan, somente algumas da Prefeitura deram problema. Algumas da Prefeitura. E a imprensa inteira, a mídia inteira, fala que as instalações do Pan são sub-utilizadas. Ela não pisa em Deodoro, naquela que era a Vila Militar desde a época do Império, e não vê o uso do hipismo, de onde tem o tiro lá. Ela não sabe que tem jogo no Maracanã. A mídia não sabe que tem jogo no Maracanãzinho! Que foi lá que o Pan foi realizado. E a mídia não conhece a lagoa Rodrigo de Freitas. A mídia também não sabe que o Brasil já realizou instalações provisórias, como essas de Londres, onde o vôlei de praia era na arena de Copacabana. O Esporte Espetacular, todo mundo assiste aos domingos de manhã e vê o vôlei de praia em instalações provisórias na arena de Copacabana, “ah, foi sub-utilizado”. Não! Foi plenamente utilizado. Realmente houve problema no Parque Aquático. Isso ecoa mais porque uma vereadora do Rio de Janeiro, que é nadadora e é do PSDB, ela fica – logicamente, como é nadadora e vê o Parque Aquático tendo problema, ela fica ecoando. Agora, a mídia só mostra isso.

E o superfaturamento do Pan? A mídia só destaca que o Pan foi superfaturado. Gastou R\$ 4 bilhões. Quanto custam os Jogos Olímpicos de Londres, você lembra? Custam R\$ 20 bilhões. Ah, mas o Pan é pequeno, é menor do que os Jogos Olímpicos. Primeiro: um dos motivos que nós ganharmos os Jogos Olímpicos é que o Pan-americano foi realizado com o mesmo nível de qualidade que os Jogos Olímpicos. Foi por isso que os Estados Unidos trouxe as equipes principais para cá, inclusive seus cavalos de U\$ 1 milhão, que um carrapatinho assim mata um cavalo desse com uma febre. Então, todo o terreno, os recrutas, no ano 2007, ficaram virando folha por folha de capim, aplicando o carrapaticida. Esse foi o trabalho dos recrutas. “mas não foi superfaturado, o Pan?” Não, ele foi sub-orçado. Segundo César Maia, para o Rio de Janeiro ganhar a candidatura, ele apresentou um orçamento que só incluía o custo do evento, o custo da competição. Não incluiu a segurança, não incluiu as obras de infraestrutura, não incluiu nem a vila olímpica, não incluiu o transporte. “mas por que ele fez isso?” Foi mal planejado, muita gente diz, “foi mal planejado”. Não foi mal planejado. Na lógica política do prefeito, ele blefou. Ele fez uma proposta que passasse na Câmara, que nenhum carioca fosse perguntar: “de onde vão sair esses R\$ 4 bilhões?” Que o presidente da época, o Fernando Henrique Cardoso, não fosse perguntar “escuta,

você está querendo que eu pague isso? Que o Governo Federal pague isso?” Quando o presidente Lula viu, um ano antes dos Jogos, que aquilo lá estava indo para o fundo do mar, ele falou “gente, isso não pode ficar assim, está em jogo a imagem internacional do Brasil. Nós vamos garantir os Jogos saiam com a melhor qualidade possível. E vamos deixar o legado possível para o Rio de Janeiro.” A Eco-92 possibilitou que o Rio de Janeiro tenha um circuito de comunicação analógico, todas as forças de segurança. Graças ao Pan, hoje, as forças de segurança do Rio de Janeiro têm um circuito digital que não tem como ser rastreado pelos traficantes. E foi quando começou o treinamento das unidades de polícia pacificadora dos morros.

Então, quero apontar o seguinte: a mídia não fala que o projeto inicial foi sub-orçado. E ela dá a impressão de que houve falta de planejamento, houve erro. Foi uma jogada política que eu não faria, que muita gente não faria. Mas o prefeito blefou. Para levar os Jogos para o Rio. E além de blefar, na hora em que ele não tinha dinheiro, ele começou a deixar de pagar contas, e aquilo foi se acumulando. Então, ficou uma situação que, quando nós chegamos ao Governo Federal, o orçamento já estava cinco vezes acima do que estava previsto no dossiê de candidatura. O dossiê de candidatura era menos de R\$ 700 mil. Já estava em R\$ 2 milhões se fosse fazer tudo. Mas está contada a segurança? E se houver um atentado? Ah, não tem atentado aqui no Brasil. Na Argentina derrubaram toda a embaixada de Israel. Munique, ninguém esperava atentado em Munique, em 72. É o momento onde ninguém espera. Então as nossas forças de segurança, toda a operação da Vila Olímpica, as obras, todas as obras não estavam orçadas. Repito: nós não teríamos ganho os Jogos Olímpicos se o Pan não tivesse sido muito bem realizado e as instalações não fossem excelentes. É mentira que o Pan foi superfaturado.

Passo as últimas perguntas para a mesa:

A profissionalização e modernização com rotatividade dos gestores são desafios para a gestão do esporte no Brasil. Por que o CONFEF tem o mesmo gestor desde 1998, ano da sua fundação? Qual sua opinião sobre a perpetuação dos gestores na CBF, COB, CONFEF, federações esportivas etc.?

Qual a opinião da mesa sobre a gestão das entidades esportivas no Brasil? Acredito que essas entidades precisam de um banho de democracia. A sociedade vai aprender o esporte na medida em que ela possa realmente ter vida ativa, desde a prática até a administração. As

entidades de administração do esporte precisam estar submetidas ao controle social.

Jorge Steinhilber

Bom, muito bem. É uma questão provocativa, sem dúvida nenhuma. A razão de eu estar provavelmente à frente do Conselho Federal de Educação Física é porque eu fui a pessoa que articulou e conseguiu fazer com que a lei fosse aprovada, pela minha experiência em entidades públicas, pela minha experiência em ter sido gestor de várias secretarias e sub-secretarias públicas, e evidentemente, inclusive pela minha experiência e passagem no Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro. Isso aí tudo me permitiu uma gama de experiências para poder tocar na frente uma coisa que ninguém sabia efetivamente o que era. Como ser conselheiro, como atuar com conselho, como desenvolver o conselho dentro de uma forma transparente e que realmente permita o crescimento? Chegarmos a 250 mil profissionais em apenas 11 anos de existência é algo que os próprios conselhos existentes há mais de **40 anos ficam abismados com a forma como esse processo ocorreu.** Se essa é uma questão positiva ou negativa, eu não diria que é perpetuação no poder, é uma questão de eleição, é uma questão das pessoas que participam desse processo eleitoral, portanto é uma questão democrática. O nosso conselho, inclusive, por uma questão de garantia da transparência, nós não elegemos presidente, diferentemente dos outros conselhos, nós elegemos sempre o conselho. Ou seja, elegemos os conselheiros. O plenário é que, após eleito pelos profissionais, é que estabelece quem é o seu gestor. Isso significa dizer que, a qualquer momento, esse plenário pode substituir o gestor. É uma questão de certa forma parlamentarista: você elege o plenário, o plenário é a instância máxima, e o gestor na verdade é o gerente das decisões desse plenário.

Eu diria que precisamos pensar um pouco mais nessas questões relacionadas a substituição de dirigentes por substituir. Eu tenho como *um exemplo a questão do João Havelange, que, por ter ficado 20 anos à frente da FIFA, a FIFA hoje tem mais países filiados a ela do que a própria ONU.* Ou seja: o trabalho de gestão, na medida em que foi reconhecido esse trabalho de gestão, as votações continuam nesse processo e as coisas efetivamente têm o desenvolvimento. Me perguntam muito sobre a questão de confederação e federação, porque é uma outra questão aonde se discute muito isso. Eu tenho conversado com os parlamentares de que, na minha opinião, a questão não é a

perpetuação do dirigente, e sim a forma da eleição desse dirigente. Hoje você tem uma eleição de dirigente, que de certa forma em algumas ocasiões é viciada. Se ampliar essa eleição para os atletas, para os treinadores etc., e eles reconhecerem que o dirigente está prestando um serviço adequado, que é para dar continuidade a esse processo, acredito que seja um processo democrático, ou seja, é a vontade das bases que determina o desenvolvimento e o trabalho, e o reconhecimento ou não do que esse dirigente vem fazendo. Certamente nós todos participamos de eleições políticas. Se nós não gostamos do prefeito ou não gostamos do governador ou dos deputados, nós evidentemente não votamos. Se gostamos, reelegemos. Tanto é que senadores e deputados e vereadores são reeleitos na medida em que a própria população reconheça o trabalho social que ele vinha desenvolvendo. Então eu não vejo isso como uma questão de ter que sair por ter que sair, e sim uma questão de ampliar o processo democrático para que se possa identificar ou reconhecer que aquele corpo de conselheiros, no nosso caso, aquele corpo de conselheiros vem desempenhando ou não função de acordo com as necessidades e o desenvolvimento do trabalho do profissional de Educação Física.

Fazendo as considerações finais, agradeço a organização, a Prefeitura de São Bernardo do Campo e o Secretário de Esportes e cumprimento por essa brilhante realização; a secretária Rejane, pelo empenho que vem demonstrando ao longo desse tempo em relação ao debate pelas questões sociais; colocar na pauta todo esse processo em que efetivamente nós acreditamos; que o esporte tem que ter medalhistas, tem que ter resultado sim, mas pensando também o esporte enquanto qualidade de vida. Se temos que ter campeões em modalidades esportivas, nós temos que pensar também em formar campeões para a vida, e não deixar apenas que esse processo tenha, até pela mídia, apenas uma vertente nesta questão. Em nome do Conselho Federal de Educação Física e da Academia Brasileira Olímpica, agradeço a oportunidade de estar aqui trocando, aprendendo e trazendo algumas ideias para reflexão, acreditando que, com isso, o Brasil vai realmente não só fazer uma grande festa nestes megaeventos, mas que teremos resultados sociais promissores em relação a esse tsunami esportivo que vem por aqui. Agradeço a todos os presentes pelo debate. Muito obrigado.

Vicente Candido

A questão colocada é bastante profunda. Primeiro em relação à

descontinuidade de programas, no âmbito público, prefeitos, governadores e federal, o que nós propugnamos, e a minha posição? Tem que constituir o máximo de programas públicos em lei. Porque você tem o processo da democracia que é do revezamento. Aqui permite uma reeleição. Agora, se você não tem o programa público em lei, você está vulnerável mesmo dentro da gestão dos quatro anos. Na Cultura e no Esporte, no Brasil, basta trocar o diretor do departamento que você não sabe o que vai acontecer se você é gestor esportivo na cidade, se você é atleta, se você tem alguma relação com o esporte ou com a cultura. Basta cair o secretário, o diretor do departamento, a sua vida já vira ali um inferno. Imagina quando troca o prefeito. Então, o que é razoável, o que eu proponho e debato isso muito com os artistas, com os setores culturais? Instituir em Lei. Nós fizemos a Lei de Fomento ao Teatro em São Paulo, de autoria minha junto com os artistas, quando o Serra entrou como prefeito, ele já sinalizava no programa de governo e na transição de que ia mudar a lei. E ameaçou a mudar a lei, e ameaçou a não aplicar a lei. Os artistas foram mobilizados, foram conversar com o Secretário: “o senhor quer mudar a lei? É um direito do senhor. Manda um projeto para a Câmara de Vereadores, que é lá que faz a lei. E lá nós vamos fazer o debate. Ela pode ser melhorada ou ser piorada, mas tem que ser fruto de um processo democrático.” O que o secretário fez na ocasião? Desistiu. Ele percebeu que não ia ter maioria na Câmara para mudar a lei. Então o melhor programa, o melhor caminho, porque aí independe do gestor. Pode cair o secretário, pode cair o diretor do departamento, pode cair lá o estafeta, pode cair o prefeito, você sabe o que vai acontecer com a sua vida no ano seguinte, no mês seguinte.

No âmbito privado, e aí já entro na outra questão, que é a perpetuação no poder de entidades, de dirigentes, aí é privado. Aí eu posso dar a minha opinião como cidadão, mas não vale a minha opinião como parlamentar, que é do mundo privado. A CBF é uma entidade privada, a Federação Paulista de Futebol, as confederações, aí é muito da cultura de cada entidade. Como o professor Jorge está dizendo, acho que aí é um item importante, é a transparência, porque todas essas entidades, elas têm um caráter público, de interesse público. Ou um time com Corinthians, Palmeiras, São Paulo ou o Paulista lá de Jundiaí não têm interesse público? Têm. Tem torcedor, que paga ingresso, que chora, que vai lá, que dá risada. Então essas entidades têm que ter, no mínimo, o compromisso com a transparência. E aí você tem mecanismos para fiscalizar, você tem ministério público, você tem Câmara, normalmente

essas entidades têm dinheiro público, têm algum aporte público, usam espaço público. Então você tem mecanismo para fiscalizar. Agora, da eleição, se é de dez anos, se é de cinco, se importa, que tem eleição indefinida, aí não cabe o poder estatal querer regrar isso. O Corinthians radicalizou agora. O Corinthians proibiu reeleição no Corinthians. É mandato de três anos, que eu acho que é até um exagero. Para você planejar um time como o Corinthians, com a complexidade que é, você precisaria pelo menos ter o direito a uma reeleição, acho que seria mais razoável. Mas é da cultura, foi da cultura do Corinthians. É como na maioria dos clubes, por exemplo, tem revezamento, tem um debate público intenso. Então aí é muito da cultura e dos seus sócios entenderem se aquele dirigente pode ser reeleito, se pode ter dez, 20 anos no poder. Mas tudo isso, acho que ainda faz parte do nosso, vamos dizer, do nosso atraso cultural, todo esse debate tem que fazer parte dos grupos escolares, em todos os cantos, universidades, para que a gente vá aprimorando. E não é só no mundo esportivo e cultural. Pega no mundo empresarial. Pega ainda a cabeça dos nossos empresários. Ontem eu me deparei com uma administração, uma empresa fatura 6 milhões no real, mas fatura 60 milhões no caixa 2 e quer pegar dinheiro emprestado e quer entrar no mundo corporativo; tem que refazer tudo, ainda faz parte da nossa cultura. Antes, há cinco anos atrás, a Bolsa de Valores tinha 110 empresas sócias da Bolsa de Valores. Hoje tem 400. Então está tendo uma revolução no mundo corporativo de que precisa ter transparência, de que precisa prestar contas para seus acionistas, para a sociedade, para o consumidor, para o meio ambiente.

Eu acho que nós estamos evoluindo. Eu diria para você o seguinte: continue com a sua indignação. Acho que é bom. O Paulo Freire dizia “o ser humano começa a morrer quando você começa a perder a sua capacidade de indignação”. Mas vamos contribuir para essa mudança. Mas estamos evoluindo. Eu acredito muito e sou otimista nessa situação. A questão da profissionalização de que você reclama aqui também, e com razão, principalmente nesses setores nossos, mas também vamos olhar: a Petrobrás, se ela não montar uma universidade dela para formar engenheiros petroleiros, técnicos no petróleo, não tem faculdade no Brasil que está preocupada com isso. A Embraer, se ela não montar lá a faculdade de engenharia dela, a USP não vai formar, não vai dar conta, mesmo que queira, não vai dar conta. Então a falta de profissionalização aqui é em todos os sentidos. Agora, no nosso é um pouquinho pior, que nós não somos a Petrobrás, nós não somos a Embraer. No nosso caso ainda temos o problema de regulamentação

das profissões, que no Esporte e na Cultura são pouquíssimas regulamentadas, reconhecidas por lei. Então tem uma questão primitiva lá no Congresso Nacional, que tem vários projetos tramitando que precisam reconhecer as modalidades de trabalho, as condições de trabalho dentro dessas modalidades econômicas. Então tem muito para fazer, como tem em todos os trabalhos e todas as atividades econômicas pelo Brasil afora. Mas tem que chamar atenção: esse é um item que nós podemos passar vergonha em Copa do Mundo e Olimpíadas por falta de profissionais adequados não só para gestar projetos esportivos e culturais, mas no turismo, por exemplo. A cidade de São Paulo, por exemplo, está preparada para receber um evento como a Copa do Mundo? Hoje não. Vai ser um sufoco chegar lá. Os nossos taxistas falam mais de uma língua? Os nossos lojistas falam mais de uma língua? A cidade está sinalizada com mais de uma língua? O trânsito? Tudo isso vai ter que ser feito. Há cidade que, quando você viaja pelo mundo, o mundo reconhece duas cidades do Brasil. “Ah, você é do Rio ou de São Paulo?” Do Rio do Turismo, do Lazer, de São Paulo do mundo dos negócios. Você se identifica assim. Nem por isso São Paulo se preparou para isso. Então tudo isso vai ter que fazer parte aqui de mutirões, de montar escolas debaixo das árvores, dos quintais das escolas, para dar conta do recado, para que a gente faça um bom evento, na altura que é um evento como Copa do Mundo e Olimpíadas, ok?

Então eu acho que, sim, somos otimistas, é bom que está na pauta, e nós vamos dar conta disso também, somos brasileiros e somos criativos.

Muito obrigado, um abraço, meus parabéns ao Ferrarezí, à Rejane e todos os organizadores deste Seminário.

Oswaldo Massanbani

Bem, eu queria agradecer a oportunidade de estar nessa mesa de craques, e ainda com uma plateia de craques que está aqui nos ouvindo durante todo esse tempo, e dizer o seguinte: eu penso que nós estamos diante de um megaevento da maior relevância para a nação. Nós não estamos só falando de esportes. Esporte, evidentemente, tem que ser estimulado, a política pública tem que ser alinhada, e nós temos que transformar essa experiência em muitos benefícios: do ponto de vista do esporte no legado desse megaevento, mas temos que olhar também sob o ponto de vista socioeconômico da nação. A nação tem que

aproveitar essa oportunidade para desenvolver-se, tem que aproveitar e fazer direito para ter mais prestígio. Prestígio é bom. A nação precisa. Nós temos chance de fazer um evento relevante, importante, e de modo que o legado traga benefícios para a frente. De modo que eu penso, diferentemente do que aconteceu no Pan-americano, onde nós não tínhamos todo esse capital intelectual e esse capital social, que cresceu a nação nesses últimos anos, hoje nós estamos vendo um evento à frente, um evento a seis anos à frente, de modo que pensar num evento deste, refletir sobre seus aspectos, difundir no tecido social, ter políticas públicas bem estruturadas, ter políticos, ter o setor legislativo, conscientes das responsabilidades, ter o executivo monitorando eticamente todos os aspectos desse negócio e, fazendo com que se vise a qualidade de vida das pessoas, nós estaremos fazendo desse evento um evento importantíssimo para o mundo e importantíssimo para o Brasil. Eu quero dizer, então, agradecer a oportunidade de estar aqui e de refletir sobre isso com vocês.

Obrigado.

Moderador: José Roberto Gnecco

Agradeço a dedicação dos palestrantes e a participação da plateia. Foi muito rico, muito interessante esse debate e desculpem o meu desabafo.

MESA TEMÁTICA 5

A OLIMPÍADA E OS IMPACTOS DESEJADOS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER DAS CIDADES BRASILEIRAS: PERSPECTIVAS DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA

Moderador:

Eduardo Tadeu Costa

Prefeitura de São Bernardo do Campo/SP

Sejam bem-vindos ao debate dessa nossa última mesa temática: “A Olimpíada e os Impactos desejados nas Políticas Públicas de Esporte e Lazer das Cidades Brasileiras: Perspectivas da Sociedade Civil Organizada”.

Para iniciar este debate, convidamos Eloir Edílson Simm. Ele é professor de Educação Física, tem MBA em Gestão Empresarial, pela Fundação Getúlio Vargas, e é Gerente Executivo de Cultura, Esporte e Lazer do Departamento Nacional do Serviço Nacional de Indústria (SESI).

O segundo convidado para esta mesa redonda é o professor Fernando Dysarz, que é também professor de Educação Física, com MBA em Administração Esportiva, pela Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro, e MBA em Gestão Estratégica, também pela Fundação Getúlio Vargas. Ele é Gerente de Lazer do SESC Nacional, onde coordena a área de Esporte e Turismo.

Esta mesa é composta também pelo professor Mestre Sílvio Kaloustian. Ele é representante do UNICEF, do escritório de São Paulo, economista pela USP, com mestrado na Universidade Escocesa.

A OLIMPÍADA E OS IMPACTOS DESEJADOS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER DAS CIDADES BRASILEIRAS: PERSPECTIVAS DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA

Palestrante:

Eloir Edílson Simm

Gerente Executivo de Cultura, Esporte e Lazer
Departamento Nacional do SESI

Queria cumprimentar o Eduardo pela organização do evento e agradecer a professora Leila Mirtes o convite para participar. Vou tentar explicar um pouco como é que o SESI e o Sistema Indústria, como atuam e como podemos contribuir nos próximos anos nesse projeto movido pelos Jogos Olímpicos no Rio 2016.

O SESI, também como o SESC e o Sistema S, foram criados por um decreto-lei federal em 1946. No pós-guerra, Segunda Guerra Mundial, alguns líderes nacionais resolveram criar essas instituições com siglas tão parecidas. Lembrando sempre que o SESC e SENAC estão associados ao comércio e SESI e SENAI vinculados à indústria. Obviamente que o SENAI e o SENAC atuam na formação profissional para esse mercado, comércio e indústria; e o SESC e o SESI trabalham com iniciativas sociais.

No SESI temos três programas prioritários: Educação, Saúde e Lazer. De uns dez anos para cá, focamos também a Responsabilidade Social.

Como missão, o SESI promove qualidade de vida para os trabalhadores da indústria e seus dependentes e estimula a gestão socialmente responsável das empresas industriais. Estamos falando, assim, de 400 mil indústrias que hoje, existem no Brasil, sendo que 4 mil são médias e grandes e correspondem a 60% do orçamento da produção industrial brasileira. Temos também 396 mil pequenas e micro indústrias. Estou aqui arredondando um pouco estes números, até porque eles mudam quase que diariamente.

No último planejamento estratégico que o SESI lançou em nível nacional (2007 a 2015), a indústria foi claramente definida como cliente do SESI.

O atendimento a trabalhadores, dependentes e comunidade deve atender aos anseios e necessidades da indústria, sua agenda para a competitividade, produtividade e sustentabilidade.

Alguns desafios são colocados para o SESI nesse período de 2007-2015.

Um deles é reduzir os acidentes de trabalho da indústria. O Brasil ainda tem muitos acidentes, principalmente na construção civil – isso está associado à saúde e segurança no trabalho.

Outro desafio é a redução do presenteísmo na indústria. No penúltimo fórum econômico de Davos, realizado em 2009, a Price Waterhouse Coopers - PWC apresentou estudo onde o presenteísmo representa 75% dos custos relacionados à saúde e bem estar, destacando-se, desta forma, como o principal desafio na redução de despesas com saúde. Presenteísmo, mais ou menos, é o inverso de produtividade, que não quer dizer “produção” simplesmente, mas produzir melhor.

Apenas 13% das despesas ou perdas econômicas estão associadas ao absenteísmo. Entretanto, é muito comum que quem trabalha na área da saúde dessas instituições tenda a focar muito no absenteísmo, que é fácil de medir – é a ausência do trabalho. Mas o presenteísmo é estar no ambiente de trabalho, mas com baixa produtividade, muitas vezes por falta de bem-estar, por falta de motivação, por falta de disposição, por falta de vitalidade, e tantos outros fatores. Como o presenteísmo é resultante de muitas variáveis, tem se mostrado difícil criar um indicador de presenteísmo. Estudos associados a universidades em vários países vêm propondo métricas. O SESI certamente está atuante nesta área, buscando encontrar um indicador adequado à cultura e necessidades da empresa brasileira.

Outro desafio é aumentar as práticas socialmente responsáveis, pensando em desenvolvimento sustentável, econômico, ambiental e social.

É também nosso desafio aumentar o nível educacional do trabalhador da indústria. Neste sentido, muitas metas estão focadas na elevação do nível de escolaridade. O nível de escolaridade é mais fácil, inclusive, de medir. Mas, consideramos que é mais desafiador e atende melhor a agenda da competitividade da indústria aumentar o nível educacional. Um dos grandes problemas em que o Sistema S está associado é à falta de mão-de-obra qualificada para o Brasil.

A redução do absenteísmo por causa de saúde na indústria completa essa agenda de desafios, de cinco desafios que foram lançados para o SESI, demandados pela indústria brasileira.

É importante lembrar também que nós funcionamos de forma federativa. Temos um Departamento Nacional, em Brasília, e 27 departamentos regionais, em cada Estado e no Distrito Federal. Procuramos, com muito esforço, alinhar os serviços e os programas em todos eles. Embora nem sempre seja tão efetivo quanto gostaríamos. Em cada Estado temos também um presidente de federação e um superintendente atentos às demandas industriais no nível local.

Saúde, Educação, Lazer e Responsabilidade Social são os quatro áreas que o SESI trabalha em nível nacional.

Na área do Lazer, procura-se trabalhar com foco no estilo de vida saudável e bem-estar do trabalhador. Na educação, aumento de escolaridade. A área da Saúde está tentando fazer uma mudança, em vez de trabalhar somente com prevenção e doença, trabalhar muito mais na promoção da saúde; e a responsabilidade social tem foco na sustentabilidade.

Dentro do Lazer, temos três áreas-concentração de programas.

A Cultura tem um projeto muito associado à acessibilidade da cultura enquanto lazer.

No Esporte, nos últimos cinco anos, trabalhamos o conceito de *Valores do Esporte*. Eu lembro-me que, em março de 2006, a Rede Globo lançou um programa: "Valores do Esporte" e na primeira entrevista no Fantástico entrevistaram a Daiane dos Santos. Esta só falou do sofrimento, do sacrifício. Isso me chamou a atenção: será que não tem nada de bom no esporte? Precisamos reverter isso. Obviamente que ela lembrou-se do dia-a-dia dela no trabalho, pensou no seu treinamento de alto rendimento.

Casualmente eu fui convidado para uma reunião no Rio de Janeiro, onde participaram o Conselho Regional de Educação Física - CREF do Rio de Janeiro, o Conselho Nacional de Educação Física - Confef, um representante da Universidade de Minas Gerais. E nós falamos de um projeto que Santa Catarina estava fazendo. Na época eu trabalhava

no SESI em Santa Catarina. Simplesmente, quando o SESI começou a cobrar inscrições para as indústrias participarem do esporte, o número caiu de 40 mil participantes para 20 mil. As empresas começaram a se inscrever só nas modalidades que conseguiriam ganhar uma medalha, subir no pódio. Aí nós fizemos um estudo específico desse caso e conseguimos implantar um programa que chamamos *Valores do Esporte*. Este conceito começou a ser discutido mais vezes, antes dos Jogos Pan-Americanos, depois dos Jogos Pan-Americanos. Tem a ver com olimpismo também, mas nós discutimos com as empresas e construímos com elas cinco valores que o esporte, em Santa Catarina, deveria focar para os próximos cinco anos. Lembro-me de alguns: Superação, Companheirismo, Qualidade de Vida. Mas, esses foram os valores que procuramos trabalhar naquela época, junto com as empresas, para reposicionar o esporte, quer dizer, para evidenciar mais os bons exemplos de esporte. Usamos como lema, na época, “o esporte melhora o resultado de pessoas e empresas”, uma frase um pouco marqueteira para poder implantar o programa. E, no lazer, tempo livre, focar bastante o estilo de vida saudável.

Bom, pensando em Olimpíadas 2016, mais focado no esporte, temos dois grandes programas do SESI. Um que é de formação esportiva e outro que são os *Jogos do SESI*.

Enquanto formação esportiva o SESI já está olhando para o futuro, pensando como pode contribuir para deixar um legado social na Olimpíada 2016. Obviamente que a Olimpíada 2016 é um corte que foi dado aqui, quando se fala em onda, tsunami esportivo, que vem com a Copa do Mundo, Jogos Militares, Olimpíada. Temos que pensar isso de forma continuada.

Chamamos esse programa de *Atleta do Futuro*. Atendemos crianças de 7 a 17 anos, preferencialmente filhos de trabalhadores da indústria. Mas, quando a indústria diz que a gente deve atender a comunidade, o entorno da indústria, também atuamos nesse segmento. E temos alguns sonhos. Queremos chegar em 2015, 2016, com meio milhão de crianças nesse programa, e, obviamente, que vamos trabalhar muito forte com a cidadania. Se surgirem alguns atletas para trabalharmos perfil de esporte de base, mais especializada, vamos implementar também, por meio de escolinhas mais específicas. Mas o grande projeto é inclusão, é cidadania: estilo de vida e cidadania, principalmente. Esses são os números que nós terminamos em 2009. Esses estão efetivamente dentro do programa. Na formação esportiva, como um

todo, nós temos, por exemplo, em São Paulo, 30 mil crianças, enquanto que no programa *Atleta do Futuro* são só 16 mil. Então, temos em torno de 200 mil crianças só na formação esportiva. Mas, no programa *Atleta do Futuro*, são 112 mil em dezembro de 2009.

Com essa projeção de crescimento, 500 mil crianças, prevemos crescimento também no investimento. Para 2011 serão R\$ 64 milhões. Para cada criança o Departamento Nacional investe 30 reais por mês. Então, o orçamento nacional para 2011 é quase todo o investimento do SESI de São Paulo para todas as áreas, como foi comentado aqui hoje de manhã pelo deputado.

Esse é um subsídio que o Departamento Nacional do SESI dá. Mas, há também contrapartidas dos Departamentos Regionais e empresas industriais. Temos uma empresa da indústria madrinha de cada projeto em cada cidade. Por exemplo, em Curitiba, a Bosch desenvolve um trabalho dentro das suas instalações esportivas. Então, ela é a empresa madrinha desse núcleo. Gradualmente construímos com as empresas um conceito de que elas têm que ter também uma contrapartida econômica – que não precisa ser financeira, mas, deve ser econômica. Então construímos também projetos, porque o Sistema Indústria do Brasil utiliza muito pouco a renúncia fiscal propugnada pela lei de incentivo ao esporte.

Já os *Jogos do SESI* promovem o esporte em caráter socioeducativo, esporte de formação, participação e de rendimento dentro do Sistema Indústria. Não é alto rendimento.

É importante lembrar que os primeiros *Jogos do SESI* começaram em 1º de abril de 1947, em São Paulo. Então, os *Jogos do SESI*, que trabalham a competição para o trabalhador da indústria, já existem há 62 anos.

Atualmente, as empresas industriais se inscrevem na competição, em jogos, em campeonatos, torneios da fase local em diante. Para o trabalhador participar, ele precisa ter o recolhimento de Fundo de Garantia, o extrato de Fundo de Garantia. E aí participam grandes empresas: Petrobrás, Volkswagen, Usiminas, enfim: mais ou menos 7 mil empresas no nível nacional.

Essa é uma pirâmide que a gente construiu no ano passado. 2 milhões de trabalhadores atletas são uma estimativa que abarca todas as

etapas, desde a competição local, estadual, regional, nacional, até a internacional. Mas, a indústria tem 8 milhões de trabalhadores no Brasil. Atingindo 2 milhões, o SESI atende 25% da clientela industrial, enquanto que a média nacional é de 14% nos esportes. Então, é um número muito significativo. O nosso controle vai até os 650 mil. Esses são os inscritos, estão cadastrados. Estima-se que mais ou menos 2 milhões participam porque, antes, dentro da empresa, também existem os jogos no ambiente fabril. Por exemplo: dentro de uma indústria, a VEG de Jaraguá do Sul, em Santa Catarina, tive uma conversa informal. A empresa que tem 14 mil funcionários. Antes de participar dos *Jogos do SESI* da cidade de Jaraguá do Sul, 136 equipes de futebol de salão, futsal participam da Olimpíada Interna. Então, olha que dimensão que isso cria! Nesse projeto, queremos trabalhar os *Valores do Esporte*. O que ele aprende, o que ele trabalha nos jogos, ele pode levar para o seu trabalho de equipe lá no ambiente industrial.

O Sesi também está associado à CSIT, órgão internacional de esporte do trabalhador. Em 2013 a CSIT vai completar 100 anos. O SESI disputa anualmente os *Jogos Mundiais coordenados pela CSIT com os trabalhadores da indústria brasileira*. Levamos anualmente para participar das competições internacionais em torno de 200 trabalhadores atletas.

De certa forma construímos um legado. Temos em torno de 500 complexos esportivos pelo Brasil, 550 piscinas. Hoje, o grande compromisso é manter, revitalizar e principalmente manter esses espaços e equipamentos com atividades. O programa *Atleta do Futuro* e o acesso ao lazer pelo trabalhador, dependentes e comunidades são algumas das iniciativas que contribuem para ocupar melhor as instalações esportivas.

O que estamos fazendo a partir dessa onda crescente de esportes? Precisamos, em conjunto com muitas outras instituições - Ministério do Esporte, Ministério das Cidades, Ministério da Cultura e outras paraestatais do Sistema S - discutir essa agenda para os próximos anos. Temos uma proposta. Para construir esse projeto, temos várias parcerias articuladas: Conselho Federal de Educação Física, Instituto Internacional de Qualidade de Vida, Confederação Brasileira de Tênis, Tênis de Mesa, Atletismo, Desportos Aquáticos. Estamos fazendo convênios, termos de cooperação guarda-chuva, para viabilizarmos a implantação, complementação ou continuidade de projetos.

Temos uma agenda positiva que estamos construindo. Com algumas das 112 mil crianças que nós temos hoje, ou das 200 mil que queremos atender até o final do ano, começaremos já um processo de treinamento um pouco mais especializado com adolescentes de 13, 14, 15 anos. Não sei se vamos começar com 5 mil, com 10 mil. Este será um orçamento à parte. Estamos prevendo investimentos de R\$ 200 por criança-mês. Alimentação complementar, treinamento mais especializado. Em 2012 organizaremos jogos regionais ou fases estaduais para esses atletas em construção, ou essas crianças e adolescentes. Em 2013 realizaremos os *Jogos Mundiais dos Trabalhadores* no Rio de Janeiro. 2 mil trabalhadores atletas de mais ou menos 40 países deverão participar. *Jogos Nacionais do Atleta do Futuro* em 2012, 2014. Quer dizer, há toda uma agenda positiva aí. Trabalhar aspectos culturais do esporte junto com a *Copa do Mundo de Futebol* e com os *Jogos Olímpicos e Paraolímpicos*.

Esse planejamento estratégico está sendo construído. A primeira reunião será no dia 7 de abril, com facilitadores, colaboradores de vários departamentos regionais, para construirmos uma proposta bem articulada, bem embasada, para que garantir efetivamente um legado, no nosso caso principalmente com foco no Sistema Indústria.

Obrigado.

A OLIMPÍADA E OS IMPACTOS DESEJADOS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER DAS CIDADES BRASILEIRAS: PERSPECTIVAS DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA

SESC - ESPORTE E LAZER PARA INCLUSÃO SOCIAL

Palestrante:

Fernando Dysarz

Gerente de Esporte e Lazer do Departamento Nacional do SESC

1) SESC – mais de 6 décadas de ação propositiva e pioneira

Ao longo de sua existência, o SESC vem pautando sua atuação em torno de políticas sócio-educacionais e sócio-culturais, visando contribuir com o Estado Brasileiro na redução das desigualdades sociais. Inúmeras são as atividades e projetos desenvolvidos nos campos da educação, da cultura, da saúde, do lazer e da assistência comunitária que compõem as políticas integradas do SESC voltadas para a melhoria do bem estar social dos trabalhadores do setor terciário da economia, e também, da comunidade em geral.

Agente e ator de políticas afirmativas e, em grande parte, pioneiro, o SESC tem, seguramente, a credibilidade das organizações governamentais e não governamentais da sociedade civil e, mais ainda, da clientela legal – o trabalhador e sua família dos segmentos comércio, serviços e turismo – e da população que dele se beneficia direta ou indiretamente.

Além do atendimento a sua clientela, o desenvolvimento comunitário tem tido maior atenção do SESC nos últimos anos, em face do brutal e desorganizado crescimento da população das grandes cidades, especialmente nas capitais e pólos de maior desenvolvimento econômico.

Desde a sua criação em 1946, a atuação do SESC visa dar oportunidades de prática do esporte e do lazer enquanto direitos sociais e, portanto, democratizar o acesso da população de menor renda, em todos os seus segmentos e faixas etárias, a ações contínuas de esporte e lazer que respondam às necessidades nessa área. Assim, o SESC

sempre procurou contribuir para suprir parte das crescentes demandas da população por esporte e lazer, sobretudo daquelas parcelas em situação de vulnerabilidade social, que potencializa as condições de injustiça e exclusão a que estão submetidas.

O objetivo do lazer no SESC é proporcionar experiências lúdicas gratificantes, que propiciem também a integração sociocultural e a reflexão, tendo como preceito básico a compreensão do lazer como direito, considerando-o elemento indissociável ao crescimento e ao desenvolvimento humano e social, sendo o acesso ao lazer um fator importante à melhoria da qualidade de vida das pessoas e das comunidades.

Busca-se proporcionar no lazer vivências que também possam levar o indivíduo a transcender suas condições de origem e formação, não ser apenas mais uma forma de consumo, que muitas vezes se esgota no seu uso imediato, influenciada sobremaneira pela mídia e/ou ofertas da “indústria do entretenimento”.

O compromisso do SESC no lazer visa proporcionar atividades e serviços que alcancem níveis satisfatórios de qualidade, tanto nos aspectos formais de expressão, como no seu conteúdo, visando contribuir, assim, para elevar o nível crítico e de exigência da clientela.

2) Lazer – Direito Social

Fundamentada nas Diretrizes Gerais de Ação do SESC (DGAs), as Diretrizes para o Quinquênio 2011/2015, integrada às políticas públicas para o desenvolvimento socioeconômico do país e em sintonia com as Metas de Desenvolvimento do Milênio (MDM), a Administração Nacional do SESC recomenda que os Programas de Trabalho em todas as Unidades da Federação contemplem recursos para as ações sociais que fortaleçam a cidadania, a solidariedade, a inclusão social e o desenvolvimento sustentável.

A Constituição Brasileira (1988), no artigo 6º, inclui o **lazer** como **direito social**, ao lado da educação, da saúde, do trabalho e da moradia, entre outros. No Artigo 217, a Carta Magna afirma que “**é dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um**”; e no parágrafo 3º deste artigo, complementa que “**o poder público incentivará o lazer, como forma de promoção social**” (o grifo é nosso).

No entanto, a própria Política Nacional do Esporte (Ministério do Esporte/

2005), apesar de ressaltar que o acesso ao esporte é um direito que deve ser garantido ao cidadão brasileiro, reconhece que **“o esporte está longe de ser um direito de todos”**, pois **“é frequentemente negado, principalmente, às camadas sociais de baixa renda”** (o grifo é nosso).

A Política Nacional de Esporte destaca ainda que “os organismos internacionais reforçam a importância do esporte para o desenvolvimento humano sustentável. O relatório da Força Tarefa entre Agências das Nações Unidas sobre o Esporte para o Desenvolvimento e a Paz, divulgado em 2003, coloca o esporte em uma posição estratégica para o alcance das “Metas de Desenvolvimento do Milênio” estabelecidas pela Organização das Nações Unidas. O esporte, entendido como direito humano, reafirma seu potencial no desenvolvimento social e econômico de uma nação (...).”

Nessa perspectiva a “UNESCO também valoriza a importância do esporte no desenvolvimento dos povos na convicção de que o esporte e a educação física podem contribuir positivamente nas problemáticas de saúde e de bem-estar, na diminuição de desigualdades, no resgate de valores e de princípios, entre outras questões”, pressupostos que fundamentam a construção de uma cultura para a paz.

Embora importantes organismos internacionais tratem o esporte como direito, e as normas constitucionais vigentes no Brasil assim o considerem, este é frequentemente negado, principalmente, às camadas sociais de baixa renda. Reconhecida sua importância no desenvolvimento integral do indivíduo e na formação da cidadania, a garantia de acesso ao esporte e ao lazer, prioritariamente, à população carente e aos marginalizados contribui à inclusão social, favorece a inserção na sociedade e amplia as possibilidades futuras.

O SESC visa contribuir, para materializar a inclusão social pelo esporte e pelo lazer nas suas Unidades e em espaços comunitários, ampliando e democratizando o acesso e promovendo a qualificação dos indivíduos e organizações, visando propiciar condições mais favoráveis à prática esportiva e de lazer de qualidade, com atividades diversificadas e integradas, que atendam diferentes interesses, pessoas e faixas etárias, tendo como conceitos e valores a cidadania, a solidariedade, a participação, a diversidade, a inclusão e a cultura de paz. Cabe ressaltar também os seguintes princípios do Módulo Político da Atividade DFE:

Da autonomia – as práticas físico-esportivas deverão oportunizar o

desenvolvimento da autogestão e co-gestão, ao permitir e favorecer o exercício de atitudes que estimulem a clientela, por livre iniciativa, escolher, organizar, adaptar e autogerir sua prática física e esportiva, de forma individual ou coletiva, numa perspectiva de emancipação.

Da vida ativa – as práticas físico-esportivas devem procurar despertar a consciência dos indivíduos para uma vida ativa e salutar, a partir da sua prática regular e permanente, visando a potencializar e a preservar as capacidades físicas, funcional e psicossocial do indivíduo, na perspectiva da qualidade de vida.

Nesse sentido, a diretriz pedagógica do SESC pretende propiciar meios às crianças, jovens e adultos para práticas físico-esportivas e de lazer na perspectiva da promoção humana e do desenvolvimento social. Utilizar o esporte como instrumento de educação e de cidadania, não como meio de criação de novos campeões, e, sim, como facilitador da participação e da inclusão social, de elevar a auto-estima, o bem-estar e a qualidade de vida.

3) Programa Lazer - Diretrizes Institucionais

Neste tópico apresentamos principais diretrizes institucionais que orientam as ações do Programa Lazer, nas Atividades Desenvolvimento Físico-esportivo, Turismo Social e Recreação.

3.1) Missão do SESC

“Contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e para a melhoria da qualidade de vida do trabalhador do setor de comércio de bens e serviços, prioritariamente de baixa renda, através de serviços subsidiados e de excelência”.

3.2) Ação Educativa

A diretriz básica do SESC é a de um trabalho eminentemente educativo que permeie direta e/ou indiretamente todas as ações desenvolvidas, fazendo com que ultrapassem seus objetivos mais imediatos, tornando-se mais eficazes ao contribuírem para a informação, capacitação e desenvolvimento de valores. Essas vertentes da ação educativa estarão presentes nas atividades/serviços do SESC, numa relação de equilíbrio dinâmico, com ênfases definidas pela natureza de cada ação específica:

3.2.1) Informação

Propiciar experiências que possam contribuir para os indivíduos

ampliarem seus conhecimentos, no sentido de melhor compreensão do meio em que vivem, maior percepção de si mesmos e das suas responsabilidades, consigo, com a sociedade e com a natureza, e elevação sociocultural para além dos limites das suas condições de origem e formação.

3.2.2) Capacitação

Ofertar serviços que favoreçam a elevação da escolaridade e/ou domínio de novas habilidades e/ou aquisição de conhecimentos que permitam inserção em novos segmentos sociais, aumentar a auto-estima e a qualidade de vida, na perspectiva de que tais serviços, pelo seu conteúdo transformador, contribuam para a melhoria das condições de vida dos indivíduos e/ou do grupo social onde convivem.

3.2.3) Desenvolvimento de valores

Principal vertente da ação educativa, no que se refere ao caráter transformador e propositivo da ação do SESC. Associados às vertentes da informação e capacitação, os valores a serem difundidos devem contribuir para o desenvolvimento de sentimentos de autonomia, iniciativa e solidariedade, necessários a uma sociedade que incentiva e apóia a ação privada, lastreada na consciência de que as aspirações individuais somente serão éticas e morais se alicerçadas na melhoria das condições de vida de todos.

Portanto, a ação educativa se definirá, em sua operação, pelo que é próprio e característico de cada atividade/projeto, mediante exploração da vertente educativa que permita, pela sua principalidade, o alcance do resultado desejado.

3.3) Diretrizes do Quinquênio 2006 - 2010 mais enfatizadas

Além de várias fundamentais (Foco na Clientela Preferencial; Serviços Subsidiados; Não Competir no Mercado; Otimizar os Recursos Disponíveis; Estabelecer Parcerias; Priorizar o Desenvolvimento Técnico-Profissional) neste último quinquênio foi dada especial atenção às seguintes Diretrizes:

3.3.1) Enfatizar os Programas Cultura e Lazer - da qual destacamos:

A ênfase nos programas de cultura e lazer apóia-se na constatação da importância dos mesmos no desenvolvimento pessoal e social de sua clientela, e de seu significado no processo de desenvolvimento de nossa

sociedade. Acrescenta-se que cultura e lazer fazem parte, hoje, da pauta básica de reivindicações dos trabalhadores.

Cuidados se fazem necessários no sentido de evitar que o SESC se torne apenas uma correia de transmissão dos interesses da indústria do lazer e cultura de massas. Não cabe ao SESC ser um repetidor de expressões do lazer e da cultura de caráter reificador, e que têm como objetivo cativar a população para o consumo como simbolização de status.

3.3.2) Priorizar o Social nas ações de Turismo - da qual destacamos:

O SESC, coerente com sua missão social, deve responder à aspiração da clientela de ampliar seus horizontes de nacionalidade, ou seja, conhecer um Brasil que não conhece, conhecer novas terras, novas gentes e viver experiências num novo espaço geográfico e cultural, no qual se sinta livre dos condicionamentos do seu cotidiano laboral e social.

Ao adjetivar o Turismo oferecido à sua clientela como *social*, a Entidade procurou distinguir a quem oferece o serviço prioritariamente, daqueles que as empresas de turismo têm como público-alvo preferencial.

Significa dizer, portanto, que a clientela preferencial da atividade Turismo Social deve ser constituída pelo segmento de menor renda de nossa clientela legal. São estes que, pela impossibilidade financeira de recorrerem ao mercado, devem ser o objeto da atenção.

As ações do SESC em turismo social devem primar pelo equilíbrio da relação homem - meio ambiente, respeitando os aspectos culturais e sociais inerentes ao turismo, visto sob uma ótica educativa.

No segundo semestre de 2009 as diretrizes do quinquênio 2006 – 2010 foram avaliadas, em conjunto com todos os Departamentos Regionais, quanto ao seu alcance e pertinência de permanecerem como estratégicas no próximo quinquênio. Neste primeiro semestre de 2010, o processo de definição das diretrizes do quinquênio 2011 – 2015 será concluído, e o Programa lazer, como os demais Programas do SESC, implementarão estratégias para o seu alcance, também levando em consideração a influência dos megaeventos esportivos na sociedade brasileira.

4) Educação para e pelo Lazer

O caráter lúdico e a educação para e pelo lazer têm estreita relação com a própria concepção dos espaços e equipamentos disponíveis nas Unidades Operacionais do SESC espalhadas por todo o território nacional, que oferecem estruturas onde o público frequentador tem acesso às programações de lazer, sendo possível, entre outras, identificar as seguintes características: oferta de atividades diversificadas, direcionamento para todos os segmentos etários, realizações que acontecem nas Unidades Operacionais ou em espaços da comunidade, com o propósito oportunizar experiências gratificantes e prazerosas de diversão, integração sociocultural, participação e criatividade, onde a educação não-formal e a gratuidade ou o baixo custo são constantes.

Utilizar os preceitos da educação para e pelo lazer visa contribuir para que os indivíduos sejam protagonistas na melhoria da qualidade de vida, com a difusão e a promoção de valores, atitudes, informações, conhecimentos e aptidões, que propiciem o desenvolvimento integral e oportunizem melhor percepção das responsabilidades individuais em relação à comunidade e à natureza. Espera-se que esses aspectos gerem impactos positivos na vida pessoal, em família e em comunidade.

A educação **para** o lazer tem como objeto o fomento à adoção de práticas de lazer e na ampliação da percepção das múltiplas possibilidades de lazer. Através da oferta de ações multidisciplinares, que também sensibilizem e promovam o conhecimento de práticas não conhecidas e/ou pouco valorizadas, pretende-se contribuir para elevar o senso crítico, dar mais autonomia às escolhas e formar público potencial às diversas práticas de lazer.

A educação **pelo** lazer é compreendida como meio de educação continuada e não-formal. Há um processo de aprendizado contínuo, incorporado ao crescimento pessoal e social, onde estão presentes atitudes, habilidades, valores e conhecimentos nas práticas lúdicas, bem como o estímulo à participação e à criatividade.

Obviamente esses dois aspectos educativos não estão dissociados e devem estar presentes nas propostas das programações recreativas, visando fortalecer o caráter educativo intrínseco a todas as realizações do SESC e o caráter propositivo da ação institucional.

As atividades que compõem as programações devem contribuir para

que os indivíduos ultrapassem o nível de participação elementar ou conformista, de forma que experimentem, além do prazer do divertimento, vivências que permitam agregar novos valores e conhecimentos.

4.1) Educação Continuada e Educação não-formal

Os preceitos da educação para e pelo lazer alinham-se ao conceito apresentado pela UNESCO de educação continuada, considerada aquela que se realiza ao longo da vida, continuamente. É inerente ao desenvolvimento da pessoa humana e relaciona-se com a ideia de construção do ser, ou seja, é a capacidade de conhecer e querer saber mais.

Podem ser atribuídas à Educação Continuada ações na área de Educação não-formal, considerando que consiste num processo de aprendizagem social, centrado no formando/educando, através de atividades que têm lugar fora do sistema de ensino formal e sendo complementares a este, realizadas de forma voluntária e não-hierárquica.

A Educação não-formal também é vista como complementar – e não contraditória ou alternativa – ao sistema de educação formal e deve, pois, ser desenvolvida em articulação permanente quer com a educação formal, quer com a educação informal (definida como tudo o que aprendemos mais ou menos espontaneamente a partir do meio em que vivemos).

5) Panorama Geral e breve histórico do lazer no SESC

O SESC atua no campo do lazer através das Atividades Recreação, Turismo Social e Desenvolvimento Físico-Esportivo, e está prestes a completar 64 anos de existência (dia 13 de setembro). A instituição é reconhecida nacional e internacionalmente como uma das principais agências fomentadoras da área no país, que tem estreita relação com a própria constituição histórica do campo de produção de conhecimentos sobre o lazer no Brasil.

A despeito da grande popularidade que o lazer parece ter adquirido no âmbito da sociedade contemporânea, seguindo-se ao crescimento de sua importância em meio às ciências sociais, é fundamental não perder de vista que as primeiras preocupações concretas com o assunto lazer, quer como objeto de estudos de diferentes áreas de conhecimentos,

quer com a elaboração de ações de caráter sistemático por parte dos poderes públicos, são bastante recentes, e começaram a se delinear com maior clareza no cenário nacional a partir da década de 70.

É possível identificar que, entre o final das décadas de 1960 até os anos 80, quando o lazer adquire maior relevância no âmbito científico no Brasil, o SESC teve participação intensa nos debates na área, gerados principalmente a partir do pensamento do sociólogo francês Joffre Dumazedier, reconhecido como precursor do pensamento teórico sobre o lazer no país. Dentre os profissionais do SESC, que se destacaram neste período, é possível identificar o nome de Renato Requixa como um dos atores que, no âmbito institucional, mais tempo dedicou aos estudos do lazer no Brasil.

No livro publicado em 1977, pela Editora Brasiliense, com o título “O Lazer no Brasil”, Requixa expunha as principais preocupações que incidiam sobre as influências que o lazer trazia para um país como o Brasil em crescente processo de urbanização. Neste trabalho, que o autor se utiliza como aporte metodológico as experiências resultantes do trabalho técnico desenvolvido pelo SESC em sua atuação no campo do lazer, é possível identificar através da análise de dados empíricos que os estudos de Requixa serviram para mostrar um retrato da própria constituição das opções de lazer que estavam postas: cinema, teatro e concertos aparecem como opções “seletivas”, enquanto o rádio e a televisão figuram como veículos de grande penetração nacional de uso do tempo livre como lazer.

Requixa, em 1980, também publicou “Sugestões de Diretrizes para uma Política Nacional de Lazer”, que contribuiu para influenciar pesquisas e estudos, resultantes desse recente campo do pensamento da sociologia do lazer. Assim, a história do SESC e de sua atuação no lazer também está relacionada com a história da formação das primeiras organizações de profissionais que se dedicaram a pensar o tema de forma sistematizada.

O Centro de Estudos do Lazer e da Recreação (CELAZER) é estruturado pelo SESC São Paulo, na década de 70, pouco tempo depois de 1973, quando a Pontifícia Universidade Católica do Rio grande do Sul – (PUC-RS) já havia criado o Centro de Estudos de Lazer e Recreação – CELAR.

No caso do SESC, o Centro de Estudos do Lazer e da Recreação (CELAZER), não representou tão somente a iniciativa de um segmento

profissional de uma determinada instituição em prol do desenvolvimento de estudos detalhados sobre um dos temas que fazia parte de suas ações sociais, ele foi, também, o responsável direto por seminários, congressos e publicações importantes na divulgação dos textos científicos que tinham o lazer como o objeto de estudo.

Ainda cabe destacar que o SESC já realizou edições do ENAREL em 1993, 1998 e 2002, além de sediar o Congresso Mundial de Esporte para Todos em 1998, no SESC Vila Mariana/SP, entre outras iniciativas.

Portanto, ação propositiva e pioneira é a marca do SESC no campo do lazer. Ao democratizar o acesso ao lazer desde a sua criação e ao fomentar o debate neste campo no país, inclusive de forma significativa a partir da década 1970.

6) Esporte no SESC – Compromisso Social e Cidadania

Em face do tema do presente seminário, passaremos a detalhar a ação do SESC na área esportiva.

No campo do esporte, a qualidade e a diversidade dos serviços oferecidos visam concretizar a diretriz da acessibilidade, ou seja, facilitar o acesso à clientela/comunidade no sentido de contribuir com a democratização das práticas da cultura corporal e favorecer o exercício da cidadania, na perspectiva do direito ao lazer e ao esporte, conforme expressa o artigo 217 da Constituição Federal de 1988.

Os princípios da participação, da ludicidade, da autonomia, da ética na competição e da vida ativa orientam a programação sistemática e de eventos, na perspectiva de ampliar a base de praticantes, popularizar, incentivar e viabilizar meios para as mais diversas modalidades esportivas nos inúmeros espaços próprios e da comunidade.

O permanente viés educativo, presente em todas as ações do SESC, estimula o aperfeiçoamento de valores morais e sociais na programação físico-esportiva que enfatiza a dimensão do esporte como meio de lazer, de preservação/promoção da saúde ou vivência da aprendizagem e aperfeiçoamento de uma modalidade esportiva.

Nesse sentido, a competição, inerente ao esporte, privilegia o *fair play* e o caráter lúdico-educativo. É legítimo que na competição todos queiram lograr o melhor resultado, porém, a intervenção pedagógica visa compatibilizar a busca da superação pessoal e a melhor performance do corpo com o espírito de equipe, a solidariedade, a

cooperação, o respeito e a conduta ética, dentro e fora dos limites do campo esportivo.

Portanto, a Entidade tem foco no desenvolvimento de valores, sem sobrevalorizar o resultado/rendimento, para evitar desvios como o “vencer a qualquer custo” e o “levar vantagem em tudo”, tão característicos de atitudes questionáveis nos nossos dias e recorrentes em muitas ocasiões na esfera esportiva, concretizadas no uso de recursos antidesportivos, violência, atos ilícitos e/ou prejudiciais à saúde, como o doping, por exemplo.

Devido à qualidade do trabalho e das instalações, pela atuação de profissionais capacitados continuamente, pelo aumento da base de praticantes e diversificação das modalidades esportivas, entre outros fatores, *talentos* também despontam nas turmas do SESC. Optamos por encaminhar os “futuros atletas” às organizações que atuam de forma direta ou indireta com o “esporte de rendimento” no país, visando terem acesso a um trabalho específico para desenvolverem o seu potencial. Isso oportuniza o prosseguimento na carreira esportiva dos que assim desejam.

Assim, não é o SESC e, sim, organizações com finalidade específica de obter resultados no esporte de alto nível que assumem o trabalho com os talentos e todo o processo de planejamento e preparação do potencial atleta. Trabalho que requer longo prazo, equipe multidisciplinar especializada em treinamento desportivo (técnicos, preparadores físicos, nutricionistas, médicos, psicólogos, fisioterapeutas etc), infraestrutura, materiais, aparelhos oficiais e atualizados tecnologicamente, condições adequadas de transporte/hospedagem/treinamento para participar das principais competições nacionais e, principalmente, internacionais das mais de três dezenas de modalidades olímpicas.

Todos esses requisitos representam investimentos elevados e o COB, as Confederações e Federações contam com os recursos da Lei Agnelo/Piva e da Lei de Incentivo Fiscal, específicas para esse fim, bem como diversas empresas utilizam-se do marketing esportivo para alavancar suas marcas e seus lucros.

Reiterando, nosso foco é implementar ações que contribuam para a educação através do esporte, para a democratização do acesso às práticas esportivas, para o desenvolvimento do esporte no país e estimulem a prática de atividades físico-esportivas e de lazer de forma

permanente, sem perder de vista os objetivos primeiros da Entidade: contribuir para a melhoria da qualidade de vida, preferencialmente da população de menor renda, na perspectiva de favorecer o exercício da cidadania e a construção de uma sociedade mais justa.

7) Megaeventos Esportivos - Impactos desejados nas cidades brasileiras

Tratar do tema do presente seminário implica em reconhecer que, ao longo do século XX, inicialmente por motivações políticas (propagandas de governos, e/ou regimes e/ou países), o espetáculo esportivo foi ganhando destaque no mundo e hoje, principalmente por razões mercadológicas, é uma atividade que terá cada vez mais peso na formação da riqueza nacional. Além disso, o esporte é indutor de desenvolvimento para outros setores, como o turismo, por exemplo. Nos países desenvolvidos toda a cadeia produtiva do setor movimenta algo em torno de 2 a 4% do PIB. No Brasil, o setor tem crescido nas últimas duas décadas muito acima da média nacional e já representa aproximadamente 1,7% do PIB, conforme comprova estudo da FGV/RJ para a Confederação Brasileira de Voleibol publicado em 2002. Portanto, muito antes dos Jogos Panamericanos e Parapanamericanos em 2007, e da escolha do Brasil para sediar a Copa 2014 e a do Rio para sediar os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, definimos que os Jogos Mundiais Militares (2011), Copa das Confederações (2013), evento teste da Copa do Mundo de Futebol FIFA 2014 e outros certamente virão.

Os resultados econômicos e sociais são potencializados pelos megaeventos internacionais (Olimpíadas, Copa do Mundo etc). A captação desses grandes eventos tem impactos de curto, médio e longo prazo, de forma direta e indireta, para a cidade-sede, região e país, tal como demonstram estudos de caso bem sucedidos, Barcelona sendo o principal, o exemplo dos Jogos Panamericanos/2007 no Rio de Janeiro e as otimistas perspectivas para a Copa 2014 e Rio 2016.

Nas últimas três décadas a profissionalização esportiva ocorreu rapidamente, pois as empresas, devido ao poder do esporte em mobilizar a atenção e o interesse da maioria das pessoas em todo o mundo, têm feito expressivos investimentos para associar suas marcas aos aspectos positivos do esporte (juventude, vitalidade, beleza, sucesso, alegria, superação de limites etc), objetivando lançar produtos, conquistar/manter mercados e maximizar seus lucros.

Assim, as mídias têm recebido cada vez mais vultosas quantias de patrocínio para dar ampla cobertura aos espetáculos esportivos, cujos atletas principais (rotulados de craques, gênios etc) são tratados como astros e estrelas de um negócio que movimenta a pujante e promissora “Indústria do Esporte”, da qual eles são os verdadeiros “garotos-propaganda”. Atletas de alto nível que se destacam numa competição podem ser alçados rapidamente ao posto de ídolos das modalidades esportivas que praticam, muitos deles provenientes de famílias de baixa renda.

No entanto, reduzir desigualdades históricas, promover o desenvolvimento equitativo e dar igualdade de oportunidades a todos os brasileiros são questões extremamente complexas e que estão para muito além do campo do esporte e dos megaeventos esportivos desta década. Eles podem ajudar, sim, desde que alinhados claramente às macropolíticas desenvolvimento econômico e social, a projetos estratégicos, articulados nos contextos nacionais e internacionais.

Os megaeventos esportivos devem contribuir para serem indutores de desenvolvimento econômico e social, além de viabilizar meios à prática por toda a população, criar hábitos e formar a “cultura esportiva”, especialmente as de menor renda, tendo em vista que os mais pobres sofrem sérias restrições de acesso aos equipamentos e de oportunidades de práticas de esporte e de lazer diversificadas.

Além das questões de lazer, cultura, saúde, valores, desenvolvimento pessoal e social, talentos, entre outras, é inegável o potencial econômico do esporte, inclusive na dimensão de gerar emprego e renda (direta e indiretamente), que é aspecto fundamental para a inclusão e os legados de longo prazo, principalmente com o aproveitamento sistemático dos equipamentos esportivos que serão construídos preponderantemente com recursos públicos.

Em síntese, além das questões de lazer, cultura, saúde, valores, talentos, desenvolvimento pessoal e social, entre outras, é inegável o potencial econômico do esporte, inclusive na dimensão de gerar emprego e renda (direta e indiretamente), que é aspecto fundamental para a inclusão social.

É imprescindível que o planejamento dos megaeventos esportivos, os projetos e ações decorrentes, realmente contribuam para distribuição de riquezas, aproveitamento do potencial do esporte como meio de melhorar a qualidade de vida para os habitantes das cidades, que também favoreçam a promoção humana e o exercício da cidadania,

na perspectiva do desenvolvimento integral dos indivíduos e para a inclusão dos brasileiros menos favorecidos.

Nesse sentido, a tarefa dos gestores, da academia e todas as organizações envolvidas direta ou indiretamente com o esporte e o lazer, deve ter o foco de ampliar o debate para muito além do Brasil como “potência olímpica”, das medalhas, ranking, resultados e instalações esportivas, entre outros aspectos que fazem do evento um fim em si.

Todos nós, cidadãos brasileiros que somos, temos o dever de participar dos fóruns e debates, especialmente os da III Conferência Nacional do Esporte, para que os investimentos na Copa 2014 e Rio 2016 considerem o país todo e evidenciem de que forma os megaeventos irão contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e para a melhoria da qualidade de vida de toda a população brasileira, prioritariamente a de menor renda e, principalmente, após a realização dos espetáculos esportivos.

Referências

Brasil. Constituição Federal, 1988. *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988. 31.ed. atual. ampl. São Paulo: Saraiva, 2003.

Brasil. Ministério do Esporte. *Política Nacional do Esporte*. Brasília, DF: Conselho Nacional do Esporte, 2005.

CAMARGO, Luiz Octávio Lima. *O que é lazer*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

ONU. *Esporte para o desenvolvimento e a paz: em direção à realização das Metas de Desenvolvimento do Milênio - Relatório da força tarefa entre Agências das Nações Unidas sobre o Esporte para o Desenvolvimento e a Paz*. Organização das Nações Unidas, 2003.

REQUIXA, Renato. *O lazer no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1977.

REQUIXA, Renato. *Sugestões de diretrizes para uma Política Nacional de Lazer*. São Paulo: SESC, 1980.

SESC. Departamento Nacional. *Diretrizes gerais de ação do SESC*. Rio de Janeiro: SESC, 2004.

SESC. Departamento Nacional. *Diretrizes para o quinquênio 2006/2010: busca permanente da excelência*. Rio de Janeiro: SESC, 2006.

SESC. Departamento Nacional. *Módulo político da atividade desenvolvimento físico-esportivo*. Rio de Janeiro: SESC, 2000.

UNESCO. *Carta Internacional de Educação Física e do Esporte*. 20ª Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Paris. 1978.

UNESCO. Recomendações da Comissão III da IV Conferência Internacional de Ministros, Altos Funcionários Encarregados da Educação Física e do Esporte. In: *Declaração da IV Conferência Internacional de Ministros e Altos Funcionários Encarregados da Educação Física e do Esporte – MINEPS IV*. Atenas, Grécia: Unesco, 2004.

A OLIMPÍADA E OS IMPACTOS DESEJADOS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER DAS CIDADES BRASILEIRAS: PERSPECTIVAS DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA

JUNTOS PELA GARANTIA DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES NAS CIDADES

Palestrante:

Silvio Kaloustian

Oficial de projetos UNICEF/ Plataforma dos Centros Urbanos

Cumprimento a todos. É com prazer que a representação do UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância no Brasil, participa desta iniciativa.

Nossa missão é promover direitos, direitos de crianças e adolescentes, e o fazemos em parcerias governamentais e não governamentais, por meio do nosso “Programa de Cooperação no Brasil e Nas cidades”, operamos com a “Plataforma dos Centros Urbanos”, que é o foco da minha apresentação.

O que é a Plataforma dos Centros Urbanos

A Plataforma dos Centros Urbanos é uma iniciativa nacional, coordenada pelo UNICEF, que articula diversos setores da sociedade com o objetivo de garantir os direitos de cada criança e cada adolescente, especialmente daqueles que vivem nas comunidades populares das grandes cidades brasileiras. A intenção é reduzir as disparidades sociais que caracterizam os territórios urbanos e afetam a vida da população, em especial seus meninos e meninas.

Nessa iniciativa, as comunidades são vistas como parte da solução. De forma conjunta com governos, organizações não-governamentais, empresas, formadores de opinião atuam para assegurar às crianças, aos adolescentes e a suas famílias o acesso a programas, projetos e serviços de educação, saúde, informação, profissionalização, esporte, lazer, cultura, participação e proteção.

Por que os Centros Urbanos?

Atualmente, mais de 80% da população brasileira vive em áreas urbanas. Neste contexto, as grandes cidades apresentam cenários de profunda iniquidade. Enquanto uma parte da população tem acesso a estruturas e serviços de qualidade, outras são afetadas pela insuficiência de saneamento, pavimentação, iluminação pública, áreas de lazer e limpeza urbana, bem como pela baixa qualidade de serviços essenciais, como segurança, educação e saúde.

Essa realidade tem impactos profundos sobre as crianças e os adolescentes que moram em comunidades populares e convivem permanentemente com situações de violação de seus direitos fundamentais.

Por outro lado, essas mesmas comunidades, inclusive seus meninos e meninas, possuem um potencial que, uma vez articulado com os esforços de toda a cidade, é capaz de transformar a realidade, garantindo os mesmos direitos a cada criança e cada adolescente, onde quer que eles vivam.

O que são comunidades populares?

Elas também são chamadas de favelas, subúrbios, periferias, cortiços, assentamentos irregulares, palafitas ou conjuntos habitacionais. Em comum, as comunidades populares têm grande concentração populacional, infraestrutura precária, serviços públicos insuficientes ou de baixa qualidade, indicadores sociais comprometidos e imagem associada a estigma e violência. Por outro lado, possuem também cultura própria, energia, vitalidade e redes de solidariedade que, uma vez potencializadas, são capazes de gerar mudanças.

Onde a Plataforma acontece?

A primeira etapa de implantação da iniciativa acontece, desde 2008, em três municípios: Rio de Janeiro, São Paulo e Itaquaquecetuba. No total, participam 126 comunidades populares que aderiram voluntariamente à iniciativa.

A experiência nesses municípios servirá de base para a expansão da Plataforma para outras cidades brasileiras nos próximos anos.

Como a Plataforma acontece?

A Plataforma acontece em ciclos de quatro anos e tem quatro dimensões:

- **Comunitária** – Organizações das comunidades são convidadas a se organizar em Grupos Articuladores Locais e participar de um conjunto de atividades distribuídas ao longo de três anos. Eles avaliam a realidade, definem prioridades, planejam e implementam ações coordenadas, mobilizam a população local e outros atores da cidade para melhorar a vida de suas crianças e seus adolescentes. Para isso, recebem assessoria técnica permanente, orientação e apoio para dialogar com o poder público, potenciais parceiros e outras comunidades participantes da Plataforma.
- **Municipal** – Prefeitos assumem compromisso com o alcance de metas municipais voltadas à melhoria da vida de crianças e adolescentes. Governos municipais, organizações sociais, empresas, mídia e população em geral são convidados a se articular para reduzir as disparidades e garantir o avanço das metas. Um Comitê Municipal intersetorial monitora as metas da cidade, constrói soluções conjuntas com a Prefeitura e apoia os Grupos Articuladores Locais na melhoria das metas comunitárias.
- **Estadual** – Governos estaduais se comprometem a contribuir com as metas da Plataforma que estão sob sua responsabilidade, priorizando crianças e adolescentes das comunidades populares na definição de suas políticas e programas. Representantes do governo estadual também participam do Comitê Municipal.
- **Nacional** – Governos, sociedade civil e empresas são provocados a formular políticas e programas capazes de gerar mudanças e qualificar as ações realizadas para garantia dos direitos de crianças e adolescentes nos centros urbanos de todo o País.

Quais as principais estratégias da Plataforma?

A Plataforma acontece por meio do desenvolvimento de estratégias complementares:

- **Mobilização social** de governos, organizações nacionais e internacionais, empresas, universidades, mídia, famílias e sociedade em geral, incluindo as próprias crianças e adolescentes, para que contribuam com a garantia dos direitos da infância e adolescência na sua cidade;
- **Articulação política** dos diferentes atores mobilizados, a fim de que trabalhem conjuntamente para promover políticas, programas e investimentos que reduzam as desigualdades e democratizem o acesso de crianças e adolescentes a serviços e oportunidades que protejam, respeitem e garantam os seus direitos;
- **Participação de crianças e adolescentes**, por meio do seu envolvimento direto na realização de ações de mobilização social, formulação e controle de políticas, programas e investimentos voltados à garantia de seus próprios direitos;
- **Desenvolvimento de capacidades** dos agentes que atuam na área da infância e adolescência, com o intuito de melhorar programas e serviços e responder aos desafios e necessidades de cada criança e adolescente;
- **Monitoramento e avaliação** permanente da situação de meninos e meninas, especialmente dos que vivem em comunidades populares, com base em metas e indicadores de impacto, gestão e participação social;
- **Reconhecimento** das prefeituras que alcançarem as metas municipais e das comunidades populares que realizarem as atividades previstas e avançarem nas metas locais que estão sob a sua responsabilidade.

Enfoque de Direitos e de Resultados e Metas

Neste primeiro ciclo, a Plataforma monitora a evolução de 20 metas municipais e 30 metas comunitárias nas áreas de educação, saúde, assistência social, proteção, participação, cultura, esporte, lazer, valorização da diversidade e infraestrutura urbana. Essas metas, pactuadas com diferentes atores sociais urbanos, são geradoras de políticas, programas e ações que contribuem para reduzir as disparidades nos centros urbanos.

Para conhecer as metas, acesse www.unicef.org.br

Todos podem contribuir com a Plataforma dos Centros Urbanos.

Se você atua no poder público, por exemplo, pode contribuir priorizando crianças e adolescentes das comunidades populares na definição de políticas, programas e orçamentos para a cidade.

Comunicadores têm a oportunidade de ajudar dando visibilidade às iniciativas desenvolvidas pela garantia dos direitos de meninos e meninas nas comunidades populares e nas cidades, chamando atenção para os problemas enfrentados por essa faixa etária, cedendo espaço para a divulgação de campanhas e dando voz às crianças e aos adolescentes das comunidades populares.

Investidores privados podem se tornar parceiros da iniciativa, contribuindo com recursos técnicos, financeiros e políticos ou disponibilizando outros apoios e oportunidades diretamente para as comunidades que participam da Plataforma. Programas e projetos já desenvolvidos em outras áreas também podem ser direcionados para essas localidades.

Universidades e organizações não-governamentais oferecem atividades de formação às pessoas e organizações responsáveis pela garantia dos direitos da infância e adolescência nas comunidades.

Cada cidadã ou cidadão também é responsável pelos cuidados com as crianças e os adolescentes. Por isso, todos estão convidados a participar, atuando como voluntários em iniciativas e organizações das comunidades, fazendo doações, participando de eventos públicos para chamar atenção sobre os direitos das crianças e dos adolescentes, aderindo a campanhas, fazendo denúncias sobre a violação de seus direitos, ajudando a divulgar a Plataforma dos Centros Urbanos, entre outras contribuições importantes.

Parceiros:

A Plataforma dos Centros Urbanos é realizada em parceria com: Parceiros Governamentais, Aliados, Apoiadores, Parceiros Técnicos

Saiba mais sobre a Plataforma dos Centros Urbanos!

Acesse: www.unicef.org.br

Em São Paulo, entre em contato com Cieds: (11) 3105.2229 ou plataforma.sp@cieds.org.br

No Rio de Janeiro, entre em contato com Cedaps: (21) 3852.0080 ou plataforma@cedaps.org.br

MESA TEMÁTICA 5

A OLIMPÍADA E OS IMPACTOS DESEJADOS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER DAS CIDADES BRASILEIRAS: PERSPECTIVAS DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA

Debate

Moderador:

Eduardo Tadeu Costa

Agradecemos as participações até o momento e passamos a apresentar para o debate as questões enviadas a mesa:

Ao professor Eloir: quais as diferenças dos programas “Atleta do Futuro” e “Esporte Solidário”, desenvolvidos na rede do Sesi até 2002? São duas propostas em uma? E qual a relação que se pretende construir entre atletas do futuro e os programas federais e municipais?

Eloir Edilson Simm

O Sesi, junto com o Governo Federal, fez um acordo com o programa “Esporte Solidário”, que perdurou até 2005. A partir daí, como nós somos uma instituição federativa e o Estado não prestou contas como deveria do repasse financeiro, ficamos impossibilitados de renovar o convênio com o então chamado “Programa Segundo Tempo”. A partir de algumas discussões internas do Sistema Indústria, e considerando que havia recursos suficientes, resolveu-se lançar um programa de formação esportiva muito similar ao “Esporte Solidário” e depois “Segundo Tempo”.

O programa ganhou o nome “Atleta do Futuro”, que foi muito questionado. Enfim, como o programa já tinha uma boa abrangência aqui em São Paulo, disseminamos esse programa com esse nome, que é um nome fantasia, para o Brasil inteiro. O programa é focado nos conteúdos e uma base conceitual própria. Ele é um programa de inclusão, que pode prospectar atletas, mas não vai trabalhar com esporte de rendimento. Reúne hoje 112 mil crianças, com perspectiva de chegar a 200 mil, provavelmente, até o final do ano. Apesar de seus bons resultados, tem ainda muito a ser construído na base conceitual, em todos os temas transversais com os quais pode e deve trabalhar.

Na avaliação deste programa nosso desafio é construir, com muito cuidado, indicadores com foco em resultado, lembrando obviamente o seguinte: o legado precisa ficar para a sociedade, e não só em termos estruturais, não só em termos de Comitê Olímpico Brasileiro, ou de uma geração, por um período.

Fizemos um corte até 2016 com a meta de atender 500 mil crianças. Se eu pudesse estimar até 2020 – porque o planejamento estratégico foi feito até 2015 – talvez consigamos chegar em 1 milhão de crianças atendidas. Não saberia dizer agora o alcance financeiro de uma meta como esta e qual é o alcance de capacidade também de atuação do SESI. Mas, o legado, sim, tem que ficar para a sociedade, formar os próximos trabalhadores da indústria com outra visão de cidadania do que a geração que temos hoje.

Moderador: *Eduardo Tadeu Costa*

Temos uma pergunta para o professor Fernando: Quando falamos em transformação social, existem duas agendas importantes: meio ambiente e igualdade de direitos. O SESC tem apresentado atividades que respondem a estas preocupações?

Fernando Dysarz

Eu acredito que sim, não da forma como a gente gostaria. A gente sabe que sempre pode fazer mais, e isso é uma diretriz importante do nosso trabalho, sempre fazer mais, sempre melhorar, sempre aprimorar. Eu já dei o exemplo do programa “Mesa Brasil”, que a gente falou. Na área de esporte, em muitas unidades, os acessos dos programas são gratuitos na área de esporte e de lazer. Na maioria, as taxas simbólicas. Muitos projetos são desenvolvidos em comunidade. Temos o trabalho do meio ambiente no SESC Pantanal, o trabalho junto às unidades no reaproveitamento de água, no tratamento de esgoto, nos cuidados com papéis recicláveis etc.

Eu acredito que sim, e, cada vez mais. Foi lançado no Departamento Nacional, na semana passada, o programa “Ecos”, que é um trabalho que vai, justamente, intensificar essas ações junto a todos os funcionários no Departamento Nacional, depois nos Estados, e chegar também às empresas, justamente com esse viés, da questão ambiental, do combate ao desperdício etc.

Moderador: Eduardo Tadeu Costa

Uma pergunta para o Sílvio: por que o Programa “Plataforma Urbana” só está direcionado aos jovens e à criança? A experiência da terceira idade não seria uma forma de aprimorar as formas do conhecimento e do desenvolvimento dos eventos em questão até 2016, ou além disto?

Sílvio Kaloustian

Em primeiro lugar, eu vou concordar com o colega que redigiu a pergunta, porque questiona a importância de outros segmentos, em particular da terceira idade, nesse conjunto de ações. É fundamental!

Trazendo para o nosso olhar! Nós somos 37 agências, quer dizer, cada uma tem um segmento específico para fazer a diferença. E a pergunta nossa, do Unicef, sempre é também: trabalhamos com crianças e adolescentes, como é que você pode trabalhar com criança e adolescente, se não trabalha também com a mãe, com o pai, com o entorno, com a vizinhança, com a família ampliada?

Por isso, essa pergunta é bastante pertinente em termos de, realmente, uma visão sistêmica de garantia de direitos. Deveríamos, sim, contemplar todos os segmentos que estão diretamente ou indiretamente relacionados com essa faixa específica, criança e adolescente. Porém, tem uma coisa que eu falei no início da palestra, quer dizer, um valor agregado, um valor adicional e os recursos já são poucos. Para você fazer a diferença, a sua ação tem que ser muito bem focalizada no tempo, no espaço, na estratégia, no segmento, no espaço, no território, como parceiro, o trabalho com o parceiro. Tudo isso nos coloca mais problemas do que, vamos chamar assim, resoluções.

Agora, a abordagem sistêmica nos obriga a enxergar esse todo, de todos os indicadores melhores para criança e adolescência, se você relacionar com os anos de estudo da mãe, ou, para qualquer indicador da infância onde a situação é melhor, você tem anos de escolaridade superior da mãe. Ou seja, é uma relação direta, então, me solidarizo à pergunta do colega, mas não tenho resposta agora. Fica para uma próxima.

Moderador: Eduardo Tadeu Costa

Professor Eloir, temos aqui três questões que dizem respeito, diretamente, ao SESI.

A primeira pergunta: gostaria que o senhor confirmasse ou não a interferência do setor esportivo do SESI São Paulo na Educação Física Escolar das escolas do SESI, que agora teriam a responsabilidade de trabalhar prioritariamente com as modalidades esportivas. Se isto realmente estiver acontecendo, pergunto: se isto não seria uma desconstrução de toda a discussão acadêmico-científica da Educação Física escolar, feita há mais de 30 anos, em função dos próximos grandes eventos esportivos? Pensando que a função da Educação Física escolar é o trabalho com a cultura de movimento, que vai para além dos esportes, de forma crítica e reflexiva, vejo que esse seria um legado conflitante para a Educação Física na escola.

A segunda questão: o SESI, de um ano para cá, começou a investir em alto rendimento. Qual a finalidade dessa mudança? O SESI mudou o foco de atendimento ou percebeu que é possível existir investimento em todas as áreas?

E a terceira pergunta: professor, o SESI estabeleceu parceria com as confederações de modalidades esportivas para execução do programa “Atleta do Futuro”. Qual a possibilidade de esta parceria ser estendida para as federações (nível estadual), uma vez que as mesmas, para desenvolverem seus projetos, necessitam do apoio dos órgãos públicos e iniciativa privada, e é o agente facilitador, interlocutor, junto às indústrias e empresas que aderem a esse programa?

Eloir Edilson Simm

Gostaria de relembrar a missão do SESI da qual falei há pouco: qualidade de vida do trabalhador da indústria e responsabilidade social da indústria. O SESI funciona de forma federativa. Há a busca de um alinhamento nacional e a premissa de que algumas decisões do SESI são locais. Nacionalmente, respeitamos as decisões estaduais, mesmo quando não concordamos. Procuramos tratar destacando: “vamos aproveitar então o voleibol de alto rendimento para fazer articulações com o esporte de base para melhorar um pouco mais o desenvolvimento desta modalidade”.

Recebemos inúmeros pedidos de equipes de voleibol, futsal, handebol, todos afirmando que “o SESI pode patrocinar”. Isso nos criou, a nível nacional, com todos os outros estados, um problema muito sério. E esse não é o nosso papel: exclusivamente patrocinar equipes de alto rendimento. Por isso, essa decisão está sendo discutida, ainda, e não

é uma algo simples de resolver, momentaneamente. Não sei se isso vai perdurar por muito tempo ou não. Mas é uma iniciativa exclusiva do SESI de São Paulo. Tanto é que a equipe de vôlei é “SESI São Paulo”.

A estrutura do SESI, de certa forma, funciona departamentalizada. Nós temos, em São Paulo, a área de Educação, que utiliza de 70% do orçamento do SESI de São Paulo. A partir do ano passado, por uma questão estrutural, a Educação Física das escolas SESI passou a estar vinculada à Diretoria de Esporte e Lazer. Por isso, é que eu concordo plenamente com o conceito colocado nesta mesa, de que a Educação Física Escolar tem um papel, tem uma importância fundamental, mas a iniciação esportiva, ela pode ser realizada no contraturno da escola. Deveria ser um projeto à parte. Eu acho que o Steinhilber colocou isso muito bem na mesa anterior deste Seminário. Educação Física Escolar trabalha com a cultura do movimento, com muitas outras propostas, enquanto que a iniciação esportiva tem foco só no esporte.

Agora vou me permitir discutir um pouco melhor com o Departamento Regional de São Paulo, para ver até que ponto essa questão está sendo discutida, considerando a sua base conceitual, a população aqui de São Paulo e os especialistas dessa profissão.

E, em relação às parcerias que nós fizemos com as confederações, elas estão muito no começo. Nós fizemos um termo de cooperação para investir no “Programa Atleta do Futuro”. Nós temos um acordo com o Governo Federal, porque nós estamos regidos por um regulamento federal. Nós só não podemos fazer parceria e utilizar recursos que têm origem no FUNDEB. As demais parcerias, todas elas são possíveis, desde que sejam boas para ambos as partes. A gente tem recebido muitas propostas que não são boas para o SESI e são boas somente para quem as propõem. Então, algumas parcerias com as confederações não têm avançado muito por causa disso. Agora, a ideia é fazermos termos de cooperação com as confederações e que, em efeito cascata, isso chegasse às federações. Isso no Brasil é um pouco lento, precisamos evidentemente acelerar.

Moderador: *Eduardo Tadeu Costa*

Uma questão é endereçada ao Fernando: o SESC está visando novos atletas treinados para a Olimpíada com um corpo saudável, cultura e conhecimento para melhor inclusão social. O SESC visa todos os seres em toda a sua plenitude?

Bem, pela nossa apresentação, dá para concluir que a gente entende que a questão do atleta é uma consequência. O nosso trabalho é o Esporte como meio, e o talento, o potencial, o atleta vai aparecer em função desse trabalho. E, obviamente, tendo a linha e a diretriz do desenvolvimento integral da pessoa e da inclusão, a gente espera que isso aconteça. Não é porque o atleta não é o nosso foco que a gente não o considera, não o prestigia. É um ser humano como outro qualquer, eu estou vendo aqui a Magnólia, é uma excelente atleta e uma excelente pessoa, uma excelente cidadã, participativa, ativa, atuante, e é isso que a gente espera, é isso que a gente quer.

Moderador: *Eduardo Tadeu Costa*

Uma questão para o Silvio: a Constituição Brasileira de 1988 e o ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 - nos garantem o direito sociais, mas o Estado executivo é racista. Como reverter essa situação, haja visto os indicadores de sua explanação? Uma observação ainda: gostaria que o senhor negritasse sua fala sobre a mortalidade juvenil com recorte racial.

Silvio Kaloustian

A questão é quente, no sentido de recorte racial, étnico, cor de pele, orientação sexual, orientação religiosa, local de moradia, situação socioeconômica, educação. É um conjunto, né? De fatores de exclusão. O colega realça a questão racial, ela não pode estar, ela não está desconectada de outras formas de exclusão social, exclusão educacional, nós vemos, sobretudo, isso na questão educacional, não é? Vocês sabem que a educação, um dos direitos universais, é o direito alavancador dos demais direitos. É um tema bastante forte, sobretudo, a experiência de vários países mostra isso: os tigres asiáticos, países europeus, quer dizer, tem toda uma história de intervenção e priorização da questão educacional em relação às demais.

Sobre a questão racial, em particular nós somos enquanto agência internacional – não vou aqui falar que o Estado é racista. Os estudos mostram, sobretudo, o movimento negro, na Unicef nós temos uma parceria forte no campo de estudos, diagnósticos. Essa é a nossa expertise, onde nós podemos apoiar processos mais sustentáveis de

análise, disseminação, estudos, diagnósticos inclusivos. Nós somos a favor de políticas, não vou falar política afirmativa, vou falar em políticas voltadas específicas para segmentos populacionais, que estão em situações de maior vulnerabilidade do que outras. Então essa questão ética racial é totalmente presente na nossa programação.

Eu falei em homicídios, é uma área importante que o Unicef atua. Se você vê a incidência de adolescentes de origem de cor negra, é impressionante. Tudo. Você tem as médias nacionais, as médias estaduais. Se você faz o corte racial, você tem esses indicadores dando sobressaltos impressionantes. Tem um esforço da sociedade brasileira nessa temática. É claro que tem muito o que fazer. É uma das bandeiras do Unicef, a gente chama de bandeiras de atuação, de intervenção, de mobilização social. Agora este é um tema que exige, realmente, do poder público uma atuação muito mais consequente. Nós, enquanto Unicef, queremos que vocês entendam um pouco. Nossa missão é comemorar e reconhecer o que vem sendo feito. Independente de governo, de onde vem, nós reconhecemos os avanços, ao mesmo tempo vamos apontar onde faltam ações para que esse direito seja reconhecido.

Temática racial é o grande desafio. Ele é novo na política pública, algo que vem de quantos anos atrás? É novo na política pública. Quem falava, quem dava ênfase nessa questão racial há 5, 6 anos, além dos próprios movimentos de exigência de direitos. É um tema novo, entrou na política pública e foi sustentado pelos programas comunitários. Tudo isso a gente comemora, reconhece, aponta e cobra mais ações, mais energia em áreas. Esse é o quadro de superação. No cenário internacional, o Brasil não vai alcançar as metas mundiais sem resolver a questão racial, étnica e esses outros temas que são fatores de exclusão.

Moderador: *Eduardo Tadeu Costa*

Eu vou passar a palavra para cada um deles para as considerações finais.

Eloir Edilson Simm

É bom lembrarmos sempre que os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 no Brasil são uma oportunidade para construirmos projetos perenes. Não dá para pensar em eventos pontuais, mas com impactos,

principalmente, na Educação Física Escolar, na formação esportiva... Se a sociedade não perceber o benefício dessas atividades e se não transformar isso na oportunidade que está aí, eu acho que vamos continuar tendo grandes dificuldades. Vivemos um momento de oportunidade para estabelecer indicadores e estratégias de ação extremamente importantes. Para pensarmos em projetos perenes, continuados, temos que construir indicadores que nos ajudem a compreender os benefícios que o momento dos megaeventos esportivos podem efetivamente trazer para a sociedade. Obrigado.

Fernando Dysarz

Bem, eu só queria ressaltar uma questão que eu deixei, em função da pressa das respostas. O professor Lamartine falou de uma videoconferência internacional que fizemos na segunda-feira com a Universidade East London e as 12 cidades sedes da Copa do Mundo de Futebol, onde participaram secretários, inclusive, municipais, estaduais, da área de esporte, da área de obras, arquitetura, urbanismo, professores universitários também. Então essa ação foi realizada em função da diretriz educativa e em função da vertente da informação e da capacitação que o SESC vai continuar realizando. Precisamos ampliar o debate, e difundir ideias, fazendo o intercâmbio de conhecimentos e experiências. Isso reforça a questão que o Eloir falou, a questão da oportunidade que a gente tem com os Jogos Olímpicos no Brasil.

Um dos palestrantes aqui colocou: risco ou oportunidade? Eu sempre vejo a questão pelo lado da oportunidade. Risco a gente vai correr de qualquer jeito, e eu acho que a gente tem que se focar na oportunidade. Isso é que é importante. O risco está também em não fazermos nada. Eu acho que temos que fazer, que abraçar, que agarrar essa oportunidade com unhas e dentes e acredito que esse Seminário de gestores e acadêmicos ajudou o SESC a trabalhar nesse sentido, a ampliar o debate, para muito além da questão de potência olímpica, para muito além da questão das medalhas e a forma de contagem das medalhas, para muito além dos resultados. A questão, é justamente o que o Eloir coloca, a difusão da prática da atividade física por toda a população, a oportunidade de lazer que a população de menor renda, práticas diversificadas, em instalações adequadas, com qualidade, bem orientadas, com profissionais qualificados. Eu acho que esse é o legado que nós temos que trabalhar, que nós temos que enfatizar, que nós

também temos que cobrar das autoridades e dos organizadores dos megaeventos. Porque cabe a nós, cidadãos brasileiros, nos mobilizarmos e cobrarmos isso. Porque é muito fácil a gente só ficar com “a pedra na mão, jogando na vidraça”. A gente precisa colocar também “a mão na massa” e se mobilizar para ser participante desse processo, fazer isso acontecer. Mas isso não é uma crítica, é apenas um alerta, é apenas uma mensagem, porque a gente percebe que a sociedade brasileira está cada vez mais mobilizada, cada vez mais atuante, cobrando cada vez mais, e eu tenho certeza de que esse processo do Rio 2016, da Copa 2014 também vai contribuir para essa questão do exercício da cidadania. Também vai contribuir para que o povo brasileiro seja cada vez mais cidadão, no sentido lato da palavra: Cidadão com ‘C’ maiúsculo. Obrigado, gente!

Sílvio Kaloustian

Foi um prazer estar aqui com vocês. Eu trouxe algumas das nossas leituras sobre a questão da garantia de direitos, o marco de direitos como um recado, uma recomendação. Quer dizer, não é assistência, é o direito de cidadãos, de realmente a sua cidadania ser garantida, preservada, concretizada.

Este seminário trata de um tema interessante: impacto, aproveitar essas oportunidades, esses eventos grandiosos que o Brasil vai sediar nos próximos anos. São oportunidade únicas que devem ser potencializadas. Eu, pelo menos, que leio o Caderno de Esportes de ponta a ponta, vejo pouca presença de uma discussão mais social no campo do direito ao esporte, qual a oportunidade que esses eventos grandiosos vão trazer para populações de alta vulnerabilidade?

Fica aqui um abraço do Unicef para todos vocês. Nós sabemos da nossa responsabilidade, e da responsabilidade de vocês, que estão no campo trabalhando muito que as coisas aconteçam. Muito obrigado pela nossa presença aqui no evento.

Moderador: *Eduardo Tadeu Costa*

Mais uma vez, em nome da organização do evento, agradeço a presença de vocês nos debates realizados neste Seminário. Para nós foi um privilégio contar com a participação dos representantes dessas três instituições. É um orgulho e um respeito vocês abrirem um espaço na agenda disputada de vocês para estarem participando e contribuindo conosco. Muito obrigado!

IMPACTOS DAS OLIMPIADAS 2016, SEGUNDO A VISÃO DOS PARTICIPANTES DO 9º SEMINÁRIO NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER

Autores:

Ana Rosa da Rosa Fonseca

Mestre em Gestão Estratégica

Silvana Regina Echer

Especialista em Educação do Movimento

Marcos Warschauer

Mestre em Educação Física

O 9º Seminário Nacional de Políticas Públicas de Esporte e Lazer, realizado em São Bernardo do Campo – SP, de 24 a 27 de março de 2010, provocou o diálogo entre diversas perspectivas: a de representantes de países sedes das Olimpíadas, da academia, das três instâncias de governo, da sociedade civil organizada sobre o tema: Impactos desejados nas políticas públicas de esporte e lazer das cidades brasileiras com a realização da Olimpíada em 2016 no Brasil.

O Seminário contou com 882 inscritos de 21 Unidades da Federação. O evento foi reconhecido por 95% dos participantes como significativo para o desenvolvimento do seu trabalho no dia a dia e 92% ficaram satisfeitos com os temas abordados, com os palestrantes e a infraestrutura.

Numa perspectiva de ampliar as contribuições desses participantes, foi organizado e distribuído pela Comissão de Avaliação do Seminário, um formulário com a seguinte questão: ***Na sua opinião, quais seriam os impactos desejados nas cidades brasileiras, com a realização da Olimpíada 2016?***

A pergunta obteve resposta de 61 participantes, de 21 cidades brasileiras, destes 25% eram de São Bernardo do Campo, 13% de Santo André, 12% de São Paulo, seguido por Mauá, Diadema e Salvador, com 5 % cada. Há, entre os respondentes, o consenso de que a Olimpíada 2016 poderá gerar desenvolvimento para o Brasil.

Os itens elencados constituem-se na síntese das respostas que mais apareceram nos formulários e foram divididos os impactos por áreas.

Desenvolvimento Esportivo:

- Desenvolvimento de educação olímpica
- Estímulo a prática esportiva/oportunidades para todas as idades
- Desenvolvimento da consciência do direito ao esporte e lazer
- Criação e construção de centros esportivos
- Investimento maior nos atletas e na descoberta de novos talentos
- Viabilização de meios para o acesso ao esporte e lazer para todos
- Revisão do calendário do esporte nacional
- Diagnóstico do potencial esportivo regional
- Formação esportiva contínua/formação profissional
- Desenvolvimento de centros de pesquisa/Ciência e Tecnologia em todas as regiões
- Desenvolvimento de ações educativas
- Fomento à cultura de esporte e lazer
- Garantia de acesso à prática esportiva a todas as idades e níveis
- Valorização do esporte na escola/Mudança de paradigma da Educação Física Escolar
- Garantia do acesso dos deficientes ao esporte
- Valorização de atletas, técnicos, profissionais e professores da Educação Física
- Envolvimento das universidades envolvidas com o legado do esporte
- Aumento dos investimentos no esporte
- Promoção do desenvolvimento esportivo
- Fomento de mais modalidades esportivas
- Envolvimento e participação da população (profissionais, acadêmicos, gestores e agentes)

Desenvolvimento Social:

- Redução de desigualdades
- Contribuição para uma sociedade mais justa

- Inclusão social
- Exercício de cidadania
- Transformação social – comportamentos e relações
- Acessibilidade para deficientes nos espaços e equipamentos

Desenvolvimento Cultural:

- Fomento de todos os campos da cultura
- Promoção do lazer, saúde, qualidade de vida, segurança, educação
- Fomento do lazer ativo/combate ao sedentarismo/hábitos
- Valores éticos, mudanças culturais e humanização
- Valorização da educação física escolar
- Conscientização
- Ampliação de conhecimentos
- Cuidado com o patrimônio
- Preservação da memória
- Reflexão sobre a importância do lúdico no processo educativo pelo e para o esporte
- Maior visibilidade de nossas práticas culturais tradicionais
- Criação de centros culturais

Desenvolvimento Ambiental:

- Educação ambiental
- Uso/apropriação e preservação de espaços e equipamentos
- Melhorias nas estradas, ruas, transporte coletivo, hotelaria, habitação, saneamento
- Regeneração urbana

Desenvolvimento Político:

- Mudança do conceito de que esporte e lazer são supérfluos na vida das pessoas
- Ampliação do orçamento público para esporte e lazer (3%)

- Ampliação programas de inclusão e desenvolvimento humano
- Revisão das políticas municipais
- Transparência, responsabilidade e ética nas políticas públicas
- Reconhecimento da Marca Brasil, projeção da imagem do país em outras nações
- Articulação dos programas de esporte e lazer às macro políticas
- Investimento na formação de gestores e planejamentos das políticas
- Controle social das políticas públicas
- Garantia da execução do Planejamento Rio 2016

Desenvolvimento Econômico:

- Ampliação de emprego e geração de renda
- Compra de equipamentos esportivos, de segurança, de telecomunicações, informática
- Desenvolvimento industrial e comercial
- Sustentabilidade
- Crescimento do turismo
- Consciência dos empresários para apoios e patrocínios de esporte e lazer

Conclusão:

Nessa categorização, optou-se pelo foco “desenvolvimento” cuja concepção ampliada e positiva abrange tanto aspectos esportivos como econômicos, ambientais, sociais, culturais e políticos. A diversidade de abordagens se refere à relevância do evento e aos seus desdobramentos.

Segundo os respondentes, o maior número de possibilidades de impacto das Olimpíadas 2016 nas cidades brasileiras foi na linha do desenvolvimento esportivo, considerando a temática do evento e a formação da maioria dos participantes. A partir da listagem acima, verifica-se que as Olimpíadas podem criar uma cultura esportiva no país tendo a educação como propulsora desta cultura, mas, para tanto,

é preciso que essas intenções, após estudos de viabilidade, sejam transcritas em micro e macro planejamentos.

Refletir sobre os impactos desejados com a realização da Olimpíada em 2016 importa pensar, também, sobre o projeto de sociedade que buscamos. Uma sociedade justa, democrática e que garanta os direitos fundamentais a todos os cidadãos na superação de limites e vulnerabilidades existentes, no sentido de melhorar a qualidade de vida da população. Sob essa visão, a geração de impactos pressupõe uma ação determinada na perspectiva do desenvolvimento humano, da justiça e da inclusão social desta geração e das futuras.

Essa concepção positiva nos auxilia no entendimento de um evento de ação complexa e multidimensional e que, por esses mesmos motivos, implica em contradições, críticas e dificuldades. Ao analisar o desenvolvimento social e cultural de uma Olimpíada, percebe-se que ela também pode gerar impactos negativos e que, para minimizá-los, faz-se necessário um planejamento orientado pelo princípio da matricialidade, baseado na articulação de saberes, motivações, técnicas e recursos de gestão de diferentes instituições sociais, além de uma estrutura de governança capaz de implantar o que foi planejado, estando em sintonia com o plano urbano da cidade sede.

Aproveitar a experiência, o entusiasmo, o talento e a criatividade dos mais diversos profissionais e sujeitos da sociedade civil, poder público e iniciativa privada, respeitando pontos de vista diferentes são fatores essenciais para elaborar projetos vitoriosos e conseqüentemente, impactos positivos.

A Olimpíada é um acontecimento com abrangência global, com grande destaque em termos de mídia, nível de envolvimento financeiro do setor público e efeitos políticos, desde que alinhados claramente às macro políticas de desenvolvimento econômico e social, a projetos estratégicos, articulados no contexto nacional e internacional. Portanto, é importante considerar os aspectos relacionados não só ao evento em si, mas também, e talvez, principalmente, a perspectiva dos seus possíveis impactos na cidade que sediará o evento, no estado e no País.

A necessidade de prepararmos as cidades para sediar jogos e para termos maior representação de atletas brasileiros participando das mais variadas modalidades esportivas da Olimpíada pode ser fator motivacional necessário para a mobilização de esforços e recursos que não seriam disponibilizados ou que demandariam um período muito

mais longo para se concretizarem.

A realização de uma Olimpíada modifica a estrutura e o cotidiano de uma cidade e precisa beneficiar toda a população. Nem todo morador da cidade irá assistir os jogos “ao vivo”, mas ele poderá ser beneficiado pelas inúmeras ações que fazem parte do processo do evento, por exemplo: engajar-se numa das inúmeras frentes de trabalho criadas a partir de uma organização como esta, utilizar um transporte coletivo de melhor qualidade, ter acesso a práticas gratuitas de esporte e lazer, entre outras.

Para John Locke, da Universidade de Londres/Inglaterra, em palestra neste Seminário, “as cidades reinventam os Jogos e os Jogos reinventam as cidades”. Consideradas as expectativas dos respondentes desta sondagem, no Brasil isto se confirmará. Mas para tal, será necessário um olhar crítico, criativo e sensível sobre a cidade, com a consciência da diversidade de seu povo e do direito que todos têm ao esporte e ao lazer.

Na busca entre o direito, o sonho e a realidade, o projeto principal dos legados deve contemplar as diferenças entre sonhos e realidades, projetos estruturantes e projetos utópicos, limites e facilidades, convergências e contradições, pois quando se trata de um megaevento esportivo, esse processo desafia a interseção entre esporte, política, meio ambiente, cultura e economia.

As múltiplas possibilidades que uma Olimpíada pode agregar à nação dependem não só dos órgãos governamentais, mas também de cada um de nós que com nossos estudos e nossas práticas fazemos o esporte e o lazer no País.

Cabe pensar, então: qual a minha contribuição, seja fazendo esporte ou influenciando nas políticas públicas, para que este sonho, refletido nas possibilidades listadas acima, se torne realidade?

^{*} Este texto reflete o conteúdo da palestra “As Olimpíadas e os impactos desejados nas políticas públicas de esporte e lazer das cidades brasileiras: perspectiva acadêmica”, proferida no 9º Seminário de Políticas Públicas de Esporte e Lazer, realizado de 24 a 27 de março de 2010, em São Bernardo do Campo-SP.

¹ Este documento consta do Caderno II que integra a Coletânea organizada pelo Ministério do Esporte como subsídio à III Conferência Nacional do Esporte. Ver: Brasil (2010b, p. 72).

² A Rede CEDES — Centros de Desenvolvimento de Esporte Recreativo e de Lazer, contando com 55 núcleos ligados à Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e Lazer, tem contribuído com a inclusão social pelo Esporte e Lazer, produzindo conhecimentos, tecnologias e pedagogias sociais aplicados a projetos de ampliação da cultura e da cidadania esportiva. Por sua vez, a Rede CENESP — Centros de Excelência Esportiva, contando com 9 núcleos vinculados à Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento, ajuda no desenvolvimento de talentos e desempenho de atletas profissionais, qualificando a teoria e a prática do treinamento desportivo.

³ Os vinte Programas de Pós-Graduação em Educação Física estão sediados nas seguintes Instituições de Ensino Superior: UCB-RJ, Universo-RJ, UNESP-Rio Claro, UFRGS, UDESC, UFMG, UnB, UCB-DF, UFES, UFV-UFJF, UFPR, UEL-UEM, UGF-RJ, UFPel, UFSC, USP, Unicamp, Unimep-SP, USJT-SP e Unicsul-SP.

⁴ Vale destacar que o CBCE integra o Conselho Nacional do Esporte – CNE. Criado pelo Decreto 4.201, de 18 de abril de 2002, o CNE é um colegiado de assessoria ao Ministro do Esporte no desenvolvimento de políticas para o setor, congregando gestores, entidades e personalidades representativas do setor esportivo.

⁵ Em 2009, frente a rediscussão da “Lei Pelé” e “Lei Agnelo-Piva” no Congresso Nacional, por ocasião da 18ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Esporte, o CBCE apresentou a proposta de criação do Fundo Setorial do Esporte e Lazer, com fonte vinculada a partir de 10% do total dos recursos destinados ao fomento do esporte provenientes do repasse dos concursos prognósticos previstos pela “Lei Agnelo-Piva”. Embora não tenha encontrado tal acolhimento, a proposta foi pautada pela III Conferência nacional do Esporte, entretanto, com fonte vinculada a partir de 2% dos recursos provenientes de projetos captados por meio da Lei de Incentivo e 100% dos recursos provenientes de projetos captados e não utilizados (BRASIL, 2010a). Para saber mais sobre a proposta de criação do Fundo Setorial do Esporte e Lazer, acessar:

<http://www.cbce.org.br/br/acontece/materia.asp?id=701>

⁶ O Ministro do Esporte pode instituir, a qualquer tempo, comissões temporárias ou permanentes destinadas a examinar questões relevantes do esporte nacional. Atualmente, estão constituídas as seguintes comissões: Comissão de Futebol e Marketing Esportivo, Comissão de Combate ao Doping, Comissão de Estudos Jurídicos Esportivos, Comissão de Clubes Esportivos Sociais, Comissão de Esporte de Aventura, Comissão de Acompanhamento da Conferência Nacional do Esporte.

⁷ Disponível em:

<http://www.cnpq.br/estatisticas/index.htm>

, Acesso em: 3mar. 2010.

REALIZAÇÃO



**SÃO BERNARDO
DO CAMPO**

GOVERNO DA INCLUSÃO

APOIO



Universidade
Metodista
de São Paulo

Ministério
do Esporte



Esporte e Lazer
da Cidade - PELC

Diagramação / Impressão / Acabamento:



TEL.: 11 2967-2539 - E-mail: domaguil@terra.com.br

REALIZAÇÃO



**SÃO BERNARDO
DO CAMPO**

GOVERNO DA INCLUSÃO

APOIO



Universidade
Metodista
de São Paulo

Ministério
do Esporte



Esporte e Lazer
da Cidade - PELC

ISBN 978-85-64518-00-1



9 788564 518001